



Projeto de Cooperação Técnica Internacional

**GESTÃO COMPARTILHADA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO
VALONGO E CONCEPÇÃO DE MUSEU DE TERRITÓRIO**

PRODOC – 914BRZ4022

Termo de Referência 02/2018 – Museologia

PRODUTOS 1, 2 e 3

Consultora: Clarisse Rosa Dias de Jesus

Rio de Janeiro
Dezembro de 2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
DEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DO MUHCAB.....	7
PONDERAÇÕES SOBRE O MATERIAL.....	9
ETAPAS E PRODUTOS.....	9

ETAPA 1 – PRODUTO 1

Capítulo 1 – RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO PELIMINAR

1.1) CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA.....	11
1.2) CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, TERRITORIAL E POLÍTICA DO MUHCAB.....	12
1.3) CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA NA EQUIPE DE PLANEJAMENTO.....	16
1.4) ABORDAGEM CONCEITUAL DO PLANEJAMENTO.....	18
1.5) METAS E AÇÕES.....	19
1.6) CRONOGRAMA.....	22
1.7) PRODUTOS, ETAPAS E METODOLOGIAS.....	24
1.8) ENCAMINHAMENTOS DO RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO.....	27

Capítulo 2 – METODOLOGIA E ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO MUSEOLÓGICO

2.1) PLANO MUSEOLÓGICO NA CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA.....	28
2.2) PLANO MUSEOLÓGICO NO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO PROJETO.....	30
2.3) LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE LEIS DO CAMPO MUSEAL.....	31
2.4) PROPOSTA PRELIMINAR PARA ESTRUTURA EM PROGRAMAS.....	36

Capítulo 3 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ETAPA 1

3.1) RESULTADOS ALCANÇADOS NA ETAPA 1.....	36
3.2) LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR.....	37

Capítulo 4 – COMPILADO DOS LEVANTAMENTOS DE ATIVIDADES

4.1) LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO.....	41
4.1.1. Elaboração do Setor de Capacitação.....	41
4.1.2. Capacitação Interna.....	42
4.1.3. Capacitação Externa.....	43

4.1.4. Capacitação apoiada pelo MUHCAB.....	44
4.1.5. Considerações parciais.....	45
4.2) LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE PESQUISA.....	45
4.2.1. Elaboração do Setor de Pesquisa.....	45
4.2.2. Pesquisas para o MUHCAB.....	46
4.2.3. Pesquisas que partem do MUHCAB – Setor de Pesquisa.....	49
4.2.4. Considerações parciais.....	53
4.3) LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DO EDUCATIVO.....	54
4.3.1. Elaboração do Setor Educativo.....	54
4.3.2. Análise a partir das ferramentas utilizadas.....	59
4.3.3. Análise estrutural do Setor Educativo.....	60
4.3.4. Biblioteca Popular da Gamboa.....	62
4.3.5. Análise das temáticas abordadas no Setor Educativo.....	63
4.3.6. Material e Equipe.....	64
4.3.7. Considerações parciais.....	64
4.4) LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE ACERVO.....	66
4.4.1. Elaboração do Setor de Acervos.....	66
4.4.2. GT e Subgrupo de Acervos.....	67
4.4.3. Algumas considerações.....	67
4.4.4. Exposições.	67

ETAPA 2 – PRODUTO 2

Capítulo 5 – FATORES MUSEOLÓGICOS

5.1) INTRODUÇÃO.....	68
5.2) CONCEITOS.....	73

CAPÍTULO 6 – DIAGNÓSTICO DE ACERVOS

6.1) PANORAMA DO SETOR DE ACERVOS.....	77
6.1.1. Delimitação inicial da análise de Acervos.....	79
6.1.2. Parceria entre as Secretarias de Cultura do Rio de Janeiro.....	84
6.1.3. Ampliação do universo de análise.....	85
6.1.4. Análise das buscas realizadas.....	101
6.1.5. Algumas considerações.....	102
6.1.6. Sugestões para encaminhamentos.....	104
6.2) DIAGNÓSTICO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS.....	105
6.2.1. Acervos museológicos disponíveis.....	109

6.2.2. Acervos museológicos possíveis.....	114
6.2.3. Análise e considerações.....	120
6.2.4. Sugestões para encaminhamentos.....	122
6.3) DIAGNÓSTICO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS.....	125
6.3.1. Acervos arqueológicos disponíveis.....	126
6.3.2. Acervos arqueológicos possíveis.....	130
6.3.3. Análise e considerações.....	141
6.3.4. Sugestões para encaminhamentos.....	142
6.4) DIAGNÓSTICO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS.....	142
6.4.1. Acervos bibliográficos disponíveis.....	143
6.4.2. Acervos bibliográficos possíveis.....	146
6.4.3. Análise e considerações.....	147
6.4.4. Sugestões para encaminhamentos.....	148
6.5) DIAGNÓSTICO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS.....	149
6.5.1. Acervos arquivísticos disponíveis.....	151
6.5.2. Acervos arquivísticos possíveis.....	152
6.5.3. Análise e considerações.....	153
6.5.4. Sugestões para encaminhamentos.....	154
6.6) DIAGNÓSTICO DE ACERVOS TERRITORIAIS.....	154
6.6.1. Classificações de acervos em museus de território.....	155
6.6.2. Acervos territoriais <i>materiais</i> disponíveis.....	156
6.6.3. Acervos territoriais <i>imateriais</i> disponíveis.....	162
6.6.4. Acervos territoriais <i>materiais</i> possíveis.....	166
6.6.5. Acervos territoriais <i>imateriais</i> possíveis.....	170
6.6.6. Análise e considerações.....	171
6.6.7. Sugestões para encaminhamentos.....	174

CAPÍTULO 7 – DIAGNÓSTICO DE EDUCAÇÃO

7.1) PANORAMA DO SETOR EDUCATIVO.....	175
7.2) EQUIPE.....	177
7.2.1. Cenário atual.....	177
7.2.2. Análise e sugestões.....	178
7.3) ATIVIDADES EDUCATIVAS.....	181
7.3.1. Informações coletadas a partir de <i>escuta interna</i>	181
7.3.2. Conteúdos e abordagens.....	185
7.3.3. Análise e sugestões.....	188
7.4) REFERÊNCIAS DE AÇÕES EDUCATIVAS AFROCENTRADAS.....	191

CAPÍTULO 8 – DESENVOLVIMENTO DA ETAPA 2

8.1) METAS ATINGIDAS.....	195
8.2) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197

ETAPA 3 – PRODUTO 3

CAPÍTULO 9 – FATORES MUSEOLÓGICOS (CONT.)

9.1) INTRODUÇÃO.....	198
9.2) DIAGNÓSTICO DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO.....	199
9.2.1. Setor de Capacitação.....	199
9.2.2. Setor de Pesquisa.....	200

CAPÍTULO 10 – FATORES INSTITUCIONAIS

10.1) ANÁLISE SWOT.....	201
10.2) DESENVOLVIMENTO DE MISSÃO E VISÃO.....	203

CAPÍTULO 11 – FATORES MERCADOLÓGICOS

11.1) ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO PRIMÁRIO.....	205
11.1.1. GRUPO 1: População que vive na Região Portuária.....	208
11.1.2. GRUPO 2: População negra que vive no município do Rio de Janeiro.....	228
11.1.3. Africanos que atualmente vivem no Brasil.....	252
11.1.4. Vulnerabilidade dos negros cariocas e dos afro-brasileiros.....	258
11.1.5. A importância do fomento à luta antirracista.....	266
11.2) ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO SECUNDÁRIO.....	269
11.2.1. GRUPO 1: Estudantes e professores em geral.....	270
11.2.2. GRUPO 2: Movimentos Negros e Financiadores.....	275
11.2.3. GRUPO 3: Turistas no estado e no território.....	279
11.3) ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO TERCIÁRIO.....	289
11.3.1. No estado do Rio de Janeiro.....	290
11.3.2. No Brasil.....	290

APRESENTAÇÃO

Este material consiste na reunião dos três relatórios técnicos desenvolvidos no âmbito da Consultoria de Museologia na Modalidade Produto (PRODOC) contratada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para desenvolver atividades de planejamento institucional no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), no segundo semestre de 2018: os Produtos 1, 2 e 3. O material foi produzido durante o período em que fui consultora, quando participei da elaboração do material correspondente à primeira fase do Plano Museológico do MUHCAB.

O trabalho foi realizado através do Projeto 914BRZ4022 – “Gestão Compartilhada do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Concepção de Museu de Território”, no contexto da Equipe de Planejamento de 2018, ao lado da Consultoria de Produção Cultural e sob a coordenação da Consultoria de Planejamento Territorial. O Plano Museológico do MUHCAB estava no escopo do projeto em questão e *a priori* equivalia ao seu produto final. Conforme é possível verificar no Produto 1, o projeto previa cinco produtos, dos quais só foi possível entregar os três primeiros.

Na prática, desenvolvi o trabalho presencialmente na sede administrativa do MUHCAB, em um processo imersivo. A presença física e o acompanhamento *in loco* das atividades do museu foram fundamentais para o desenvolvimento do Diagnóstico Institucional que, por fim, acabou correspondendo ao cerne do trabalho desta Consultoria de Museologia. O Diagnóstico Institucional em questão corresponde ao Produto 2 deste material, e é uma etapa crucial na primeira fase do Plano Museológico.

Para além do envolvimento técnico ocorrido pontualmente em 2018, mesmo após a finalização do contrato PRODOC, busco manter meu compromisso de contribuir com o desenvolvimento de um museu focado nas memórias negras, acreditando que é possível abordá-las por uma perspectiva antirracista. Poder continuar acompanhando e colaborando com as atividades do MUHCAB, ainda que indiretamente, é um compromisso profissional (enquanto museóloga), acadêmico (enquanto doutoranda e pesquisadora das disputas de memórias na Pequena África) e, acima de tudo, pessoal e ético (enquanto mulher negra e carioca).

DEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DO MUHCAB

O Plano Museológico é um instrumento técnico fundamental na construção e na gestão de um museu. É uma estratégia organizacional que não se restringe apenas a proposição de diretrizes, como também permite ordenar as ações que precisam ser desenvolvidas para o cumprimento da função social de toda a instituição. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a elaboração de Plano Museológico é dever de todos os museus do Brasil¹. A construção desse instrumento ocorre basicamente em duas fases²: a primeira tem como resultado a *definição da instituição* e a segunda resulta na *elaboração dos programas*.

Por ser um instrumento elaborado de forma colaborativa, podem ser necessárias revisões internas durante o desenvolvimento do Plano Museológico, especialmente quando tratamos de temas socialmente sensíveis, como é o caso de lidarmos com as memórias negras em uma perspectiva antirracista. A cada novo cenário institucional tem-se uma nova realidade e, por vezes, é preciso realizar adaptações nas metodologias de trabalho.

Desse modo, algumas informações e previsões contidas nesta reunião de relatórios precisam ser compreendidas no contexto em que foram produzidas, pois, logo em seguida, estiveram suscetíveis a adaptações nas etapas posteriores. É importante ressaltar também que este material corresponde ao início de um processo amplo, que é o desenvolvimento de um Plano Museológico. No entanto, compreendo que publicar na íntegra o material produzido no âmbito da Consultoria de Museologia de 2018 é uma forma de honrar a memória da construção do MUHCAB.

A minha atuação no projeto se deu a partir de uma abordagem técnica sobre os primeiros passos do desenvolvimento do Plano Museológico do MUHCAB, no segundo semestre de 2018. Durante as pesquisas na função de consultora pude observar que, desde que foi anunciada a sua criação, um dos maiores desafios do MUHCAB é lidar com as inúmeras expectativas da população, sobretudo do seu

¹ IBRAM. **Subsídios para elaboração de Planos Museológicos**. Brasília, 2016, p. 35. Publicação disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf> – Acesso em 13 de dezembro de 2020.

² Há ainda uma terceira fase neste processo que resulta na *elaboração de projetos*.

público primário (população negra do Rio de Janeiro e população que vive na Pequena África). É um museu que já nasce com a intenção grandiosa de preencher uma profunda lacuna na sociedade, especialmente no âmbito dos museus.

A partir disso, dois dados me alertaram para os desafios que o MUHCAB já vinha enfrentando desde o início da sua elaboração. O primeiro dado é sobre a sua relevância no cenário museal nacional: em 2018, somente 1% dos museus brasileiros cadastrados no IBRAM abordavam as memórias negras como temática principal na sua narrativa institucional.³ A partir disso podemos refletir sobre a questão do direito à memória e o porquê deste percentual ainda ser tão pequeno mesmo que os negros compõem a maioria da população nacional.

Já o segundo dado me alertou para os desafios de sua relevância regional: o MUHCAB é o primeiro museu de gestão pública no Rio de Janeiro a ter as memórias negras como tema principal e, como sabemos, muitos são os desafios que se apresentam aos que se propõem a abrir novos caminhos.

Enquanto consultora, minha contribuição final para o Projeto nº 914BRZ4022 – “Gestão Compartilhada do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Concepção de Museu de Território” teve como foco a finalização da primeira fase do Plano Museológico, isto é, a *definição institucional* do MUHCAB. Para isso, precisei primeiro realizar um profundo mergulho nas atividades do museu para entregar o Diagnóstico Institucional, desenvolvido de forma participativa e, depois, uma intensa pesquisa para os Estudos de Públicos do MUHCAB.

Por fim, acerca da experiência na Consultoria de Museologia, sobretudo do Diagnóstico Institucional, é importante localizar a minha atuação profissional, enquanto museóloga e pesquisadora negra. Embora toda a elaboração dos Produtos 1, 2 e 3 tenha sido realizada em intenso diálogo com as Equipes do MUHCAB, a minha própria subjetividade, aliada à minha experiência acadêmica, trouxe contribuições específicas nas análises interpretativas e nas recomendações técnicas. No entanto, é importante ressaltar que a minha perspectiva de pesquisa e de trabalho (assim como todas as perspectivas de pesquisa e trabalho) são atravessadas pelas vivências, mas sem deixar de lado o rigor científico e/ou técnico.

³ Para saber mais sobre este e outros dados relacionados, consultar Produto 2 desta consultoria.

PONDERAÇÕES SOBRE O MATERIAL

Ainda sobre algumas ponderações sobre o material, apresento a seguir três posicionamentos atualizados acerca de algumas denominações:

1. O sítio de memória sensível será aqui referenciado como Sítio Arqueológico e *Histórico* do Cais do Valongo, embora no termo de referência de contratação da Equipe de Planejamento conste como Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.
2. Originalmente, quando o Produto 1 foi desenvolvido, o museu em questão era denominado Museu da Escravidão e da Liberdade. No entanto, será aqui referenciado deliberadamente apenas como Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, por ter sido um nome eleito pela sociedade civil e, portanto, é mais representativo.
3. O local previsto para a sede principal do MUHCAB é oficialmente denominado Armazém Docas Pedro II. Porém, com a intenção de estimular a mudança nas denominações dos lugares de memória no sentido de ressignificar as narrativas em prol das memórias e do protagonismo negro, este lugar será aqui referenciado deliberadamente como Armazém Docas André Rebouças.

ETAPAS E PRODUTOS

ETAPA 1 – Produto 1 – Revisão do Planejamento Inicial

(Entrega realizada no dia 28 de junho de 2018)

A partir do Planejamento Integrado do Projeto, desenvolvido pela Consultoria de Planejamento Territorial e validada pela Coordenação Técnica do MUHCAB, foram organizadas três entregas compiladas no Produto 1 desta Consultoria de Museologia:

- ✓ Relatório de Planejamento Preliminar
- ✓ Levantamento de Atividades
- ✓ Levantamento Documental e Bibliográfico

ETAPA 2 – Produto 2 – Diagnóstico Institucional Participativo

(Entrega realizada no dia 17 de setembro de 2018)

O Diagnóstico Institucional é uma ferramenta estruturante do Plano Museológico e consiste basicamente no levantamento de informações, seguido de análise interpretativa e recomendações técnicas. Foi realizado em diálogo constante com as Equipes do MUHCAB. Foram organizadas três entregas compiladas no Produto 2 desta Consultoria de Museologia:

- ✓ Diagnóstico de Acervos
- ✓ Diagnóstico de Educação
- ✓ Diagnóstico de Pesquisa e Capacitação

ETAPA 3 – Produto 3 – Planejamento Conceitual, Institucional e Territorial
(Entrega realizada no dia 14 de dezembro de 2018)

Durante a terceira etapa do Planejamento Integrado do Projeto foram analisados especialmente os fatores institucionais e mercadológicos divididos em basicamente duas entregas compiladas no Produto 3 desta Consultoria de Museologia:

- ✓ Fatores Institucionais – a partir do planejamento conceitual e institucional.
Resultado: Missão e Visão
- ✓ Fatores Mercadológicos – a partir da análise de públicos e mercado
Resultado: Estudo de Públicos

ETAPA 1 – PRODUTO 1

CAPÍTULO 1 - RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO PRELIMINAR

1.1. CONTRATAÇÃO DA CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA

No dia 28 de maio de 2018, o contrato assinado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) deu início às atividades da Consultoria de Museologia, na Modalidade Produto (PRODOC), para realização do Projeto nº 914BRZ4022 – Gestão Compartilhada do Sítio Arqueológico e Histórico Cais do Valongo e concepção de Museu de Território.

O objeto central deste contrato é o desenvolvimento do Plano Museológico do Museu de Território – Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), abrangendo o que inicialmente são consideradas suas três prováveis sedes:

- I) Edifício do antigo Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB), denominado **MUHCAB – Sede Escola José Bonifácio** – considera-se a sede administrativa e centro de referência;
- II) Edifício do **Armazém Docas André Rebouças** – considera-se que será a sede principal, com a pretensão de abrigar o Centro de Interpretação do Valongo;
- III) Edifício do Galpão B, na Gamboa, denominado **Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana** (LAAU) – reserva técnica onde estão acondicionados os objetos arqueológicos encontrados no Cais do Valongo que pretende ser um centro de preservação, local de referência para pesquisadores.

A Consultoria de Museologia integra a equipe que compreende também uma Consultoria de Produção Cultural (TR – 03/2018), ambas coordenadas pela Consultoria de Planejamento Territorial e Design de Museus ou Sítios de Memória Sensível (TR – 01/2018). No decorrer deste relatório a equipe em questão será

denominada Equipe de Planejamento, referindo-se ao trabalho geral de consultoria para planejamento e continuidade da elaboração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB). A seguir, identifica-se o Termo de Referência em questão:

NÚMERO DO TR – PERFIL	TR – 02/2018 – Museologia
TÍTULO	Desenvolvimento do Plano Museológico para o Museu de Território MUHCAB
ENQUADRAMENTO PRODOC 914BRZ4022	<p><u>Objetivo Imediato 2</u> – Promover a valorização e a conservação do conjunto de bens culturais do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e da sua área de amortecimento.</p> <p><u>Resultado 2.1</u> – Bases para a criação do Museu de Território, englobando sede principal onde se localizará o Centro de Referência do Valongo, sede administrativa e circuito de visitação, elaboradas.</p> <p><u>Atividade 2.1.1</u> – Desenvolver projeto museológico para o novo Museu de Território, considerando o planejamento institucional, Análise de públicos e Mercado, os programas e atividades e a estratégia para Desenvolvimento de Coleções para o Museu de Território.</p>

1.2. CONTEXTO HISTÓRICO, TERRITORIAL E POLÍTICO DO MUHCAB

a) Contextualização histórica

O momento de criação do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) vai ao encontro do processo de patrimonialização do Sítio Arqueológico e Histórico Cais do Valongo, cuja relevância para a população negra já vinha sendo apontada pelos movimentos negros, sobretudo a partir das escavações para as obras urbanísticas na zona portuária do Rio de Janeiro, iniciadas em 2011. Uma das

principais reivindicações é o reconhecimento do espaço como Pequena África, denominação criada pelo artista e intelectual negro Heitor dos Prazeres, no início do século XX.

Criado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC) através do Decreto Municipal nº 43128, em 12 de maio de 2017, o MUHCAB passou a ter a sua sede administrativa no então Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB), localizado na Rua Pedro Ernesto, nº 80, atualmente nomeado MUHCAB – Escola José Bonifácio. O CCMJB funciona há décadas como um lugar de valorização das memórias negras, graças à atuação dos movimentos negros liderando a instituição.

Pouco menos de um mês depois, em 09 de julho de 2017, o Sítio Arqueológico e Histórico Cais do Valongo recebeu o título de Patrimônio Mundial pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, na 41ª reunião anual da organização, em Cracóvia, Polônia. Observa-se que o título mundial poderá legitimar o espaço físico e simbólico de (re)construção e disseminação das memórias negras, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo país, compreendendo-as no contexto de diáspora africana, isto é, a um nível global.

A relação entre o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira e o Cais do Valongo será concretizada territorialmente, uma vez que se pretende instalar no Armazém Docas André Rebouças a sede principal do MUHCAB, onde provavelmente funcionará o Centro de Interpretação do Cais do Valongo. A cessão de uso do espaço ainda está em negociação, envolvendo diferentes agentes.

Segundo o Manual de Referência do Patrimônio Mundial⁴, publicação organizada em 2016 pela UNESCO e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os sítios inscritos na lista do Patrimônio Mundial precisam de um equipamento cultural para a interpretação das suas informações; uma instalação nas proximidades do sítio com o objetivo de oferecer uma experiência mais completa aos visitantes. Nesses termos, o Centro de Interpretação auxilia a compreensão e a fruição do espaço visitado, além de poder evidenciar sua relevância (local, nacional, global) e apresentar as narrativas das memórias ali pertencentes.

⁴ Acerca dos sistemas de gestão do patrimônio mundial, uma das obrigações adicionais do processo do patrimônio mundial é o “compromisso com a interpretação do sítio e com instalações para visitantes”. UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**. (Manual de Referência do Patrimônio Mundial) – Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

Independente das possíveis disputas acerca do seu local de funcionamento, esta Consultoria de Museologia ressalta a importância do edifício do Armazém Docas André Rebouças como um espaço adequado e coerente para abrigar o Centro de Interpretação do Cais do Valongo, bem como acomodar a sede principal do MUHCAB. Além da localização quase complementar ao sítio arqueológico e histórico, o edifício foi construído pelo engenheiro negro abolicionista André Rebouças, e foi erguido sem a mão-de-obra de pessoas escravizadas.

b) Contextualização Territorial

O contexto territorial do MUHCAB integra um conjunto de lugares de memória que se interrelacionam, além de serem evidências das narrativas que endossam o processo de escravização como o maior crime contra a humanidade. O epicentro do território em questão é o sítio arqueológico e histórico recém-patrimonializado.

Atualmente o Cais do Valongo não cumpre mais sua função de cais, mas sim de sítio arqueológico e histórico e, a partir do Decreto Municipal nº 34803 de 29 de novembro de 2011, passou a compor o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (CHACHA)⁵, cujos pontos representam parte da Pequena África. Se compreendermos que este circuito de visitação se inspira no conceito de museu de território, é possível vincular a institucionalização do CHACHA a um processo de musealização⁶ embrionário. É importante refletir sobre o que significa, então, musealizar um território. Segundo Oliveira⁷ (2015) quando se fala em musealização do território, entende-se como

[...] território patrimonial, como bem cultural pertencente a uma coletividade humana, como expressão de vida das pessoas. Podemos compreender esse território como um objeto possível de ser musealizado, encarado ele mesmo

⁵ Este circuito está em vias de ser revisado, e incluirá novos pontos da região. Atualmente o CHACHA compreende o Cais do Valongo como epicentro, considerando ainda os seguintes pontos: Cemitério dos Pretos Novos, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito e Centro Cultural José Bonifácio.

⁶ Acerca do processo de musealização, destaca-se a definição organizada por André Desvallées e François Mairesse, na publicação **Conceitos-chave da Museologia (2014)**: “Segundo o sentido comum, a musealização designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu”.

⁷ OLIVEIRA, Carlos Augusto de. **A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória**. In: Revista Memorare, Tubarão/SC, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr. 2015.

como patrimônio pela sociedade, ou ainda podemos identificá-lo como sendo um território de ação, em que se dará o processo de musealização de objetos devidamente identificados como patrimônio e que estejam contidos ou que constituam o território em questão. Desta forma, a noção de acervo e patrimônio é ampliada, incorporando territórios inteiros (os quais podemos chamar de territórios patrimoniais) bem como seus testemunhos naturais e culturais. Nesse sentido, convém que ele seja apropriado pela população, não puramente em um sentido de posse particular, mas no sentido de uma vivência comunitária. (OLIVEIRA, 2015, p. 38)

De certo modo, pode-se dizer o processo de musealização do território teve seus primeiros passos com a criação Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito, que está sob o mesmo instrumento jurídico de criação do CHACHA, o Decreto Municipal nº 34.803 de 29 de novembro de 2011. A criação do circuito movimentou as visitas ao território, mas até então a conexão entre as narrativas dos pontos estava sob responsabilidade de quem conduzia a visita ou, caso fosse uma visita espontânea, ficava a cargo do próprio visitante.

O MUHCAB surge, portanto, com o intuito de ratificar o território enquanto um amplo museu, a partir dos pontos (atuais e futuros) do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, alinhando-os em uma narrativa-macro (linha curatorial ainda em fase de elaboração) e oferecendo suporte físico para que o visitante possa ter uma experiência global do território.

c) Contextualização política

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira foi criado pela Secretária Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Nilcemar Nogueira, configurando uma das primeiras ações da sua gestão, que se iniciou no primeiro semestre de 2017. Nota-se atualmente que este é um dos seus projetos mais expressivos. A seguir, um discurso de Nilcemar Nogueira acerca da criação do MUHCAB, registrado nos documentos internos da instituição:

Um museu dedicado à história e legado da escravidão deve problematizá-la e ressignificá-la. Se história da escravidão remete à privação

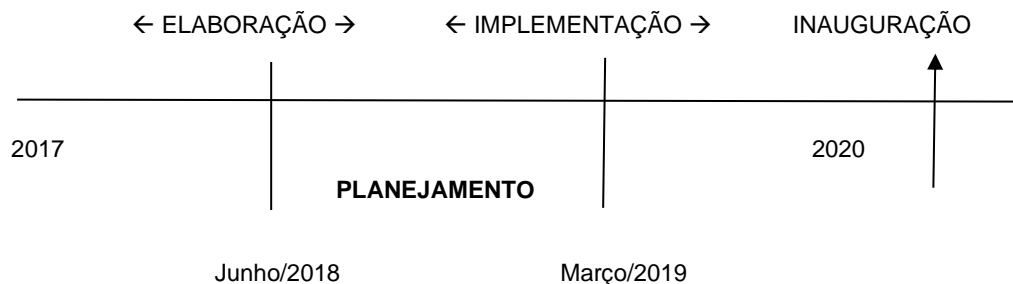
de direitos humanos e cidadania, dá também testemunho da resiliência e indestrutibilidade do espírito humano e agência pessoal. Devemos tratar estas duas vertentes distintas em suas perspectivas passada e presente, e celebrar suas influências na construção da cultura afro brasileira pela perspectiva da “unidade na diversidade”. Isto requer compreender que a ação que desumaniza a vítima, desumaniza também aquele que perpetrou a ação desumana. Assim somos todos inegavelmente tocados pelo legado da escravidão de formas visíveis e invisíveis. Reconhecer também que muitos daqueles tocados pelo legado da escravidão não superaram suas consequências, requer um museu que seja vetor de autoestima, desenvolvimento, oportunidades socioeducativas e impactos duradouros, para toda a sociedade.

O Museu da Escravidão quer fazer ouvir vozes silenciadas, narrando a história por seus protagonistas. A dimensão de tal projeto só se viabiliza com processos participativos de baixo para cima, rechaçando abordagens curatoriais autoritárias. Desta forma, queremos contar com o movimento negro, pessoas de notório saber e com a sociedade como um todo na construção deste bem cultural comum. (Discurso de Nilcemar Nogueira, 2017)

1.3. CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA NA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Para contextualizar o trabalho da Equipe de Planejamento faz-se necessário compreender o processo de criação do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) em etapas, sendo, respectivamente: elaboração, implementação e inauguração. O processo de **elaboração** teve início com o lançamento do projeto em maio de 2017. A Equipe de Planejamento pretende dar continuidade a esse processo, visando oferecer subsídios para **implementação** do projeto, que pretende ser coroado com a **inauguração** do Museu de Território MUHCAB, em 2020.

Quando a Equipe de Planejamento iniciou as atividades, em junho de 2018, encontrou o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) em um novo momento da sua de elaboração. Imediatamente foi identificada uma grande demanda de **planejamento** diante do que se pretendia realizar, no contexto do que já havia sido realizado. Portanto, pode-se dizer que a Equipe de Planejamento inaugura o momento de detalhamento da elaboração do MUHCAB, um momento que também pode ser considerado como **pré-implementação**.



Cabe salientar aqui o papel fundamental do Grupo de Trabalho no processo de elaboração do MUHCAB, que também pode ser considerado um processo de articulação. O GT foi criado pelo Decreto Municipal nº 42.929 de 10 de março de 2017 e funcionou até agosto de 2017, dividindo-se em subgrupos. É possível afirmar que o encerramento das atividades do GT delineou, de certa forma, um planejamento conceitual do MUHCAB. Para fins deste relatório, destaca-se o Plano Museológico Inicial do MUHCAB; um produto elaborado pelo Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos e que foi o resultado de reflexões, estudos e articulações a partir dos seus integrantes.

O Plano Museológico Inicial do MUHCAB é um documento preliminar, escrito no âmbito do GT (2017), que será revisto pela Equipe de Planejamento, especialmente pela Consultoria de Museologia, que também pretende apoiar as demais ações acerca das coleções do MUHCAB. Em uma perspectiva ampla, o papel da Consultoria de Museologia é colaborar com o Planejamento Integrado do MUHCAB através da compatibilização das suas informações, visando o Plano Museológico Final.

Por se tratar de um documento essencialmente colaborativo, as propostas referentes ao Plano Museológico colocadas por esta consultoria serão construídas a partir de experiências coletivas com as Equipes do MUHCAB. Vale ressaltar que as propostas somente poderão ser concretizadas mediante aprovação dos envolvidos e, ainda, mediante viabilidade financeira da instituição.

Quanto à atuação específica desta Consultoria de Museologia no projeto, cabe localizar a intenção de retroalimentação entre o trabalho no MUHCAB e a pesquisa acadêmica da consultora: doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória

Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO), na linha de pesquisa Memória e Espaço, tem como tema de pesquisa as disputas de memórias na região da Pequena África. Portanto, os textos apresentados neste e nos próximos relatórios (Produtos II e III) serão baseados tanto nos documentos institucionais gerados pelo (e para o) MUHCAB, quanto nas referências bibliográficas levantadas ao longo do processo, a partir da atuação da consultora no campo acadêmico e no campo profissional.

1.4. ABORDAGEM CONCEITUAL DO PLANEJAMENTO

O MUHCAB já possui um espaço em funcionamento através da sua sede administrativa, MUHCAB – Escola José Bonifácio. Por já contar com um espaço físico em atividade, ainda que pequeno em relação ao que será inaugurado, o projeto do MUHCAB tem a oportunidade de testar algumas ações e metodologias. Esse diferencial, que remete a uma espécie de laboratório, destaca o MUHCAB no cenário museal do Rio de Janeiro. Soma-se a isso a intenção de contar com um modelo de gestão baseada em processos de “escuta ampliada” à população, dedicando-se a ser construído, nas palavras de Nilcemar Nogueira, “de-baixo-para-cima”.

A abordagem para desenvolver o **planejamento**, de forma macro e micro, pode ser resumida em três pontos, quais sejam:

- a) Planejamento Integrado do Projeto (macro) de todas as áreas envolvidas (Museologia, Planejamento Territorial e Produção Cultural) visando produzir o Plano Conceitual, Institucional e Museológico de implementação do MUHCAB previsto para fevereiro de 2019.
- b) Planejamento da área foco deste contrato (micro), ou seja, de Museologia, voltada para o desenvolvimento de um Plano Museológico, que integrará o Planejamento Integrado do Projeto.
- c) Direcionamento gradual das atividades e dos programas existentes no MUHCAB – Escola José Bonifácio para os conceitos estabelecidos pelo Plano Conceitual, Institucional e Museológico.

1.5. METAS E AÇÕES

As metas/atividades estabelecidas para Consultoria de Museologia pelo Termo de Referência – 02/2018, enumeradas na tabela a seguir, pretendem ser cumpridas mediante algumas ações previstas pelo Planejamento Integrado do Projeto. As ações foram selecionadas visando desenvolver um Projeto Museológico para o MUHCAB enquanto Museu de Território, considerando os seguintes pontos: 1 - planejamento institucional; 2 - análise de públicos e mercado; 3 - programas e atividades; 4 - estratégia de desenvolvimento de coleções para Museu de Território.

Para desenvolver a tabela abaixo foi necessário compatibilizar as metas/atividades norteadoras do TR – 02/2018 com as ações referentes ao Planejamento Integrado do Projeto, que propõe a divisão do trabalho nas seguintes etapas:

- **ETAPA 1 – REVISÃO DO PLANEJAMENTO INICIAL**
- **ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO FRONT-END**
- **ETAPA 3A – PLANEJAMENTO CONCEITUAL, INSTITUC. E TERRITORIAL**
- **ETAPA 3B – AVALIAÇÃO FORMATIVA 1 – ESCUTA CONTINUADA**
- **ETAPA 4 – BRIEFING EXPOSIÇÕES E PROGRAMA FUNCIONAL EDIFÍCIO**
- **ETAPA 5 – AVALIAÇÃO FORMATIVA 2**

É importante ressaltar que as ações previstas transcritas abaixo fazem parte de um escopo maior, ao lado de tantas outras ações do Planejamento Integrado do Projeto. Desse modo, não estão descartadas as possibilidades de substituição das ações selecionadas até então. Pode ser, ainda, que as ações sofram algumas alterações de acordo com as possíveis necessidades identificadas pela Equipe de Planejamento no decorrer das etapas de trabalho. Caso venham a se concretizar, os processos que envolverem ambos os casos serão esmiuçados nos relatórios correspondentes, com a devida justificativa.

Nº	METAS DA CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA ESTABELECIDADA PELO TR – 02/2018	LOCALIZAÇÃO DAS METAS NO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO PROJETO	AÇÕES PREVISTAS PELO PLANO INTEGRADO DO PROJETO QUE VISAM O CUMPRIMENTO DAS METAS (DESTAQUES)
01	Definir a metodologia e estrutura básica do Plano Museológico, observando as recomendações da Lei nº 11.904/2009 e considerando uma abordagem conceitual apropriada a museus de território e sítios de memória sensível, voltados para a interpretação da escravidão.	Etapa 1	<p>E1.1) Introdução à equipe do MUHCAB - Escola José Bonifácio</p> <p>E1.2) Levantamento de atividades MUHCAB-EJB (c/ Consult. de Prod. Cult.)</p> <p>E1.3) Elaboração de relatório de planej. preliminar</p>
02	Executar leitura de bibliografia, estudos de caso, documentos e relatórios prévios do Projeto de desenvolvimento do Museu de Território.	<p>Etapas 1, 2 (Fatores Museológicos e Institucionais) e</p> <p>3A (Planej. Conceitual e Instituc.)</p>	<p>E1) Levantamento de atividades MUHCAB-EJB</p> <p>E2.1) FATORES MUSEOLÓGICOS: Colaboração com os estudos de melhores práticas e parcerias (c/ Consult. de Planej. Territ.)</p> <p>E2.2) FATORES INSTITUCIONAIS: Colaboração para entendimento do arranjo instituc. do MUHCAB (c/ Consult. de Planej. Territ.)</p> <p>E3A) PLANEJ. CONCEITUAL E INSTIT.: Revisar doc. e conceitos geradores</p>
03	Desenvolver o diagnóstico participativo e a avaliação da instituição MUHCAB, criada em maio de 2017 e das ações e lugares criados no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em prol da preservação da memória da cultura de matriz africana na região portuária do Rio, como o Centro Cultural Municipal José Bonifácio – CCMJB, os conselhos existentes e outras representações da sociedade como o COMDEDINE, a SEPIR, etc.	<p>Etapa 2 (Diagnóstico do Processo Participativo Preliminar)</p>	<p>E2) <u>DIAGNÓSTICO DO PROC. PART. PRELIMINAR:</u> Colaborar com o levantamento de consultas realizadas em 2017 (c/ Consult. de Prod. Cult.)</p>
04	Desenvolver o diagnóstico do território local, realizando análise do entorno político, geográfico e econômico do Museu, complementando o mapeamento dos lugares e as manifestações de natureza material e imaterial	<p>Etapa 3A (Planejamento Físico e Territorial)</p>	<p>E3A) <u>PLANEJAMENTO FÍSICO E TERRITORIAL:</u> Colaborar com a revisão do planejamento físico e territorial. (c/ Consult. de Planej. Territ.)</p>

	representativos da memória local, por meio da aplicação de aplicativo criado para o projeto, através da plataforma Survey123 for ArcGIS, tecnologia utilizada no Sistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB.		
05	Desenvolver o diagnóstico do território social, complementando o mapeamento dos atores sociais locais, através da aplicação de App criado para o Projeto, através da plataforma Survey123 for ArcGIS, tecnologia utilizada no Sistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB;	Etapa 3B	E3B) Colaboração com avaliação/escuta do planejamento físico e territorial (c/ Consultorias. de Planej. Territ. e Prod. Cult.)
06	Identificar os públicos a quem se destina o trabalho do futuro Museu;	Etapa 2 (Fatores Mercadológicos)	E2) <u>FATORES MERCADOLÓGICOS:</u> Colaborar com a análise de público e mercado (c/ Consultoria. de Planej. Territ.)
07	Elaborar proposta de Visão e Missão do futuro Museu.	Etapa 3A (Planejamento Conceitual e Institucional / Programas e Atividades do Museu)	E3A.1) <u>PLANEJ. CONC. E INST:</u> Colaborar com a elaboração da missão mandato e propósito (c/ Consultorias. de Planej. Territ. e Prod. Cult.) E3A.2) <u>PLANEJ. CONC. E INST:</u> Colaborar com o Plano Conceitual e Institucional (c/ Consultorias. de Planej. Territ. e Prod. Cult.) E3A.3) <u>PROGRAMAS E ATIV. DO MUSEU:</u> Colaborar com o Plano Interpretativo (c/ Consultoria. de Planej. Territ.)
08	Elaborar as estratégias de ação para o futuro Museu de Território, e, devido ao caráter multidisciplinar do Plano, atuar em colaboração com técnicos municipais e consultores especializados nas demais disciplinas, considerando minimamente os seguintes programas/ subprogramas/ áreas de atuação: Programa institucional, Programa de gestão de pessoas, Programa de acervos, Programa de exposições, Programa socioeducativo e cultural, Programa de pesquisa, Programa arquitetônico/	Etapa 3A (Programas e Atividades do Museu)	E3A.1) <u>PROG. E ATIV. DO MUSEU:</u> Colaborar com o Plano Interpretativo (c/ Consultoria. de Planej. Territ.) E3A.2) <u>PROG. E ATIV. DO MUSEU:</u> Colaborar com a política de acervo: desenvolvimento de coleções, documentação (c/ Consultoria. de Planej. Territ.) E3A.3) <u>PROG. E ATIV. DO MUSEU:</u> Colaborar com o Programa Educacional (c/ Consultoria. de Planej. Territ.) E3A.4) <u>PROG. E ATIV. DO MUSEU:</u> Colaborar com Programa de desenvolvimento de conteúdos e

	urbanístico, Programa de segurança, Programa de financiamento e fomento, Programa de difusão e divulgação, Programa de acessibilidade a todas as pessoas. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015).		pesquisa (c/ Consultoria. de Planej. Territ.) E3A.5) PROG. E ATIV. DO MUSEU: Colaborar com a estruturação dos Programas do MUHCAB (c/ Consults. de Planej. Territ. e Prod. Cult.)
09	Participar do processo participativo, colaborando com a organização de 04 (quatro) consultas públicas para apresentação e discussão do plano museológico, em cada etapa /fase/produto desenvolvido;	Etapas 3B e 5	E3B.1) Colaborar com a avaliação/escuta dos programas propostos (c/ Consults. de Planej. Territ. e Prod. Cult.) E5) Colaborar com a avaliação/escuta do Plano Interpretativo do edifício (c/ Consults. de Planej. Territ. e Prod. Cult.)
10	Consolidar as informações oriundas dos demais profissionais colaboradores sobre os programas e compatibilizar no documento preliminar e final do Plano Museológico.	TODAS (Etapa 4)	Esta última meta/atividade estabelecida para a Consultoria de Museologia é transversal a todas as etapas do Planejamento Integrado do Projeto MUHCAB. Uma vez que o produto final desta consultoria é o Plano Museológico, pretende-se que todos os produtos gerados anteriormente venham a contribuir no que tange à compatibilização das informações encontradas/geradas no âmbito deste projeto. No entanto, a ênfase na Etapa 4 ocorre por conta da convergência das informações compatibilizadas nesta etapa, onde será produzido o último produto do contrato: Plano Museológico Final – Prod. 5

1.6. CRONOGRAMA

A fim de viabilizar que todas as metas sejam alcançadas e estejam contextualizadas com as etapas do Planejamento Integrado do Projeto, organizou-se o seguinte cronograma:

METAS	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19
1) Metodologia e estrutura básica do Plano Museológico									
2) Leitura de bibliografia, estudo de caso, docs e relatórios prévios									
3) Diagnóstico participativo e a avaliação da instituição MUHCAB									
4) Diagnóstico do território local, realizando análise do entorno político, geográfico e econômico									
5) Diagnóstico do território social, complementando o mapeamento dos atores sociais locais									
6) Identificação de públicos a quem se destina o trabalho do futuro Museu									
7) Proposta de Visão e Missão do futuro Museu.									
8) Estratégias de ação em colaboração com técnicos municipais e consult. Especializ. para os Programas do Plano									
9) Colaboração na organização de 04 consultas públ. para apres. e disc. do Plano									
10) Compatibilização de informações sobre os programas no docs do Plano preliminar e final								*	*

* Período de ênfase quanto ao cumprimento da meta

1.7. PRODUTOS, ETAPAS E METODOLOGIAS

Inicialmente o contrato PRODOC da Consultoria de Museologia determina a entrega de cinco produtos, a serem entregues em periodicidades diferentes, abaixo descritos:

- **Produto 1** - Metodologia e estrutura básica do Plano Museológico
- **Produto 2** - Diagnóstico participativo e avaliação da instituição MUHCAB-EJB e do território físico-social-cultural do entorno
- **Produto 3** - Estudo de público, missão e visão
- **Produto 4** - Plano Museológico Preliminar
- **Produto 5** - Plano Museológico Final

No decorrer do primeiro mês de trabalho foi possível levantar algumas ferramentas metodológicas como sugestões iniciais para nortear a elaboração dos produtos em questão. As sugestões foram inspiradas basicamente em três metodologias-macro, que foram aplicadas de forma transversal: 1 - observação participante do cotidiano do MUHCAB-EJB; 2 - *escuta interna*; 3 - levantamento bibliográfico preliminar.

A intenção com a tabela a seguir é organizar uma estrutura para otimização do trabalho (a partir das metas abordadas no item anterior) de Consultoria de Museologia, tendo como base os Produtos requeridos e as datas limites para as respectivas entregas.

Mais uma vez, é importante salientar que as sugestões de ferramentas descritas abaixo ainda podem sofrer alterações de acordo com as possíveis necessidades identificadas pela Equipe de Planejamento no decorrer das etapas de trabalho.

Nº	DESCRIÇÃO PRODUTO	DATA ENTREGA	METODOLOGIAS E FERRAMENTAS (SUGESTÕES)
1	Metodologia e estrutura básica do Plano Museológico	28.06.18	a) Leitura de textos já produzidos no âmbito das ações do MUHCAB e de textos de referência <i>para as ações</i> do MUHCAB; b) Início do processo de <i>escuta interna</i> através de breves entrevistas com os funcionários do MUHCAB para dar

			<p>início aos Levantamentos de Atividades, disponíveis neste relatório. Algumas consultas a outros funcionários do MUHCAB também foram realizadas a fim de complementar algumas informações;</p> <p>c) Reuniões de alinhamento com as Equipes do MUHCAB para desenvolver metodologias de planejamento.</p>
2	Diagnóstico participativo e avaliação da instituição	28.08.18	<p>a) Revisão dos Levantamentos Preliminares de Atividades;</p> <p>b) Reuniões periódicas de alinhamento com Equipe de Planejamento e Coordenação Técnica do MUHCAB para avaliação do <i>status</i> do diagnóstico;</p> <p>c) Reunião com as Equipes do MUHCAB para verificar o realojamento de atividades identificadas como inadequadas para as áreas designadas nos Levantamentos de Atividades;</p> <p>d) Consulta técnica à Secretaria Municipal de Educação (SME) e à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), para identificar as metas que o MUHCAB precisa cumprir (relativo ao atendimento às escolas municipais, por exemplo)</p> <p>e) Específico para Diagnóstico de Acervos:</p> <p style="padding-left: 40px;">I – Consulta técnica à Gerência de Museus – SMC para levantamento de acordos existentes para aquisição de acervos do MUHCAB.</p> <p style="padding-left: 40px;">II – Contato com Superintendência de Museus – Secretaria do Estado de Cultura (SEC) para compreender política de acervo dos museus da RedeWeb que listaram suas coleções de matriz africana.</p> <p>d. Específico para Diagnóstico de Educativo e Capacitação:</p> <p style="padding-left: 40px;">I – Acompanhamento periódico de atividades educativas e leitura do material a ser entregue pela responsável pelo Educativo.</p> <p style="padding-left: 40px;">II – Leitura da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e textos relacionados.</p> <p style="padding-left: 40px;">III – Leitura de bibliografia acerca de Educação Patrimonial, incluindo experiências com patrimônio imaterial de origem negra e comunidades tradicionais – quilombolas, por exemplo.</p> <p style="padding-left: 40px;">IV – Acompanhamento de reuniões com parceiros previamente contactados para elaboração conjunta de cursos de capacitação.</p> <p style="padding-left: 40px;">V – Articulação com a Rede de Educadores de Museus (REM-RJ) e participação em uma reunião mensal da rede.</p> <p>d) Específico para Diagnóstico de Pesquisa:</p> <p style="padding-left: 40px;">I – <i>Escuta interna</i> com responsável pela Pesquisa para acompanhamento de novas parcerias.</p> <p style="padding-left: 40px;">II – Contato com pessoas que contribuíram com pesquisas <i>para o</i> MUHCAB.</p> <p style="padding-left: 40px;">III – Contato específico com Comitê Científico para iniciar desenho do Plano Interpretativo.</p>
3	Estudo de público, missão e visão	28.09.18	<p>a) Por se tratar uma etapa de muita articulação interna e externa, mapear ferramentas externas ao MUHCAB para aprimorar o processo de <i>escuta interna</i> (como</p>

			<p>metodologias da Pedagogia da Cooperação e da Comunicação Não Violenta, por exemplo);</p> <p>b) Levantamento de Planos Museológicos de museus pertinentes ao MUHCAB (museus de território e/ou de base comunitária, museus da região portuária, museus que lidam com memória sensível, por exemplo). Esta ferramenta pode ser iniciada após “Estudo de Melhores Práticas e Parcerias” da Etapa 2;</p> <p>c) Visitas a alguns museus levantados no tópico b;</p> <p>d) Contato com outros museus da gestão da SMC, para consultar estudos de público;</p> <p>e) Aprofundamento de referencial teórico com os temas: museu, patrimônio, memória, trauma, escravidão. Atentar para textos com perspectiva racializada sobre os temas. (como o Dossiê do Cais do Valongo e textos sobre museus de território, por exemplo);</p> <p>f) Acompanhar reuniões do Comitê Científico.</p> <p>g) Colaborar com o desenvolvimento do organograma do MUHCAB;</p> <p>h) Apoio à organização de consulta pública para validação da base conceitual do Plano Museológico (por exemplo, através de seminários).</p>
4	Plano museológico preliminar	28.12.18	<p>a) Leitura de Planos Museológicos relevantes ao MUHCAB, levantados no Produto 3;</p> <p>b) Reuniões periódicas com todas as Equipes do MUHCAB, para elaborar os Programas e Atividades que devem constar no Plano Museológico;</p> <p>c) Apoio à organização de consulta pública para validação dos Programas e Atividades do Plano Museológico (por exemplo, através de seminários);</p> <p>d) Articulação com a Rede de Museologia Social (REMUS-RJ) e participação em uma reunião mensal da rede;</p> <p>e) Leitura de material técnico de elaboração de Planos Museológicos;</p> <p>f) Aprofundamento jurídico sobre museus brasileiros (leitura do estatuto de museus e textos de análise desta e de outras leis do campo museal, por exemplo);</p> <p>g) Aprofundamento do processo de compatibilização das informações dos setores do MUHCAB para elaboração dos Programas e Atividades.</p>
5	Plano museológico final	28.02.19	<p>a) Reuniões pontuais com responsáveis pelos setores para avaliação final e validação dos respectivos Programas e Atividades;</p> <p>b) Revisão aprofundada do processo desde o início do Planejamento Integrado do Projeto.</p> <p>c) Reunião geral com as Equipes envolvidas no desenvolvimento do MUHCAB para validação final do tripé Missão, Visão e Valores.</p> <p>d) Avaliação da eficácia dos processos adotados durante o projeto.</p>

1.8. ENCAMINHAMENTOS DO RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO

A pesquisa interna para elaboração deste Relatório de Planejamento Preliminar permitiu compreender o panorama da estrutura de funcionamento do MUHCAB – Escola José Bonifácio e, com isso, foi possível iniciar o trabalho de consultoria considerando as especificidades do espaço e da equipe como um todo. O novo contexto institucional do equipamento cultural, que agora configura um museu, apontou novas diretrizes para seu funcionamento.

Ao iniciar o trabalho desta consultoria, notou-se que a chegada da Equipe de Planejamento foi um marco institucional, materializando a transição de centro cultural para museu. Diante de algumas situações, decisões importantes quanto aos prazos foram tomadas. Após os gestores identificarem uma grande necessidade de estruturação interna, as atividades que seriam inauguradas no início do segundo semestre, em julho, foram adiadas para novembro, tais como: 1 - inauguração de um espaço físico para facilitar praticar a *escuta ampliada* como, por exemplo, uma sala-fórum; 2 - inauguração de um novo espaço físico para o Educativo; 3 - inauguração da exposição “Gullah Bahia África”; 4 - materialização da campanha “Por um museu pela verdade”.

Sobre o Diagnóstico Preliminar, a partir do Levantamento Preliminar de Atividades do MUHCAB, houve dificuldade de compreender com precisão o que são as atividades *produzidas pelo* museu e o que são as atividades que *acontecem no* museu (normalmente desenvolvidas pelos parceiros). Vale destacar a necessidade de distinguir as ações que já estão em andamento das ações que ainda estão sendo elaboradas.

No entanto, foi a partir da realização dos Levantamento Preliminar de Atividades que se constatou uma profunda interface entre os setores do MUHCAB. Avalia-se que essa interface, que configura quase uma sobreposição entre setores, tem origem em uma equipe enxuta demais para tantas atribuições institucionais. Desse modo, nota-se um acúmulo de funções nos poucos funcionários disponíveis, pois quase todos os gestores do MUHCAB são também responsáveis por algum setor – ou mesmo mais de um setor. Por outro lado, a conexão entre os setores pode vir a ser um fator facilitador no processo de escrita da base conceitual do Plano

Museológico e dos seus Programas, pois a elaboração desse instrumento exige intenso diálogo interno.

Acerca dos fatores institucionais, nota-se, a partir de reuniões, que é importante pensar a “experiência do visitante” de forma integrada, compreendendo que áreas como a Escuta/Articulação e a Educação, além de serem complementares, configuram a transversalidade de um *projeto-macro* do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA E ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO MUSEOLÓGICO

2.1. PLANO MUSEOLÓGICO NA CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA

Esta seção do presente relatório configura o cerne do Produto 1 – Metodologia e Estrutura Básica do Plano Museológico, relativa à Etapa 1 da Consultoria de Museologia.

O Plano Museológico é considerado um instrumento fundamental para o planejamento estratégico de museus, de sentido global e integrador. É também um instrumento que visa à integração entre as áreas do museu e as suas atividades, propondo a conexão entre a sua visão estratégica e a viabilidade operacional. De acordo com a publicação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que oferece subsídios para desenvolvimento deste instrumento, para além da dimensão estratégica, o Plano Museológico

[...] traz elementos de planejamento tático, isto é, do planejamento relativo ao nível gerencial da organização. Os programas delimitam grandes áreas e os projetos que os compõem indicam o que fazer para que os objetivos estratégicos sejam atingidos. (IBRAM, 2016, p. 35)

Considera-se aqui o caráter holístico das instituições museais. É importante que os seus setores de funcionamento, atividades e funcionários estejam profundamente interligados. Caminhando nessa direção, o Plano Museológico pode ser elaborado com a finalidade de orientar a gestão de um museu e, portanto,

estimular a articulação interna. Um dos objetivos básicos dessa ferramenta de planeamento é organizar as ações a serem desenvolvidas pelo museu para o cumprimento da sua função social, além de propor diretrizes para toda sua trajetória.

A seguir, destacam-se as duas fases principais do Plano Museológico:

Fase I – Definição da Instituição

Fase II – Elaboração dos Programas

A organização dos conceitos do museu a partir do tripé Missão, Visão e Valores (Fase I) é considerada ponto crucial para o planeamento maior da instituição. Em termos amplos, a “definição da instituição” é uma fase que permite detalhar a caracterização, o planeamento conceitual, o diagnóstico e os objetivos estratégicos do museu. Dentro do escopo desta Consultoria de Museologia, vê-se que a Fase I é representada pela elaboração do Produto 3. É a definição desses aspectos da instituição que possibilitará prosseguir para o próximo passo do Plano Museológico, que é a elaboração dos seus programas (Fase II), correspondente à elaboração dos Produtos 4 e 5 no escopo deste contrato.

No caso do MUHCAB, já foram delineados alguns traços do tripé Missão, Visão e Valores durante o funcionamento do GT, entre os meses de março e agosto de 2017. O Plano Museológico Inicial foi um dos resultados gerados pelo GT e está em vias de ser revisado no âmbito da Consultoria de Museologia. Esse trabalho de revisão pretende ser fruto de um processo embasado na metodologia da *escuta interna* às Equipes do MUHCAB, como por exemplo, entrevistas com os responsáveis pelos setores que estão no escopo de trabalho da Museologia.

Também está incluído no escopo desta consultoria a colaboração e o detalhamento de atividades para o MUHCAB e para o Centro de Interpretação do Cais do Valongo, que pretende ser alocado no mesmo edifício da sede principal do MUHCAB, o Armazém Docas André Rebouças. Tal colaboração pretende ser norteada pelo objetivo imediato do contrato em questão que é “promover a valorização e a conservação do conjunto de bens culturais do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e da sua área de amortecimento”.

2.2. PLANO MUSEOLÓGICO NO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO PROJETO

O Plano Museológico para o Museu de Território MUHCAB, o produto final do Termo de Referência – 02/2018 – Museologia, integra o planejamento maior para o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, elaborado em conjunto com a Consultoria de Planejamento Territorial e a Consultoria de Produção Cultural, que visa produzir um plano conceitual, institucional e museológico de implementação do MUHCAB.

O Planejamento Integrado do Projeto, que é esse planejamento maior, demonstra que o produto final da Consultoria de Museologia configura também o encerramento do trabalho da Equipe de Planejamento, pois será o último entregue. É importante frisar a dimensão colaborativa de todo o processo, inerente à construção do Plano Museológico em si e que, neste caso, se manifesta quando apresenta que todas as ações previstas para a Consultoria de Museologia no Planejamento Integrado do Projeto são compartilhadas com outras áreas do conhecimento – exceto os cinco produtos prescritos no Termo de Referência – 02/2018, que são realizados de forma individual. Especialmente os Produtos 4 (Plano Museológico Preliminar) e 5 (Plano Museológico Final) deste TR pretendem ser desenvolvidos conjuntamente não apenas entre a Equipe de Planejamento e as Equipes do MUHCAB, através da *escuta interna* à instituição, mas também pretende ser apoiado por um processo de *escuta ampliada* à população, liderado pela Consultoria de Produção Cultural. Portanto, dada a interdependência das ações organizadas no Planejamento Integrado do Projeto, o apoio às demais consultorias se estabelecerá de forma recíproca.

Acerca da *escuta ampliada*, merece destaque o intuito de participação da Consultoria de Museologia na organização das consultas públicas. O objetivo destas consultas não é somente apresentar à população o andamento da elaboração do Plano Museológico, mas também buscar novas direções a partir do que emergir da população em discussões. Avalia-se essa prática como uma das ações cabíveis a esta consultoria para contribuir com o processo de construção “de-baixo-para-cima”.

Conclui-se, portanto, que todas as ações previstas para a Consultoria de Museologia terão como ponto norteador a compatibilização gradativa das informações

coletadas/geradas no período de planejamento do MUHCAB, para que possam compor os documentos preliminar e final do Plano Museológico.

2.3. LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE LEIS DO CAMPO MUSEAL

É possível justificar a institucionalização do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) – incluindo os processos de elaboração, planejamento e implementação – a partir do seu enquadramento e contextualização diante dos instrumentos jurídicos destacados a seguir, todos relacionados ao campo da Museologia.

Como base para o prosseguimento das etapas, o trabalho desta Consultoria de Museologia pretende ser orientado pela legislação museal vigente, por ora com destaque para três instrumentos jurídicos: Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009; Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013; Resolução Normativa (IBRAM) nº 01 de 14 de dezembro de 2016.

a) Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009

Esta lei institui o Estatuto dos Museus e traz no seu primeiro capítulo as diretrizes dos princípios fundamentais dos museus – que seguirão aqui com comentários que podem contribuir para justificar a existência do MUHCAB.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

Aplicação ao MUHCAB → O reconhecimento do processo de escravização como o maior crime contra a humanidade, conforme ratificado pelo Dossiê do Cais do Valongo (2016), contribui para alinhar o MUHCAB à responsabilidade de um museu que valorize a dignidade humana.

II – a promoção da cidadania;

Aplicação ao MUHCAB → O MUHCAB pretende concentrar experiências ao visitante (desde atendimento, visitas e ações educativas, exposições

etc.) que problematizem a condição da população negra no Brasil nos dias de hoje. Desse modo, o MUHCAB pode ser considerado um espaço de combate ao racismo e fomentador da luta antirracista.

III – o cumprimento da função social;

Aplicação ao MUHCAB → Enquanto instituição engajada com as temáticas que emergem de seu território, isto é, da região Pequena África, o MUHCAB pretende cumprir a função de ser um espaço de promoção e valorização das memórias negras (e suas narrativas), através de todas as suas ações.

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

Aplicação ao MUHCAB → Como espaço de discussão acerca do território e das dimensões simbólicas que envolvem o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, o MUHCAB pretende estimular a ampliação deste roteiro criado em 2011, incluindo ainda mais lugares de memória da Pequena África.

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

Aplicação ao MUHCAB → No MUHCAB, este princípio já se manifesta nas parcerias que desenvolve atualmente, como por exemplo, os projetos de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Federal do Rio de Janeiro: “Identidades Abertas” (UFRJ) e “Outros Comuns” (IFRJ).

VI – o intercâmbio institucional.

Aplicação ao MUHCAB → Um contato preliminar já tem partido das Equipes do MUHCAB em direção a instituições que lidam com memória sensível. Uma equipe de técnicos da SMC já realizou algumas visitas a museus internacionais que lidam com a memória do processo de escravização, tais como: Smithsonian National Museum of African American History and Culture; Anacostia Community Museum; National Museums of Liverpool. Além disso, estão sendo estudadas formas de estreitar o

relacionamento com museus brasileiros que tenham memórias negras como temática central.

b) Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013

Destaca-se a seguinte seção deste decreto: “Capítulo II - Do Plano Museológico”:

Art. 23º É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade, e que poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, entre os quais se incluem os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, nos mais diferentes suportes;

III - a identificação dos públicos a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - os programas, agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo:

a) institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.

b) de gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados,

prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;

c) de acervos - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;

d) de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;

e) educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;

f) de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;

g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;

h) de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos

sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

i) de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;

j) de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e

k) sócio-ambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Parágrafo único. Além das regras previstas nos § 1º ao § 3º do art. 46 e art. 47 da Lei no 11.904, de 2009, os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do inciso IV do caput ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.

c) Resolução Normativa (IBRAM) nº 01 de 14 de dezembro de 2016

Esta resolução estabelece “os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes.” Destaca-se, a princípio, a seguinte seção: “Capítulo I - Das Disposições Preliminares”:

Art. 1º Esta Resolução estabelece os procedimentos e critérios a serem observados para a realização do Registro de Museus perante o Poder Público.

Art. 2º O Registro, de que trata o art. 1º, visa criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento nacional de informações sobre as dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais.

2.4. PROPOSTA PRELIMINAR PARA ESTRUTURA EM PROGRAMAS

A partir da presente Etapa 1, a Consultoria de Museologia pretende reunir informações pertinentes e coerentes ao proposto pelo Planejamento Integrado do Projeto MUHCAB. Conforme já apontado, a intenção é organizá-las aos poucos e, gradativamente, oferecer subsídios para o desenvolvimento colaborativo do Plano Museológico – tanto da base conceitual (Fase I) quanto do desenvolvimento de programas (Fase II). Para tal, destaca-se que o exercício de compatibilização das informações será realizado internamente por esta consultoria ao longo de todo contrato PRODOC visando sempre o resultado-macro previsto no TR – 02/2018 – Museologia: “estabelecer as bases para a criação do Museu de Território MUHCAB”.

Acerca da estrutura da Fase II do Plano Museológico (delineada a partir do Produto 4), afirma-se que a proposta inicial para os Programas do MUHCAB se fundamentará no que consta na Lei nº 11.904/2009 e no Decreto nº 8.124/2013, especialmente balizada pelo inciso IV do Art. 23º do decreto. Não significa, portanto, que os onze conteúdos propostos no inciso corresponderão obrigatoriamente a onze programas do MUHCAB com o mesmo nome, pois os conteúdos poderão se encontrar agrupados em programas com outras denominações no MUHCAB. Sendo assim, é importante salientar que os onze conteúdos propostos pelo IBRAM serão os critérios de base para as funções dos Programas do MUHCAB, uma vez que é a legislação acerca do campo museal que irá embasar a construção do Plano Museológico do MUHCAB.

CAPÍTULO 3 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ETAPA 1

3.1. METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES

Como primeira ação do trabalho, a Equipe de Planejamento considerou fundamental organizar um quadro do momento em que o museu se encontra. Somente a partir do levantamento das suas atividades foi possível identificar lacunas e definir estratégias de trabalho para as próximas etapas de trabalho.

A *escuta interna* nesta Etapa 1 possibilitou esboçar um panorama institucional, mas também apresentou alguns desafios. Pelo fato de haver poucos registros escritos acerca do que já foi realizado no MUHCAB – Escola José Bonifácio, a maioria das informações foram coletadas através da oralidade. Tecnicamente, é fundamental que um levantamento localize informações precisas sobre as atividades da instituição. No entanto, muitas informações não se apresentavam completas, tampouco precisas, uma vez que a oralidade está pautada na memória, que é passível de esquecimento.

A previsão é que na Etapa 2, através de outras metodologias e ferramentas, seja possível obter maiores detalhes sobre as atividades do MUHCAB, e, desse modo, traçar os diagnósticos correspondentes a cada área do museu.

As próximas etapas, com ênfase maior na elaboração do documento Plano Museológico, exigirão novas estratégias. É possível apontar que uma das estratégias a serem utilizadas é a análise do MUHCAB através de uma visão holística, isto é, considerando que todos os seus setores, atividades e funcionários estão profundamente interligados. Destaca-se, assim, a noção de “experiência do visitante no museu”, uma visão global da visita ao museu.

Sobre a “experiência do visitante”, esta Consultoria de Museologia foi orientada a considerar o Museu Nacional de Liverpool como uma possível inspiração para o MUHCAB, pois lá também está alocado um museu destinado à memória do regime escravista referente à colonização inglesa. Segundo seu ex-curador, David Fleming, o Museu Nacional de Liverpool está pautado em uma percepção *publicocêntrica* e pretende ser o melhor *serviço museal* do mundo. Seguindo na mesma direção, pode-se dizer que o MUHCAB pretende ser um lugar essencialmente de *escuta ampliada*, profundamente atento à “experiência do visitante”.

3.2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR

Uma listagem preliminar da bibliografia pertinente à Consultoria de Museologia foi levantada nesta Etapa 1. É importante ressaltar, portanto, que os textos serão consultados integralmente ou em partes, conforme análise da necessidade junto à Equipe de Planejamento nas próximas etapas de trabalho.

- **Conceituação política dos museus no contexto brasileiro**

CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

_____. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. – Acesso em 26 de junho de 2018.

- **Legislação museal brasileira**

BRASIL. *Decreto nº 8.124* de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. – Acesso em 26 de junho de 2018.

_____. *Lei nº 11.904* de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. – Acesso em 26 de junho de 2018.

_____. *Lei nº 13.146* de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. – Acesso em 26 de junho de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação sobre museus* – 2ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

- **Legislação sobre o território**

Decreto nº 34803 de 29 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf> - Acesso em 10 de junho de 2018.

Decreto nº 42.929 de 10 de março de 2017 - Cria Grupo de Trabalho para apresentar Plano de Ação para colaborar com a criação do Museu da Escravidão e da Liberdade na Região Portuária, na forma que menciona. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4292/42929/decreto-n-42929-2017-cria-grupo-de-trabalho-para-apresentar-plano-de-acao-para-colaborar-com-a-criacao-do-museu-da-escravidao-e-da-liberdade-na-regiao-portuaria-na-forma-que-menciona> - Acesso em 20 de junho de 2018.

Decreto nº 43128 de 12 de maio de 2017 - Cria o Museu da Escravidão e da Liberdade - MEL, no bem cultural que menciona e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4313/43128/decreto-n-43128-2017-cria-o-museu-da-escravidao-e-da-liberdade-mel-no-bem-cultural-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=43128#:~:text=Cria%20o%20Museu%20da%20Escravid%C3%A3o,menciona%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias> – Acesso em 10 de junho de 2018.

- **Orientações técnicas para desenvolver Plano Museológico**

IBRAM. *Subsídios para elaboração de Planos Museológicos*. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp->

<content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf> – Acesso em 26 de junho de 2018.

BARJA, Wagner. *Gestão museológica: Questões teóricas e práticas*/Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto da República – Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

ICOM. *Como gerir um museu: manual prático*. França: ICOM, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>. – Acesso em 26 de junho de 2018.

LORD, Barry; LORD, Gail Dexter. *Manual de gestión de museos*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA E DEPORTE. *Criterios para la elaboración del plan museológico*. Madrid, s.d. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/museos/mc/pm/pm/portada.html>. – Acesso em 26 de junho de 2018.

TRINDADE, Silvana Cançado. *Planejamento museológico: Caderno 02*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/museus/2miolo_planejamento_museologico.pdf. – Acesso em 26 de junho de 2018.

- **Específico para Acervo/Coleções**

IBRAM. *Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro* – Cartilha 2013. Rio de Janeiro: 2013.

_____. *Programa para a gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro*. Rio de Janeiro: 2013.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Coleção Estudos Museológicos. Volume 2. Florianópolis: FCC, 2014.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. *Conservação preventiva de acervos*. Coleção Estudos Museológicos. Volume 1. Florianópolis: FCC, 2012.

- **Específico para o Educativo**

IBRAM. *Política Nacional de Educação Museal* – PNEM. Brasília: 2017. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Museal.pdf> – Acesso em 26 de junho de 2018.

CAPÍTULO 4 – COMPILADO DE LEVANTAMENTOS DE ATIVIDADES⁸

4.1. LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

4.1.1. Elaboração do Setor de Capacitação

A partir do Levantamento de Atividades de Capacitação do MUHCAB foi possível identificar três ramificações do Setor de Capacitação, considerando tanto as atividades que já estão em andamento quanto as que ainda estão em fase de elaboração: a) capacitação interna; b) capacitação externa; c) capacitação apoiada pelo MUHCAB.

Para realizar o Levantamento de Atividades de Capacitação do MUHCAB, na Etapa 1, foram adotadas duas metodologias com as respectivas ferramentas:

- **Escuta interna**

Ferramentas:

⁸ Os dados levantados nesta Etapa 1 ainda estão em um formato bruto e, portanto, serão lapidados e complementados com o trabalho de diagnóstico institucional a ser realizado na Etapa 2.

1. Entrevista com o atual responsável pelo Setor de Capacitação do MUHCAB, Vinícius Natal.
2. Consulta à coordenadora técnica do MUHCAB, Cristina Lodi, para informações pontuais.
3. Análise de entrevistas realizadas para os Levantamentos de Atividades de outros setores do MUHCAB, referentes à Etapa 1.
4. Participação na reunião com o principal parceiro atual nos setores de Pesquisa e Capacitação, Universidade Veiga de Almeida (UVA).

- **Análise documental**

Ferramentas:

1. Leitura dos projetos relacionados aos cursos oferecidos, desenvolvidos pelos parceiros (capacitação apoiada pelo MUHCAB).
2. Leitura do Relatório Final do GT.

4.1.2. Capacitação Interna

É a capacitação voltada para os próprios funcionários do MUHCAB, com o objetivo de qualificar a equipe ativa do museu, para que se sintam ainda mais seguros em exercer suas funções. A partir do processo de *escuta interna* de alguns gestores, ficou evidente a demanda por capacitação dos funcionários que hoje trabalham no MUHCAB, por se tratar de uma equipe enxuta e por não haver previsão de novas contratações.

- **Visitas Mediadas**

No Setor Educativo, há demanda por uma capacitação específica para realização de visitas mediadas ao MUHCAB – Escola José Bonifácio. A proposta que emergiu da *escuta interna* é que a última gestora do Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB), Jurema Agostinho da Cruz realize essa capacitação para os funcionários do Educativo, pois este é o setor responsável por realizar as visitas.

- **Sobre o edifício MUHCAB - Escola José Bonifácio**

Identificou-se também a demanda por capacitação interna acerca do edifício. Foi possível perceber que nem todos os funcionários do MUHCAB tem acesso às informações sobre o edifício onde trabalham. Como os museus são lugares de memória, é importante que todos os funcionários do MUHCAB – Escola José Bonifácio possam conhecer a memória do edifício, incluindo os da equipe de limpeza e os guardas municipais.

- **Acervo**

Durante o processo de *escuta interna*, funcionários apresentaram a necessidade de ter um apoio para higienização das coleções do acervo do MUHCAB – Escola José Bonifácio e apontaram a possibilidade de capacitar algum profissional da Equipe de Limpeza.

- **Gestão de pessoas**

Por ser um museu recente, foi possível detectar através da *escuta interna* que as relações de trabalho também são recentes e que há necessidade de maior interação entre a equipe. É importante que os funcionários que são gestores e/ou responsáveis por algum setor do MUHCAB recebam capacitação quanto às estratégias de gestão de pessoas, especialmente aqueles que não possuem experiências anteriores em liderar equipes.

4.1.3. Capacitação Externa

É desenvolvida pelo MUHCAB, em parceria ou não, voltada para a população. Até a finalização do presente relatório, foram levantadas duas possíveis vertentes de curso de capacitação externa, ainda em fase de elaboração.

- A primeira vertente conta com dois cursos que estão vinculados ao Setor de Pesquisa, às duas linhas de pesquisa que *partem do MUHCAB*:
 - Curso 1: Ampliação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.

Curso 2: Memória do edifício do MUHCAB – Escola José Bonifácio.

→ Público-alvo: alunos do curso de História da UVA.

→ Cursos desenvolvidos em parceria com a UVA.

- A segunda vertente tem o objetivo de fortalecer a base social da cidade, oferecendo ferramentas para que pessoas de comunidades possam concorrer aos editais culturais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Curso: Agente Cultural Carioca

→ Público-alvo: lideranças comunitárias.

→ Curso descentralizado, ocorrerá no MUHCAB-EJB e NEACs.

4.1.4. Capacitação apoiada pelo MUHCAB

É a capacitação realizada nas instalações da sede administrativa, mas elaborada exclusivamente por parceiros, sem o desenvolvimento em conjunto com o MUHCAB. No entanto, as temáticas dos cursos são coerentes com o discurso do museu. Atualmente é o único tipo de capacitação que já se encontra em funcionamento no MUHCAB – Escola José Bonifácio, com o total de nove atividades oferecidas, conforme é possível verificar na planilha a seguir:

PARCEIRO	CURSO
Instituto Hoju	Atendimento Psicoterapêutico Asili
	Inglês Cultural Afrocentrado (ICA)
	Preparatório Mestrado (IPAM)
	História Geral da África (HGA)
Palco dos Mil Sonhos	Curso Livre de Modelo
UFRJ e IFRJ	Identidades Abertas
	Outros Comuns
UVA	Memória e Acervo do Prédio José Bonifácio
	Mediadores do Circuito Pequena África

4.1.5. Considerações parciais

Esta Consultoria de Museologia identificou duas ramificações do Setor de Capacitação, divididas em duas grandes áreas dentro do MUHCAB: uma área ativa (capacitação interna e externa) e uma área passiva (capacitação apoiada pelo MUHCAB). Atualmente somente a área passiva está em funcionamento, pois não demanda expressiva estruturação interna para acontecer e, portanto, já é possível concretizar. Acredita-se que o desenvolvimento do Setor de Pesquisa e da parceria com a UVA possibilitará os encaminhamentos da Capacitação do MUHCAB.

4.2. LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE PESQUISA

4.2.1. Elaboração do Setor de Pesquisa

Esta Consultoria de Museologia observou que as pesquisas que acontecem no âmbito do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira se dão por duas direções. De um lado, a pesquisa que é realizada *para o* MUHCAB e que visa a implicar nas suas ações institucionais. De outro, a pesquisa que *partem do* MUHCAB, ou seja, que eleva o museu a lugar de produção de conhecimento e de referência em pesquisa para a população, seja este conhecimento de natureza acadêmica ou não. Até a elaboração do presente relatório, nota-se que, em ambos os casos, os temas pesquisados estão em consonância com os temas abordados nos demais setores do museu.

Para realizar o Levantamento de Atividades de Pesquisa do MUHCAB, Etapa 1, foram adotadas duas metodologias com as respectivas ferramentas:

- **Escuta interna**

Ferramentas:

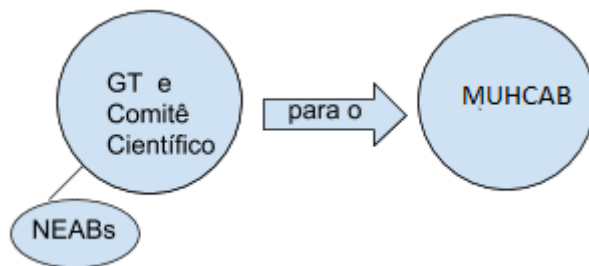
1. Entrevista com o atual responsável pelo Setor de Pesquisa do MUHCAB, Vinícius Natal.
2. Consulta à coordenadora técnica do MUHCAB, Cristina Lodi, para informações pontuais.
3. Participação na reunião com o principal parceiro atual nos setores de Pesquisa e Capacitação, Universidade Veiga de Almeida (UVA).

- **Análise documental**

Ferramentas:

1. Leitura de documentos gerados no âmbito do trabalho do GT, como relatórios dos subgrupos e relatório final geral.
2. Leitura do Plano Museológico Inicial do MUHCAB, ainda em versão preliminar (enviada no dia 23/05/2018 ao IBRAM para dar entrada no Cadastro Nacional de Museus).
3. Leitura do documento “Por um museu no Cais do Valongo” - Proposta de Conteúdo Preliminar.

4.2.2. Pesquisas *para* o MUHCAB



- **Grupo de Trabalho (GT)**

Criado pelo Decreto Municipal nº 42.929 de 10 de março de 2017, o Grupo de Trabalho destinou-se “à elaboração de Plano de Ação para a criação do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira e participação na elaboração de projetos e fiscalização de obras”, conforme descrito no Art. 1º. Sobre as atribuições específicas do GT, destaca-se que somente seria possível alcançar os objetivos elencados através de pesquisas direcionadas, conforme é possível notar abaixo em trecho do Decreto:

Art. 3º O Grupo de Trabalho deverá:

- I - Efetuar uma análise dos acervos existentes, pertencentes ou sob a guarda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e de outros órgãos gestores;
- II - Avaliar a criação de um banco de dados unificado para a gestão desses acervos ou a incorporação ao SIURB - Sistema Municipal de Informações

Urbanas;

III - Colaborar com a criação do projeto de Conteúdo, Museológico e Museográfico;

IV - Elaborar o diagnóstico e desenvolver projetos básicos de arquitetura e instalações prediais com foco na conservação e/ou restauração e adaptação ao novo uso de patrimônios culturais que farão parte do território do Museu.

Ao longo do ano 2017 o GT do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira se subdividiu em pequenos grupos para facilitar não só os encontros das reuniões, como também viabilizar que as pesquisas fossem focadas. Percebe-se que cada subgrupo foi responsável por pesquisar informações específicas para colaborar com a elaboração do museu e, portanto, é possível afirmar que este foi o primeiro trabalho de pesquisa do MUHCAB. Por ter sido realizado por subgrupos, ainda que tenha sido coordenado pela SMC, considera-se que a pesquisa do MUHCAB através do GT acontecia de forma descentralizada.

- **Comitê Científico**

O Comitê Científico é considerado uma estratégia para o MUHCAB estreitar vínculos com a comunidade acadêmica e, ainda, validar informações. Atualmente é formado por seis professoras de História, todas a nível de pós-graduação e envolvidas com pesquisas sobre processos de escravização no Brasil, servidoras de diferentes universidades, a saber: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

- ✓ Ana Flávia Magalhães Pinto - UNICAMP
- ✓ Giovanna Xavier - UFRJ
- ✓ Hebe Mattos - UFF
- ✓ Keila Grinberg - UNIRIO
- ✓ Martha Abreu - UFF
- ✓ Monica Lima - UFRJ

O grupo que atualmente forma o Comitê Científico é coordenado pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF). O comitê elaborou o documento “Por um museu no Cais do Valongo”,

que foi entregue aos gestores do MUHCAB em abril de 2018, como uma proposta de conteúdo preliminar para curadoria.

Planeja-se que entre setembro e outubro de 2018 o Comitê Científico se reúna com os gestores do MUHCAB para que, em novembro, o Plano Interpretativo já esteja desenhado. A intenção é que o Plano Interpretativo seja apresentado à sociedade civil no seminário internacional que o MUHCAB produzirá também em novembro de 2018.

Como desdobramento do trabalho do Comitê Científico, pretende-se que um Comitê Curatorial seja formado até março de 2019, compreendendo os seguintes agentes, ainda a serem especificados:

- ✓ Membros da comunidade do entorno;
- ✓ Membros da comunidade academia;
- ✓ Membros do MUHCAB.

Analisando o documento “Por um museu no Cais do Valongo”, nota-se que, até a elaboração do presente relatório, o Comitê Científico levantou quatro questões disparadoras para serem abordadas em narrativas das atividades do MUHCAB, conforme destacado no trecho a seguir:

Como responsáveis pela curadoria acadêmico-científica do futuro museu, sugerimos as seguintes questões geradoras para orientar a escolha das personagens e situações problema:

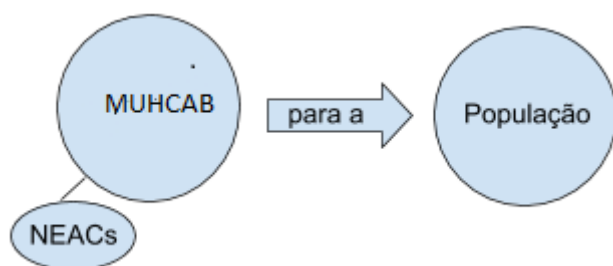
- 1 - Personagens da diáspora africana: Quem eram, de onde vieram e qual o destino no Brasil dos africanos que desembarcaram na região do Cais do Valongo?
- 2 - Quebrando o silêncio - Rio de Janeiro, cidade negra: Socialmente invisíveis ou chamados “livres de cor”, quem eram e quantos eram os cidadãos e súditos negros do Império do Brasil?
- 3 - Da Bahia e do Vale do Café à Pequena África: Qual o papel dos últimos cativos no movimento abolicionista e qual o seu destino após a abolição?
- 4 - Passados sensíveis e os personagens do Pós-Abolição: Quando poderemos dizer que a abolição finalmente se completou no país?

Nesse sentido, o trabalho de pesquisa realizado pelo Comitê Científico visa a orientar os discursos adotados pelo MUHCAB, oferecendo embasamento teórico para tal.

- **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs)**

A partir das metodologias (*escuta interna* e análise documental) foram encontradas contribuições de pesquisas realizadas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) do Colégio Pedro II (CPII) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sabe-se que no Rio de Janeiro há NEAB também no CEFET-RJ e na UFRJ e, por esse motivo, o mapeamento de contribuições desses núcleos no Rio de Janeiro para o MUHCAB ainda será apurado nas próximas etapas do Planejamento Integrado do Projeto.

4.2.3. Pesquisas que *partem do* MUHCAB – Setor de Pesquisa



Foi possível perceber que as linhas de pesquisa desenvolvidas *pelo* museu, que configuram o Setor de Pesquisa do MUHCAB, ainda estão em fase de desenvolvimento. Até a finalização do presente relatório, notou-se a formação de duas linhas dentro do Setor de Pesquisa. Ambas se encontram em interface com os cursos em fase de desenvolvimento pelo Setor de Capacitação e estão sendo estruturadas através da parceria com o Departamento de História da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Vale ressaltar que os setores de Pesquisa e Capacitação contam com o mesmo responsável, Vinícius Natal, que passou a integrar o quadro de funcionários e a Gestão do MUHCAB em abril de 2018.

LINHA DE PESQUISA 1 – Ampliação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (CHACHA)

A partir de entrevista com o responsável pelo Setor de Pesquisa, Vinícius Natal, e da coordenadora técnica do MUHCAB, Cristina Lodi, esta Consultoria de Museologia ouviu a necessidade de ampliação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração

da Herança Africana. A pesquisa para ampliação do CHACHA justifica-se pelo fato de que, atualmente, o circuito não contempla pontos igualmente relevantes para a legitimação das memórias negras na região da Pequena África.

O processo de *escuta interna* inerente ao presente Levantamento de Atividades de Pesquisa do MUHCAB permitiu identificar alguns destes pontos que pretendem ser incluídos no circuito em questão:

- ✓ Pontos da região portuária: Praça da Harmonia; Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU); Armazém Docas André Rebouças.
- ✓ Outros pontos do centro da cidade: Igreja Nossa Senhora do Rosário; Museu do Negro; Igreja de Santa Rita; Igreja Santo Elesbão; Monumento a Zumbi dos Palmares; Complexo Territorial da Tia Ciata.

Por fim, interpreta-se que a Resolução Conjunta SMUIH/SMC nº 06 de 18 de abril de 2018 propõe que o mesmo Grupo de Trabalho⁹ criado em 2011 para pesquisa sobre o território e criação do CHACHA conduza também o processo de ampliação deste circuito.

LINHA DE PESQUISA 2 – Memória do edifício do MUHCAB – Escola José Bonifácio

A atual sede administrativa do MUHCAB funciona no edifício da Escola José Bonifácio, antigo Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB). Após análise nesta Etapa 1, identificou-se a demanda para que a investigação da memória do edifício configure uma linha de pesquisa que *parte do* MUHCAB. Tal linha de pesquisa pode ser compreendida como uma estratégia para assegurar à população que a escolha de iniciar os trabalhos do MUHCAB neste edifício não foi ao acaso. Observou-se o esforço interno do museu em embasar e divulgar a relação do edifício com atuação do Movimentos Negros no Rio de Janeiro.

No entanto, é importante ressaltar que antes de ser um espaço de dedicado à documentação e às memórias negras era uma escola pública. E é apoiada nessa primeira função do edifício que os setores do Educativo, do Acervo e da Capacitação do MUHCAB se relacionam com o Setor da Pesquisa. A metodologia da *escuta interna*

⁹ O Grupo de Trabalho em questão foi criado pelo mesmo instrumento jurídico que criou o CHACHA, o Decreto n 34.803 de 29 de novembro de 2011.

adotada nesta Etapa 1 permitiu à esta Consultoria de Museologia constatar que os responsáveis desses setores propõem atividades que partem da investigação da memória do espaço. Nota-se que o trabalho de reconstrução da memória do edifício onde funciona o MUHCAB – Escola José Bonifácio, embora configure essencialmente um campo do Setor de Pesquisa, será um trabalho de retroalimentação entre os setores do museu, a partir das atuações destacadas abaixo.

✓ Educativo:

A visita mediada é uma das manifestações de interação entre o museu e os seus visitantes. O contato direto com o público permite que esse seja um momento espontâneo de troca de informações e percepções acerca do edifício. Com a saída da gestora Jurema Agostinho da Cruz é fundamental que as informações pesquisadas sobre o edifício sejam registradas, para que possam ser trabalhadas de diversas formas em atividades educativas, não se limitando apenas às visitas mediadas.

✓ Acervo:

A maior parte dos objetos das coleções que compõem o acervo local corresponde ao momento posterior ao funcionamento da escola. São muitos os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais a partir da década de 1980, ou seja, a partir do momento em que o edifício passou a abrigar o Centro de Memória e Documentação de Referência Afro-Brasileira. Tais registros contêm também boa parte da memória dos Movimentos Negros, especialmente sua atuação no Rio de Janeiro. Sobre o acervo relacionado à Escola José Bonifácio, nesta Etapa 1, foi possível apenas identificar as bandeiras que eram utilizadas na fachada da escola. No entanto, a partir de conversas com a Gestão e com a Coordenação Técnica do MUHCAB, foi detectada a necessidade de coletar testemunhos de ex-alunos da escola e de pessoas que se relacionaram com o edifício em momentos posteriores. Pretende-se contar com apoio do LABHOI/UFF para coleta desses depoimentos.

✓ Capacitação:

Enxergar o edifício da Escola José Bonifácio como o “ponto de partida” da concretização do MUHCAB aponta a necessidade de investigar sobre a sua memória para localizar onde o museu está sendo implantado e justificar o porquê de ser neste edifício (e não em outro). A pesquisa acerca do prédio da Escola José Bonifácio pretende ser o tema central de um dos cursos do Setor de Capacitação do MUHCAB, a ser realizado em parceria com o Departamento de História da Universidade Veiga de Almeida (UVA). O curso ainda está em fase de desenvolvimento e pretende investigar as funções sociais do edifício desde a sua construção, através do seu acervo. Também poderão ser consultadas bases de dados para levantar informações, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

- **Núcleo de Estudos Afro-Comunitários (NEACs)**

As informações sobre os NEACs foram coletadas a partir do processo de *escuta interna* realizado em diversos Levantamentos de Atividades do MUHCAB, não apenas para o Setor de Pesquisa. Não foi possível encontrar informações através da análise documental, pois não há registro por escrito no MUHCAB sobre o tema, tampouco há informações em sites de busca da internet ou redes sociais.

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira enquanto museu territorial localizado na região central do Rio de Janeiro, encontra nos Núcleos de Estudos Afro Comunitários (NEACs) a possibilidade de ampliar suas ações para áreas ditas periféricas. Concluiu-se que esses núcleos são ramificações do MUHCAB, propondo uma ocupação rizomática da cidade. Os NEACs foram criados em setembro de 2017, no âmbito da 1ª Oficina Participativa do MUHCAB, com o apoio da gestora e responsável pelo Educativo, Pituka Nirobe e da gestora Wanda Ferreira. Atualmente os NEACs funcionam na Zona Oeste da cidade, mas já vem se estruturando também em outras regiões.

Os NEACs pretendem descentralizar os processos de escuta ampliada e articulação do MUHCAB, fomentando as diversas formas de produção de conhecimento e saberes populares de matrizes africanas que circulam pela cidade.

Em outras palavras, procura valorizar pesquisas afrocêntricas e não-acadêmicas. Por esse motivo, podem ser considerados como um contraponto (ou um complemento) aos NEABs.

4.2.4. Considerações parciais

Nesse momento em que o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira está em fase de consolidação e estruturação, nota-se que o fluxo de pesquisas na direção que vai *para* o MUHCAB é maior do que o fluxo de pesquisas que *partem do* MUHCAB.

Em termos estruturais, é possível afirmar que o Setor de Pesquisa já nasce com um canal aberto para parcerias de pesquisa com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), pois este setor foi criado por um dos gestores do museu, Vinícius Natal, que é doutorando em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

É importante ressaltar também o potencial de parceria do Setor de Pesquisa com o Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO). Um primeiro contato entre o PPGMS (através da professora da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, Maria Amália) e o MUHCAB (através da gestora e responsável pelo Educativo, Pituka Nirobe) já foi estabelecido: o evento de abertura do “III Seminário Internacional de Memória Social” foi realizado no MUHCAB – Escola José Bonifácio. Há, ainda, outra possibilidade de canal para parceria com o PPGMS/UNIRIO: a consultora responsável pela Consultoria de Museologia, Clarisse Rosa, é doutoranda neste programa (na linha de pesquisa Memória e Espaço) e está disposta a fortalecer tal articulação, mediando o contato entre o MUHCAB e outras professoras negras do PPGMS que pesquisam questões étnico-raciais relacionadas à memória, como por exemplo a Prof^a. Dr^a. Andréa Lopes e a Prof^a. Dr^a. Glenda Mello.

4.3. LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DO EDUCATIVO

4.3.1. Elaboração do Setor Educativo

A implantação do Educativo do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira foi marcada pela chegada da gestora Pituka Nirobe (Ivanir Pereira Guimarães), em novembro de 2017. Inicialmente Pituka foi nomeada para ser gestora do espaço onde estava se estruturando a sede administrativa do MUHCAB. Porém, no momento da sua nomeação ao cargo, o espaço ainda era conhecido como Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB), e aos poucos foi sendo estruturado internamente para ser denominado MUHCAB – Escola José Bonifácio. A partir da estruturação interna em museu, a gestora não deixou de fazer parte da equipe de gestão, mas tornou-se também responsável pelo Setor Educativo da instituição.

O processo de *escuta interna* para o Levantamento de Atividades do Educativo do MUHCAB teve início na segunda semana do trabalho da Equipe de Planejamento, a partir de conversas com a responsável pelo Setor Educativo. Inicialmente, as conversas com Pituka Nirobe foram focadas em planejamento das ações futuras para o museu, com reflexões em conjunto com a Equipe de Planejamento sobre possíveis ações educativas a serem desenvolvidas. Tal necessidade de reflexão se deu a partir de um pedido da secretária municipal de cultura, Nilcemar Nogueira: em uma sala do MUHCAB – Escola José Bonifácio já deveriam funcionar algumas atividades educativas a partir de julho, e que estas estivessem alinhadas com o desenvolvimento das diretrizes do projeto-macro do MUHCAB.

É importante ressaltar a intenção do projeto-macro do MUHCAB de contar com uma gestão que contemple a participação de atores e comunidades de interesse em todas as suas etapas de criação e desenvolvimento, além de um processo de escuta continuada sobre seus programas. Nesse sentido, compreende-se o papel fundamental que as atividades educativas possuem no espaço, enquanto potencializadoras de debate e concretização de processos de mediação entre as narrativas do museu e seu público.

Nilcemar solicitou que, neste primeiro momento, as atividades educativas se inspirassem nas que são realizadas no Museu da Escravidão do Liverpool National

Museums, visitado por ela no segundo semestre de 2017: um conjunto de objetos que revelam traços das práticas do regime escravista da colonização inglesa são acompanhados por fichas descritivas, contextualizando-os e gerando reflexões, cujo principal objetivo é ser disparador de um debate com o público, mediado pela equipe do Educativo.

As conversas iniciais entre Pituka e a Equipe de Planejamento gerou uma planilha colaborativa para sistematizar os objetos a serem trabalhados na futura atividade. Foram esboçadas formas de abordagem a partir da pergunta que seria o epicentro da atividade: como que aqueles objetos e seus usos no período da escravização reverberam ainda hoje na sociedade brasileira? Contraponto entre navios negreiros e meios de transporte lotados na cidade do Rio de Janeiro atualmente, por exemplo, foi levantado como uma potente discussão a ser trabalhada pelo Educativo com o público do MUHCAB, através das fichas.

Dando continuidade ao Levantamento de Atividades do Educativo do MUHCAB, identificou-se a necessidade de mapear as atividades que já estão sendo realizadas com o público do museu antes de aprofundar pesquisas de planejamento para atividades futuras. A postura de recuo com o andamento das ações foi uma decisão coletiva da Gestão do MUHCAB; os gestores solicitaram à secretária de cultura o adiamento das ações previstas para iniciar em julho, incluindo as do Setor Educativo. A maior parte das ações foi adiada para novembro.

Nesse contexto, a Equipe de Planejamento concluiu ser de fundamental importância valer-se desse momento para obter informações mais precisas sobre o que já está sendo realizado pelo Setor Educativo do MUHCAB. A estratégia adotada revelou que, para avançar com o planejamento, é fundamental estruturar bem o quadro atual de funcionamento do museu. A ferramenta inicial adotada foi entrevista com a responsável pelo setor, Pituka Nirobe, também apontada neste relatório como o ponto-focal do Educativo.

- ***Escuta Interna – Ferramenta I: Entrevista e Consultas***

No dia 07 de junho de 2018 a gestora Pituka foi entrevistada pela Equipe de Planejamento, com a finalidade de sistematizar informações fundamentais das atividades que já são realizadas pelo Setor Educativo do MUHCAB. No dia seguinte,

os funcionários Naira Fernandes e Fábio Costa foram consultados para contribuir com informações pontuais – ambos trabalham no espaço há aproximadamente dois anos¹⁰ e contribuem com praticamente todas as atividades realizadas no MUHCAB – Escola José Bonifácio, sejam educativas ou não. As principais perguntas realizadas foram:

- ✓ Quais são as atividades do Educativo do MUHCAB?
- ✓ Há parceiros envolvidos nessas atividades? Quais?
- ✓ Como se realizam essas atividades?

Foi possível obter um panorama do Setor Educativo do MUHCAB e uma planilha colaborativa online foi criada para que a responsável pelo Educativo pudesse consultar, fazer possíveis correções e preencher lacunas. Porém, algumas lacunas permaneceram nos campos que detalhavam as atividades, cujas perguntas seguem abaixo:

- ✓ A atividade já foi iniciada?
- ✓ Qual a data de início?
- ✓ Com que frequência é ou será realizada?
- ✓ Qual é o público-alvo?
- ✓ Número de pessoas atendidas?
- ✓ Qual resumo da atividade?

Observou-se que algumas informações ainda não estavam totalmente definidas sobre cada atividade e o processo de escuta precisou ser continuado para além da entrevista e das consultas até então realizadas. Até a finalização do presente relatório ainda não foi possível acessar os registros das atividades do Setor Educativo do museu por escrito e, por isso, foi necessário sanar dúvidas em novas conversas. Portanto, a metodologia de *escuta interna* revelou-se como a única possível neste primeiro momento de Levantamento de Atividades do Educativo do MUHCAB.

A partir dessa metodologia diversos fatores apontaram que a visita educativa é a atividade de base do Setor Educativo do MUHCAB, porém vem enfrentando dificuldades para sua realização, por não haver funcionários suficientes para a função. Mesmo assim o processo de *escuta interna* permitiu que esta Consultoria de

¹⁰ A princípio, Naira Fernandes e Fábio Costa começaram a trabalhar no CCMJB e, mesmo com a transição do espaço para sede administrativa do MUHCAB (isto é, de centro cultural para museu) suas funções foram mantidas. É importante ressaltar que a participação de ambos os profissionais no contexto de elaboração e implementação do MUHCAB foi de fundamental importância.

Museologia conhecesse os três tipos de atividade educativa realizados até o momento de elaboração do presente relatório (bem como suas atuais dificuldades): 1 – agendamento realizado pelo IPN e finalizado no MUHCAB; 2 – agendamento realizado diretamente pelo MUHCAB; 3 – projeto Akipalô.

- ✓ Agendamento de grupos (diversos perfis) realizado pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN): visita ao território da Pequena África, com visita ao IPN e finalização com visita ao MUHCAB-EJB. → Segundo relatos, esse tipo de visita dificultava o funcionamento do MUHCAB, pois exigia que a pessoa a realizar a visita (quase sempre, Jurema Agostinho da Cruz) ficasse à disposição da chegada do grupo, impedindo-a de se comprometer com outras atividades neste intervalo de tempo.
- ✓ Agendamento de grupos (escolas municipais) realizado pelo MUHCAB-EJB: visita ao edifício que, dependendo da faixa-etária do grupo, poderia incluir visita ao território ou não. → Este tipo de visita apenas foi realizado poucas vezes, por conta da dificuldade que a maioria das escolas enfrenta para conseguir transporte e recursos para o lanche dos alunos. A previsão era que acontecesse todas as terças e quintas, mas somente foi possível realizar uma média de duas por mês. Em março de 2018 houve o maior número, somando quatro atividades.
- ✓ Projeto Akipalô: agendamento realizado pelo MUHCAB-EJB, que incluía visita ao edifício e atividades diversas, variando de acordo com o perfil do grupo. → Este tipo de atividade encontra-se sem vínculo com a visita educativa, pois atualmente não há funcionários suficientes para a função.

- ***Escuta Interna – Ferramenta II: Acompanhamento de Visita Educativa***

A segunda ferramenta adotada para o processo de *escuta interna* do Setor Educativo do MUHCAB foi o acompanhamento da atividade que até então era o epicentro do setor: visita mediada ao edifício do MUHCAB – Escola José Bonifácio, conduzida por Jurema Agostinho da Cruz. Jurema foi uma das gestoras do Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB) e é reconhecida por todos os funcionários do MUHCAB como a pessoa mais capacitada para realizar visitas mediadas ao espaço.

É importante ressaltar que a ferramenta de acompanhamento de atividade pretende ser utilizada com todas as atividades educativas (atuais e futuras) do MUHCAB; uma estratégia que tem como objetivo compreender como essas experiências são oferecidas aos visitantes do museu.

As consultoras de Museologia e Produção Cultural acompanharam a visita educativa realizada por Jurema ao edifício no início de junho de 2018. Foi possível perceber que a atividade consiste em seis partes:

- ✓ Contextualização do território com breve histórico sobre a Rua Pedro Ernesto e a região da Pequena África.
- ✓ Contextualização sobre a política de construção de escolas nos moldes da Escola José Bonifácio.
- ✓ Instituições abrigadas no edifício após o fim das atividades da escola.
- ✓ Início das atividades de valorização de memórias negras, enquanto Centro de Memória e Documentação de Referência Afro-Brasileira.
- ✓ Destaque de personalidades relacionadas ao edifício.
- ✓ Apresentação do nome das salas e pátios, com breve histórico.

Poucos dias após esta visita a aposentadoria de Jurema saiu em Diário Oficial do Município. Desde então, um dos maiores desafios enfrentados pelo Setor Educativo do MUHCAB é encontrar alguém tão capacitado quanto Jurema para realizar as visitas ao edifício. Por enquanto, duas alternativas emergiram em conversas com as Equipes do MUHCAB: recontração de Jurema Agostinho da Cruz para que continue realizando as visitas dentro do quadro de funcionários do MUHCAB ou contratação pontual dos seus serviços para capacitar novos educadores/mediadores.

Acredita-se que o Levantamento de Atividades do Educativo do MUHCAB pode oferecer subsídios para que a Gestão do MUHCAB encontre uma solução para dar continuidade às visitas mediadas na ausência de Jurema. Atualmente, quando necessário, outros funcionários do MUHCAB (geralmente Naira ou Fábio) realizam um acolhimento ao espaço.

4.3.2. Análise a partir das ferramentas utilizadas

Criar uma planilha (colaborativa e online) com as informações coletadas através das ferramentas de *escuta interna* possibilitou que os próprios funcionários do MUHCAB refletissem sobre a necessidade de realocar algumas atividades em novas categorias. Nota-se que um dos atuais desafios é a falta de nitidez sobre o que realmente são atividades educativas e atividades de outras naturezas. Recomenda-se, portanto, que seja criada uma classificação de atividades com a qual as Equipe do MUHCAB estejam de acordo, a fim de tratá-las de forma específica, a partir de suas características.

Nem todas as atividades elencadas na planilha aconteciam, de fato, exclusivamente no Setor Educativo, embora até então estivessem sendo consideradas neste escopo. Abaixo, algumas propostas de categorias que emergiram como novas possibilidades, para além de “atividades educativas”:

- ✓ Atividade de saúde e bem-estar social
- ✓ Atividade de educação patrimonial / vivência cultural
- ✓ Atividade de parceiro
- ✓ Programação pública / evento

Vale destacar também que muitas das atividades citadas pela responsável do Educativo para compor a planilha ainda não foram iniciadas. São propostas trazidas por Pituka a partir de sua experiência com educação em museus, e também a partir de sua articulação com parceiros. No entanto, segundo a gestora, ainda não foram iniciadas por falta de recursos e infraestrutura. Há planejamento das atividades educativas ainda não iniciadas, as quais serão tratadas no presente relatório de forma distinta das atividades existentes. A potência que essas atividades previstas possuem diante do trabalho de mediação com o público do MUHCAB, faz com que sua estruturação entre no planejamento do ponto-focal do Setor Educativo.

Nota-se também um acúmulo de atividades que estão sob responsabilidade da gestora e ponto-focal do Setor Educativo, Pituka. Sabe-se que ainda são poucas atividades educativas de caráter contínuo no MUHCAB, mas há um número robusto de atividades realizadas por parceiros que demandam a interlocução de Pituka. Uma reorganização dos responsáveis por atividades educativas *produzidas pelo* MUHCAB

(e de atividades de parceiros *produzidas no MUHCAB*) poderia viabilizar o início de atividades pendentes. É importante atentar que esse acúmulo pode vir a impactar na qualidade de realização de algumas atividades, bem como na não execução de outras. Portanto, para além da falta de recursos e infraestrutura o fato de poucas atividades (até então denominadas) educativas estarem sendo realizadas no momento é coerente com uma equipe de Educativo que ainda é enxuta demais para seu pleno funcionamento.

4.3.3. Análise estrutural do Setor Educativo

Após analisar o funcionamento atual do Setor Educativo do MUHCAB, a partir da abordagem metodológica de *escuta interna*, consideram-se, até então, três momentos deste setor:

✓ Novembro/2017 a Janeiro/2018:

Chegada da gestora e responsável pelo Setor Educativo do MUHCAB, Pituka Nirobe. Neste momento, o espaço ainda era denominado e publicamente reconhecido como Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB). As atividades educativas realizadas ainda mantinham vínculos com a gestão anterior do espaço e o processo de articulação institucional com a nova gestão estava se fortalecendo, o que rendeu frutos para o momento posterior.

✓ Fevereiro/2018 a Maio/2018:

Processo de divulgação da instituição e do espaço MUHCAB – Escola José Bonifácio a partir de articulação com parceiros e de ocupação do espaço por artistas contemplados pelo edital “Cultura + Diversidade” da Secretaria Municipal de Cultura, dentre outras estratégias para alcançar e conquistar novos públicos. Segundo indicadores de metas da Prefeitura do Rio de Janeiro, a visitação ao espaço teve um aumento de 200%, de janeiro a abril de 2018. No entanto, observou-se que foi neste momento que as categorias de atividades apresentaram uma

delimitação flexível e permeável, isto é, este momento foi marcado pela indefinição do que, de fato, são consideradas “atividades educativas”. Avalia-se que a indefinição dessa categoria teve início a partir o acolhimento às demandas externas de parceiros e às ocupações artísticas no espaço, impactando no momento posterior. Neste momento, é perceptível que o acúmulo de funções de *gestora do espaço* e de *responsável pelo setor* sendo assumidas pela mesma pessoa (consequência de uma equipe enxuta demais para as dimensões do museu) demandou a execução simultânea de tarefas muito distintas. Esta Consultoria de Museologia avalia que a situação teve desdobramentos em escalas micro e macro que impactaram na instituição, a saber: desarranjo nas categorias de atividades (micro) e desarranjo nas definições de cada setor (macro). Por conta da sobreposição de tarefas, também foram identificados alguns ruídos na comunicação interna entre as Equipes do MUHCAB.

✓ Junho/2018 em diante:

No final de maio de 2018, a secretária de cultura, Nilcemar Nogueira, estabeleceu que o espaço deixasse de se chamar Centro Cultural Municipal José Bonifácio para se chamar, definitivamente, Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira. A partir dessa decisão, os funcionários do museu sentiram necessidade de uma estruturação interna de todos os setores do MUHCAB e solicitaram recuo de algumas ações e adiamento de algumas entregas, o que foi acatado pela secretária. O momento coincidiu com a chegada das consultoras da Equipe Planejamento, permitindo que tal planejamento fosse assessorado por olhares técnicos especializados, porém externos à instituição. Para o Setor Educativo, estabelecer o adiamento de datas foi fundamental para permitir olhar atentamente para as suas necessidades internas e está possibilitando a estruturação do setor. Como resposta imediata, um documento de registro de atividades do Educativo está sendo elaborado pela responsável, com apoio de funcionários do

MUHCAB. Acompanhar a elaboração deste documento e analisá-lo com os funcionários será uma das estratégias de atuação da Equipe Planejamento para a Etapa 2.

4.3.4. Biblioteca Popular da Gamboa

Para fins deste Levantamento de Atividades do Educativo do MUHCAB, avaliou-se a necessidade de incluir as “atividades educativas” realizadas na Biblioteca Popular da Gamboa, instituição autônoma localizada no pavimento térreo do edifício do MUHCAB – Escola José Bonifácio. Ambas as instituições, MUHCAB e Biblioteca, estão alocadas na Secretaria Municipal de Cultural, mas possuem quadros de indicadores diferentes, pois são geridas por subsecretarias diferentes: Subsecretaria de Cultura (Gerência de Museus) e Subsecretaria de Identidade Cultural (Gerência de Bibliotecas), respectivamente.

A partir do processo de *escuta interna* do responsável pelo acervo do MUHCAB, Alexandre Rios, e da coordenadora técnica, Cristina Lodi, foi possível compreender a pretensão de, em um momento futuro, fundir o acervo bibliográfico do MUHCAB localizado no segundo pavimento do edifício (a coleção é denominada Biblioteca Carolina Maria de Jesus) ao acervo da Biblioteca Popular da Gamboa. Tal transição somente será possível depois da coleção ser inventariada, mas ainda não há previsão de iniciar o inventário.

Portanto, justifica-se a necessidade de estender a metodologia de *escuta interna* do MUHCAB à Biblioteca Popular da Gamboa porque, em um momento futuro, a relação entre ambas as instituições se intensificará. Além disso, vale destacar que atualmente há interlocução entre o Setor Educativo e a Biblioteca, revelando-se um apoio mútuo às atividades.

A ferramenta adotada para *escuta interna* foi entrevista com a responsável pela Biblioteca Popular da Gamboa, Josefa Moutinho. Josefa foi entrevistada e apresentou duas atividades que até então estão sob a categoria de “atividades educativas”: o Troca-troca de livros e a Oficina criativa. No entanto, é importante ponderar que outras classificações podem ser mais adequadas a essas atividades, pela natureza que apresentam.

Para fins de organização desta Etapa 1, por enquanto as atividades da biblioteca estão inseridas na planilha (colaborativa e online) desenvolvida para o Educativo do MUHCAB. Uma vez que se pretende fundir o acervo bibliográfico do MUHCAB ao da Biblioteca Popular da Gamboa, pode-se considerar que as ações atuais realizadas pela biblioteca têm potencial para serem ações futuras do Setor Educativo do MUHCAB. Como a planilha desenvolvida para o Educativo, até o presente momento, está incluindo as atividades em andamento e as atividades futuras, considera-se coerente incluir as atividades da Biblioteca enquanto possíveis ações futuras.

4.3.5. Análise das temáticas abordadas no Setor Educativo

Após utilizar as duas ferramentas de *escuta interna*, entrevista e acompanhamento de atividade, esta Consultoria de Museologia observou que a estrutura do Setor Educativo do MUHCAB se encontra fundamentada em três bases:

- ✓ Vínculo com a Lei nº 10.639/2003: a intenção da gestora do MUHCAB e responsável pelo setor é obter nas escolas municipais a maior parte do público Setor do Educativo. Desse modo, os conceitos abordados nas atividades educativas são atravessados pelo que a lei implementa: a história das culturas negras.
- ✓ Conexão com a ancestralidade negra: a intenção é desenvolver atividades que valorizem saberes de matriz africana.
- ✓ Afirmativa positiva do corpo negro: com o intuito de desconstruir estereótipos racistas replicados pela mídia, pretende-se valorizar a beleza do corpo negro.

Também foi possível identificar que, de modo ampliado, o Setor Educativo do MUHCAB pretende fomentar a luta antirracista. Muitas das atividades educativas do MUHCAB têm o protagonismo negro como tema central.

Ressalta-se que os pontos elencados acima partiram da análise de informações coletadas na *escuta interna* na Etapa 1. Somente será possível afirmar com precisão quais são, de fato, as bases da estrutura do Setor Educativo do MUHCAB quando for liberado o acesso ao documento de registro de atividades que está sendo

desenvolvido por Pituka. Pretende-se, portanto, analisar esse documento como uma das estratégias para desenvolver o Produto 2.

4.3.6. Material e Equipe

Durante o processo de *escuta interna*, foi possível perceber que nem todas as atividades ditas educativas contam com material para realização. Quando há demanda, o primeiro passo dado pelos funcionários do MUHCAB é buscar formas de receber doação de material. Pituka afirmou que sua principal estratégia é reaproveitamento de material do próprio MUHCAB – Escola José Bonifácio. Também procura coletar material nos barracões de escola de samba, além de se esforçar para obter recursos via Prefeitura do Rio de Janeiro para comprar materiais de base, como lápis de cor, tinta, papel etc.

Embora não seja impossível arrecadar material para o Setor Educativo, há diversos fatores que dificultam o processo. A gestora do MUHCAB e ponto-focal do setor apontou os obstáculos relacionados à estrutura: dificuldade de conseguir transporte para alunos de escolas municipais e dificuldade de conseguir material para realizar atividades. Há ainda o obstáculo acerca do tamanho da equipe do Educativo. No período deste levantamento, apenas Pituka compunha a equipe, contando com o apoio de Fábio e Naira, mesmo ambos não sendo diretamente da equipe do setor, pois Jurema Agostinho da Cruz já havia se aposentado.

Pituka ressaltou que para conseguir realizar algumas atividades foi preciso contratar com recursos próprios o serviço de monitores externos. Justificou a importância de ter monitores, porque sozinha não é possível atender a um grupo maior do que vinte pessoas. Por isso, alguns alunos dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros Comunitários (NEACs) foram contratados para apoiá-la.

4.3.7. Considerações parciais

No dia 19 de junho, a Gerente de Museus da SMC, Heloísa Queiroz compareceu ao MUHCAB – Escola José Bonifácio e anunciou que Pituka se afastará da função de gestora do MUHCAB para se dedicar integralmente à liderança do Setor

Educativo, sendo assessorada por Fábio, que a partir deste momento será incorporado ao setor. Como a nova delimitação de funções ainda está se estruturando, no presente relatório (e em todos os outros desenvolvidos nesta Etapa 1), Pituka ainda é referenciada das duas formas: como gestora do MUHCAB e como ponto-focal do Educativo.

ATIVIDADE	PARCEIRO	PONTO-FOCAL MUHCAB	ATIVIDADE JÁ INICIADA?
Visita Mediada Agendada + Projeto Akipalô	Escola M. Rivadávia Correa	Pituka	Ainda não
	Escola M. Darcy Vargas	Pituka	Sim
	Fundação Darcy Vargas	Pituka	Ainda não
	Escola E. Sarah Kubischek	Pituka	Ainda não
	EDI - Escola Raposo Tavares	Pituka	Sim
Diversidade de linguagem: roda de conversa, momento poético, desfile de moda etc.	Empoderamento Crespo	Pituka	Sim
Divulgação de atividades	Rádio Comunitária da Providência e Morro do Pinto	Pituka e Wanda	Não
Oficina de gastronomia	Mulheres Sabores do Porto	Pituka	Não
Ações com a Terceira Idade	Clinica da Família Nélio de Oliveira (Teleférico Providência)	Pituka	Sim
[Não informado]	Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro	Pituka	Sim
Oficina de Dança Afro	Vila Olímpica	Pituka	Sim
Aulas	FGV	Pituka	Não
Exposição Fotografia	Observatório de Favelas	Pituka	Não
Visitas Mediadas Agendadas ao território	IPN	Pituka e Jurema Agostinho da Cruz	Sim
Encontros Literários	FLUP	Pituka	Sim
Sarau	Não possui	Pituka	Sim
Troca-Troca de Livros	Biblioteca Carolina Maria de Jesus	Josefa	Sim
"Oficina Criativa"	[Não informado]	Josefa	Sim

A partir da planilha (colaborativa e online) elaborada nesta Etapa 1, como sistematização do Levantamento de Atividades do Educativo do MUHCAB, é importante frisar que as atividades sinalizadas como de outras naturezas (que não "essencialmente" educativas) ainda serão avaliadas pelos funcionários do MUHCAB para definir se serão realocadas aos setores sinalizados ou não. Por enquanto, é importante apontar que a maior parte das atividades indicadas por Pituka para compor a planilha tem perfil de evento, programação pública, atividades de bem-estar social ou exposições.

A maioria das parcerias para as atividades educativas foram estabelecidas enquanto o MUHCAB – Escola José Bonifácio ainda era reconhecido apenas como Centro Cultural Municipal José Bonifácio. Será necessário, portanto, verificar qual é o status dessas parcerias e se haverá alguma adaptação a partir da transição de centro cultural para museu.

4.4. LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES DE ACERVO

4.4.1. Elaboração do Setor de Acervos

O presente levantamento de atividades sobre o acervo do MUHCAB configura apenas um primeiro breve contato e, portanto, ainda se encontra em fase preliminar.

O que já foi possível observar é que todo acervo que está na *sala de acervo* da sede do MUHCAB – Escola José Bonifácio corresponde a basicamente três vertentes:

1. O que já foi exposto e depois doado (como pinturas Heitor dos Prazeres, Nelson Sargento, fotografias)
2. Material que foi produzido em cursos oferecidos pela instituição (como pinturas da Tia Lúcia, esculturas em cerâmica etc)
3. Material de registro de atividades/eventos realizadas na instituição (como fotografias ainda não higienizadas, fitas vhs, fitas cassete).

→ 25/05/2018: A Gerência de Museus deu entrada na inscrição do MUHCAB no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

4.4.2. GT e Subgrupo de Acervos

- Esse Subgrupo Acervo foi subdividido por conta da diferenciação de acervo documental, museológico/arqueológico e acervo bibliográfico.
- Subgrupo de Acervos privados e Ordens religiosas só teve duas reuniões.

4.4.3. Algumas considerações

Foram identificados as seguintes tipologias:

- ✓ Acervo Museológico
- ✓ Acervo Arqueológico
- ✓ Acervo Documental
- ✓ Acervo Bibliográfico
- ✓ Acervo Territorial

Ainda não estão definidas as políticas para acervo, mas já foram delineadas algumas possibilidades:

- ✓ Comodato / empréstimo
- ✓ Doação (consciente dos critérios, para evitar custos)
- ✓ Digitalização - réplica dos originais
- ✓ Chamada para coleção familiar - inventário participativo

4.4.4. Exposições

- Atuais – Exposição nos corredores do segundo andar do MUHCAB – Escola José Bonifácio com obras do artista plástico Geraldo sobre ancestralidade negra.
- Próximas – Observatório de Favelas (julho/2018): É de interesse da SMC que o acervo exposto pelo Observatório de Favelas seja incluído na coleção do MUHCAB. Está prevista também a exposição *Gullah Bahia África* (novembro/2018): O acervo a ser exposto já é do MUHCAB.

ETAPA 2 – PRODUTO 2

CAPÍTULO 5 – FATORES MUSEOLÓGICOS

5.1. INTRODUÇÃO

O escopo da Etapa 2 para todas as consultorias envolvidas no PRODOC nº 914BRZ4022 foi definido no Planejamento Integrado do Projeto como *Diagnóstico Front-End*. Este **Produto 2**, específico da consultoria de Museologia, é o **Diagnóstico Participativo e Avaliação da Instituição e do Território Físico-Social-Cultural do Entorno**, parte integrante do planejamento para elaboração do **Plano Museológico** do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, conforme a segunda etapa do TR – 02/2018 – Museologia. A descrição do Termo de Referência em questão segue abaixo.

NÚMERO DO TR – PERFIL	TR – 02/2018 – Museologia
ENQUADRAMENTO PRODOC 914BRZ4022	<p><u>Objetivo Imediato 2</u> – Promover a valorização e a conservação do conjunto de bens culturais do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e da sua área de amortecimento.</p> <p><u>Resultado 2.1</u> – Bases para a criação do Museu de Território, englobando sede principal onde se localizará o Centro de Referência do Valongo, sede administrativa e circuito de visitação, elaboradas.</p> <p><u>Atividade 2.1.1</u> – Desenvolver projeto museológico para o novo Museu de Território, considerando o planejamento institucional, Análise de públicos e Mercado, os programas e atividades e a estratégia para Desenvolvimento de Coleções para o Museu de Território.</p>

Neste Produto 2 é apresentado um diagnóstico do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira a partir de duas áreas específicas, seguido de um registro das atividades realizadas desde a entrega do Produto 1, no dia 28 de junho de 2018. As áreas específicas tratadas neste documento são: Acervo e Educação.

O foco da Etapa 2 do Planejamento Integrado do Projeto foi a realização do primeiro diagnóstico institucional do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira. À Consultoria de Museologia coube a análise dos Fatores Museológicos com base nas atividades já existentes e no material elaborado desde o início da elaboração do MUHCAB, no primeiro semestre de 2017, até agosto de 2018. Para o amplo entendimento dos Fatores Museológicos, este Produto 2 está dividido em quatro capítulos.

Capítulo 5 – Fatores Museológicos:

Desenvolvido para apresentar a importância do diagnóstico institucional no desenvolvimento de museus. Contextualiza os acontecimentos que atravessaram a Etapa 2 do Planejamento Integrado do Projeto e oferece breve descrição dos conceitos que foram adotados para o desenvolvimento do Produto 2.

Capítulo 6 – Diagnóstico de Acervos:

Consiste no diagnóstico de todas as categorias de acervos do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira: Museológico, Arqueológico, Bibliográfico, Arquivístico e Territorial. Para cada categoria considera-se o universo de acervos já disponíveis atualmente e oferece mapeamento de acervos possíveis.

Capítulo 7 – Diagnóstico de Educação:

Consiste na apresentação do Setor Educativo do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, com suas atividades já existentes e as atividades potenciais. Relata o contexto atual do setor e destaca a importância que tem o impacto das suas ações atuais e futuras.

Capítulo 8 – Desenvolvimento da Etapa 2:

Este Produto 2 é finalizado com uma apresentação das metas atingidas pela consultora de Museologia ao longo da Etapa 2.

O diagnóstico institucional é uma etapa crucial para o momento de elaboração de um museu, pois é uma ferramenta estruturadora para a concepção de um Plano Museológico. Consiste no levantamento de grande quantidade de dados e informações seguido de análise interpretativa, permeada por diálogos constantes com os colaboradores da instituição. Algumas recomendações técnicas encerram os diagnósticos dispostos nos capítulos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento das diretrizes para futura implementação do museu. Portanto, o diagnóstico institucional neste Produto 2 consiste na exposição dos seguintes pontos, respectivamente:

CENÁRIO	ANÁLISE	RECOMENDAÇÕES	JUSTIFICATIVA
Apresentação do cenário atual do setor	Análise interpretativa do cenário atual	Recomendações técnicas para perspectivas futuras	Justificativa das recomendações técnicas

Segundo a museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, **o diagnóstico institucional é a *tomografia da instituição em um momento específico***. No Plano Museológico do Museu do Futebol¹¹ (2009) a autora destaca alguns desafios dessa ferramenta.

Embora o diagnóstico seja uma *tomografia da instituição* em um momento preciso, ele desvela alguns aspectos históricos e indica perspectivas futuras, assegurando bases mais sólidas para proposição de rotas e esquemas de planejamento.

¹¹ BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coordenação). **Plano Museológico do Museu do Futebol: Diagnóstico Institucional e Linhas de Ação**. São Paulo, 2009. Disponível no link: https://www.museudofutebol.org.br/media/files/MF_PLANO_VERSAOFINAL.pdf - Acesso em 12/08/2018.

A realização de um trabalho dessa natureza é sempre um momento de exposição da instituição que pode gerar conflitos e tensões. Nesse sentido, procura-se implementar uma metodologia de trabalho que articule análises documentais com reuniões, estímulos a participações individuais e dinâmicas de ações coletivas de distintas naturezas, com vistas a gerar um inventário de características que evidencie, com a mesma ênfase, os problemas e as potencialidades institucionais, mas também permita o melhor desenho possível sobre o perfil museológico.

Trata-se de analisar os pontos fortes e fracos, ou as oportunidades e as ameaças, ou ainda, as características museológicas que têm as melhores contribuições sociais e aquelas que estão constringendo a instituição no cumprimento de sua missão e na consolidação do papel que os museus podem desempenhar no âmbito de políticas públicas. (BRUNO, 2009, p. 33-34)

Ainda que o diagnóstico seja fruto de uma pesquisa que visa estimular o desenvolvimento dos setores do museu, é importante que todas as recomendações técnicas oferecidas neste Produto 2 sejam discutidas internamente entre os colaboradores do museu para então decidir se serão adotadas e, se for o caso, definir coletivamente em quais condições serão adotadas. Por esse motivo, já se pode adiantar a importância de se organizar reuniões, preferencialmente periódicas, com toda a equipe atuante no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira após a entrega deste Produto 2.

A leitura dos diagnósticos nos capítulos seguintes deve levar em consideração que o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira é um museu em franco desenvolvimento e que seu projeto-macro está em fase de planejamento, definido pelo Planejamento Integrado do Projeto, apresentado no Produto 1. Ainda não se tem totalmente definidas as dimensões que seu território ocupará na zona portuária, mas já se sabe que enfatizará a região da Pequena África. O olhar desta consultoria diante do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira se dá no Produto 2 através de uma lente que o enxerga como uma **instituição** já ativa, mesmo que o desenho de seu **estabelecimento** ainda não esteja totalmente nítido.

Vale lembrar que o diagnóstico é parte integrante do Plano Museológico e que precisa ser revisto de tempos em tempos, justamente por ser um retrato de um período

específico. No caso em questão, o momento se caracteriza sobretudo pelos seguintes pontos:

- O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira foi institucionalizado há mais de um ano, em maio de 2017. Desde então, se posiciona como um futuro museu de território que já possui uma célula em funcionamento, no prédio da Escola José Bonifácio, antes denominado Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB).
- Um Grupo de Trabalho (GT) funcionou por cinco meses, no período entre março e agosto de 2017, o que revela que suas atividades se encerraram há exatamente um ano. O GT realizou pesquisas importantes e que, sobretudo acerca dos acervos, foram a base para a produção deste Produto 2.
- A Gerência de Museus da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (GMU/SMC) cadastrou o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em abril de 2018. Desde então é possível encontrá-lo na Plataforma MuseusBR, que será abordada no primeiro tópico do próximo capítulo.
- A Etapa 2, referente ao diagnóstico institucional, durou aproximadamente dois meses, entre julho e agosto de 2018.
- O edifício do Armazém Docas André Rebouças, localizado em frente ao Cais do Valongo, aparecia em todos os documentos do museu como uma de suas sedes, por vezes até mesmo como sede principal. Porém, diante da recente incerteza sobre a cessão de espaço para usufruto da SMC, o posicionamento atual da Equipe Técnica¹² é prosseguir com o planejamento do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira sem considerar este edifício como uma das suas sedes, ainda que componha seu território.
- Atualmente a ênfase da ocupação do espaço do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira na Pequena África é a sua sede na Escola José Bonifácio e o território do entorno.

¹² A Equipe Técnica é aqui entendida como: Equipe de Planejamento + Coordenação Técnica do MUHCAB.

5.2. CONCEITOS

Este Produto 2 é um documento de caráter técnico e por esse motivo se faz necessário apontar definições, ainda que breves, de alguns conceitos e terminologias adotados nos capítulos. A bibliografia utilizada para estas análises é predominantemente assinada por museólogos nesta Etapa 2. Nas próximas etapas pretende-se utilizar bibliografia de outras áreas do conhecimento para definição dos próximos conceitos e terminologias a serem utilizados, dado o caráter interdisciplinar da Museologia enquanto área do conhecimento.

A maioria dos conceitos e terminologias elencados abaixo foram descritos com base nos verbetes do livro *Conceitos-Chave de Museologia* escrito pelos museólogos André Desvallées e François Mairesse, publicado em 2014 no Brasil através da parceria do Conselho Internacional de Museus (ICOM) com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC). Este livro serviu como base para as descrições dos seguintes conceitos: Educação Museal; Mediação; Ética; Instituição. A descrição do conceito Plano Museológico foi embasada na definição da museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno na parte teórica do *Plano Museológico do Museu do Futebol*, publicado em 2009. Os conceitos de Acervo e Coleção foram descritos aqui com base no verbete da Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, de 2018. Já o conceito e Museu de Território (Museu-Território) foi transcrito do livro publicado em 2012 *As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*, de Hugues de Varine museólogo, arqueólogo e historiador. Acerca do conceito Musealização, compreende-se a definição do museólogo Mário Chagas em seu livro *A Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*, publicado em 2009.

ACERVO e COLEÇÃO:

Acervo e coleção são considerados vocábulos correspondentes, mas considera-se que existe uma relação hierárquica entre estes dois termos. De modo geral, significam reunião ou conjunto de coisas ou objetos. “Acervo

costuma designar um conjunto geral, com corpo mais amplo, muitas vezes constituído de várias coleções”¹³.

EDUCAÇÃO MUSEAL:

A educação museal pressupõe transformação a partir de uma perspectiva horizontalizada das relações interpessoais: “[...] pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que tem como fim o desenvolvimento do visitante. [...] tem ligação com a noção de *despertar* que visa a suscitar a curiosidade e conduzir indivíduos à interrogação e ao desenvolvimento de reflexões. A educação, particularmente a *informal*, visa, então, a desenvolver os sentidos e a tomada de consciência.” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2014, p.38). Portanto, o trabalho com os públicos no ato de *transmissão* do museu está conectado à ideia de mediação.

MEDIAÇÃO:

“O termo designa essencialmente toda uma gama de intervenções realizadas no contexto museal, com o fim de estabelecer certos pontos de contato entre aquilo que é exposto (ao olhar) e os significados que estes objetos e sítios podem portar (o conhecimento).” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2014, p. 53). Além disso, o trabalho de mediação também busca estimular o compartilhamento de experiências vividas entre os visitantes na sociabilidade da visita/atividade e o aparecimento de referências comuns. É possível afirmar, portanto, que a mediação é “[...] uma estratégia de comunicação com caráter educativo, que mobiliza as técnicas diversas em torno das coleções expostas, para fornecer aos visitantes os termos de melhor compreender certas dimensões das coleções e de compartilhar as apropriações feitas.” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2014, p. 53)

¹³ ACERVO e Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14329/acervo-e-colecao>. Acesso em: 10/09/2018. [Verbete da Enciclopédia].

ÉTICA:

Compreende-se aqui que a ética se traduz no contexto museal através da responsabilidade do museu ao adotar certos discursos, incluindo-se aqui a seleção de acervos. “A ética, no seio do museu, pode ser vista como o processo de discussão que visa a determinar os valores e os princípios de base sobre os quais se apoia o trabalho museal.” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2014, p. 40). O MUHCAB se insere no rol dos museus sociais que se caracterizam por serem “mais atentos à vida concreta das pessoas, não se consideram como submetidos a valores absolutos e os reexaminam recorrentemente. Estes podem ser museus mais voltados para a vida concreta [...] museus ditos ‘de sociedade’, para os quais as interrogações e as escolhas concretas (políticas ou sociais) vem antes do culto às coleções” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2014, p.40-41). No MUHCAB a ética pode se traduzir em diferentes escolhas políticas que tem potencial de ser consideradas como ações afirmativas para a população negra, sobretudo no âmbito cultural do município do Rio de Janeiro.

INSTITUIÇÃO:

“O museu é uma instituição, no sentido em que ele é um organismo regido por um sistema jurídico determinado, de direito público ou direito privado [...] a instituição designa notadamente o organismo público ou privado estabelecido pela sociedade para responder a uma determinada necessidade.” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2014, p. 49). Nesse sentido, ressalta-se a importância dos museus para atender a necessidade do direito à memória dos mais diversos grupos sociais.

PLANO MUSEOLÓGICO:

“Apesar de suas múltiplas funções, a melhor contribuição de um Plano Museológico reside no entrelaçamento de três fatores:

- I) Na identificação da essência da vocação do museu (fato museal) e de seus respectivos compromissos públicos;
- II) No reconhecimento dos limites e reciprocidades entre atividades-meio / atividades-fim de uma instituição museológica e correspondentes

qualificação e especialização necessárias, com vistas ao delineamento de suas linhas de ações programáticas (fenômeno museológico);

- III) Na perspectiva de realização de ações processuais, sistematicamente avaliadas e engajadas em políticas públicas mais amplas (processos museológicos).” (BRUNO, 2009, p. 5-6)

MUSEU DE TERRITÓRIO:

“[...] o museu-território é ao mesmo tempo um olhar sobre o interior do território e uma janela aberta sobre o exterior, inicialmente, sobre os territórios vizinhos; em seguida, tudo o que se encontra *de fora*, e que pode enriquecer o território e contribuir para o seu desenvolvimento [...] se raramente ele é criado pela própria população (pois a noção de território é essencialmente intelectual, ou mesmo tecnocrática e política), o museu-território não pode realmente desempenhar seu papel no desenvolvimento sem levar em conta a comunidade ou as comunidades presentes e vivas neste território. Essa comunidade não é um objeto do museu, seus membros não são simples visitantes, um público como outro qualquer, [...] [como] os turistas ou os grupos escolares vindos de ônibus, eles são sujeitos do museu e são atores. Não basta, portanto, tratá-los apenas como informantes, ou como espécimes etnográficos ou em amostras sociológicas, mas o museu deve integrá-los a todas as etapas de seu processo e de sua vida. É a esse preço que o museu preencherá sua função a serviço do desenvolvimento. [...] a gestação de um museu-território talvez seja um dos exercícios mais ricos da iniciativa de desenvolvimento local.” (VARINE, 2012, p.186-187)

MUSEALIZAÇÃO:

“A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável, ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A *imaginação museal* e seus desdobramentos museológicos e museográficos passaram a poder ser lidos em qualquer parte em que estivesse em um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro,

músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas, tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico. Mas a existência do museu continuou sendo sustentada não numa totalidade, mas no fragmento, no estilhaço, na descontinuidade do imaginário que constitui o patrimônio cultural.” (CHAGAS, 2009, p. 49)

CAPÍTULO 6 – DIAGNÓSTICO DE ACERVOS

6.1. PANORAMA DO SETOR DE ACERVOS

O diagnóstico de acervos teve início com o levantamento preliminar realizado na Etapa 1, quando o museólogo da Gerência de Museus da Secretaria Municipal de Cultura (GMU/SMC), Alexandre Rios, apresentou à Equipe Técnica a coleção do Centro de Referência Carolina de Jesus, atualmente instalado na Sala Haroldo Costa no edifício da Escola José Bonifácio. Todos os objetos presentes na sala pertenciam ao então Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB) e, como no local passou a funcionar o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira sede Escola José Bonifácio (MUHCAB-EJB), o acervo foi incorporado à nova instituição.

Uma vez que o MUHCAB pretende inicialmente investigar e difundir a memória do edifício onde está alocado, considera-se a incorporação da coleção existente uma atitude estratégica da Gerência de Museus da SMC. Como o edifício da Escola José Bonifácio é um importante símbolo da estruturação dos Movimentos Negros na cidade do Rio de Janeiro, especialmente pelos acontecimentos entre as décadas de 1970 e 1980, estar de posse da coleção do Centro de Referência Carolina de Jesus significa ter a possibilidade de honrar a memória dos Movimentos Negros no contexto carioca através da salvaguarda dos seus objetos. Muitos desses objetos se inserem na categoria arquivístico ou bibliográfico e documentaram eventos e períodos importantes para o fortalecimento dos Movimentos Negros.

O levantamento preliminar de acervos realizado na Etapa 1 possibilitou traçar um panorama das categorias de acervo do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, seja acervo já disponível (acessível) ou ainda uma possibilidade de acervo.

CATEGORIAS DE ACERVO
1. Museológico
2. Arqueológico
3. Bibliográfico
4. Arquivístico
5. Territorial

As políticas de aquisição e descarte de acervos somente serão definidas em momentos futuros do Planejamento Integrado do Projeto, mas algumas possibilidades já puderam ser delineadas durante a Etapa 2, conforme é possível verificar abaixo.

AQUISIÇÃO DE ACERVO
1. Empréstimo
2. Doação
3. Comodato
4. Reprodução / Digitalização
5. Inventário Participativo

O objetivo principal deste Capítulo II é realizar um amplo diagnóstico dos acervos do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, dividindo-o em cinco partes: Museológicos, Arqueológicos, Bibliográficos, Arquivísticos e Territoriais, disponíveis e possíveis, em prol da preservação da memória das culturas de matriz africana.

O desenvolvimento deste trabalho na direção do objetivo principal tem também a intenção de subsidiar as próximas etapas do Planejamento Integrado do Projeto, mirando em dois pontos específicos. O primeiro é sistematizar os dados apresentados nos relatórios finais dos Subgrupos de Acervo do GT, com ênfase no Subgrupo de Acervo Arqueológico e Museológico, a fim de oferecer a recuperação de informações sobre o acervo nos processos de implantação e inauguração do MUHCAB. O segundo é estruturar e iniciar o levantamento das instituições correspondentes aos acervos disponíveis e possíveis para o MUHCAB, considerando que este é um processo constante e passível de mudanças.

A metodologia adotada para realizar o diagnóstico de acervos foi desdobrada nas seguintes estratégias de atuação:

- Revisão do levantamento preliminar de acervos realizado na Etapa 1;
- Análise aprofundada dos relatórios finais dos Subgrupos de Acervos do GT, com ênfase no Arqueológico e Museológico;
- Consultas à Gerência de Museus da SMC, através do museólogo Alexandre Rios, para interpretação de dados apontados nos relatórios finais dos Subgrupos de Acervos do GT (Arqueológico e Museológico; Documentais; Privados);
- Contato com Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura (SEC), através da museóloga Laura Ghelman, para apoio na interpretação de dados do levantamento realizado na RedeWeb de Museus quanto aos acervos relacionados à cultura afro-brasileira;
- Visita ao Museu do Negro e reunião com o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), instituições apontadas nos relatórios finais dos Subgrupos de Acervo do GT;
- Pesquisas em bases de dados e sistemas de informação que gerenciam acervos e que estão disponíveis online, especialmente museus;
- Reuniões periódicas de alinhamento com a Equipe Técnica para as redefinições que se apresentavam necessárias para o universo de análise;
- Reuniões periódicas com a Equipe Técnica para avaliação do status do diagnóstico e revisões;
- Leitura de bibliografia correspondente aos objetivos deste diagnóstico;
- Acompanhamento de todo o evento *IV Fórum de Museus do Estado do Rio de Janeiro* e de três mesas do evento *200 Anos de Museus no Brasil*, onde se discutiu sobre a gestão de acervos.

6.1.1. Delimitação inicial da análise de Acervos

Apresentar os primeiros traços da delimitação da análise é fundamental para que se possa compreender os motivos de o diagnóstico geral do acervo dar ênfase na análise a partir de museus, e não a partir de arquivos e bibliotecas, por exemplo.

Sendo assim, o relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT foi a principal fonte de informação para a análise deste Capítulo II, basicamente pelos três motivos apontados a seguir:

- I) O relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos foi o que apresentou maior variedade de instituições analisadas, em relação ao relatório final do Subgrupo de Acervos Documentais e do Subgrupo de Acervos Privados;
- II) O presente diagnóstico refere-se a um museu, o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira;
- III) Os museus são instituições complexas que, para além dos acervos museológicos, muitas vezes contêm também acervos arqueológicos, bibliográficos, arquivísticos e territoriais, assim como se pretende o MUHCAB.

No início da Etapa 2, o relatório final do Subgrupo de Acervo Arqueológico e Museológico do GT foi revisitado a partir de uma análise mais aprofundada. Inicialmente foi possível identificar as instituições já contatadas e as parcerias estabelecidas. A seguir, apresenta-se uma breve definição do que se consideram as classificações desta tabela. São denominadas **parcerias** aquelas instituições que já estão em um estágio contínuo de relacionamento com o museu, pois já ofereceram material selecionado com informações para os futuros usos como acervos. São denominados **contatos** aquelas instituições já contatadas, mas que ainda não disponibilizaram informações precisas sobre os materiais que poderão ser utilizados futuramente pelo MUHCAB.

PARCERIAS	Superintendência de Museus da Secretaria do Estado de Cultura (SMU/SEC)	Museólogas Laura Ghelman, Ingrid Fiorante e Talita Souza.	Parcerias realizadas para o levantamento inicial de objetos museológicos que foram identificados pelo Subgrupo de Acervo Arqueológico e Museológico como relacionados à cultura afro-brasileira. Segundo consta no relatório final: “Os objetos dos museus que integram a rede RedeWeb de
------------------	---	---	--

	Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro (MHC)	Museólogos Luis Raibolt e Marcia Nascimento.	Museus do Estado do Rio de Janeiro foram pesquisados a partir do acervo que está online e com fotografias nas instituições. Pode haver mais itens, porém isso demandaria contato direto com os museus.”
	Museu de Arte do Rio (MAR)	Museóloga Andrea Santos e Bibliotecária Luisa Abreu.	O levantamento em questão foi entregue em dois formatos: a) <u>LISTA GERAL</u> - identificando o total de objetos encontrados nas instituições. b) <u>LISTAS POR INSTITUIÇÃO</u> - identificando em detalhes os objetos de cada instituição, em arquivos separados.

CONTATOS	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN)	Benedito Sérgio (Presidente)	Alguns objetos sagrados afro-brasileiros apreendidos pela polícia civil no início do século XX, do conjunto oficialmente denominado “Museu de Magia Negra”, estão sob a guarda do IPCN. O contato foi então realizado pelo Subgrupo do GT após o instituto oferecer estes objetos sagrados para doação ao MUHCAB. No entanto, as tentativas de retomada de contato para e agendamento de visita ao instituto não tiveram sucesso ao longo da Etapa 2.
	Museu do Negro	Ricardo Passos (Historiador)	Contato realizado para delinear possíveis acordos de utilização das coleções do Museu do Negro, cuja gestão é feita pela Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Após solicitação, Ricardo Passos realizou uma visita ao museu com a consultora de Museologia na Etapa 2.

	Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU)	André Csáky (Arquiteto)	<p>Todo material encontrado nas escavações do Sítio Histórico e Arqueológico do Cais do Valongo encontra-se atualmente no edifício Galpão da Gamboa, onde funcionará o LAAU. Segundo consta no relatório final:</p> <p>“O acervo arqueológico está no Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana do Rio de Janeiro – LAAU-RJ, que tem como objetivo abrigar em caráter definitivo o acervo arqueológico. [...] O projeto arquitetônico de adequação do galpão tombado para abrigar o LAAU foi desenvolvido pela equipe técnica do IRPH.”</p> <p>Uma reunião foi realizada na Etapa 2 entre a consultoria de Museologia e funcionários do IRPH envolvidos com o LAAU.</p>
--	---	-------------------------	--

Percebe-se que o universo do levantamento de instituições para *parcerias* durante o ano de 2017 consistiu nas instituições integrantes da RedeWeb de Museus, que são localizadas no estado do Rio de Janeiro, com ênfase na capital. Todas as que estão na RedeWeb de Museus utilizam o Sistema de Gerenciamento de Acervos Museológicos (SISGAM), um sistema que gerencia os acervos dos museus no estado e está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (SEC). Tanto a *lista geral* quanto as *listas por instituição*, citadas na tabela acima, contêm um razoável número de informações, que foram retiradas das fichas determinadas pelo SISGAM.

As instituições inicialmente levantadas, tanto as *parcerias* quanto os *contatos*, foram interpretadas por esta consultoria como acervos disponíveis e já acessíveis ao MUHCAB. De modo geral, não geram custos, mas o museu ainda precisaria desenvolver melhor as possibilidades de acordo com cada uma. Para isso, avaliou-se que um dos passos mais importantes na caminhada em direção aos acordos para intercâmbio de acervos é a retomada dos contatos realizados em 2017, estabelecendo um vínculo com as instituições. Tais contatos começaram a ser realizados nesta Etapa 2 e serão aprofundados nas próximas etapas.

A Etapa 1 apresentou de forma ampliada as diretrizes de cada etapa do Planejamento Integrado do Projeto. Quanto ao diagnóstico de acervos, ficou definido que na Etapa 2 seriam levantados não só acervos disponíveis e acessíveis para o MUHCAB, mas também alguns acervos possíveis. Em reuniões com a Equipe Técnica definiu-se que o levantamento a ser realizado na Etapa 2 precisaria incluir mais museus da esfera pública localizados no estado do Rio de Janeiro, especialmente a nível federal, pois grande parte dos museus estaduais e municipais já apareciam na *lista geral* e nas *listas por instituição* citadas. Justifica-se então a inclusão de mais museus públicos localizados no estado Rio de Janeiro com o fato de que o MUHCAB, embora conte com gestão municipal e pretenda circunscrever o foco de suas abordagens ao território da Pequena África e a nível municipal, não poderá se furtar da relevância regional e nacional de seus temas. Há, portanto, a necessidade de muitas vezes cruzar seus acervos com aqueles da região e com os nacionais.

Durante a Etapa 2 não foi possível identificar todas as instituições contatadas pelo Subgrupo de Acervos Privados, tampouco foi possível compreender o status do relacionamento com o MUHCAB das instituições contatas pelo Subgrupo de Acervos Documentais. Os únicos indícios de articulação institucional disponíveis nos respectivos relatórios finais estão destacados abaixo e, diferente das ditas *parcerias* e *contatos* anteriores, aqui estão classificados apenas como **mapeamento inicial**.

MAPEAMENTO INICIAL DE ACERVOS PRIVADOS	
Irmandades Negras no perímetro do centro da cidade	Rio de Janeiro
Museu do Tribunal da Justiça do Rio de Janeiro	

MAPEAMENTO INICIAL DE ACERVOS DOCUMENTAIS		
1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)	Beatriz Kushnir	Diretora
	Georgia Tavares	Subgerente de Documentação Escrita
	Carolina Ferro	Revista AGCRJ
2. Arquivo Público do Estado Rio de Janeiro (APERJ)	Teresa B. de Mello	Diretora
3. Arquivo Nacional	Thiago C. Mourelle	Representante do Diretor Substituto

	Sátiro Gomes	Supervisor da Coordenação de Documentos do Executivo e Legislativo e Convidado GT
4. Biblioteca Nacional	Pedro Lopera	Divisão de Pesquisa
	Cristiane de Jesus	
5. Fundação Casa de Rui Barbosa	Renata Barbalho	Serviço de Arquivo Histórico e Institucional
6. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)	Sonia N. Lima	Chefe do Arquivo IHGB
	Regina Wanderley	Convidada GT
7. Arquivo do Itamaraty (RJ)	Frederico Ferreira	-
8. Museu Histórico Nacional (MHN)	Paulo Knauss	Diretor
	Aline Montenegro	-
9. Poder Judiciário (RJ)	Gilberto Cardoso	Arquivo
	Jorge L. R. Silveira	
10. Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ismênia L. Martins	Professoras de História
	Hebe Mattos	
	Martha Abreu	
11. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Monica Lima	Professora de História
12. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Natália Peçanha	Orientanda do Professor Álvaro Nascimento
13. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Márcia Chuva	Professoras de História
	Keila Gringberg	

6.1.2. Parceria entre as Secretarias de Cultura do município e do estado do Rio de Janeiro – SMU/SEC e GMU/SMC

A parceria entre a Gerência de Museus da Secretaria Municipal de Cultura (GMU/SMC) e a Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura (SMU/SEC) vem sendo intensificada desde a inclusão do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro (MHC) no SISGAM. Há também outro museu público de gestão municipal que utiliza este sistema: o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Desde 2017, com as reuniões do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT, a Gerência de Museus da SMC reconhece a necessidade de o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira ter um sistema de gerenciamento de informações ainda no momento de sua elaboração. Diante da parceria entre as duas secretarias viu-se um grande potencial de o MUHCAB aderir ao SISGAM.

Em termos práticos, para que o MHC e o Museu Bispo do Rosário aderissem ao SISGAM foi preciso que a empresa municipal responsável pela administração dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação da cidade (IPLANRIO) validasse o processo, e isso foi feito. Portanto, um dos principais motivos para que o MUHCAB passe a utilizar o SISGAM é o fato de que este já é um sistema reconhecido e aprovado pelo IPLANRIO. Soma-se a isso o fato de que o intercâmbio de acervos de museus inseridos dentro de um mesmo sistema é mais simples se comparado a dois museus que utilizam sistemas diferentes.

A adesão ao SISGAM está em vias de consolidação. Tão logo o sistema esteja disponível, é importante contratar uma equipe de profissionais especializados para alimentar o sistema, considerando também os treinamentos específicos para este fim. A Superintendência de Museus da SEC realizará um evento de treinamento para os museus que utilizam o SISGAM na segunda quinzena deste mês de setembro, no Museu do Amanhã. A Gerência de Museus da SMC participará deste encontro não só pelo treinamento em si, mas também para intensificar o contato com os demais museus integrantes do sistema.

6.1.3. Ampliação do universo de análise

O universo do levantamento foi ampliado, com ênfase nos museus públicos de gestão federal, ou seja, museus geridos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelas universidades federais. Ressalta-se aqui que a consultoria de Museologia priorizou a análise a partir dos museus, considerando que, conforme já mencionado, grande parte destas instituições atendem não só às categorias de acervo museológico, mas também podem vir a atender as demais categorias de acervos.

No início da pesquisa de acervos disponíveis e possíveis, em julho de 2018, as buscas realizadas por esta consultoria tinham o objetivo de encontrar um sistema de informação online de abrangência nacional em que constasse uma quantidade expressiva de museus. Foram então encontradas no site do IBRAM algumas notícias relacionadas à criação do Programa Acervo em Rede, que aparecia sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM/IBRAM).

O Programa Acervo em Rede tem o desafio de promover, por meio da internet, o acesso dos cidadãos aos bens culturais preservados nos museus de todo território nacional. Atualmente, no universo de mais de 3,4 mil museus brasileiros, apenas 10% das instituições possuem informações dos seus acervos em meio digital.¹⁴

Conforme não foram encontradas informações mais detalhadas acerca do acesso a este programa, esta consultoria entrou em contato com Vera Mangas, representante regional do IBRAM no Rio de Janeiro. Constatou-se que o Programa Acervo em Rede ainda não foi lançado e, portanto, novas estratégias de pesquisa foram traçadas pela consultora.

A partir do site¹⁵ da Rede Nacional de Identificação de Museus (RENIM/IBRAM) foi possível ter acesso à Plataforma MuseusBR, que consiste no mapeamento de museus em todo país, abrangendo as esferas pública e privada. Abaixo é possível conferir as buscas realizadas pela consultora nesta plataforma, bem como as limitações de cada tipo de busca e seus respectivos encaminhamentos.

BUSCAS	Por tipo de gestão (pública federal) e localização (estado do Rio de Janeiro)	Sem filtros temáticos	Será necessário fortalecer parceria com as unidades gestoras destes museus (IBRAM, IPHAN e universidades federais) para realizar levantamento de acervos (de todas as categorias) relacionado à cultura afro-brasileira, conforme foi realizado com os museus da RedeWeb de Museus.
---------------	---	-----------------------	---

¹⁴ Trecho da notícia **Acervo em Rede: sistema desenvolvido pelo Ibram já tem nome**, disponível no link: <http://www.museus.gov.br/acervo-em-rede-sistema-desenvolvido-pelo-ibram-ja-tem-nome/> - Acesso em 02/09/2018.

¹⁵ **Rede Nacional de Identificação de Museus (RENIM/IBRAM)**. Disponível no link: <http://renim.museus.gov.br/> - Acesso em 02/09/2018.

	Por filtros temáticos (“afro”, “negr”, “escrav”, “africa”, “aboli”) e tag (“MUSEUAFRO”)	Sem tipo de gestão e localização	Será necessário entrar em contato com as diversas unidades gestoras destes museus para verificar a possibilidade de acordos para futuro intercâmbio de acervos.
--	---	----------------------------------	---

→ Busca por tipo de gestão e localização

Esta busca gerou uma lista dos museus federais localizados no estado do Rio de Janeiro. A análise desse resultado permitiu constatar que **os museus públicos com gestão federal consistem em 34,4% de todos os museus presentes no estado do Rio de Janeiro**. A lista mencionada está transcrita abaixo.

- | | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Museu Casa Geyer 2. Casa de Cláudio de Souza 3. Observatório do Valongo 4. Casa Histórica do Marechal Deodoro 5. Museu do Índio (Rio de Janeiro) 6. Museu Nacional 7. Museu da Geodiversidade 8. Museu de Astronomia e Ciências Afins 9. Ciência Móvel - Vida e Saúde para Todos 10. Casa da Descoberta - Centro de Divulgação de Ciência da Universidade Federal Fluminense 11. Centro Cultural Correios - Rio de Janeiro 12. Museu Virtual de Instrumentos Musicais 13. Museu do Corpo de Fuzileiros Navais 14. Museu do Desporto do Exército 15. Museu Naval 16. Museu Virtual da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro 17. Museu Dom João VI 18. Arquivo Museu de Literatura Brasileira 19. Ilha Fiscal | <ol style="list-style-type: none"> 20. Museu Militar Conde de Linhares 21. Museu da Vida 22. Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya - Chácara do Céu 23. Museu da Imigração da Ilha das Flores 24. Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro 25. Museu Aeroespacial 26. Museu da Fazenda Federal 27. Museu de Folclore Edison Carneiro 28. Museu Casa da Hera 29. Museu Casa de Benjamin Constant 30. Museu da República 31. Museu Palácio Rio Negro 32. Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya - Museu do Açude 33. Museu Villa-Lobos 34. Museu Imperial 35. Museu de Arte Sacra de Paraty 36. Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty 37. Museu de Arqueologia de Itaipu 38. Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio |
|--|--|

→ Busca por filtros temáticos e tag

Esta busca foi balizada pelo termo “afro¹⁶”, seguida pelos termos “negr”, “escrav”, “africa” e “aboli” além da tag “MUSEUAFRO” na Plataforma MuseusBR. Defende-se aqui a escolha destes termos porque abrangem as diferentes narrativas adotadas pelos museus. Abaixo, as principais justificativas para as escolhas:

- **“afro”** – categoria aplicada para elementos resultantes diáspora africana;
- **“negr”** – possibilita encontrar resultados com “negro(a)”, “negritude” etc;
- **“escrav”** – possibilita encontrar resultados com “escravo(a)”, “escravizado(a)”, “escravidão”, “escravização”, “escravista”, “escravatura”, “escravocrata” etc;
- **“africa”** – possibilita encontrar resultados com “africano(a)”, “África” etc;
- **“aboli”** – possibilita encontrar resultados com “abolicionista”, “abolição” etc.
- **“MUSEUAFRO”** – categoria criada pelo MuseusBR para designar museus que trabalham em prol da preservação da memória das culturas de matriz africana.

A sistematização dos resultados a partir das buscas de cada termo encontra-se nas planilhas a seguir, antecedidas por uma legenda para simplificar a leitura. Não foi elaborada uma planilha para a tag “MUSEUAFRO” porque todos os 33 resultados já constam na planilha do termo “afro”.

¹⁶ Diferente do que se observará nos próximos tópicos deste relatório, o termo “afro” aparece em destaque na presente busca com base no levantamento apresentado por Renata Bittencourt, diretora do Departamento de Processos Museais (DPMUS/IBRAM), em palestra no evento **200 anos de museus no Brasil**.

LEGENDA PARA LEITURA DAS PLANILHAS DE BUSCA FILTRADAS POR TERMOS E TAG

	Museus já contatados, constam na planilha de atores	Acervos Disponíveis
[EM BRANCO]	Museus ainda não contatados	Acervos Possíveis
	Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira	Destaque
	Museus que já aparecem na busca com o filtro "afro"	Repetição

BUSCA PELO TERMO “AFRO”

NOME	DESCRIÇÃO CURTA	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	ESFERA	TIPOLOGIA DE ACERVO	TAGS	ANO DE ABERTURA	TIPO	TEMÁTICA DO MUSEU	POSSUI ARQUIVO HISTÓRICO?	POSSUI BIBLIOTECA?	PROPRIEDADE DO ACERVO	POSSUI PLANO MUSEOLÓGICO?	POSSUI POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO?	POSSUI POLÍTICA DE DESCARTE DE ACERVO?	INDIQUE OS INSTRUMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO DE ACERVO UTILIZADOS PELO MUSEU
Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado	Cultura Afro-Brasileira.	São Vicente	SP	Museu Público	Municipal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Museu do Escravo	Museu do Escravo.	Barra do Pirai	RJ	Museu Privado	Outra	—	Museu Afro	1997	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu Treze de Maio	Museu Afro-Brasileiro.	Santa Maria	RS	Museu Privado	—	—	Museu Afro	2003	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu do Negro	Especializado na cultura afro-brasileira e na história do negro no Brasil.	Rio de Janeiro	RJ	Museu Privado	Religiosa	—	Museu Afro	1938	Tradicional/Clássico	História	sim	sim	—	—	—	—	—

Cafua das Mercês (Museu do Negro)	Museu do Negro.	São Luís	MA	Museu Público	Estadual	—	Museu Afro	1975	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Memorial Afro-Valenciano Padre João José da Rocha	Memorial Afro-Valenciano Padre João José da Rocha.	Valença	RJ	Museu Privado	Outra	—	Museu Afro	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia	Museu Afro-brasileiro da UFBA.	Salvador	BA	Museu Público	Federal	—	Museu Afro	1982	Tradicional/Clássico	Antropologia e Arqueologia	não	não	—	não	não	não	—
Parque Memorial Quilombo dos Palmares	Parque Memorial Quilombo dos Palmares.	União dos Palmares	AL	Museu Público	Federal	—	MeioAmbiente, Museu Afro	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu de Artes Afro-Brasil Rolando Toro	Museu de Artes Afro-Brasil Rolando Toro.	Recife	PE	Museu Privado	—	—	—	2011	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Memorial Mãe Menininha do Gantois/Associação de São	Memorial.	Salvador	BA	Museu Privado	—	—	Museu Afro	1992	Tradicional/Clássico	História	não	não	—	sim	não	não	—

Jorge Ebé Oxossi																		
Museu Afro Omon Ajagunan	Museu Afro.	Lauro de Freitas	BA	Museu Privado	—	—	Museu Afro	2005	—	—	sim	não	—	—	—	—	—	—
Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira	Cultura Afro-brasileira.	Salvador	BA	Museu Público	Associação	—	Museu Afro	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Memorial Kisimbê - Águas do Saber	Memorial Kisimbê.	Salvador	BA	Museu Privado	Religiosa	História, Antropologia e Etnografia	MeioAmbiente, Museu Afro	2011	Tradicional/Clássico	História	sim	sim	Possui acervo próprio e em comodato	sim	não	não	Livro de registro/tombo/inventário manuscritos	
Centro de Referência da Cultura Negra	Cultura Negra.	Araxá	MG	Museu Público	Municipal	—	Museu Afro	2004	Tradicional/Clássico	História	sim	não	—	não	—	—	—	
Museu de Favela	Museu de Favela.	Rio de Janeiro	RJ	Museu Privado	—	—	Museu Afro	2009	Museu de território/Emuseum	História	não	sim	—	não	não	não	—	
Casa dos Açores - Museu Etnográfico	Museu Etnográfico.	Biguaçu	SC	Museu Público	Estadual	—	Museu Afro	1979	—	—	não	não	—	—	—	—	—	
Museu Afro-Brasileiro de Sergipe	Prédio do século XIX: funcionou como casa de comércio e	Laranjeiras	SE	Museu Público	Federal	História	Museu Afro	1976	Tradicional/Clássico	História	sim	não	—	não	sim	não	—	

	residência.																	
Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão	Museu Comunitário.	Lauro de Freitas	BA	Museu Privado	—	—	Museu Afro	2001	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	
Museu do Escravo (Belo Vale)	Museu do Escravo.	Belo Vale	MG	Museu Público	Municipal	—	Museu Afro	1977	Tradicional/Clássico	Histórica	sim	sim	—	não	não	não	—	
Instituto de Pesquisas Afro Cultural Odé Gbomi	Cultura Afro.	Nova Iguaçu	RJ	Museu Privado	—	—	Museu Afro	2008	Tradicional/Clássico	Histórica	não	sim	—	não	não	não	—	
Museu Ilê Ohun Lailai	Museu Ilê Ohun Lailai.	Salvador	BA	Museu Privado	—	—	Museu Afro	1982	—	—	sim	não	—	—	—	—	—	
Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana (Virtual)	UFBA - Museu Virtual.	Salvador	BA	Museu Público	Federal	—	Museu Afro	2012	Virtual	—	não	não	—	—	—	—	—	
Museu Paroquial Padre Osmar Possamai	Nome antigo: Museu Paroquial de São Marcos	São Marcos	RS	Museu Privado	Outra	—	Museu Afro	1981	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	
Museu dos Quilombos e	Museu dos Quilombos e	Belo Horizonte	MG	Museu Privado	Outra	—	Museu Afro	2013	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	

Favelas Urbanas	Favelas																	
Museu Último Quilombo	Museu Último Quilombo.	Boa Vista do Tupim	BA	Museu Público	Municipal	—	Museu Afro	1992	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Museu Senzala Negro Liberto	Museu Senzala.	Redenção	CE	Museu Privado	—	—	Museu Afro		—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Memorial Lajoumim - Terreiro Pilão de Prata	Terreiro Pilão de Prata.	Salvador	BA	Museu Privado	—	—	Museu Afro	1994	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Casa da Cultura Quilombo	Casa da Cultura Quilombo.	Quilombo	SC	Museu Público	Municipal	—	Museu Afro	2000	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	—
Museu Capixaba do Negro "Verônica da Pas" - Mucane	Museu Capixaba do Negro.	Vitória	ES	Museu Público	Outra	—	Museu Afro	1993	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	—
Òsun Ìya Oke Ile Afro-Brasileiro Ode Lorecy	Acervo etnográfico com roupas, insígnias, máscaras e assentamentos das divindades do panteão	Embu das Artes	SP	Museu Privado	Associação	—	Museu Afro	1997	Tradicional/Clássico	Histórica	sim	sim	—	—	—	—	—	—

	african o																	
Museu da Cultura Africana e Negritude Brasileira	Cultura Africana e Negritude Brasileira.	Amparo	SP	Museu Privado	—	—	Museu Afro	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Museu do Negro de Campinas	Museu do Negro de Campinas.	Campinas	SP	Museu Privado	—	—	Museu Afro	2002	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	—
Museu Afro Cultural Oyá Ní	Museu Afro Cultural Oyá Ní.	Alagoas	BA	Museu Privado	—	—	—	1976	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Museu da Abolição	(...) Estimula o pensamento crítico, sobretudo quanto ao tema abolição (...)	Recife	PE	Museu Público	Federal	História	Museu Afro, administrado	1983	Tradicional/Clássico	História	sim	sim	—	sim	sim	sim	sim	—
Museu Afro Brasil	Espaço de preservação e celebração da cultura, memória e história do	São Paulo	SP	Museu Público	—	—	Museu Afro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

	Brasil na perspectiva negro-africana (...)																
Museu Casa do Benin	Intercâmbio entre a Bahia e o Benin, através da cidade de Cotonou.	SALVADOR	BA	Museu Público	—	—	Museu Afro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

BUSCA PELO TERMO “ <u>NEGR</u> ”																	
NOME	DESCRIÇÃO CURTA	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	ESFERA	TIPOLOGIA DE ACERVO	TAGS	ANO DE ABERTURA	TIPO	TEMA DO MUSEU	POSSUI ARQUIVO HISTÓRICO?	POSSUI BIBLIOTECA?	PROPRIEDADE DO ACERVO	POSSUI PLANO MUSEOLÓGICO?	POSSUI POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO?	POSSUI POLÍTICA DE DESCARTE DE ACERVO?	INDIQUE OS INSTRUMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO DE ACERVO UTILIZADOS PELO MUSEU
Museu do Negro	Especializado na cultura afro-brasileira e na	Rio de Janeiro	RJ	Privada	Religiosa	—	Museu Afro	1938	Tradicional/Clássico	História	sim	sim	—	—	—	—	—

	história do negro no Brasil.																	
Cafu a das Mercês (Museu do Negro)	Museu do Negro.	São Luís	MA	Pública	Estadual	—	MuseuAfro	1975	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Museu Senzala Negro Liberto	Museu Senzala.	Redenção	CE	Privada		—	MuseuAfro	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—	—
Museu Capixaba do Negro "Verônica da Pas" - Muçane	Museu Capixaba do Negro.	Vitória	ES	—	Outra	—	MuseuAfro	1993	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	—
Museu do Negro de Campinas	Museu do Negro de Campinas.	Campinas	SP	Privada	—	—	MuseuAfro	2002	—	—	sim	sim	—	—	—	—	—	—

BUSCA PELO TERMO "ESCRAV"

NOME	DESCRIÇÃO CURTA	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	ESFERA	TIPOLOGIA DE ACERVO	TAGS	ANO DE ABERTURA	TIPO	TEMÁTICA DO MUSEU	POSSUI ARQUIVO HISTÓRICO?	POSSUI BIBLIOTECA?	PROPRIEDADE DO ACERVO	POSSUI PLANO MUSEOLÓGICO?	POSSUI POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO?	POSSUI POLÍTICA DE DESCARTE DE ACERVO?	INDIQUE OS INSTRUMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO DE ACERVO UTILIZADOS PELO MUSEU
Museu da Escravidão e Liberdade - MUHC AB	Museu da Escravidão e Liberdade	Rio de Janeiro	RJ	Pública	Municipal	História, Artes Visuais, Arqueologia, Antropologia e Etnografia	—	2017	Museu de território/Ecomuseu	História	não	sim	Possui SOMENTE acervo próprio	sim	não	não	Livro de registro/tombamento/inventário manuscritos; Listagem digital (Word, Excel...)
Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado	Cultura Afro-Brasileira.	São Vicente	SP	Pública	Municipal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Museu do Escravão	Museu do Escravão.	Barra do Piraí	RJ	—	Outra	—	Museu Afro	1997	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu Escravão Jacó	—	Luís Gomes	RN	Privada	—	—	—	2006	—	—	não	sim	—	—	—	—	—

Museu dos Escravos	Museu dos Escravos.	São Vicente	SP	—	—	—	—	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu do Escravo (Belo Vale)	Museu do Escravo.	Belo Vale	MG	Pública	Municipal	—	Museu Afro	1977	Tradicional /Clássico	História	sim	sim	—	não	não	não	—

BUSCA PELO TERMO "AFRICA"																	
NOME	DESCRIÇÃO CURTA	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	ESFERA	TIPOLOGIA DE ACERVO	TAGS	ANO DE ABERTURA	TIPO	TEMA DO MUSEU	POSSUI ARQUIVO HISTÓRICO?	POSSUI BIBLIOTECA?	PROPRIEDADE DO ACERVO	POSSUI PLANO MUSEOLÓGICO?	POSSUI POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO?	POSSUI POLÍTICA DE DESCARTE DE ACERVO?	INDIQUE OS INSTRUMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO DE ACERVO UTILIZADOS PELO MUSEU
Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana (Virtual)	UFBA - Museu Virtual.	Salvador	BA	Pública	Federal	—	Museu Afro	2012	Virtual	—	não	não	—	—	—	—	—
Museu da Cultura Africana e Negritude	Cultura Africana e Negritude	Amparo	SP	Privada	—	—	Museu Afro	—	—	—	não	não	—	—	—	—	—

na e Negritude Brasileira	Brasileira.																	
---------------------------	-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BUSCA PELO TERMO “ <u>ABOLI</u> ”																	
NO ME	DESCR IÇÃO CURT A	MUNI CÍPIO	EST ADO	TIP O	ESF ERA	ACESSIBI LIDADE	TIPOL OGIA DE ACER VO	TAGS	TIPO	TEM ÁICA DO MUS EU	POSS UI ARQUI VO HISTÓ RICO?	POSSU I BIBLIO TECA?	PROPRI EDADE DO ACERV O	POSSUI PLANO MUSEOL ÓGICO?	POSS UI POLÍT ICA DE AQUIS IÇÃO DE ACERV O?	POSS UI POLÍT ICA DE DESC ARTE DE ACERV O?	INDIQUE OS INSTRUM ENTOS DE DOCUM ENTAÇÃO DE ACERVO UTILIZAD OS PELO MUSEU
Mus eu da Abol ição	(...) Estimul a o pensa mento crítico, sobreto do quanto ao tema aboliçã o (...)	Recife	PE	Mu seu Púb lico	Fede ral	Não	Históri a	Muse uAfro, admini bram	Tradicional /Clássico	Histó ria	sim	sim	—	sim	sim	sim	—

A partir do novo universo delineado é possível saber com quais museus devem ser cultivados vínculos para concretizar acordos para intercâmbio de acervos (de todas as categorias) vinculados à memória afro-brasileira nas próximas etapas do Planejamento Integrado do Projeto. No total, a Plataforma MuseusBR apresentou 38 resultados diferentes com as buscas realizadas. A seguir, um resumo da *busca por filtros temáticos e tag*.

FILTROS	RESULTADOS	QUANTOS APARECEM NO RESULTADO DO TERMO "AFRO"?	QUANTOS CONSTAM NO MAPEAMENTO DE ATORES?	OBSERVAÇÕES
"afro"	36	-	05	Parâmetro de avaliação para as demais buscas. MUHCAB não aparece no resultado.
"negr"	05 ¹⁷	05	01	100% dos resultados aparecem em "afro". MUHCAB não aparece nestes resultados.
"africa"	02	02	-	
"aboli"	01	01	-	
<i>tag</i> "MUSEUAFRO"	33	33	05	
"escrav"	06	03	-	Único resultado em que aparece o MUHCAB. 50% dos resultados aparece em "afro". Apenas 02 (dois) museus não aparecem em "afro".

6.1.4. Análise das buscas realizadas

A partir da análise de dados das buscas realizadas foi possível perceber que para a Etapa 2 do Planejamento Integrado do Projeto do MUHCAB é importante dar ênfase à *busca por filtros temáticos e tag*. Os resultados da *busca por tipo de gestão e localização* foram interpretados como um material preliminar

¹⁷ A busca pelo termo "negr" gerou 19 resultados sendo apenas 05 (cinco) voltados para a temática afro-brasileira. Os demais 14 resultados referem-se aos museus que se relacionam aos termos "Montenegro" e "Rio Negro".

relevante para pesquisas futuras de acordos do MUHCAB com o IBRAM, com o IPHAN e com universidades federais.

O cruzamento dos dados da *busca por filtros temáticos e tag* permitiu concluir que **13,1% dos museus que estão relacionados à cultura afro-brasileira localizam-se no estado do Rio de Janeiro e são privados**, pois dos 38 resultados apenas 05 (cinco) estão localizados no estado do Rio de Janeiro, sendo estes 05 (cinco) geridos por instituições privadas.

No início da Etapa 2 acreditava-se que o levantamento de museus federais localizados no estado do Rio de Janeiro já conseguiria suprir a necessidade de identificar os próximos parceiros do MUHCAB para a disponibilização de acervos. Porém esse levantamento realizado a partir das *buscas por tipo de gestão e localização* se mostrou insuficiente, pois apresentou dados muito amplos, de difícil interpretação para este diagnóstico institucional. O acréscimo das *buscas por filtros temáticos e tag* possibilitou identificar as instituições que certamente interessam ao MUHCAB para realizar intercâmbio de acervos. No entanto, grande parte das instituições encontradas são da esfera privada e ainda não foram contatadas.

6.1.5. Algumas considerações

- Os estudos realizados na Etapa 2 possibilitaram identificar novos atores importantes quanto aos acervos. Recomenda-se que o MUHCAB busque fortalecer o relacionamento com estes atores desde o momento atual da elaboração.
- Uma avaliação dos conteúdos dos acervos, tanto os disponíveis quanto os possíveis, de museus resultantes das buscas na Plataforma MuseusBR, deverá ser realizada em uma próxima etapa, em processo paralelo ao desenvolvimento de conceitos e linhas de pesquisa a serem definidas de forma colaborativa entre a equipe e os comitês formados a partir do MUHCAB e os atores envolvidos. É necessário frisar a importância de o Setor de Acervos avançar junto com o Setor de Pesquisa.

- O mapeamento de acervos, tanto os disponíveis quanto os possíveis, configura um processo constante, pois a todo momento podem surgir instituições (museológicas ou não) com acervos que visem a contribuir com a preservação da memória das culturas negras no Brasil. Incluem-se aqui as instituições internacionais, que ainda serão mapeadas.
- A Plataforma MuseusBR possibilita a exportação dos dados dos museus já organizados em tabelas com uma grande quantidade de colunas. Para fins deste trabalho foi preciso sintetizar as tabelas de acordo com as necessidades identificadas, pois boa parte das colunas apontavam dados dispensáveis ao diagnóstico institucional do MUHCAB. Sendo assim, apenas algumas colunas foram selecionadas por esta consultoria para compor o presente relatório.
- Compreende-se que a organização da *busca por filtros temáticos e tag* na Plataforma MuseusBR já delinea uma estrutura para as futuras buscas em outras bases de dados e plataformas online. Isso significa que os termos “afro”, “negr”, “escrav”, “africa” e “aboli”, além das possíveis *tags* oferecidas, pretendem continuar sendo utilizadas pela consultoria de Museologia a fim de criar um fio condutor ao longo do presente contrato, o que não impede que novos termos possam ser utilizados conforme se faça necessário nas próximas etapas.
- A partir da *busca por filtros temáticos e tag* constatou-se que **apenas 1% dos museus nacionais possuem as memórias afro-brasileiras como temática central**¹⁸, pois a Plataforma MuseusBR aponta um total de 3793 museus brasileiros, sendo que apenas 38 são focados nesta temática.
- Não foi possível identificar todas as instituições contatadas pelo Subgrupo de Acervos Privados, pois não estão especificadas no relatório final do GT. Apenas são citados: as Irmandades Negras no perímetro do centro do Rio de

¹⁸ O resultado exato é 1,001%, aqui aproximado em 1%.

Janeiro (sem especificação) e o Museu do Tribunal da Justiça do Rio de Janeiro.

- A análise exclusiva do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) no relatório final do Subgrupo de Acervos Documentais impossibilitou compreender qual foi o nível de envolvimento com as demais instituições apontadas no início do relatório deste subgrupo. Portanto, não seria possível distinguir o status da relação entre as instituições e o MUHCAB apenas com base no relatório final em questão, conforme foram especificados as **parcerias** e os **contatos**, a partir do relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT.
- A necessidade de consultar a Gerência de Museus da SMC para auxiliar a interpretação dos dados apontados nos relatórios finais dos Subgrupos de Acervos do GT justifica-se pelo fato de atualmente não haver um museólogo contratado e lotado na sede do MUHCAB-Escola José Bonifácio. Tal fato reverbera também na dificuldade de tomadas de decisão da rotina do MUHCAB quanto aos aspectos museológicos. Um exemplo é não haver um ponto-focal para acompanhar a montagem das exposições temporárias de parceiros institucionais que ocorrem na sede MUHCAB-EJB.
- As *buscas por filtros temáticos e tag* apontaram para a grande necessidade de se revisar a ficha cadastral entregue ao IBRAM para constar na Plataforma MuseusBR para que, enfim, o MUHCAB apareça nos resultados de buscas com os termos abordados e com a *tag* “MUSEUAFRO”.

6.1.6. Sugestões para encaminhamentos

- Recomenda-se o acompanhamento de notícias relacionadas à criação do Programa Acervo em Rede, que está sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM/IBRAM) através de Vera Mangas, representante regional do IBRAM no Rio de Janeiro.

- Sabendo que ainda não é possível a contratação ou a lotação de um museólogo fixo para a sede da Escola José Bonifácio, recomenda-se, como medida emergencial, que seja definido ao menos um ponto-focal para os assuntos museológicos correspondentes à rotina do MUHCAB.
- Esta consultoria considera importante compreender o status de relacionamento entre o MUHCAB e as instituições apontadas pelo Subgrupo de Acervos Documentais e pelo Subgrupo de Acervos Privados. Para isso, recomenda-se que as instituições apontadas nos relatórios sejam contatadas o quanto antes. Tal contato pode ser feito, inclusive, pela consultora de Museologia em etapas futuras.
- À medida que o levantamento de acervos relevantes ao MUHCAB for avançando, considera-se importante ir compatibilizando as coleções levantadas com as linhas de pesquisa do museu. Destaca-se novamente a importância de o Setor de Acervo avançar junto com o Setor de Pesquisa, a fim de contribuir para curadorias futuras.

6.2. DIAGNÓSTICO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

A maior parte dos dados e das informações analisadas a seguir foram coletadas do relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT, a partir do trabalho realizado pelos integrantes André Csaky (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH), Alexandre Valadão Rios (Gerência de Museus – GMU/SMC), Heloisa Queiroz (Gerência de Museus – GMU/SMC), Lucienne Figueiredo (Superintendência de Museus – SMU/SEC) e Raphael Hallack (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto – CDURP).

Para coletar dados e informações também foram realizadas consultas pontuais com o museólogo Alexandre Rios (GMU/SMC). É importante ressaltar que durante o período em que o Formulário de Atores¹⁹ foi aplicado houve uma

¹⁹ Para mais informações sobre o Formulário de Atores, consultar o Produto 2 da consultoria de Produção Cultural.

chamada pública para acervos através do documento; quem preenchesse o formulário poderia doar acervos entrando em contato com o e-mail **acervosmel@gmail.com**. A caixa de entrada deste e-mail poderia ser mais uma fonte para coleta de dados sobre os acervos, porém a GMU/SMC confirmou que não foi recebida nenhuma mensagem até a finalização deste relatório.

Os estudos para delimitação do universo de acervos museológicos disponíveis para o MUHCAB foram iniciados a partir das **parcerias** e **contatos** levantados no início deste capítulo. A consultoria de Museologia percebeu a necessidade de retomar o contato com as instituições das **parcerias** e **contatos** durante a Etapa 2, com o objetivo de dar continuidade ao vínculo e tentar coletar mais informações acerca dos tipos de acordos que poderiam ser feitos institucionalmente. Conforme poderá ser confirmado nos próximos tópicos, nem todos os contatos foram bem-sucedidos.

A seguir estão listados todos os museus que foram levantados anteriormente a partir das **parcerias** e constam na *lista geral* e nas *listas por instituição*. Na *lista geral*, estão definidos como “instituições com acervo que tangenciam a temática da cultura negra integrantes da RedeWeb de Museus”, lembrando que estes museus utilizam o SISGAM.

MUSEUS DA REDEWEB MAPEADOS PELAS PARCERIAS	
1. Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	Gestão Municipal
2. Centro de Documentação da Fundação Theatro Municipal	
3. Casa da Marquesa de Santos	Gestão Estadual
4. Museu Antônio Parreiras	
5. Museu do Ingá	
6. Museu de Etnologia Odé Gbomi	Gestão Privada
7. Museu do Samba Carioca	

Há também os museus levantados anteriormente a partir dos **contatos** estabelecidos pelo Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT, que seguem listados abaixo.

MUSEUS MAPEADOS PELO SUBGRUPO E CLASSIFICADOS COMO CONTATOS

1. Instituto de Pesquisa das Culturas Negras	Gestão Privada
2. Museu do Negro	

Incluem-se também neste universo os museus públicos geridos pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SMC), inseridos na RedeWeb de Museus ou não, pois percebe-se que há menos burocracias envolvidas quando são realizados intercâmbios de acervos em museus do mesmo tipo de gestão. Além do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira foram identificados mais quatro museus da mesma gestão municipal²⁰, como se pode conferir abaixo.

MUSEUS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

1. Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro
2. Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz
3. Museu de Arte do Rio
4. Museu do Amanhã

O universo de acervos museológicos possíveis para o MUHCAB começou a ser delineado a partir da *busca por filtro temático e tag* realizada no início da Etapa 2, mas demanda pesquisa constante. A lista deve ser alimentada periodicamente. Os dados coletados a partir desta busca configuram um campo de forte interesse do MUHCAB, pois todas as instituições mencionadas têm a preservação da memória da cultura de matriz africana como ponto central dos seus acervos museológicos.

BUSCA NACIONAL POR FILTRO TEMÁTICO E TAG NA PLATAFORMA MUSEUSBR

1. Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado	Museu Público
2. Museu do Escravo	Museu Privado
3. Museu Treze de Maio	Museu Privado
4. Museu do Negro	Museu Privado

²⁰ Dos 04 (quatro) museus com gestão da SMC, apenas 01 (um) está inserido na RedeWeb de Museus: Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

5. Cafua das Mercês (Museu do Negro)	Museu Público
6. Memorial Afro-Valenciano Padre João José da Rocha	Museu Privado
7. Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia	Museu Público
8. Parque Memorial Quilombo dos Palmares	Museu Público
9. Museu de Artes Afro-Brasil Rolando Toro	Museu Privado
10. Memorial Mãe Menininha do Gantois - Ass. de São Jorge Ebé Oxossi	Museu Privado
11. Museu Afro Omon Ajagunan	Museu Privado
12. Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira	Museu Público
13. Memorial Kisimbê - Águas do Saber	Museu Privado
14. Centro de Referência da Cultura Negra	Museu Público
15. Museu de Favela	Museu Privado
16. Casa dos Açores - Museu Etnográfico	Museu Público
17. Museu Afro-Brasileiro de Sergipe	Museu Público
18. Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão	Museu Privado
19. Museu do Escravo (Belo Vale)	Museu Público
20. Instituto de Pesquisas Afro Cultural Odé Gbomi	Museu Privado
21. Museu Ilê Ohun Lailai	Museu Privado
22. Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana (Virtual)	Museu Público
23. Museu Paroquial Padre Osmar Possamai	Museu Privado
24. Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos	Museu Privado
25. Museu Último Quilombo	Museu Público
26. Museu Senzala Negro Liberto	Museu Privado
27. Memorial Lajoumim - Terreiro Pilão de Prata	Museu Privado
28. Casa da Cultura Quilombo	Museu Público
29. Museu Capixaba do Negro "Verônica da Pas" - Mucane	Museu Público
30. Òsun Ìya Oke Ile Afro-Brasileiro Ode Lorecy	Museu Privado
31. Museu da Cultura Africana e Negritude Brasileira	Museu Privado
32. Museu do Negro de Campinas	Museu Privado
33. Museu Afro Cultural Oyá Ní	Museu Privado
34. Museu da Abolição	Museu Público
35. Museu Afro Brasil	Museu Público

36. Museu Casa do Benin	Museu Público
37. Museu Escravo Jacó	Museu Privado
38. Museu dos Escravos	-

6.2.1. Acervos museológicos disponíveis

Os dados a deste tópico foram apresentados pelo Subgrupo GT Acervo Museológico e Arqueológico, a partir do levantamento de todo o material acondicionado na sala intitulada Haroldo Costa, na sede do MUHCAB-Escola José Bonifácio. A coleção é denominada no relatório final do subgrupo como Centro de Referência Carolina de Jesus. Serão apontados aqui apenas os dados referentes ao diagnóstico de acervos museológicos. Nos próximos subtópicos deste relatório será possível conferir os dados levantados referentes ao diagnóstico de outras categorias de acervo, como arquivístico e bibliográfico.

CENTRO DE REFERÊNCIA CAROLINA DE JESUS				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
MUSEOLÓGICO	ESCULTURA	Madeira	4	—
		Cerâmica	26	Esculturas danificadas e vários fragmentos
	PINTURA	Óleo sobre tela	21	—
		Óleo sobre madeira	7	—
	GRAVURA	Com moldura	3	—

→ Acervos museológicos disponíveis a partir de parcerias

Os dados a deste tópico foram coletados somente das *listas por instituição* elaboradas pelas *parcerias*, apresentadas no relatório final do Subgrupo GT Acervo Museológico e Arqueológico. Lembrando que fazem parte da RedeWeb de Museus e utilizam o SISGAM.

MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	GRAVURA	Papel	4	1821 a 1841
	LITOGRAVURA	Papel	5	1832 a 1840

MUSEU ANTÔNIO PARREIRAS				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	DESENHO	Lápis cera	1	1980
		Carvão sobre papel	2	1925 e 1927
	PINTURA	Óleo sobre tela	11	1891 a 1979
		Tinta acrílica sobre tela	2	1976
		Óleo sobre madeira	3	1886 a 1978
	CARICATURA	Tinta acrílica sobre tecido	1	1984
		Tinta acrílica e colagem sobre tecido	1	1974

MUSEU DO INGÁ – ACERVO BANERJ				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	DESENHO	Bico de pena sobre papel	3	1941 a 1946
		Aquarela e grafite sobre papel	1	Sec. XIX
		Pastel sobre papel	1	1983
	LITOGRAVURA	Papel	3	-
	TIPOGRAFIA	Papel	21	1960 a 1963
	PINTURA	Óleo sobre tela	8	1965 a 1983
		Óleo sobre aglomerado	2	1964 a 1971
		Guache sobre papel	1	1981
		Óleo sobre madeira	2	1964 a 1971

MUSEU DO INGÁ				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	ESCULTURA	Costura e Montagem	17	-
		Modelagem em cerâmica	2	Séc. XX
		Entalhe em madeira	3	

	LITOGRAVURA	Papel	87	Apenas 01 (uma) consta como 1818, as demais não possuem data
		Cambráia	1	-
	PINTURA	Óleo sobre tela	1	Séc. XX
		Esmalte sobre madeira	1	1978

MUSEU DE ETNOLOGIA ODÉ GBOMI				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	ESCULTURA	Utensílios fundidos em ferro	3	-
		Cerâmica e produtos animais	2	
		Cerâmica	1	
		Entalhe em madeira	29	
		Madeira, produtos animais e plástico	3	
	PANO DA COSTA	Tecelagem	2	
	INSTRUMENTOS MUSICAIS	Madeira e couro	2	
		Metal	1	
	PINTURA	Óleo sobre tela	1	
		Acrílica sobre papel ou tecido	2	
		Batik	3	

CASA DA MARQUESA DE SANTOS – MUSEU DA MODA BRASILEIRA				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	IMPRESSÃO	Papel	2	Séc. XIX - 1826
	LITOGRAVURA	Papel	5	Séc. XIX - 1813 - 1821

MUSEU DO SAMBA				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	INDUMENTÁRIA; FANTASIA	Cetim e/ou renda; tecido e lantejola	2	2009 - 2014

		Lamê e veludo; metal, couro e plástico	1	1978
		Incrustação; lantejola e pluma	1	2001
		Metal, couro e pluma	1	1989
		Bordado; lantejola e couro	1	-
		Brim, veludo; metal, lantejola e produtos animais	1	2004
		Couro, algodão e palha	1	-
		Metal, lantejola e produtos animais	1	2003
		Tule; lantejola, pluma, rochas/minerais	1	2014
		Renda, tecido; metal, lantejola e produtos vegetais	1	-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	PERÍODO HISTÓRICO
MUSEOLÓGICO	DESENHO	Carvão e nanquim sobre papel	1	-

→ Acervos museológicos disponíveis a partir de *contatos*

A seguir, serão abordados os acervos das instituições citadas no relatório final do Subgrupo GT Acervo Museológico e Arqueológico e classificadas neste relatório como ***contatos***, com algumas considerações acerca do relacionamento destas instituições com o MUHCAB e o atual status.

INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS

2017	2018
<ul style="list-style-type: none"> ▪ No primeiro semestre de 2017, o Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos entrou em contato com o IPCN para reconstruir a narrativa do percurso de parte da coleção dos objetos sagrados afro-brasileiros apreendidos pela polícia civil no início do século XX e que está sob a guarda do instituto. Toda a coleção foi tombada pelo IPHAN em 1938 como “Museu de Magia Negra”. Embora este nome seja contestado, ainda é reconhecida oficialmente desta forma. ▪ Em data incerta, José Mariano Beltrame, quando era secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, cedeu parte desta coleção à Srª Shaolim, que (em data também incerta) repassou estes objetos para o Centro Cultural Municipal José Bonifácio. Em maio de 2011 os objetos foram retirados do CCMJB para o IPCN, por motivos não mencionados no relatório. ▪ Quando o Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT contactou o Sr. Benedito Sérgio, ele ofereceu como doação estes objetos para compor o acervo do MUHCAB, mas ainda sem documentação. ▪ O museólogo Alexandre Rios realizou uma visita técnica ao IPCN em maio de 2017 e conseguiu levantar alguns tipos de objetos da coleção sob a guarda do instituto, classificados como “imagens sacras, instrumentos musicais, bengalas, cachimbos, conchas, garrafa de aguardente, cuias”. Na ocasião, não se teve acesso a nenhuma documentação (termo de cessão, catálogo e ficha de catalogação) sobre os objetos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mesmo após pesquisar em boa parte do material referente à elaboração do MUHCAB, a consultoria de Museologia não conseguiu encontrar informações que explicassem o desmembramento da coleção intitulada pelo IPHAN no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como “Museu de Magia Negra”, tampouco a trajetória (com as muitas mudanças de instituições) da parte que hoje está sob a guarda do IPCN. ▪ Conforme também não foram encontradas informações em sites da internet acerca dos objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do IPCN, a consultora entrou contato com o Sr. Benedito Sérgio em meados do mês de agosto. A resposta veio através do e-mail institucional do IPCN comunicando que o local está em obras e não há muitos horários disponíveis para visitas, mas que havia possibilidade. ▪ A visita ao IPCN ainda não conseguiu ser agendada até a finalização do presente relatório. O Sr. Benedito Sérgio afirmou haver maiores possibilidades de visita a partir do dia 05 de setembro de 2018, confirmando que ele mesmo conduzirá a visita ao IPCN, quando for possível chegar a um acordo de datas. ▪ Para além de apenas obter informações acerca dos objetos sagrados mencionados, a visita ao IPCN é vista por esta consultoria como uma possibilidade de estreitar os laços entre o museu e a instituição.

MUSEU DO NEGRO

2017	2018
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O acervo museológico do Museu do Negro é constituído basicamente por peças doadas no século XIX por negros escravizados, e (poucas) por fazendeiros. A maioria são instrumentos de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No final do mês de agosto de 2018 a Consultoria de Museologia realizou uma visita ao Museu do Negro após entrar em contato com o professor

<p>suplício (compostos de metal) usados para torturar e punir os escravizados. Também foram identificados objetos sagrados (compostos por metal e madeira) e esculturas (compostas por madeira, metal, cerâmica e palha). Destacam-se aqui os últimos estandartes de clubes abolicionistas do Brasil que se encontram no museu: Joaquim Nabuco e Ferreira de Meneses.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT também constatou que o Museu do Negro possui acervo bibliográfico e arquivístico, mas ainda não puderam ser especificados. ▪ O acervo do Museu do Negro já está previamente catalogado. Porém, o trabalho do subgrupo apontou que será necessário dividir as responsabilidades internas: o que é do Museu do Negro (objetos e obras bibliográficas raras e antigas, por exemplo) e da Seção de Documentação da Irmandade (documentos escritos e bibliográficos para pesquisa). ▪ A biblioteca dispõe de livros quem remontam à 1870, incluindo recibos de compra e venda de escravos, cartas de alforria, livros sobre o Rio de Janeiro e história militar. ▪ O relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT concluiu ser urgentemente necessário que certos objetos do acervo sejam restaurados e armazenados de maneira apropriada, como os estandartes e os livros, que estão sofrendo, além da ação do tempo, às ações de fungos, umidade e poeira. 	<p>Ricardo Passos, que atualmente é diretor da instituição.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A visita teve como objetivo estreitar os laços entre as instituições. Para a consultora, foi importante também para conhecer o acervo do Museu do Negro, os funcionários e voluntários, além do funcionamento da instituição. Para o diretor, a visita foi importante para obter informações atualizadas acerca do processo de planejamento do MUHCAB. ▪ Durante a visita foi possível conversar diretamente com o provedor do Museu do Negro, Carlos Alberto, para quem foi feita a pergunta sobre a possibilidade de empréstimo do acervo para MUHCAB, sem custos. A resposta foi extremamente positiva. ▪ Compreende-se que o próximo passo do relacionamento institucional é o compartilhamento dos dados e informações referentes ao acervo do Museu do Negro. ▪ Avalia-se que a parceria entre os dois museus precisa ser formalizada, através de um termo de cooperação ou outro documento. ▪ O professor Ricardo Passos e o provedor Carlos Alberto se disponibilizaram a apoiar o contato do MUHCAB com as outras Irmandades Negras do município do Rio de Janeiro. Ricardo Passos integrou o Subgrupo de Acervos Privados do GT, que incluía os acervos das ordens religiosas. ▪ Foi possível perceber o desejo de que se intensifique o relacionamento entre o Museu do Negro e o MUHCAB.
--	---

6.2.2. Acervos museológicos possíveis

Durante a Etapa 2 esta consultoria realizou mapeamento inicial de acervos museológicos possíveis resultando, por ora, em uma lista de artistas negros contemporâneos e, ainda, em uma lista de instituições nacionais que não são focadas na preservação das memórias afro-brasileiras, mas que possuem coleções pontuais com a temática. Novas metodologias de coletas de dados e informações ainda precisarão ser desenvolvidas no decorrer das próximas

etapas do presente contrato, a fim de aprofundar conhecimentos quanto ao quantitativo dos objetos, ao tipo de material, às possibilidades de acordos para intercâmbio, dentre outros.

Destaca-se aqui a importância de valorizar a produção artística negra no Brasil. A maioria dos nomes de artistas plásticos negros contemporâneos listados abaixo foram identificados durante a palestra da Diretora do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (DPMUS/IBRAM), Renata Bittencourt, na mesa-redonda *A presença das memórias afro-brasileiras nos museus*, que integrou a programação do evento *200 Anos de Museus no Brasil*, em agosto de 2018. São artistas negros que possuem atualmente projeção nacional e internacional. Considerar tais artistas para compor o acervo museológico do MUHCAB é uma forma de aproximação entre o museu e a atual produção artística negra no país.

ARTISTAS NEGROS CONTEMPORÂNEOS
1. Rosana Paulino
2. Mariana de Matos
3. Priscila Rezende
4. Jaime Laureano
5. Dalton de Paula
6. Moisés Patrício

Em paralelo, utilizou-se como direcionador do universo inicial de acervos museológicos possíveis para o MUHCAB o levantamento de mais de quatro mil objetos espalhados em coleções pelo Brasil, realizado pelo museólogo e antropólogo Raul Lody²¹, fruto de seus trabalhos realizados na década de 1980. O autor então identificou “[...] uma necessidade urgente de rever esse olhar museológico perante o que se consagrou exclusivamente etnográfico. As comunidades afrodescendentes reclamam e exigem suas representações nos museus” (LODY, 2005, p.18). Encontram-se abaixo algumas considerações mais gerais apontadas por Lody sobre cada coleção no seu livro *O Negro no Museu*

²¹ O levantamento foi retirado do livro de Lody lançado em 2005, intitulado ***O Negro no Museu Brasileiro: Construindo Identidades***.

Brasileiro: Construindo Identidades. Apenas estão listadas a seguir as coleções que estão em instituições ainda não citadas no presente relatório. É importante ressaltar que, embora o levantamento a seguir tenha sido realizado há mais de trinta anos, foi o único encontrado por esta consultoria com foco nesta temática.

LEVANTAMENTO DE COLEÇÕES AFRO-BRASILEIRAS REALIZADO POR RAUL LODY	
COLEÇÃO PERSEVERANÇA EM ALAGOAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontra-se desde 1950 no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. ▪ Objetos datam de 1857 a 1910, mas passou a ser nomeada Coleção Perseverança em 1983. ▪ É interpretada enquanto um conjunto de objetos antigos do xangô alagoano. ▪ Não apresenta o quantitativo de objetos. ▪ É uma coleção hermética. Não há acréscimo de objetos. ▪ A coleção está inventariada e catalogada. ▪ Organização em conjuntos nominados: <ul style="list-style-type: none"> . Fetiches e insígnias . Esculturas oxês e imagens . Instrumentos musicais . Indumentárias . Paramentos (panos usados em culto) . Diversos
CULTO AFRO-BRASILEIRO – UM TESTEMUNHO DO XANGÔ PERNAMBUCANO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontra-se desde 1940 no Museu do Estado, em Recife. ▪ Foi criada a partir da repressão policial aos terreiros na década de 1930. ▪ É considerada um testemunho vivo do xangô pernambucano. ▪ Em 2005 estava em processo de catalogação. ▪ Possui um total de 307 objetos. Entre outros tipos de materiais, são compostos por: <ul style="list-style-type: none"> . madeira . tecido . folha-de-flandres . ferro . cerâmica . gesso . couro . cascos de tartaruga . conchas . chifres . cabaças . palitos de dendezeiro
COLEÇÃO AFRO-PERNAMBUCANA NO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Museu do Homem do Nordeste é detentor das coleções dos seguintes museus: Museu Antropológico, Museu de Arte Popular e Museu do Açúcar. ▪ Não apresenta o quantitativo de objetos. ▪ Das coleções afro-pernambucanas que integram o acervo do museu, destacam-se três: <ul style="list-style-type: none"> . Coleção dos objetos coletados nos xangôs (1950) . Coleção do Maracatu Nação Elefante (1964) . Conjunto com representação dos principais orixás (1979)
COLEÇÃO ARTE AFRICANA DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES NO RIO DE JANEIRO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A classificação dos objetos desta coleção foi iniciada em 1981. ▪ Contém 103 objetos no total, divididos pelas seguintes conjuntos: <ul style="list-style-type: none"> . Arte Iorubá . Arte Fon . Arte Senufo . Arte Kuduó

	. Arte Achanti
COLEÇÃO CANDOMBLÉ DE SALVADOR DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA BAHIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não apresenta o quantitativo de objetos e nem a data de entrada no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. ▪ Foi criada a partir da repressão policial aos terreiros na década de 1930. ▪ A coleção é considerada pelo autor como um testemunho do uso religioso nos terreiros de candomblé da cidade de Salvador. ▪ Os objetos são compostos, entre outros tipos de materiais, por: <ul style="list-style-type: none"> . madeira . tecido . folha-de-flandres . búzio . latão . cerâmica (algumas africanas) . ferro
COLEÇÃO ETNOGRÁFICA AFRICANA NO PARÁ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerada coleção de arte dos povos bantu no Museu Paraense Emílio Goeldi ▪ É composta por 490 objetos e reúne esculturas compostas em sua maioria pelos seguintes materiais: <ul style="list-style-type: none"> . madeira . barro . búzio . ferro . couro . latão . cobre
COLEÇÕES AFRO-MARANHENSES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrimônios dos terreiros mina-jeje e mina-nagô e das festas de São Luís. ▪ As coleções afro-maranhenses procedem dos seguintes museus: Museu Histórico e Artístico do Maranhão com seu anexo Cafuá das Mercês e do Centro Cultural Popular Domingos Vieira Filho. ▪ A Consultoria de Museologia compreende que o processo de formação destas coleções pode ser pesquisado futuramente não só para fins museológicos, mas também para fins territoriais, pois integrou diversas entidades do estado do Maranhão. Segundo Raul Lody (2005, p.122): <p style="margin-left: 40px;">O trabalho realizado no Maranhão, em especial na cidade de São Luís, estabeleceu profundas conexões entre as coleções nos museus com a Casa das Minas, terreiro mina-jeje, como também com a Casa de Nagô, com os mercados da cidade, com os donos de bois, brincantes, festeiros do Divino Espírito Santo, experimentando-se ações de ecomuseologia e de educação patrimonial.</p>
COLEÇÕES DA FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As coleções africanas e afro-brasileiras estão localizadas no Solar de Santo Antônio do Apipucos, sede da Fundação Gilberto Freyre, na cidade do Recife. ▪ A coleção de arte africana foi formada entre os anos de 1951 e 1952, fruto das viagens que Gilberto Freyre fez à África, especialmente a Angola. ▪ Coleção composta basicamente por esculturas de: <ul style="list-style-type: none"> . ébano . marfim . bronze . madeira
COLEÇÃO AFRO-BRASILEIRA DO MUSEU THÉO BRANDÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A coleção reúne documentos dos terreiros de xangô do Estado de Alagoas. ▪ É constituída por 90 objetos.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Por ter sido oriunda de repressões policiais no início do século XX e estar localizada em Alagoas, é interpretada por Lody como complementar à Coleção Perseverança.
MUSEU ARTHUR RAMOS NO CEARÁ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Museu Arthur Ramos está alojado na Casa José de Alencar, em Fortaleza. ▪ Organização em conjuntos nominados: <ul style="list-style-type: none"> . Série macumbas e candomblés . Série plantas, banhos, defumadores . Série garrafadas . Objetos etnográficos não-negros . Objetos africanos . Instrumentos de música e ferro da escravidão
COLEÇÃO DE ARTE NEGRA NO MUSEU CÂMARA CASCUDO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localizado no Rio Grande do Norte ▪ Composto por 38 objetos. ▪ Segundo Lody, seu diferencial é não ser composta por objetos sacralizados.
COLEÇÃO ANGOLANA DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localizado no Rio Grande do Norte ▪ Composta por 32 objetos. ▪ Localizados na casa de Luís da Câmara Cascudo, em Natal.
COLEÇÕES DO MUSEU NACIONAL NO RIO DE JANEIRO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conjunto de objetos africanos e afro-brasileiros eram alocadas no Setor de Etnografia e Etnologia do Museu Nacional (UFRJ). ▪ Quantitativo de objetos apontado por Raul Lody: <ul style="list-style-type: none"> . 18 esculturas antropomorfas de orixás . 21 bastões cerimoniais (africanos e afro-brasileiros) . 10 abanos e abebês . 57 fios-de-conta
INSTITUTO FEMININO DA BAHIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Este é um espaço caracterizado como de cultura popular e/ou de arte popular ▪ Dentre os objetos da coleção, destacam-se: <ul style="list-style-type: none"> . série de faixas tecidas em tear manual . peças de barro . pano-da-costa . instrumentos rituais
MUSEU CARLOS COSTA PINTO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localizado na Bahia. ▪ Contém 27 pencas de balangandãs ▪ Material predominante: prata. ▪ Joalheria ritual religiosa do candomblé baiano.
COLEÇÕES AFRO-BRASILEIRAS NO MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localizado no Rio de Janeiro ▪ A coleta de objetos referentes à cultura afro-brasileira coincide com a criação do museu, durante a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, entre 1968 e 1969.

Destacam-se aqui também algumas exposições realizadas recentemente (ou ainda em cartaz) que podem vir a compor o universo de acervos museológicos possíveis, conforme é possível conferir a seguir.

EXPOSIÇÕES RECENTES QUE DESTACAM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA			
1. “Diálogos Ausentes”	Instituto Itaú Cultural	São Paulo	
2. “Onde estão os Negros?”	Associação VídeoBrasil		
3. “Histórias Afro-Atlânticas”	Museu de Arte de São Paulo (MASP)		
4. “Territórios: Artistas Afrodescendentes”	Pinacoteca		
5. “Do Valongo à Favela”	Museu de Arte do Rio (MAR)	Rio de Janeiro	
6. “O Rio de Samba: Resistência e Reinvenção”			
7. “Ex-África”			Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB)
8. “Das Galés às Galerias”			Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

É importante ressaltar que algumas instituições têm em seu acervo coleções de temática de interesse ao Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, mas muitas vezes as coleções atravessam mais de uma categoria, ou seja, não só oferecem material de cunho museológico, mas também podem oferecer material bibliográfico, arquivístico e territorial, e podem estar disponibilizadas também em meio digital. A seguir serão apresentadas algumas dessas instituições, aqui classificadas como possibilidades para intercâmbio de acervos para o MUHCAB, mesmo que ainda não tenham sido contatadas.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (MHN)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivístico ▪ Bibliográfico ▪ Museológico ▪ Publicações
MUSEU AFRO DIGITAL (UERJ)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coleções ▪ Documentos ▪ Produções Audiovisuais
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (AFCRB) ▪ Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) ▪ Arquivos Pessoais e Familiares (APES) ▪ Biblioteca Rui Barbosa ▪ Biblioteca São Clemente ▪ Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM) ▪ Guia ▪ Mestrado ▪ Museu

6.2.3. Análise e considerações

- Compreende-se que a presente sistematização dos dados e informações que aparecem no relatório final do Subgrupo de Acervos Museológicos e Arqueológicos oferece uma preparação para que o relacionamento entre o MUHCAB e as instituições mencionadas seja profícuo.
- A partir das informações apresentadas pelo museólogo Alexandre Rios (GMU/SMC) a esta consultoria, foi possível identificar basicamente duas formas de entrada do acervo museológico na coleção do Centro de Referência Carolina de Jesus, localizada na sede MUHCAB-Escola José Bonifácio. A primeira foi o que já foi exposto no antigo CCMJB e depois doado à instituição, como por exemplo pinturas de Heitor dos Prazeres e Nelson Sargento. A segunda foi o material que foi produzido em cursos oferecidos pelo antigo CCMJB, como por exemplo pinturas da Tia Lúcia e esculturas em cerâmica confeccionadas em aulas da artista e professora de artes Carmem Barros que também foram posteriormente doados à instituição.
- As *listas por instituição* foram elaboradas pelas **parcerias**, que acompanham a elaboração do MUHCAB. Mesmo assim, é fundamental que os colaboradores do MUHCAB sempre analisem criticamente os discursos inerentes aos objetos levantados como possibilidade de acervo e decidam junto com o seu público-primário quais são as formas mais adequadas e eficazes para desconstruir discursos que corroboram com o racismo nos dias de hoje.
- Após analisar o material que as **parcerias** entregaram ao Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos, esta consultoria constatou que quase todos os objetos apresentam imagens em que pessoas negras (escravizadas ou *livres*) aparece em condição de subalternidade. Um objeto museológico pode corroborar com essa subalternização do negro quando contém, por exemplo: representação hiperssexualizada de mulheres negras, representação animalizada dos corpos de homens negros, posturas servis de

peças negras em relação às peças brancas, objetos de suplicio utilizados no período da escravização, dentre outros.

- Caso seja decidido que o MUHCAB se utilizará de objetos com as características mencionadas, esta consultoria sugere que tal utilização se dê unicamente e exclusivamente pelo viés da desconstrução deste padrão racista de representação, sempre realizando as problematizações necessárias junto aos seus públicos, utilizando-se das estratégias de mediação adequadas.
- Esta consultoria confia no profundo potencial que o MUHCAB tem de se estabelecer como uma referência de museu antirracista, posicionando-se como instituição contestadora dos estereótipos historicamente imputados ao negro. Mas é importante frisar que, enquanto um museu em construção, o MUHCAB ainda está cunhando suas diretrizes institucionais e, com isso, está cunhando também a sua ética enquanto museu. Portanto, o atual momento é crucial para realizar debates internos entre as equipes do MUHCAB e, para além, debates diretos com seus públicos, sobretudo com seu público-primário. Vale então alertar que, para assumir uma postura de instituição antirracista, há valores inegociáveis sobre os quais o MUHCAB precisa se posicionar publicamente o quanto antes. É importante também que tais discussões sejam empreendidas pelo Comitê Científico, junto ao Conselho Consultivo, além de estimuladas pelo Setor de Pesquisa.
- O MUHCAB ainda não teve acesso a nenhuma documentação sobre os objetos que estão no IPCN, tais como termo de cessão, inventário e fichas de catalogação. Por isso não se sabe o quantitativo das “imagens sacras, instrumentos musicais, bengalas, cachimbos, conchas, garrafa de aguardente e cuias” encontradas. É importante ressaltar que este levantamento, mesmo que abrangente, se refere apenas ao que está sob a guarda do IPCN, pois o que se encontra sob a guarda do museu da polícia civil não foi mencionado nos documentos internos do MUHCAB pesquisados por esta consultoria.

- Todas as informações levantadas no âmbito do diagnóstico de acervos museológicos disponíveis limitaram-se ao que foi apontado no relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos, dadas as limitações de tempo que configuraram a Etapa 2.

6.2.4. Sugestões para encaminhamentos

- É importante considerar que a referida coleção de objetos sagrados afro-brasileiros que está (em parte) sob a guarda do IPCN é o atual símbolo da luta contra o racismo religioso no estado do Rio de Janeiro, uma luta que foi iniciada na década de 1980 por lideranças de religiões de matriz africana. As reivindicações destas lideranças vêm se intensificando desde 2016 e encontram grande visibilidade atualmente²². A maior reivindicação é a repatriação de todos os objetos sagrados afro-brasileiros, para que retornem aos seus terreiros de origem ou aos seus descendentes, de onde foram arrancados pela polícia no início do século XX. Destaca-se aqui a campanha *Libertem o Nosso Sagrado*, que vem mobilizando debates no Rio de Janeiro sobre essa situação. Sendo assim, é recomendado que o MUHCAB entre em contato com as lideranças religiosas que estão à frente deste movimento de repatriação antes de aceitar receber qualquer doação ou empréstimo de objetos desta coleção, seja através do IPCN ou de qualquer outra fonte. Diante desse cenário, esta consultoria entende que o papel do MUHCAB pode ser oferecer espaços de encontro para contribuir com a articulação entre as lideranças religiosas para que estas assumam as devidas tomadas de decisão.
- Com a destruição de todo acervo do Setor de Etnografia e Etnologia do Museu Nacional por conta do incêndio ocorrido no início de setembro de 2018, recomenda-se que o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira crie estratégias para honrar o acervo perdido.

²² Destaca-se aqui o importante papel da pesquisa realizada pela museóloga e doutoranda em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) Pamela de Oliveira (2017), intitulada *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados Afro-brasileiros sob a guarda do museu da polícia: da repressão à repatriação*.

- Acerca do levantamento de acervos museológicos possíveis localizados fora do estado do Rio de Janeiro, cabe aqui uma ponderação. Conforme já mencionado, a possibilidade de os objetos sagrados afro-brasileiros virem a se tornar acervos disponíveis para o MUHCAB deve ser antes apresentada para as lideranças religiosas de matriz africana das referidas regiões. Novamente recomenda-se que o MUHCAB apenas considere estes objetos sagrados afro-brasileiros como acervos museológicos disponíveis após a aprovação destas lideranças religiosas, e seguindo as suas orientações para acondicionamento e tratamento.
- Para exemplificar a necessidade de se analisar criticamente os discursos inerentes aos objetos que estão sendo considerados para compor o acervo museológico do MUHCAB, apresenta-se o objeto oriundo do Centro de Documentação da Fundação Theatro Municipal, encontrado nas pesquisas realizadas pelas **parcerias**: um desenho alegórico intitulado *Cristino, personagem da peça Iaiá Boneca*, em que um homem negro é representado por uma imagem pejorativa que o inferioriza, conforme se pode comprovar com a imagem da *ficha*²³ abaixo. Esta consultoria recomenda que objetos que apresentem o negro em condição de subalternidade, como em *Cristino, personagem da peça Iaiá Boneca*, precisam de amplos debates internos e externos antes da possível aquisição. Sugere-se como disparador o seguinte questionamento: estes objetos são relevantes para problematizar a presença de vestígios da escravização na nossa sociedade atual?

²³ Todos os dados da *ficha* foram retirados da *lista por instituição* relacionada à Fundação Theatro Municipal. Tanto a organização das informações quanto o *layout* não são originais do SIGAM.

**PERFIL DE OBJETO A SER DEBATIDO ANTES DE INTEGRAR O ACERVO
MUSEOLÓGICO**



- Unidade Administrativa: FTM - Centro de Documentação da Fundação Theatro Municipal
- Número de Identificação: 100351
- Objeto: Desenho Alegórico
- Título: Cristino, personagem da peça Iaiá Boneca
- Autoria: Ernani Fornari
- Material: Papéis/Afins; Papel; Produtos Vegetais; Carvão
- Técnica: Carvão; Nanquim
- Dimensão: A 23.0 X L 17.8 cm
- Descrição: Desenho do cenógrafo português Hipólito Colomb para o personagem Cristino, da peça Iaiá Boneca, de Ernani Fornari. Apresenta a figura de um homem negro em pé, de frente, descalço, cabeça tombada para a direita. Nas mãos, uma corrente. Pés acorrentados.

- Como observação final, à esta consultoria chamou a atenção o alarmante número de representações depreciativas da imagem do negro presente nos acervos levantados. Foi possível perceber que esta característica atravessa uma expressiva parcela dos museus brasileiros. Este fato em si já é indicativo de como a sociedade vem representando o negro desde o período da escravização. Esta consultoria confia que já é possível o MUHCAB encontrar estratégias para se posicionar enquanto um museu antirracista desde este momento de elaboração.
- Por fim, é importante ressaltar que as análises críticas mencionadas acima não configuram uma contestação às instituições proprietárias dos objetos que apresentam o negro em condição de subalternidade e, portanto, ainda que a equipe do MUHCAB possa vir a não aceitar empréstimo/doação de objetos com tais características, esta decisão não encerra possíveis parcerias de outras naturezas com as mesmas instituições futuramente.

6.3. DIAGNÓSTICO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS

Assim como o diagnóstico de acervos museológicos, a maior parte dos dados e das informações analisadas a seguir foram coletadas do relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT, a partir do trabalho realizado pelos integrantes André Csaky (IRPH), Alexandre Valadão Rios (SMC), Heloisa Queiroz (SMC), Lucienne Figueiredo (SEC) e Raphael Hallack (CDURP). A única instituição mencionada no relatório foi o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU), sob a gestão do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Portanto, considera-se aqui que esta é a única instituição com acervos arqueológicos disponíveis ao Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira.

Foram levadas em conta também as informações apresentadas por Cláudia Escarlata, atual presidente do IRPH, na audiência pública realizada no Ministério Público Federal no dia 08 de agosto de 2018 com o título *Cais do Valongo Patrimônio Cultural da Humanidade: O que foi feito?*.

Nos últimos dias da Etapa 2, a consultoria de Museologia se reuniu com o IRPH para obter maiores informações sobre o status dos artefatos que se encontram no Galpão da Gamboa, onde funcionará o LAAU. Dessa reunião foram retiradas informações valiosas quanto à organização dos dados gerados no âmbito das escavações da Fase 1 das obras da zona portuária. Os detalhes da reunião serão apresentados no próximo subtópico.

Para levantamento de acervos arqueológicos possíveis foram realizadas pesquisas na base de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN), disponível no site oficial do IPHAN²⁴. A delimitação da busca nesta base de dados foi o município do Rio de Janeiro. Para isso foram usados dois filtros, conforme é possível conferir pela imagem abaixo, sendo: Município – **Rio de Janeiro**; Tipo de sítio – **Histórico**.

²⁴ Disponível no link: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699> - Acesso em 25/08/2018.

The screenshot shows the IPHAN website interface for the CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos). The page title is "Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)". Below the title, there is a search bar and a navigation menu. The main content area displays a search form with fields for "Município" (filled with "rio de janeiro"), "Estado" (filled with "RJ"), "Nome do sítio", and "Responsável". There are also checkboxes for "Histórico", "Pré-Colonial", and "De Contato". Below the form, a message states "A consulta retornou 57 registro(s) de 27318 cadastrados." and a table of results is shown.

CNSA	Nome	Município	UF
RJ00184	Sítio do Rangel	Rio de Janeiro	RJ
RJ00190	Cemitério da Capela de Nossa Senhora do Desterro	Rio de Janeiro	RJ
RJ00193	Casa Rural de Guaratiba	Rio de Janeiro	RJ
RJ00194	Vale do Mosquito	Rio de Janeiro	RJ
RJ00198	Sítio Cerâmico da Ponta do Marinheiro	Rio de Janeiro	RJ
RJ00204	Antigo Cais da Praça XV	Rio de Janeiro	RJ
RJ00205	Dona Imperial	Rio de Janeiro	RJ

Figura 1: Interface do banco de dados da CNSA no site do IPHAN.

6.3.1. Acervos arqueológicos disponíveis

O universo de acervos arqueológicos disponíveis abrange a totalidade de artefatos provenientes das escavações da zona portuária, com ênfase no que se refere à Fase 1, que soma mais de um milhão de artefatos, sendo quase meio milhão atribuído ao Cais do Valongo. Todo esse quantitativo está disposto atualmente no Galpão da Gamboa, onde funcionará o LAU. Para obter detalhes sobre os artefatos desta coleção, será necessária uma futura análise dos documentos abordados neste tópico.

LABORATÓRIO ABERTO DE ARQUEOLOGIA URBANA

2016 – 2017	2018
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destacam-se os seguintes trechos do Plano de Gestão do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU), escrito em março de 2016: <i>“A idéia da criação de um laboratório de arqueologia, desenvolvida a partir de 2006, foi viabilizada em 2014 pelo IRPH, quando da criação do LAAU. (...) Sua implantação deu-se a partir da responsabilidade que o IRPH assumiu perante ao IPHAN de exercer a salvaguarda de todo o acervo arqueológico oriundo das pesquisas arqueológicas realizadas entre os anos de 2010 e 2012, durante as intervenções urbanísticas da Fase I do projeto Porto Maravilha. (...) A responsabilidade do IRPH pela salvaguarda gerou a necessidade de transferência, em 2013 e 2014, de todo esse acervo para o Galpão B da Gamboa, onde se desenvolverá a implantação do LAAU. (...) A meta para 2016-2036 é o estabelecimento de uma gestão em parceria público-privada, qualificada competente e eficiente o bastante de forma a potencializar a execução dos programas de ação e atingir plenamente a missão do LAAU.”</i> ▪ Desde meados de 2017 o LAAU tem sido incluído pela SMC como uma das sedes do museu de território Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira. ▪ André Csáky é arquiteto e Subgerente de Arqueologia do IRPH. Esteve vinculado ao GT do MUHCAB como membro do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No início do mês de julho a consultora de Museologia fez contato com o IRPH, através do arquiteto André Csáky, solicitando reunião sobre os acervos arqueológicos da Fase 1 das escavações da zona portuária, com ênfase nos referentes ao Cais do Valongo. O retorno por parte do IRPH quanto à solicitação levou quase dois meses, o que revelou uma cautela com a divulgação das informações acerca do acervo arqueológico que está no LAAU. ▪ No final do mês de julho, período de espera de agendamento da reunião, por ocasião de uma atividade externa nas proximidades do Galpão da Gamboa, a Equipe Técnica do MUHCAB visitou espontaneamente o LAAU. As arqueólogas terceirizadas contratadas pela empresa Grifo estavam em serviço e compartilharam algumas poucas informações gerais sobre os materiais que compõem o acervo do LAAU. Nenhuma informação específica foi apresentada. ▪ A reunião aconteceu no início do mês de setembro, na sede do IRPH. A consultora foi recebida pelos funcionários do instituto: André Csáky (Subgerente de Arqueologia), Luiz Pizzotti (Coordenador de Estudos e Planos) e Fernando Mello (Gerente de Proteção).

A reunião realizada em setembro de 2018 na sede do IRPH possibilitou compreender o panorama de gestão do LAAU. Este laboratório ainda é referido internamente pela equipe do IRPH como um equipamento em processo de construção, instalado no Galpão da Gamboa de forma provisória. O LAAU, em si, ainda não existe, mas está com previsão de inauguração para 2019. O objetivo em ocupar este galpão é dinamizar uma parte da zona portuária onde ainda não circulam muitas pessoas que não são moradoras da região. André

Csáky, Luiz Pizzotti e Fernando Mello corroboram com a intenção de o LAAU compor o museu de território MUHCAB.

A gestão do LAAU é realizada pelo IRPH de forma provisória, renovada anualmente, com terceirização de empresas de Arqueologia. Ainda assim, todo o acervo arqueológico pertence à união, sob auspício do IPHAN. O Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) foi a empresa responsável pelo tratamento do acervo encontrado durante a Fase 1. A empresa organizou o acervo em 900 (novecentas) caixas pretas, que estão atualmente no Galpão da Gamboa.

Durante toda a Fase 1 foram encontrados 1.259.253 artefatos arqueológicos. As pesquisas realizadas pelo IAB em 2016 revelaram que 466.035 artefatos se referem exclusivamente ao Cais do Valongo. No entanto, os representantes do IRPH afirmaram que há pouquíssimos artefatos de matriz africana, mas não souberam especificar o quantitativo. A justificativa é que a região do Valongo é uma região que sofreu muitas transformações com aterros e planificação de ilhas. À propósito, Csáky, Pizzotti e Mello apontaram que podem ter sido encontrados materiais no Valongo cuja origem seja de morros desmontados e de demais localidades. Ainda não é possível precisar, pois não foram realizados testes de DNA.

Como resultado da Fase 1 das obras da zona portuária, em 2016 o IAB entregou a ***Lista Inventário da Fase 1*** do acervo encontrado e o ***Relatório da Fase 1*** com as atividades realizadas. Os representantes do IRPH afirmaram que tanto o inventário quanto o relatório final referem-se a informações de contrato público e por isso está disponível para consultas, mediante solicitação por ofício. Ficou acordado que o MUHCAB enviará um ofício solicitando uma cópia de cada documento. Ainda assim a consultora pôde apreciar o material impresso no momento da reunião. Com isso, foi possível obter algumas informações técnicas quanto a estrutura e organização dos documentos, conforme descrito a seguir.

A ***Lista Inventário da Fase 1*** realizada pelo IAB é também descrito como ***Serviço de Processamento de Material Arqueológico Resgatado na Fase 1 do Porto Maravilha***. Está assinado pelo Sr. Ondemar Júnior e conta com seis campos de preenchimento.

LISTA INVENTÁRIO DA FASE 1 (IAB)					
Nº CATEGORIA	SÍTIO	ÁREA	NÍVEL	OBSERVAÇÃO	TOTAL GERAL
Está identificado nas caixas de onde estão os artefatos, mas sem localização. Este campo foi preenchido até o Nº 3.009.	Identificação a partir da classificação do sítio escavado.	Recorte de área dentro do sítio escavado.	Profundidade em que foi encontrado o artefato.	Campo preenchido majoritariamente com informações de localização das ruas.	Quantidade de artefatos encontrados no total de cada Nº Categoria. O preenchimento deste campo é variável, podendo ser 01 ou 87, por exemplo.

O **Relatório da Fase 1** realizado pelo IAB possui a descrição de todo o processo de trabalho desta fase e está dividido em sete seções.

RELATÓRIO DA FASE 1 (IAB)	
PARTE I	Introdução; Equipe Atuante; Metodologia do Trabalho; Cronograma de Execução; Análise Classificatória do Material
PARTE II-1	Análise Estratigráfica – Barão de Tefé
PARTE II-2	Análise Estratigráfica – Sacadura Cabral
PARTE II-3	Análise Estratigráfica – Morro da Conceição
PARTE III	Acervo Material
PARTE IV	Conclusão
PARTE V	Cartografia Histórica da Ocupação Urbana do Rio de Janeiro

Além da **Lista Inventário** e do **Relatório**, há também um material complementar, onde se encontram fotos do processo de trabalho da Fase 1. No total, há sete CDs gravados com grande quantidade de fotos, devidamente setorizadas. Destacam-se aqui algumas classificações de fotos que se encontram nestes CDs: fotos catálogo; descarte; higienização; fotos diárias.

Atualmente a empresa de Arqueologia contratada chama-se Grifo. O trabalho da Grifo começou em abril de 2018 e inicialmente durará um ano, mas pode ser renovado. Definiu-se que a prioridade é fazer a revisão do inventário existente, além de uma higienização simples nos artefatos revisados. Para além,

a empresa tem realizado ações que o IRPH considera como educação patrimonial, em escolas municipais. O contrato determina que haja uma equipe especializada presente diariamente no Galpão da Gamboa tratando o acervo arqueológico. Determina, ainda, que sejam entregues relatórios mensais sobre o trabalho realizado. A consultoria de Museologia somente poderá ter acesso ao relatório final da Grifo, isto é, na data provável de abril de 2019.

Sobre a Fase 2 das obras da zona portuária, os representantes do IRPH apontaram que o acervo arqueológico correspondente estava inicialmente sob a guarda da empresa Porto Novo. Todos os artefatos seriam acondicionados pelo Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em instalações da própria universidade, mas apenas foi possível acomodar os de pequeno porte. Os artefatos de grande porte estão no Galpão da Gamboa, em uma área diferente da coleção correspondente à Fase 1.

6.3.2. Acervos arqueológicos possíveis

A primeira lista apresentada foi retirada do Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo à Patrimônio Mundial pela UNESCO. Corresponde aos sítios relacionados à escravidão inscritos na lista do Patrimônio Mundial (UNESCO) e que se localizam no Brasil, na África e na América Latina, conforme é possível ver a seguir.

SÍTIOS RELACIONADOS À ESCRAVIDÃO INSCRITOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL		
1. Centro Histórico de Salvador	Bahia	Brasil
2. Ouro Preto	Minas Gerais	
3. São Luís	Maranhão	
4. Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande	Cabo Verde	África
5. Fortalezas de Gana	Gana	
6. Ilha de Kunta Kintée	Gâmbia	
7. Cidade de Pedra de Zanzibar	Tanzânia	
8. Paisagem cultural Le Morne	Ilhas Maurício	
9. Ilha de Moçambique	Moçambique	
10. Ilha de Gorée	Senegal	
11. Portal do Não-Retorno	República do Benim	
12. Havana Velha	Cuba	América Latina
13. Cidadela	Haiti	
14. Bridgetown	Barbados	
15. Cartagena das Índias	Colômbia	

O levantamento inicial de acervos arqueológicos possíveis realizado por esta consultoria resultou também em uma lista de 23 sítios arqueológicos no município do Rio de Janeiro. Justifica-se esta busca pela importância de se saber onde já foram encontrados vestígios arqueológicos que possuem relação com a cultura africana e/ou afro-brasileira, para realização de futuros trabalhos sobre o tema no MUHCAB.

LEVANTAMENTO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO RIO DE JANEIRO (CNSA/IPHAN)
1. Antigo Cais da Praça XV
2. Paço Imperial
3. Aqueduto da Carioca
4. Sítio "Casa dos Pilões"
5. Metropolitano do Rio de Janeiro - Estação Largo da Carioca
6. Metropolitano do Rio de Janeiro - Estação Central do Brasil
7. Sítio Fazenda do Viegas
8. Sítio de contato Pedro Ernesto
9. Trapiche da Ordem
10. Igreja Nossa Senhora do Carmo
11. Posto de abastecimento de combustíveis Santo Cristo
12. Cemitério de escravos do Jardim Botânico
13. Complexo Arqueológico do Antigo Saco da Gamboa - Porção Noroeste
14. MetrôRio – Pátio Norte e Leste
15. Cais do Valongo / Cais da Imperatriz
16. Sítio Arqueológico da Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso
17. Trapiches da rua Sacadura Cabral (entre Praça Mauá e Praça Jornal Comercio)
18. Sítio Presidente Vargas I
19. Sítio Presidente Vargas II
20. Sítio Riachuelo
21. Ordem Terceira de São Francisco
22. Cemitério dos Pretos Novos (Atualização CNSA RJ00891)
23. Ruínas da Fábrica de Pólvora

Cabe salientar que os sítios arqueológicos acima selecionados por esta consultoria estão majoritariamente localizados no centro da cidade, exceto aqueles que fazem alguma menção ao período escravista na sua ficha. O objetivo de listar tais sítios é possibilitar pesquisas futuras georreferenciadas sobre artefatos arqueológicos vinculados à memória do negro na cidade do Rio de Janeiro, considerando também que toda a região central da cidade, de certa forma, envolve o território do MUHCAB.

Justifica-se a apresentação de uma lista de sítios arqueológicos como universo de acervos arqueológicos possíveis pois é partir dos sítios que se podem localizar as respectivas coleções arqueológicas relevantes ao MUHCAB. Abaixo, segue planilha com algumas informações encontradas sobre os sítios no banco de dados do CNSA. O último campo da planilha intitulado “Há menção a pessoas negras ou elementos afro-brasileiros na ficha do CNSA?” não consta no referido banco de dados e foi acrescentado por esta consultoria com o intuito de compreender qual é o nível de envolvimento entre o sítio, no momento de sua *descoberta*, e as memórias afro-brasileiras da cidade do Rio de Janeiro. É importante frisar que, mesmo aqueles sítios que não aparecem relacionados à presença de pessoas negras ou elementos afro-brasileiros, foram considerados aqui como relevantes ao MUHCAB dadas as pesquisas que confirmam a forte presença do negro historicamente no centro do Rio.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS RELEVANTES AO MUHCAB NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

SÍTIOS	OUTRAS DESIGNAÇÕES E SIGLAS	DESCRIÇÃO SUMÁRIA QUE CONSTA NA FICHA DO CNSA	SÍTIOS RELACIONADOS	BAIRRO	Nº DE CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	LINK CNSA	PERÍODO HISTÓRICO	ESTRUTURA ENCONTRADA	RESPONSÁVEL PELO REGISTRO	HÁ MENÇÃO A PESSOAS NEGRAS OU ELEMENTOS AFRO-BRASILEIROS NA FICHA DO CNSA?
1. Antigo Cais da Praça XV	[Não consta]	Cais de pedras, projetado por J. Funk, século XVIII, face ao chafariz, intacto em grande parte.	[Não consta]	Centro	RJ00204	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalle.php?8810	Séc. XVIII	Outra - cais	Edna June Morley	Não
2. Paço Imperial	Casa da Moeda	Edificação com três pavimentos, cujo núcleo inicial data de 1730. As escavações arqueológicas evidenciaram estruturas relacionadas à edificações anteriores, e às diversas ocupações do imóvel.	[Não consta]	Centro	RJ00205	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalle.php?8811	1730	Vestígios de edificações ; Material histórico - fragmentos de porcelana e faiança europeia, vidro, cadinhos de grafite, cachimbos de cerâmica ; Outros vestígios orgânicos - ósseo, malacológico ; Outros vestígios inorgânicos - metálico	Edna Morley	Não
3. Aqueduto da Carioca	[Não consta]	Canal subterrâneo que ligava os rios do bairro de Santa Tereza ao Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa). Trecho interrompido entre a Catedral e a Sede da	[Não consta]	Centro	RJ00206	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalle.php?8812	[Não consta]	Outras - canal subterrâneo ; Material histórico - porcelana (1 frag.), tijolos (c. marca) ; Outros vestígios orgânicos - alguns	Ondemar Dias	Não

		Petrobrás por estrada.						fragmentos de conchas ; Outros vestígios inorgânicos - fragmentos de quartzo		
4. Sítio "Casa dos Pilões"	[Não consta]	Ramanescentes da Real Fábrica de Pólvora, construída a 1809. Tombada.	[Não consta]	Jardim Botânico	RJ00207	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?8813	1809	Outras - diversas estruturas Arquitetônicas ; Material histórico - louças, vidros, moedas e pregos ; Outros vestígios inorgânicos - metálicos variados	Edna Morley	Não
5. Metropolitana no do Rio de Janeiro - Estação Largo da Carioca	[Não consta]	Ossadas achadas no canteiro de obras do metrô, quase ao centro do Largo da Carioca, próximo às escadarias que dão acesso ao Convento de São Francisco.	[Não consta]	Centro	RJ00208	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?8814	[Não consta]	Vestígios orgânicos - ossadas humanas	Ondemar Dias, Trajano Quinhões, Marcus I. Vieira	Não
6. Metropolitana no do Rio de Janeiro - Estação Central do Brasil	[Não consta]	Trata-se do achado de peças históricas no canteiro de obras do Metrô.	[Não consta]	Centro	RJ00211	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?8817	[Não consta]	Material histórico - recipientes de diversos tamanhos e peças para guardar alimentos e bebidas ; Outros vestígios orgânicos - vértebras de baleia.	Ondemar Dias Júnior	Não
7. Sítio Fazenda do Viegas	RJ-GB-62. O sítio integra a Unidade de	Sítio histórico de reconhecida importância desde	[Não consta]	Senador Camará	RJ00251	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn	Séc. XVIII	De combustão ; Vestígios de edificações ;	Eliana Teixeira de Carvalho/DGPC	Não

	Conservação Ambiental- Parque Municipal Fazenda do Viegas	princípios do séc. XVIII, quando era conhecido como Engenho da Lapa e depois, Engenho do Viegas. Construção arquitetura colonial rural.				sa_detalle.php?8857		Material histórico - ocorrência de fragmentos de louça, cerâmica colonial, garrafas, vidro e metal ; Outros vestígios orgânicos - material ósseo animal, conchífero e lítico ; Outros vestígios inorgânicos - fragmentos de telhas, tijolos, argamassa e blocos de pedra		
8. Sítio de contato Pedro Ernesto	[Não consta]	Na profundidade de 60 ate 90 cm surgiram fragmentos ceramicos no interior do edificio a rua pedro	Edificio a Rua Pedro Ernesto	Centro	RJ00891	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalle.php?21289	[Não consta]	De combustão ; Manchas pretas ; Material histórico - fragmentos de ceramica tupiguarani e fragmentos de louça europeia no mesmo nivel estratigrafico.	Tania Andrade Lima	Não
9. Trapiche da Ordem	Sítio Arqueológico da Escola Municipal Vicente Licinio Cardoso (registro anterior)	Estruturas edificadas do trapiche da Ordem terceira de São Francisco da Penitência, do séculos XVIII e XIX: paredes, fundações, áreas de trabalho, rampa do cais, bem como cultura material associada às estruturas e também	Igreja de São Francisco da Prainha, também de propriedade da ordem Terceira de São Francisco da Penitência, prédio tombado pelo IPHAN, e trapiches...	Centro	RJ00903	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalle.php?20793	Séc. XVII	Vestígios de edificações ; Muros de terra, linhas de argila ; Material histórico - fragmentos de cerâmicas simples, faianças portuguesas, porcelanas chinesas, fainças final inglesas, metais, madeiras, conchas, sobre o	Tania Andrade Lima	Não

		encontrada em níveis de aterro.						calçamento do beco e em níveis de aterro ; Outros vestígios orgânicos - ossos animais.		
10. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Antiga Sé	Sítio histórico	[Não consta]	Centro	RJ00917	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699/	Séc. XVII	De combustão ; vestígios de edificações ; muros de terra, linhas de argila ; palafitas ; concentrações cerâmica ; Material histórico - louça cerâmicas esqueletos porcelana vidro metal estruturas madeira etc	Ondemar Ferreira Dias Junior	Não
11. Posto de abastecimento de combustíveis Santo Cristo	Antigas amuradas de pedra da rua Santo Cristo	presença de remanescentes arquitetônicos em evenaria de pedras irregulares	[Não consta]	Centro	RJ00943	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn/sa_detalle.php?20833	[Não consta]	Material histórico - fragmentos de louça europeia cerâmica stneware	Nidia Cristina Espindola Rodrigues	Não
12. Cemitério de escravos do Jardim Botânico	[Não consta]	conforme documento de joao niemeyer de trabalho datado de na ocasião das reformas no restaurante	Casa dos pilões	Jardim Botânico	RJ00944	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn/sa_detalle.php?20834	[Não consta]	Outros vestígios orgânicos - ossos humanos	Rosana Najjar	Sim (título)
13. Complexo Arqueológico do Antigo Saco da Gamboa -	[Não consta]	Estruturas portuárias (possível armazém) do século XIX, localizadas no lado L do Morro da Gamboa e que se encontravam	[Não consta]	Centro	RJ01069	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn/sa_detalle.php?25541	Séx XIX	Vestígios de edificações - Outras: portuárias	Erika Robrahn González	Não

Porção Noroeste		no extremoNE da antiga península margeada pelo Saco da Gamboa do aterro ocorrido no início do XX.								
14. MetrôRio – Pátio Norte e Leste	[Não consta]	Área urbana na localidade da Central do Brasil desde o século XVIII. Dois grandes empreendimentos que causaram grande impacto no local: a abertura da Avenida Presidente Vargas e a construção da malha viária do Metrô da cidade do Rio de Janeiro.	[Não consta]	Centro	RJ01070	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?25542	Séc. XVIII	Vestígios de edificações ; Outras - artefatos de uso doméstico	Giovani Scaramella e Vera Lúcia de Sá Machado	Não
15. Cais do Valongo / Cais da Imperatriz	[Não consta]	[Não consta]	Cemitério dos Pretos Novos (Gamboa, Rio de Janeiro)	Centro	RJ01153	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?26045	[Não consta]	Outras - calçamento de pé de moleque e paralelos	Tania Andrade Lima	Sim (em sítos relacionados)
16. Sítio Arqueológico da Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso	[Não consta]	sítio histórico com vestígios arqueológicos do antigo porto do Rio de Janeiro. Local atual da quadra de esportes da escola municipal Vicente Licínio Cardoso.	[Não consta]	Centro	RJ01154	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?26046	[Não consta]	Área de refugo ; Vestígios de edificações ; Alinhamento de pedras ; Canais tipo trincheiras, valetas ; Muros de terra, linhas de argila ; Concentrações cerâmica ; Material histórico - pedras provavelmente do	Simone de Sousa Mesquita	Não (mas consta na descrição a presença de material ósseo)

								antigo porto, louça, vidro, metal, azulejo hidráulico ; Outros vestígios orgânicos - material ósseo.		
17. Trapiches da rua Sacadura Cabral (entre a Praça Mauá e Praça Jornal Comercio)	[Não consta]	na ficha impressa assinada	trapiches da ordem, cais do valongo/cais da imperatriz	Centro	RJ01155	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhe_s.php?26047	Séc. XIX (2ª metade)	Vestígios de edificações ; Material histórico - vidro, cerâmica, louça, metal, grès	Tania Andrade Lima	Não (mas consta que se relaciona com Cais do Valongo/Imperatriz)
18. Sítio Presidente Vargas I	[Não consta]	Localizado na Av. Presidente, n 1111 e é compsoito por quatorze lotes com revestimento de ladrilhos hidráulicos, remanescentes de paredes e alicerces em alvenaria de pedras e tijolos argamassados, atribuidos ao final do século XIX e primeira metade do XX.	Sítio Presidente Vargas II	Centro	RJ01164	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhe_s.php?26653	Séc. XIX (final) e Séc. XX (início)	Área de refugo ; Vestígios de edificações	Glaucia Malerba Sene	Não
19. Sítio Presidente Vargas II	[Não consta]	Localizado na Av. Presidente , n.1121 é composto por oito lotes com revestimento de ladrilhos hidráulicos, resmanescentes de paredes e alicerces em alvenaria de	Sítio Presidente Vargas I	Centro	RJ01190	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhe_s.php?26733	Séc. XIX (final) e Séc. XX (início)	Área de refugo ; Vestígios de edificações ; Muros de terra, linhas de argila	Adréa Jundi Morgado	Não

		pedras e tijolos argamassados, atribuídos ao final do século XIX e primeira metade do século XX								
20. Sítio Riachuelo	Sítio Histórico Urbano	Trata-se de uma sequência de sete lotes de diferentes dimensões, atualmente numerados como 366,368,370,372,376 e fundos dos lotes 378 e 380 que apresentavam vestígios de ocupação dos séculos XIX e XX. As escavações permitiram encontrar, em subsolo, ...	[Não consta]	Centro	RJ01193	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?26735	Séc. XIX e XX	Vestígios de edificações	Tania Andrade Lima	Não
21. Ordem Terceira de São Francisco	[Não consta]	Na área mais alta do terreno prospectado, assim como na vertente direcionada para a Fraternidade franciscana Secular de São Francisco da penitência - FFS observa-se uma grande concentração de vestígios arqueológicos fragmentados de diversas naturezas ...	Convento de Santo Antonio	Centro	RJ01194	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?26736	[Não consta]	Vestígios de edificações ; Muros de terra, linhas de argila ; Concentrações cerâmica	Giovani Scaramella	Não
22. Cemitério dos Pretos Novos (Atualização)	(Atualização CNSA RJ00891)	Esta ficha apresenta dados complementares à Ficha CSNA cadastrada no IPHAN	Cemitério da Gamboa - RJ - GB61/ Cemitério dos Pretos Novos	Centro	RJ01196	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn_sa_detalhes.php?26736	[Não consta]	De Combustão ; Vestígios de edificações Funerárias	Erika Robrahn González	Sim

o CNSA RJ00891)		por outro arqueólogo. Os dados aqui apresentados são resultado de escavações realizadas nos limites da Rua Pedro Ernesto, no trecho entre a Rua da Gamboa e a rua Rivadávia Correa.				s.php?26756				
23. Ruínas da Fábrica de Pólvora	[Não consta]	[Não consta]	Casa dos Pilões, Solar da Imperatriz, Antiga Sede do Engenho de N. S ^a Conceição da Lagoa e Cemitério de Escravos.	Jardim Botânico	RJ01235	http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cn/sa_detalhes.php?27186	[Não consta]	Vestígios de edificações	Rosana Najjar	Sim (consta nos sítios relacionados)

6.3.3. Análise e considerações

- Conforme o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU) integrará o território correspondente ao Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, compreende-se que é de extrema importância o museu acompanhar de perto a implantação do laboratório.
- A coleção da Fase 1 das obras da zona portuária, que é composta por mais de um milhão de artefatos arqueológicos, é fruto de um processo de escavação realizado em um prazo mais curto do que o necessário. Segundo os representantes do IRPH, muitos fragmentos de objetos estão absolutamente descontextualizados e, por isso, provavelmente serão utilizados como material pedagógico em atividades educativas. Há um total de 100 (cem) caixas repletas de objetos com essas características.
- A recente ampliação das obras do VLT para construção da linha 3 desencadeou uma série de debates acerca do material arqueológico encontrado na escavação da Rua Marechal Floriano. Pesquisas anteriores ao início desta obra já apontavam para a existência de um antigo cemitério clandestino de negros escravizados, os ditos pretos novos. Acredita-se que este cemitério seja anterior ao da Rua Pedro Ernesto, onde atualmente funciona o Instituto dos Pretos Novos (IPN). Conforme as obras da linha 3 do VLT foram avançando, alguns remanescentes humanos foram sendo *descobertos*. Com isso, representantes dos Movimentos Negros, especialmente do grupo a favor da reparação histórica atuante na região da Pequena África, declararam que tais obras configuravam profanação de solo sagrado e protestaram para impedir que as obras alcançassem tais remanescentes humanos. A articulação foi bem-sucedida e o grupo teve o objetivo alcançado: as escavações foram paradas e os locais de enterramentos serão futuramente sinalizados em memória dos ancestrais presentes na região.

6.3.4. Sugestões para encaminhamentos

- Acerca dos fragmentos de objetos que compõe a coleção da Fase 1 e provavelmente serão utilizados como material pedagógico, recomenda-se que o MUHCAB discuta internamente os interesses para aquisição de alguns desses fragmentos em seu Setor Educativo. Caso a decisão coletiva seja favorável à aquisição, o MUHCAB deve proceder com a solicitação oficial deste material.
- A partir da disponibilidade constatada de o IRPH doar cópia dos materiais para o MUHCAB, sugere-se que tal solicitação seja realizada neste momento de elaboração do museu.
- Com a conquista dos Movimentos Negros a favor da suspensão das escavações nas obras da linha 3 do VLT, a região onde estão localizados os remanescentes humanos de negros escravizados receberão sinalização. E, conforme a Rua Marechal Floriano está nas proximidades do MUHCAB, recomenda-se que esta região venha a integrar o museu de território.

6.4. DIAGNÓSTICO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS

Para o diagnóstico de acervos bibliográficos foram utilizados dois principais meios de coleta de dados: consulta ao relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT e reunião com a bibliotecária e servidora da Biblioteca Nacional, Rosane Nunes. Os resultados apresentados a partir de ambos os meios delimitaram o universo de acervos bibliográficos disponíveis ao Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira. Somam-se a esses itens o que se encontra na Biblioteca da Gamboa, que está alocada no primeiro andar da sede Escola José Bonifácio e que também é gerida pela Secretaria Municipal de Cultura.

Ao longo da Etapa 2, a Consultoria de Museologia se deparou com informações importantes ao levantamento de acervo bibliográfico para o museu, especialmente no contexto de reuniões internas, o que acabou por se considerar

aqui como acervos bibliográficos possíveis, oriundos de instituições que não necessariamente já foram contatadas pelo MUHCAB.

6.4.1. Acervos bibliográficos disponíveis

A Biblioteca Carolina de Jesus integra o Centro de Referência Carolina de Jesus, mencionado no diagnóstico de acervos museológicos, localizado no MUHCAB sede Escola José Bonifácio e sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). A maior parte de suas obras são sobre as memórias de matriz africana e a trajetória dos Movimentos Negros. O Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT realizou levantamento de itens deste centro de referência constatando as seguintes informações.

CENTRO DE REFERÊNCIA CAROLINA DE JESUS				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE		QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
BIBLIOGRÁFICO	Publicações	Papel	110	—
	Livros		2006	—
	Revistas		159	—

O acervo da Biblioteca Carolina de Jesus foi recentemente avaliado por uma comissão, intitulada aqui Comissão de Bibliotecárias, composta pelas servidoras da SMC Nadir Lúcia S. Carvalho, Deolinda Maria M. de Avelar e Alessandra de Oliveira Passos. Em agosto de 2018, a Comissão de Bibliotecárias descreveu em relatório que a avaliação prosseguiu de acordo com os requisitos abaixo:

- I) Importância da obra de acordo com o assunto;
- II) Tempo cronológico da obra;
- III) Qualidade do conteúdo;
- IV) Integridade do suporte físico do documento (estado de conservação);
- V) Quantidade de exemplares necessários (havia obras em duplicatas);
- VI) Relevância do autor.

Sobre os descartes realizados durante a avaliação do acervo, a Comissão de Bibliotecárias afirmou que:

“Foram descartadas as obras que se encontravam em mau estado de conservação e/ou contaminadas por fungos (cerca de 50% do acervo). O material descartado foi separado para ser encaminhado à reciclagem. Entretanto, várias obras de suma importância para a temática da cultura afro-brasileira, que estavam em péssimo estado de conservação, ficaram separadas com a Gerente do Centro Cultural José Bonifácio, Ivanir Pereira Guimarães [Pituka Nirobe], para serem restauradas.”

No mesmo prédio do MUHCAB funciona a Biblioteca da Gamboa, cuja gestora é Josefa Moutinho. O acervo desta biblioteca é variado, mas recentemente vem adquirindo material sobre a região da Pequena África e temas afins. Josefa têm trabalhado em parceria com Pituka na realização das atividades educativas no espaço, o que também tem aproximado esses dois equipamentos culturais que funcionam no mesmo prédio. A Biblioteca da Gamboa integra uma lista de bibliotecas públicas municipais²⁵ que aqui também são consideradas como detentoras de acervos bibliográficos disponíveis ao MUHCAB.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	
1.	Biblioteca Machado de Assis (Botafogo)
2.	Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga (Campo Grande)
3.	Biblioteca Euclides da Cunha (Ilha do Governador)
4.	Biblioteca João do Rio (Irajá)
5.	Biblioteca Marques Rebelo (Tijuca)
6.	Biblioteca Annita Porto Martins (Rio Comprido)
7.	Biblioteca José de Alencar (Santa Teresa)
8.	Biblioteca Cecília Meireles (Jacarepaguá)
9.	Espaço de leitura Abgar Renault (Centro Administrativo São Sebastião - CASS)
10.	Espaço de leitura Jorge Amado (Maré)
11.	Espaço de leitura Fernando Sabino (Santa Cruz)
12.	Biblioteca Volante (Administrativo na Biblioteca João do Rio - Irajá)

²⁵ Lista retirada do site: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/bibliotecas> - Acesso em 06/09/2018.

No universo de acervos bibliográficos disponíveis ao MUHCAB inclui-se a maior biblioteca pública do Rio de Janeiro e que tem influência nacional e internacional, a Biblioteca Nacional (BN). No início de julho de 2018 realizou-se uma reunião com a bibliotecária Rosane Nunes para obter um panorama sobre este acervo e, logo depois, uma visita ao seu prédio histórico.

Sobre as possibilidades de acordos entre o MUHCAB e a BN, ressalta-se que todas as solicitações devem ser realizadas por ofício, entre as autoridades das duas instituições. Para o intercâmbio institucional de acervo, o mais viável para a maioria dos itens da biblioteca é a digitalização em alta resolução, que não geraria custos ao MUHCAB.

O acervo da Biblioteca Nacional não se resume apenas à categoria de acervo bibliográfico, pois boa parte é arquivístico. Está separado pela própria BN em nove classificações: Cartografia; Iconografia; Manuscritos; Música /Arquivos Sonoros; Obras Gerais; Obras Raras; Periódicos; Obras de Referência.

A Biblioteca Nacional é uma instituição de excelência no Brasil e reconhecida internacionalmente. Há alguns anos algumas das suas coleções são indicadas para receber o título de Memória do Mundo, concedido pela UNESCO. Sobre as coleções de interesse para o MUHCAB, destacam-se duas, uma que já recebeu o título de Memória do Mundo e outra que está concorrendo, tendo lançado a candidatura em agosto de 2018. Estas coleções são, respectivamente:

- I) **Escritos de Lima Barreto** – É aqui considerada como relevante ao MUHCAB uma vez que, além de Lima Barreto ter sido um escritor afro-brasileiro, também era crítico quanto à condição do negro na cidade, revelando uma sociedade racista.

- II) **Imprensa Negra e Abolicionista do Século XIX** – É considerada importante para compor o acervo do MUHCAB por reunir publicações escritas e editadas por negros em torno da campanha abolicionista, a saber: 38 periódicos raros de 1833 (identificados como os cinco primeiros jornais da imprensa negra), 31 folhetins da campanha abolicionista publicados entre 1871 e 1888 e 02 edições/folhetins publicadas depois da abolição.

Para além, como no caso dos acervos museológicos, é relevante traçar um retrato histórico do que ocorria naquele período também pelo viés bibliográfico: tanto o comportamento da sociedade que naturalizava o negro escravizado como mercadoria quanto dos movimentos de resistência a esta postura. Conforme já mencionado, a BN é uma referência nacional e permite que uma quantidade razoável destes tipos acervos seja encontrada. Portanto, oferece não só as coleções citadas acima, que apontam movimentos de resistência negra na virada do século XIX para o XX, mas também oferece coleções que contém os jornais de época onde os classificados traziam anúncios de venda de escravos, e outros registros comuns do período escravista. Esta consultoria considera que estes registros podem estar disponíveis no MUHCAB com o intuito de contestar e gerar reflexões acerca da posição que o negro ocupava nas publicações da época.

6.4.2. Acervos bibliográficos possíveis

O levantamento inicial de acervos bibliográficos possíveis para o MUHCAB priorizou as bibliotecas localizadas do centro do Rio de Janeiro, conforme se verifica a seguir.

- I) **Biblioteca do Museu de Arte do Rio (MAR)** – O acervo bibliográfico do MAR²⁶ segue as linhas de atuação do museu, dos quais destacam-se dois de interesse do MUHCAB, a cultura afro-brasileira e a história do Rio de Janeiro.

- II) **Biblioteca do Instituto dos Pretos Novos (IPN)** – O acervo bibliográfico do IPN²⁷ tem como objetivo reunir e compartilhar referências bibliográficas relacionadas à história e cultura africana e afro-brasileira. Possui mais de mil títulos.

²⁶ Informações no link: <http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/educacao/biblioteca> - Acesso dia 06/08/2018.

²⁷ Informações no link: <http://pretosnovos.com.br/biblioteca-acervo/> - Acesso dia 06/08/2018.

III) **Biblioteca Parque Estadual (BPE)** – O setor do acervo bibliográfico da BPE²⁸ mais antigo é a Guanabarina, criado em 1957, com livros sobre o Rio de Janeiro. Divide-se em duas coleções, a de livros raros e a de livros históricos.

6.4.3. Análise e considerações

- Percebe-se que grande parte dos acervos da Biblioteca Nacional é arquivístico, mas o fato de incluí-la no diagnóstico de acervos bibliográficos não impede que seja analisada pelo MUHCAB também como instituição que possa oferecer acervos arquivísticos.
- Grande parte do acervo da Biblioteca Nacional está digitalizado no site Biblioteca Digital²⁹. Ainda se faz necessária uma busca detalhada utilizando os mesmos termos pesquisados na Plataforma MuseusBR no diagnóstico de acervos museológicos. Os resultados permitirão localizar todas as coleções da BN que são relevantes ao MUHCAB e quantificar seus itens.
- Segundo a servidora Rosane Nunes, tudo o que está na Biblioteca Digital pode ser reproduzido sem custo, mas está em baixa resolução. Ainda assim pode ser utilizado para atividades educativas. É possível solicitar uma reprodução em alta resolução que, para as relações institucionais, não gera custos, mas é preciso assinar um termo de responsabilidade afirmando que o uso não é para fins comerciais.
- Há algumas especificidades com relação aos direitos autorais dos acervos disponíveis na Biblioteca Nacional. A BN não é responsável por ceder os direitos autorais. No caso dos acervos bibliográficos, se a obra já estiver em domínio público, pode ser utilizada sem custos. Caso ainda não esteja em domínio público, é preciso procurar a editora e, se não existir mais a editora, é preciso procurar o autor. Caso o autor já tenha falecido, é preciso procurar sua família. Este processo deve ser realizado pela parte interessada, mas a

²⁸ Informações no link: <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/servicos/acervo/> - Acesso dia 06/08/2018.

²⁹ Disponível no link: <https://bndigital.bn.gov.br/> - Acesso em 17/08/2018.

BN já tem uma grande lista de quem se deve procurar para o caso dos direitos autorais.

- Ainda não se sabe quais são as condições para utilização de coleções que receberam o título de Memória do Mundo pela UNESCO ou ainda estão concorrendo. A Consultoria de Museologia já está providenciando as informações necessárias para esse procedimento.

6.4.4. Sugestões para encaminhamentos

- Há um grande potencial de o MUHCAB ser um estimulador para criação de catálogos temáticos online das bibliotecas públicas municipais, que poderiam ser colaborativos tendo uma pessoa responsável em cada biblioteca para alimenta a base de dados. Um dos catálogos poderia se chamar Biblioteca Negra Infanto-juvenil, por exemplo.
- A reunião entre parte da Equipe Técnica e Rosane Nunes atentou para a possibilidade de o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira ser um facilitador entre o pesquisador (não necessariamente acadêmico, pois o acadêmico pode contar com a universidade como facilitadora) e a Biblioteca Nacional.
- Conforme chegam duplicatas, a BN faz doações a outras bibliotecas e centros de documentação, mediante preenchimento prévio de um formulário em que são apontados os assuntos de interesse. Esta consultoria sugere que o MUHCAB preencha este formulário e inscreva o Centro de Referência Carolina de Jesus, ainda no seu momento de elaboração.
- Para fortalecer os laços de parceria ainda na fase de elaboração do museu, sugere-se que o MUHCAB apoie publicamente a candidatura da coleção Imprensa Negra e Abolicionista do Século XIX da Biblioteca Nacional ao título de Memória do Mundo da UNESCO.

- A Biblioteca Nacional está disponível para receber eventos do MUHCAB em suas instalações no térreo do seu prédio histórico, a saber: sala de exposição e auditório de 120 lugares. A solicitação deve ser feita institucionalmente e com antecedência.
- Considera-se importante que as bibliotecas levantadas como acervos bibliográficos possíveis sejam contatadas ainda na fase de elaboração do museu para que se saiba a real possibilidade de acordos para intercâmbio de acervos.

6.5. DIAGNÓSTICO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

O diagnóstico de acervos arquivísticos teve início com a análise do relatório final do Subgrupo de Acervos Documentais do GT, liderado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Os dados apresentados no relatório permitiram compreender a intenção de alcançar instituições para debater futuramente sobre os acervos arquivísticos do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira. Foram incluídas 13 (treze) instituições neste universo, que apareceram descritas no item 1.5 deste relatório, sobre o universo inicial do diagnóstico geral de acervos.

As ações realizadas pelo Subgrupo de Acervos Documentais do GT foram os seminários realizados no AGCRJ ao longo do segundo semestre de 2017. Ao total foram cinco seminários, que contaram com palestras de profissionais dedicados às pesquisas sobre o processo de escravização no Brasil. O ciclo de eventos foi denominado *Seminário Escravidão e Ações de Liberdade – Acervos e Coleções*, com as seguintes mesas, sendo cada uma composta por mais de um profissional:

- I) Acervos da escravidão na produção Historiográfica;
- II) Memória negra e traços da cidade;
- III) Fronteira abertas ao tráfico ilegal de escravos pós-1850: do norte do Rio de Janeiro ao sul do Espírito Santo;
- IV) Coleção de Magia Negra da polícia civil do estado do Rio de Janeiro;
- V) Cemitério dos pretos novos;

VI) Tráfico, Abolição e Africanos Livres no Brasil;

VII) Representação do negro no pós-abolição.

Os seminários foram disponibilizados na íntegra no site do AGCRJ, ampliando a difusão dos conteúdos apresentados e discutidos. Abaixo seguem algumas proposições que foram resultados destes eventos:

PROPOSIÇÕES RESULTANTES DO SUBGRUPO DE ACERVOS DOCUMENTAIS	
1. Dossiê GT MUHCAB na Revista AGCRJ	Acordado com o Consulado Americano, por meio de Vitor Tann, tradução dos textos do inglês para português.
2. Parceria com projeto Passados Presentes	Levantamento de endereços utilizando o acervo de Licença para Obras, Décima Urbana e Aforamentos do AGCRJ para complementar as informações do projeto já disponíveis em QR code.
3. Centro Cultural José Bonifácio	Sugestão de capacitação de jovens da região para serem guias contando a história local.
4. Cineclube	Realizar encontros com exibição de filmes e documentários que compreendam a temática sobre a Escravidão no Brasil e processos de Liberdade.
5. Tratamento de Acervo	Possível parceria com a SMC para o tratamento do acervo sobre a temática sob a guarda do AGCRJ.

Outras fontes para coleta de dados foram adotadas pela Consultoria de Museologia. Mais uma vez, o relatório final do Subgrupo de Acervos Arqueológicos e Museológicos do GT foi analisado. A partir de então possível identificar os acervos arquivísticos presentes no Centro de Referência Carolina de Jesus, ou seja, os arquivos arquivísticos disponíveis já localizados na sede do MUHCAB Escola José Bonifácio.

CENTRO DE REFERÊNCIA CAROLINA DE JESUS				
TIPO DE ACERVO	TÉCNICA E SUPORTE	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES	
ARQUIVÍSTICO	AUDIOVISUAL	Discos (LP)	28	Encartes
		Discos compactos	4	—
		Discos avulsos	21	—
		CDs	33	—
		CDs limpos	6	—
		Fita VHS	175	—
		Fita cassete	51	—

		Slides	40	—
		Diskets	56	—
		Encartes fotografia	10	01 Livro
		Post de exposição	20	—
	TEXTUAL	Descrição de exposição	11	—
		Pastas de jornais	20	—
		Documentos	50	—

No tocante aos acervos arquivísticos possíveis, o levantamento inicial apresentado neste relatório traz elementos do que foi debatido internamente nas reuniões com a Equipe Técnica, além da reunião com a Coordenação Científica, todas realizadas ao longo desta Etapa 2.

6.5.1. Acervos arquivísticos disponíveis

Dadas as parcerias já existentes entre o MUHCAB e o Museu do Samba e a G.R.E.S. Vila Isabel, são consideradas aqui as suas respectivas coleções audiovisuais de depoimentos com sambistas como acervos arquivísticos disponíveis. Também já foram estabelecidas parcerias com o Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), que disponibilizou a sua coleção audiovisual de depoimentos sobre a memória da escravidão. Ressalta-se que as instituições citadas já possuem o material tratado, catalogado e disponível em meio digital para posterior utilização.

ARQUIVOS AUDIOVISUAIS – INSTITUIÇÕES	
Depoimentos de sambistas	Museu do Samba
	Vila Isabel Cultural
Depoimentos sobre as memórias da escravidão	LABHOI/UFF

Em termos materiais, consideram-se aqui acervos arquivísticos disponíveis ao MUHCAB os documentos textuais que compõem o AGCRJ. No sistema de busca do AGCRJ foram procurados os mesmos termos do item 1.7.2 deste relatório: “afro” “negr”, “escrav”, “africa” e “aboli”. Com este tipo de busca por termo apenas foi encontrada uma coleção que disponibiliza material relevante ao MUHCAB, a coleção Werneck da Silva disposta na seção Guia de Fundos.

ARQUIVOS TEXTUAIS – PLATAFORMA DIGITAL ACGRJ					
SEÇÃO	COLEÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	DATA	OBSERVAÇÕES
1. Guia de Fundos	"Werneck da Silva"	Documentação textual; Livros; Periódicos	7,21 metros lineares de documentação textual. 6,80 metros lineares de livros e periódicos (216 volumes)	1921 a 1994	Termo encontrado: "escrav"
2. Índice de Documentação Textual	"Série Escravidão"	Papel; Microfilme	101	1758 a 1890	Possui manual com informações específicas para pesquisador.

A seguir estão listadas as demais instituições que já se relacionam com o MUHCAB e já são apontadas aqui como agentes para intercâmbio de acervos arquivísticos disponíveis:

INSTITUIÇÕES COM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DISPONÍVEIS
1. CULTNE – Acervo Digital de Cultura Negra
2. Instituto Moreira Salles
3. Observatório de Favelas
4. Fundação Pierre Verger (Bahia)

6.5.2. Acervos arquivísticos possíveis

O levantamento inicial de acervos arquivísticos possíveis possui como destaque duas vertentes:

- I) **Arquivos audiovisuais produzidos pela prefeitura** – Vídeos de entrevistas e documentários realizados pela Empresa Municipal de Multi-Meios da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (MULTIRIO) sobre a região da Pequena África.
- II) **Arquivos fotográficos de fotógrafos da zona portuária** – Há fotógrafos atuantes no território do MUHCAB que já são reconhecidos pelo seu trabalho realizado na região, como Maurício Hora, cujo ateliê está

localizado na Rua Pedro Ernesto, bem próximo à sede da escola José Bonifácio.

Contudo, outras instituições foram levantadas como possibilidades para intercâmbio de acervos arquivísticos, conforme é possível conferir abaixo:

INSTITUIÇÕES COM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS POSSÍVEIS	
1.	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO)
2.	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)
3.	Museu da Maré
4.	Museu da Pessoa
5.	Império Serrano Museu Virtual

6.5.3. Análise e considerações

- Alguns itens considerados aqui como acessíveis ou disponíveis para o acervo arquivístico do MUHCAB estão em interface com os acervos territoriais imateriais, como é o caso dos depoimentos (arquivo audiovisual).
- Foram identificadas duas plataformas online organizadas por instituições de excelência em acervo arquivístico/documental. Em pesquisas futuras para o acervo arquivístico do MUHCAB é importante analisar se é mais eficaz realizar as buscas nos sites específicos de cada instituição ou através dos portais abaixo:

I) **Portal Brasileira Fotográfica**³⁰ – É resultado de uma parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Instituto Moreira Salles (IMS) e foi lançado em 2015.

II) **Portal Brasileira Iconográfica**³¹ – É resultado de uma parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), o Instituto Moreira Salles

³⁰ Disponível no link: <http://brasilianafotografica.bn.br/> - Acesso em 17/07/2018.

³¹ Disponível no link: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/> - Acesso em 17/07/2018.

(IMS), o Itaú Cultural e a Pinacoteca de São Paulo e foi lançado em 2017.

6.5.4. Sugestões para encaminhamentos

- Durante as pesquisas realizadas no âmbito da Etapa 2 descobriu-se que a sobrinha-bisneta de André Rebouças, engenheiro negro abolicionista que construiu o edifício Docas André Rebouças em frente ao Cais do Valongo sem mão-de-obra escravizada, se chama Ana Maria Rebouças e é quem cuida do seu acervo pessoal. Recomenda-se entrar em contato com Ana Maria para verificar as possibilidades de utilização do acervo de André Rebouças.
- Na listagem de acervos arquivísticos possíveis há algumas instituições cujas coleções são de extrema relevância para o MUHCAB e, por isso, sugere-se que o relacionamento seja intensificado ainda neste momento de elaboração do MUHCAB.

6.6. DIAGNÓSTICO DE ACERVOS TERRITORIAIS

O desenvolvimento do diagnóstico geral de acervos para o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira evidenciou para esta consultoria a urgência de se realizar um diagnóstico específico para o que se considera aqui como acervos territoriais. Desde que foi apontada a necessidade de o MUHCAB ser um museu mais focado em seu território e, portanto, na ocupação da cidade, algumas medidas têm sido adotadas neste momento de elaboração do museu. O fortalecimento do relacionamento com alguns atores da região³² e a parceria com as escolas municipais do entorno³³ são alguns dos exemplos de tais medidas.

³² Conforme é possível constatar no Produto 2 da Consultoria de Produção Cultural.

³³ Conforme é possível constatar no Diagnóstico do Educativo desta Consultoria de Museologia.

A coleta de dados e informações do diagnóstico de acervos territoriais foi diferente das demais, pois se deu de forma mais pulverizada, especialmente a partir dos métodos a seguir listados por ordem de relevância:

- Reuniões realizadas com a Equipe Técnica, composta pela coordenadora técnica e pelas consultoras de Museologia, de Produção Cultural e de Planejamento Territorial e Design de Museus ou Sítios de Memória Sensível;
- Reunião com a Coordenação Científica;
- Acompanhamento de palestras em eventos de Museologia;
- Visita ao território que compõe o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (CHACHA);
- Leitura do relatório final dos Subgrupos de Território Sociocultural e de Território Físico.

6.6.1. Classificações de acervos em museus de território

O maior desafio enfrentado neste diagnóstico de acervos foi a delimitação do universo de análise dos acervos territoriais. Qual é o território exato que o MUHCAB pretende ocupar? Como só será possível obter a delimitação exata do próprio museu nas próximas etapas do Planejamento Integrado do Projeto, o universo de análise para o diagnóstico de acervos territoriais pode estar considerando uma região um pouco maior ou um pouco menor, correndo o risco de não estar correspondendo exatamente ao que será o museu. É importante frisar que tal risco não prejudicará o andamento do Planejamento Integrado do Projeto, uma vez que os levantamentos destes diagnósticos precisarão ser constantemente alimentados e revistos, conforme já mencionado no início deste relatório.

Os museus de território lidam de formas particulares com seus acervos, de acordo com as suas dimensões e especificidades. A presente consultoria optou por dividir neste diagnóstico os acervos territoriais disponíveis e os acervos

territoriais possíveis ao MUHCAB quanto à predominância de aspectos *materiais* ou *imateriais*. Sabendo que qualquer divisão ou classificação em algo que ainda não está totalmente definido pode incorrer em alguns equívocos futuros, a divisão por ora baseada na materialidade ou na imaterialidade dos acervos territoriais se justifica pela organização do presente relatório.

Importa salientar que o que se considera aqui como *imaterial* inclui também expressões culturais e/ou artísticas pontuais e efêmeras, e não apenas as com periodicidade definida. Significa então considerar que uma roda de capoeira que se formou espontaneamente apenas uma única vez na área de amortecimento do Cais do Valongo em decorrência de uma festividade específica é tão relevante ao MUHCAB quanto uma roda de capoeira que acontece no mesmo ponto do seu entorno quinzenalmente aos sábados organizada por um mesmo mestre junto ao seu grupo. Esta consultoria propõe então que ambas as rodas de capoeira (e não os capoeiristas em si) sejam acervo territorial do MUHCAB.

O aspecto “vivo” deste tipo de acervo aponta para a necessidade de uma nova classificação, para que então possa ser identificado sem deixar escapar as características de suas *dinâmicas* e *movimentos*. Há museus que classificam seu acervo territorial como “acervo vivo”, mas acredita-se aqui que esta classificação é genérica e não dá conta da peculiaridade desta proposta de acervo. À propósito, muitas vezes a classificação “acervo vivo” ou “coleção viva” é utilizada quando se faz referência a jardins botânicos, jardins zoológicos e aquários, condições muito distintas da presente proposta.

O museu de território MUHCAB pretende valorizar as expressões culturais e/ou artísticas, especialmente as que fazem referência à memória afro-brasileira, realizadas acima de tudo por e para as pessoas do território. Considera-se ideal que este tipo de acervo esteja identificado com algum termo que contemple então suas *dinâmicas* e *movimentos*, além de sua *fluidez* e *efemeridade*.

6.6.2. Acervos territoriais *materiais* disponíveis

Esta consultoria considera como acervos territoriais *materiais* disponíveis ao MUHCAB os bens culturais, sobretudo os de caráter imóvel feitos de *pedra* e *cal*, que estão localizados na zona portuária e já foram reconhecidos pelo poder

público como patrimônio cultural, tombados pela esfera federal, estadual ou municipal. Com isso, são considerados acervos territoriais materiais disponíveis os bens culturais já consagrados pelas instituições gestoras do patrimônio cultural das três esferas públicas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Desse modo, tem-se abaixo os acervos territoriais *materiais disponíveis*.

BENS TOMBADOS PELO IPHAN NA ZONA PORTUÁRIA ³⁴		
BEM CULTURAL	CLASSIFICAÇÃO	DATA TOMBAMENTO
1. Mosteiro e Igreja de São Bento	Edificação e acervo	1938
2. Casa na Ladeira do Morro do Valongo, 21	Edificação	1938
3. Igreja de Santa Rita	Edificação e acervo	1938
4. Igreja do Rosário e São Benedito	Edificação e acervo	1938
5. Igreja de São Francisco da Prainha	Edificação e acervo	1938
6. Igreja da Candelária	Edificação e acervo	1938
7. Casa à Praça Quinze de Novembro, 32, esquina da Travessa do Comércio	Edificação	1938
8. Casa à Praça Quinze de Novembro, 34	Edificação	1938
9. Predio da Ladeira do Valongo, nº 25 57	Edificação	1938 (indeferido)
10. Prédio da Ladeira do Valongo, nº 29	Edificação	1938 (indeferido)
11. Casa na Ladeira do Valongo, nº 31	Edificação	1938 (indeferido)
12. Prédio da Ladeira do Valongo, nº 45	Edificação	1938 (indeferido)
13. Arco do Teles	Edificação	1938
14. Morros da Cidade do Rio de Janeiro ³⁵	Patrimônio Natural	1938
15. Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico	Conjunto Arquitetônico	1938
16. Edifício da antiga Alfândega e antiga Praça do Comércio, atual sede da Fundação Casa França-Brasil	Edificação	1938
17. Paço Imperial	Edificação	1938

³⁴ As informações apresentadas são uma seleção da consultora a partir da lista disponível no site do IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018 - Acesso em 30/08/2018.

³⁵ À esta consultoria chama a atenção o caráter genérico deste tombamento, e não fica evidente se inclui as favelas presentes nestes morros.

18. Museu de Magia Negra: acervo	Coleção ou acervo	1938
19. Casa: Praça XV de Novembro, nº 101 (Academia do Comércio)	Edificação (anexado)	S/D
20. Casa à Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento do Carmo), atual sede da Academia de Comércio	Edificação	1962
21. Casa à Rua Mayrink Veiga, nº 9	Edificação	1972
22. Casa à Rua da Quitanda, nº 61	Edificação	1972
23. Prédio na Av. Rio Branco, nº 46, sede da Companhia Docas de Santos	Edificação	1978
24. Prédio onde funciona o Colégio Pedro II, na Av. Marechal Floriano, nºs 68 a 80	Edificação	1980
25. Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº 55; Vila Na Rua Regente Feijó, 55	Conjunto Arquitetônico	1983
26. Bloco I integrante do conjunto edificado situado na Av. Marechal Floriano nº 168 (Prédio da Light)	Edificação	1985
27. Área central da Praça Quinze de Novembro e imediações	Conjunto Urbano	1986
28. Espelho d'água e contorno da Baía de Guanabara	Patrimônio Natural	1988 (instrução)
29. Prédios do Museu Histórico Nacional e Coleções que ali se abrigam, com exclusão da Coleção Bibliográfica	Edificação e acervo	1997
30. Tenda Espirita Vovó Maria Conga de Arruda, no Bairro do Estácio	Terreiro	2009 (indeferido)
31. Plataformas de embarque da Estação Barão de Mauá e da Estação e Oficinas de Praia Formosa	Conjunto Arquitetônico	2012
32. Edifício "A Noite", localizado no Praça Mauá, nº 7, Município do Rio de Janeiro	Edificação	2012
33. Prédio das Antigas Docas Dom Pedro II, incluindo sua Pedra Fundamental e objetos contidos no interior da "Capsula do Tempo"	Edificação e Acervo	2012
34. Acervo do Museu do Negro	Coleção ou acervo	S/D (instrução)

BENS TOMBADOS PELO INEPAC NA ZONA PORTUÁRIA ³⁶

BEM CULTURAL	DESCRIÇÃO	DATA TOMBAMENTO
1. Reservatório do Livramento	“Esse reservatório, construído em 1882 na antiga ladeira de São Lourenço, é testemunha do primitivo sistema de abastecimento domiciliar d’água no Rio de Janeiro e ainda está ativo na distribuição d’água para a zona Central sob administração da Cedae.”	1998
2. Reservatório do Morro do Pinto	“Data de 1874, na Gamboa, entre a Cidade Nova e Santo Cristo, o reservatório, com capacidade de cerca de 174m ³ , foi construído pelo Visconde de Mauá e cedido ao governo imperial para prover o abastecimento do morro do Pinto.”	1998
3. Reservatório do Morro de São Bento	“O reservatório, coberto por abobadilhas de alvenaria de tijolo, foi construído em 1877, no alto do morro de São Bento. Recebia águas provenientes da região da Serra do Tinguá, através do Reservatório do Pedregulho. Faz até hoje parte do sistema de abastecimento d’água da zona central do Rio de Janeiro.”	1998
4. Vista interior da praça do Comercio (Aquarela de Grandjean de Montigny no acervo do Museu Histórico da Cidade)	“Esta aquarela perspectivada de 1819 executada pelo arquiteto Grandjean de Montigny é a representação do aspecto interno do seu projeto para a primeira praça do Comércio do Rio de Janeiro que seria construída no ano seguinte. No imóvel funciona, atualmente a Casa França-Brasil. A aquarela, de 60 x 42cm pertence ao acervo do Museu Histórico da Cidade. “	1987
5. Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia	Exemplar típico da arquitetura religiosa do século XVIII no Rio de Janeiro. Foi consagrada em 1754 e mantém, desde então, seu aspecto original praticamente inalterado. É uma das únicas igrejas construídas pelas confrarias de negros na cidade a permanecer intacta. Outra igreja de irmandade negra, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, teve seu interior destruído por um incêndio em 1967.	2001 (provisório)
6. Pedra do Sal	“A Pedra do Sal é testemunho cultural mais que secular da africanidade	1987

³⁶ As informações apresentadas são uma seleção da consultora a partir da lista disponível no site do INEPAC:

http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?municipios=68&BemCultural=&PalavraChave= - Acesso em 19/08/2018.

	brasileira, espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca. Outrora teve os nomes de Quebra-Bunda, Pedra da Prainha e, como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como do Sal. Ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, se encontraram as Tias Baianas, soaram os ecos das lutas populares, das festas de candomblé e das rodas de choro. Nas ruas tortuosas e becos que a envolvem, nasceram os ranchos e o carnaval carioca. No dorso da Pedra do Sal estão inscritas as raízes do nosso samba.”	
7. Acervos documentais e bibliográficos sediados no estado do Rio de Janeiro	“Justifica-se a proteção desses acervos através do seu reconhecimento como parte constituinte da identidade cultural do estado do Rio de Janeiro, associando-se ao lugar de sua origem. Da mesma forma, é reconhecimento do importante trabalho realizado pelas instituições que mantêm a guarda e a preservação desses documentos e livros. O tombamento tem por objetivo, também, garantir a permanência desses acervos documentais e bibliográficos no Rio de Janeiro, preservando a sua característica de centro cultural do país e a valorização de sua história intelectual.”	2002 (provisório)

BENS TOMBADOS PELO IRPH NA ZONA PORTUÁRIA ³⁷			
BEM CULTURAL	LOCALIZAÇÃO		DATA
1. Centro Cultural José Bonifácio	Rua Pedro Ernesto, 80		1983
2. Prédio da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros Dom Pedro V	Avenida Marechal Floriano nº 185		1986
3. SAGAS - Bens	BENS TOMBADOS	03 (três) casas com porão - Rua Farnese, 45, 49 e 51 - Santo Cristo	1986

³⁷ As informações apresentadas são uma seleção da consultora a partir da lista disponível no site do IRPH: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados> - Acesso em 19/08/2018.

Culturais Localizados nos Bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Parte do Centro		Galpões da Estrada de Ferro Central do Brasil, na faixa de domínio da RFFSA, Santo Cristo.	(retificado para Moinho Fluminense em 1987)
		Trapiche - Rua Santo Cristo, 152 - Santo Cristo	
		Oratório do Morro da Providência - Morro da Providência – Saúde	
		Igreja de São Pedro - Rua Cardoso Marinho, 59 - Santo Cristo	
		Conjunto compreendendo o Hospital de Nossa Senhora da Saúde e a Igreja de Santo Cristo dos Milagres - Morro da Gamboa.	
		Prédio do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores Urbanos de Passageiros do Município do Rio de Janeiro - Rua Camerino, 66 – Centro	
		Moinho Fluminense - Rua Sacadura Cabral, 290 – Gamboa	
		Solar - Rua Barão de São Félix, 94 – Centro	
		Escadaria - Localizada na Rua Costa Barros, entre a Rua Rosa Saião e Travessa Ladeira do Livramento - Gamboa.	
		Sobrado - Rua Senador Pompeu, 32 – Centro	
		Fundação Manoel Lino Costa - Rua Sacadura Cabral, 145 – Saúde	
		Edifício Residencial/ Comercial - Rua Barão da Gamboa, 164 a 184 -Santo Cristo	
	CORTIÇOS E VILAS	Cortiço - Rua Costa Ferreira, 70 - Centro	
		Edificação residencial, cortiço e comercial - Rua Senador Pompeu, 34 –Centro	
		Cortiço - Rua Senador Pompeu, 43 – Centro	
		Cortiço - Rua Senador Pompeu, 51 – Centro	
		Vila Operária da Gamboa - Rua Barão da Gamboa, 150 (ap. 101, 201), 152 (ap. 102, 202), 154 (ap. 103, 203), 156 (ap. 104, 204), 158 (ap. 105, 205), 160 (ap. 106, 206), Santo Cristo, I RA;	
		Vila - Avenida Caruso - Rua Barão de São Félix, 97 - Centro I RA	
		Vila - Rua Marquês de Sapucaí, 14 - Santo Cristo I RA;	
	PINTURAS	Uma pintura de autoria de Manoel Araújo Rodrigues, localizada no Café e Bar Príncipe Pompeu. - Rua Senador Pompeu, 34 – Centro	

		Três pinturas de autoria de Amaro Anacleto Gonçalves Ribeiro, localizadas no Bar Tapajós - Rua Propósito, 6 – Gamboa	
		Três pinturas de Nilton Bravo, localizadas no Café e Bar Sulista - Praça Coronel Assunção, 357-A - Gamboa, I RA.	
		Duas pinturas de autoria de Nilton Bravo e Nilton Bravo Filho, localizadas no Café e Bar Minerva - Rua Camerino, 165 - Gamboa, I RA	
4. Bens Localizados na Zona Portuária	Avenida Rodrigues Alves nº 303/331		2016
	Praça Mauá nº 02 e Praça Mauá nº 10		
	Avenida Rodrigues Alves s/nº - armazéns nº 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07		
	Guindastes do Cais do Porto, na Região Portuária		2015
5. Imóvel	Avenida Rio Branco nº 19, esquina com a rua São Bento nº 32		2004
6. Fábrica de Chocolates Bhering	Rua Orestes, nº 28 – Santo Cristo		2012 (republicado em 2018)
7. Imóvel	Rua do Rosário, nº 91/97		2013 (provisório)
8. Guindastes como Bens Integrados aos Armazéns do Cais da Gamboa	Região Portuária do Rio de Janeiro		2015

6.6.3. Acervos territoriais *imateriais* disponíveis

Consideram-se disponíveis ao MUHCAB os bens imateriais, sobretudo as manifestações culturais, que já acontecem (ou que são passíveis de acontecer) na zona portuária, sobretudo na Pequena África, e que já foram consagradas como patrimônio cultural imaterial, registrados na esfera federal, estadual ou municipal. Com isso, os acervos territoriais imateriais disponíveis ao MUHCAB são os bens registrados pelas seguintes instituições: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

BENS REGISTRADOS PELO IPHAN COM PRESENÇA NA ZONA PORTUÁRIA

BEM CULTURAL	JUSTIFICATIVA	FONTE
1. Jongo no Sudeste	"O Jongo no Sudeste é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. (...) No Brasil, o jongo consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar, no sudeste brasileiro, principalmente no vale do Rio Paraíba. (...) É também conhecido pelos nomes de tambu, batuque, tambor e caxambu, dependendo da comunidade que o pratica."	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/59/
2. Matrizes do Samba Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	"No começo do século XX, a partir de influências rítmicas, poéticas e musicais do jongo, do samba de roda baiano, do maxixe e da marcha carnavalesca, consolidaram-se três novas formas de samba: o partido alto, vinculado ao cotidiano e a uma criação coletiva baseada em improvisos; o samba-enredo, de ritmo inventado nas rodas do bairro do Estácio de Sá e apropriado pelas nascentes escolas de samba para animar os seus desfiles de Carnaval; e o samba de terreiro, vinculado à quadra da escola, ao quintal do subúrbio, à roda de samba do botequim."	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/64/
3. Roda de Capoeira	"A Roda de Capoeira - inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2008 - é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, espaço e tempo, onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto - recriados no Brasil."	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66/
4. Ofício dos Mestres de Capoeira	"O registro da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira tem amplitude nacional e foi realizado com base nas pesquisas desenvolvidas, durante a fase de inventário, nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. A capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas "modalidades" mais conhecidas: as chamadas "capoeira angola" e "capoeira regional"."	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66/

5. Ofício das Baianas de Acarajé	[O Rio de Janeiro é o estado com maior número de Baianas de Acarajé fora da Bahia.] “Os aspectos referentes ao Ofício das Baianas de Acarajé e sua ritualização compreendem: o modo de fazer as comidas de baianas, com distinções referentes à oferta religiosa ou à venda informal em logradouros soteropolitanos; os elementos associados à venda como a indumentária própria da baiana, a preparação do tabuleiro e dos locais onde se instalam; os significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício e os sentidos atribuídos pela sociedade local e nacional a esse elemento simbólico constituinte da identidade baiana.”	http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/58/
----------------------------------	--	---

BENS REGISTRADOS PELO INEPAC COM PRESENÇA NA ZONA PORTUÁRIA ³⁸		
BEM CULTURAL	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
1. Afoxé	“Cortejo de rua que sai durante o carnaval. Acompanha-se de cantos e de instrumental de percussão, incluindo atabaques, agogôs e cabaças. Suas cores e símbolos possuem significados específicos relacionados com preceitos religiosos ligados ao culto dos orixás, motivo primeiro da existência e realização dos cortejos. O grupo aqui presente é originário da Bahia, local de vigência dessa manifestação afro-brasileira.”	Atualmente existe o Afoxé Filhos de Gandhi, cuja sede está localizada na Rua Camerino, nas proximidades do Cais do Valongo.
2. Ciranda	“Baile popular nascido de três diferentes origens: a dança circular, já existente no Brasil pré-cabralino; as danças sapateadas e enlaçadas, contemporâneas dos imigrantes portugueses; as danças de figurações coletivas, surgidas da quadrilha dos mestres franceses. Obedece a um pequeno esquema: a "abertura", dada pela chibacateretê; as "miudezas" (danças de figurações variadas: cana-verde, caranguejo, marrafa, flor-do-mar, canoa, ciranda, limão, etc.) e o "encerramento" com a tonta. Os instrumentos acompanhantes são: viola, cavaquinho, adufos ou pandeiros. Na chibacateretê aparece o "Mancado"- caixa de madeira de tamanho médio, batida com dois tamancos calçados nas mãos. Atualmente é na comunidade de pescadores de Tarituba, em Paraty, que os descendentes do Mestre Chiquinho mantêm a tradição.”	É uma manifestação popular que por vezes é realizada espontaneamente dentro de outros eventos abertos, como shows no Largo São Francisco da Prainha.
3. Quadrilha	“Originariamente francesa, a Quadrilha faz parte do grupo de danças que freqüentou os	As festas juninas realizadas nos últimos anos na Praça

³⁸ O campo **DESCRIÇÃO** foi preenchido de acordo com o que está descrito no site do INEPAC, disponível no link: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/manifestacaopopular> - Acesso em 05/09/2018.

	<p>salões aristocráticos do Rio de Janeiro no período colonial. (...) Em todo o Brasil, aparece por ocasião das festas juninas, nos clubes, nas escolas, nas quadras e nas festas de rua, com uma visível preocupação de apresentar-se como uma dança caipira. A dança é desenvolvida com inúmeras figurações coreográficas, ordenadas por um "marcador", que vai orientando os movimentos dos dançadores. Conserva algumas denominações e movimentações tradicionais e incorpora criações adaptadas pelos marcadores. No estado do Rio de Janeiro, atualmente, a Quadrilha vem reconquistando espaço no meio urbano, graças principalmente a movimentos organizados em vários bairros da cidade do Rio de Janeiro e municípios da Região Metropolitana."</p>	<p>da Harmonia apresentam quadrilhas. Estas festas são organizadas pela Companhia de Mistérios e Novidades, cuja sede está localizada na Rua Pedro Ernesto, próximo à sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio e ao IPN.</p>
--	---	---

BENS REGISTRADOS PELO IRPH COM PRESENÇA NA ZONA PORTUÁRIA		
BEM CULTURAL	JUSTIFICATIVA	LIVRO DE REGISTRO
1. Angu do Gomes	O nome faz referência às Casas de Zungu (ou Casas de Angu), que era um local acolhimento e rede de apoio entre os negros no período da escravização. Está localizado no Largo de São Francisco da Prainha, nº 3, Saúde.	Livro de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis
2. Umbanda	Sabe-se que havia terreiros na região da Pequena África, conforme descrito no seu decreto: "CONSIDERANDO que a reflexão acerca das religiões de matriz africana traz paralelo com atuações prévias do IRPH como o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e a proteção do Cais do Valongo;"	Registrado no Livro de Registro das Atividades de Celebrações
3. Obra Musical de Pixinguinha	Pixinguinha foi um importante músico negro. Há uma escultura em bronze em sua homenagem na Travessa do Ouvidor.	Livro de Registro das Formas de Expressão
4. Obra literária de Machado de Assis	Machado de Assis morou na região da Pequena África e em muitos dos seus textos registrou o cotidiano urbano da Cidade do Rio de Janeiro.	Livro de Registro das Formas de Expressão

6.6.4. Acervos territoriais *materiais* possíveis

Os acervos territoriais *materiais* possíveis ao MUHCAB são aqui apontados como espaços físicos na zona portuária aos quais a população atribui valor simbólico, especialmente a população negra e/ou as comunidades que vivem no território. São, portanto, espaços sentidos pelas pessoas como um *patrimônio*, mas que (neste caso, a maioria) ainda não foram consagrados pelo poder público. No presente tópico, as tabelas apresentam marcações em cinza para distinguir os pontos que já são reconhecidos pelo poder público.

Para a realização do mapeamento inicial de acervos territoriais *materiais* possíveis destaca-se a consulta ao aplicativo Passados Presentes – Pequena África, seguindo a sugestão do Comitê Científico. Segundo apresentação do site³⁹ do projeto:

O projeto Passados Presentes foi elaborado a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, um trabalho coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran, no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), com apoio do Projeto Rota do Escravo, da Unesco, em 2014.

O inventário foi a base para a elaboração do banco de dados deste site. Ele contém informações sobre lugares de memória da escravidão no Brasil, acrescidas de verbetes sobre o patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro, tais como rodas de capoeira, grupos de jongo e quilombos. Informações sobre outras regiões serão adicionadas à medida que pesquisas e parcerias forem sendo realizadas.

O aplicativo foi desenvolvido no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF). Abaixo estão transcritos os pontos apresentados no aplicativo, com seu respectivo endereço atual.

MAPEAMENTO – PASSADOS PRESENTES PEQUENA ÁFRICA	
1. Museu de Arte do Rio (MAR)	Praça Mauá, 5
2. Mercado de Escravos da Prainha	Largo São Francisco da Prainha

³⁹ Disponível no link: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php/principal/index> - Acesso em 07/09/2018. A utilização do conteúdo deste aplicativo foi previamente autorizado pelas coordenadoras do projeto Passados Presentes na ocasião da reunião da Coordenação Científica, em agosto de 2018.

3. Quilombo da Pedra do Sal	R. Argemiro Bulcão
4. Largo João da Baiana	Próximo à Pedra do Sal
5. Antiga Rua da Saúde	Rua Sacadura Cabral
6. Cais do Valongo	Av. Barão de Tefé, s/n
7. Docas André Rebouças	Av. Barão de Tefé, 75
8. Casa de Machado de Assis	Ladeira do Livramento, 77
9. Mercado de Escravos do Valongo	Rua Camerino
10. Casa do Africano Mina	Rua Camerino
11. Jardim Suspenso do Valongo	Rua Camerino, 5
12. Praça dos Estivadores	Rua Camerino
13. Associação Chora na Macumba	Rua Barão de São Félix
14. Cortiço – Casa do Maranhão	Rua Senador Pompeu, 34
15. Sociedade Resistência	Próximo ao Largo dos Estivadores
16. Barricadas da Revolta da Vacina	Praça da Harmonia
17. Cemitério dos Pretos Novos	Rua Pedro Ernesto, 36
18. Candomblé de Cipriano Abedé	Rua do Propósito
19. Centro Cultural José Bonifácio	Rua Pedro Ernesto

Para melhor localização dos pontos elencados no mapeamento do projeto Passados Presentes, segue o mapa oficial do projeto:



Figura 2: Mapa oficial do projeto Passados Presentes (UFF).

Incluem-se também como acervos territoriais *materiais* possíveis os pontos elencados pelo Subgrupo de Território Físico do GT, conforme transcritos abaixo:

MAPEAMENTO – SUBGRUPO TERRITÓRIO FÍSICO DO GT		
1. Edifício Docas André Rebouças	Av. Barão de Tefé, 75 - Saúde	<u>Escala de Território:</u> FOCAL <u>Perímetro MUHCAB:</u> INTERNO
2. Cais do Valongo e entorno	Trecho entre Av. Barão de Tefé, Av. Venezuela, Rua Edgard Gordilho e Rua Sacadura Cabral	
3. Centro Cultural José Bonifácio	R. Pedro Ernesto, 80 - Gamboa	<u>Escala de Território:</u> LOCAL <u>Perímetro MUHCAB:</u> INTERNO
4. IPN – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos	R. Pedro Ernesto, 32/34 - Gamboa	
5. Jardim Suspenso do Valongo	R. Camerino - Centro	
6. Largo do Depósito (atual Praça dos Estivadores)	R. Camerino - Centro	
7. Pedra do Sal	R. Argemiro Bulcão, S/N - Saúde	
8. Praça da Harmonia	Gamboa	<u>Escala de Território:</u> REGIONAL <u>Perímetro MUHCAB:</u> EXTERNO
9. LAAU – Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana	Rua da Gamboa - Gamboa	
10. Cidade do Samba	Rua Rivadávia Corrêa, 60 - Gamboa	
11. Morro da Providência	Gamboa	
12. Morro da Conceição	Saúde	
13. Matriz de Santa Rita	Largo de Santa Rita	

Para melhor localização dos pontos elencados no mapeamento do Subgrupo de Território Físico do GT, seguem os mapas elaborados pelos seus integrantes e apresentados no seu relatório final:



Figura 3: Escala de território FOCAL



Figura 4: Escala de território LOCAL



Figura 5: Escala de território REGIONAL

6.6.5. Acervos territoriais *imateriais* possíveis

Para esta consultoria de Museologia, os acervos territoriais *imateriais* possíveis ao MUHCAB são expressões culturais e/ou artísticas que já acontecem (ou que são passíveis de acontecer) na Pequena África em que as pessoas enxergam valor simbólico, especialmente a população negra e as comunidades que vivem no território. Tais manifestações são consideradas aqui não só como ressonâncias de alguns bens culturais patrimonializados, sobretudo os intangíveis, mas também como manifestações legítimas da região que, não à toa, é reconhecida como Pequena África.

Considera-se que, para o MUHCAB, tem destaque as expressões culturais e/ou artísticas que fazem referência às memórias afro-brasileiras no território. Acervos territoriais *imateriais* possíveis são, portanto, manifestações sentidas pelas pessoas como um patrimônio, mas que ainda não foram consagrados pelo poder público. São aqui também nomeados acervos em movimento ou acervos dinâmicos ou acervos fluidos ou acervos efêmeros, que têm a possibilidade de se manifestar no território do MUHCAB. É importante ressaltar que somente será possível lista-los a partir do processo de escuta individualizada ou escuta ampliada da população. Abaixo estão listadas algumas possibilidades desses acervos territoriais *imateriais* possíveis, sendo que a maioria já aconteceu alguma vez ou acontece com frequência no território.

POSSIBILIDADES DE ACERVOS EM MOVIMENTO / DINÂMICOS / FLUIDOS / EFÊMEROS	
1.	<u>Roda</u> de contação de histórias
2.	<u>Roda</u> de capoeira
3.	<u>Roda</u> de samba
4.	<u>Lavagem</u> do Cais do Valongo
5.	<u>Aula</u> aberta de História no Cais do Valongo
6.	<u>Debates</u> abertos sobre questões raciais no Cais do Valongo
7.	<u>Oficina</u> de danças populares (jongo, maracatu, coco-de-roda)
8.	<u>Ponto</u> de tabuleiro de Baiana de Acarajé
9.	<u>Performances</u> de artistas negros contemporâneos

6.6.6. Análise e considerações

- Durante a pesquisa realizada para os levantamentos de acervos territoriais disponíveis, tanto *materiais* quanto *imateriais*, quando um bem cultural aparecia como tombado/registrado em mais de uma esfera pública, esta consultoria optou por não repetir a informação e destacar o tombamento/registro a nível federal, pelo IPHAN, dada a sua ressonância nacional. Porém, nos acervos territoriais materiais possíveis, tanto o mapeamento do projeto Passados Presentes quanto o do Subgrupo de Território Físico do GT apresentaram alguns itens já tombados/registrados e, nesse caso, justifica-se tal repetição para não fragmentar as listas elaboradas no âmbito do projeto Passados Presentes e pelo Subgrupo de Território Físico do GT.
- Grande parte dos tombamentos realizados pelo IPHAN na zona portuária da cidade ocorreram em 1938, imediatamente após a legislação que instituiu os tombamentos nacionais (1937). As casas nas imediações do Cais Valongo tombadas nesta ocasião tiveram seu tombamento posteriormente indeferido.

- Acerca dos tombamentos do IPHAN listados como acervos territoriais materiais disponíveis, há duas considerações:
 - I) O item 30 da lista **Tenda Espírita Vovó Maria Conga de Arruda**, no bairro do Estácio, é o único tombamento de terreiro na cidade do Rio de Janeiro e, embora tenha ocorrido recentemente, encontra-se classificado como indeferido.
 - II) O item 18 da lista referente ao acervo do **Museu de *Magia Negra*** encontra-se nesta lista de acervos territoriais por possuir objetos sagrados afro-brasileiros de terreiros que podem ter sido sediados na zona portuária.
- O diferencial do MUHCAB no cenário museal brasileiro, para além de outros fatores, pode vir a ser também a atitude de **reconhecer como acervos as expressões populares culturais e/ou artísticas de caráter espontâneo e efêmero que acontecem no seu território**. Tais expressões são comumente reconhecidas pelos museus apenas como “eventos” ou “atividades educativas”. No MUHCAB estas expressões podem ser vistas como uma qualidade de patrimônio imaterial do próprio território, que podem ser identificadas como subcategorias dos acervos territoriais em questão. A sugestão é que estas subcategorias podem ser nomeadas: acervos em movimento, acervos dinâmicos, acervos fluidos, acervos efêmeros, dentre outras possibilidades. É importante ressaltar que, para esta consultoria, identificar estes acervos com tais subcategorias não exclui a possibilidade de serem ao mesmo tempo também considerados “eventos” e/ou “atividades educativas” do MUHCAB.
- Com o intuito de ilustrar o que se está considerando acervo em movimento / dinâmico / fluido / efêmero no MUHCAB, apresenta-se um exemplo: **rodas** de contação de história. Neste momento ainda inicial de planejamento, esta consultoria vê as rodas de contação de história que o museu pode promover em seu território (ou que podem ser criadas espontaneamente) não apenas como uma atividade educativa ou um evento, mas também como um item que integra o acervo do MUHCAB. Justifica-se esta sugestão a partir da

referência que se pode fazer entre as rodas de contação de histórias no MUHCAB e a práticas dos *griôs*, os guardiões da história oral. Em África, os *griôs* são anciãos com o compromisso de preservar e transmitir saberes, histórias e conhecimentos através da oralidade.

- A proposta desta consultoria em considerar estes acervos em movimento / dinâmicos / fluidos / efêmeros ainda devem ser avaliados coletivamente para definir se se encaixariam na categoria “acervos territoriais” ou não. esta consultoria considera que o MUHCAB deve adotar o método do inventário participativo, a fim de produzir um acervo único e inédito, em consonância com a premissa de "um museu sobre a verdade", sobretudo a "verdade" acerca da região da Pequena África, localização do território do "MUHCAB".
- Esta consultoria considera que o MUHCAB deve adotar o método do inventário participativo a fim de produzir um acervo único, inédito e carregado de verdades pessoais e intransferíveis. Este acervo é considerado aqui uma forma de fazer emergir as memórias subterrâneas que servirão como importantes contrapontos ao discurso hegemônico da memória, dada a proposta do MUHCAB de revisitar a historiografia oficial propondo narrativas oriundas dos protagonistas da história afro-brasileira relevantes para o território da Pequena África, muitos dos quais estão presentes no território do museu. Além disto, a adoção desta metodologia pode render bons frutos na relação do MUHCAB com os moradores do território e com a população negra do município, de modo geral. Este é um método contínuo, sem fim, que deve tornar-se um dos pilares de desenvolvimento de coleções do MUHCAB.
- O inventário participativo é um dos métodos mais bem-sucedidos aplicados em museus de território no estado do Rio de Janeiro para coleta do que se considera aqui como acervo territorial. No evento *IV Fórum Estadual de Museus do Estado do Rio de Janeiro* dois museus apresentaram suas experiências com este método: o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) e o Museu Vivo do São Bento (MVSB).

6.6.7. Sugestões para encaminhamentos

- O IRPH realizou tombamento de algumas casas onde morou Machado de Assis mas não contemplou o terreno da casa que o escritor morou na região da Pequena África, na Ladeira do Livramento, conforme aponta o projeto Passados Presentes. Sugere-se que o MUHCAB (ao lado da sua Coordenação Científica) consulte os moradores da região e os movimentos negros e, se for do interesse da maioria dos consultados, dê entrada no pedido de reconhecimento institucionalizado do terreno da casa. Abaixo, seguem as únicas casas do escritor tombadas pelo IRPH:
 - I) **Residência de Machado de Assis entre 1869 e 1871** – Rua dos Andradas nº 147 (antigo nº 119);
 - II) **Residência de Machado de Assis entre 1874 e 1875** – Rua da Lapa nº 242 (antigo nº 96).
- Sabe-se que o Museu da Maré e o Museu de Favela (MUF), assim como o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) e o Museu Vivo do São Bento (MVSB), são museus de território que também utilizaram o método do inventário participativo para coletar junto à sua comunidade depoimentos (considerado aqui como acervo territorial imaterial) além de fotos, documentos e objetos (considerados aqui como acervo territorial material). Propõe-se que o MUHCAB entre em contato com estes museus em alguma das etapas deste planejamento e promova encontros para poder debater sobre os inventários participativos, sobre quais são as suas potências e desafios.
- Para além do inventário participativo, é importante que o MUHCAB cultive bons relacionamentos com as organizações civis do seu entorno, como por exemplo com as associações de moradores das comunidades do território. Por este motivo, é importante frisar que o trabalho relativo aos acervos territoriais deve avançar junto com o trabalho de escuta participativa que já está sendo realizado pela consultoria de Produção Cultural.

- É fundamental que o MUHCAB se relacione não só com os museus que realizam inventário participativo, mas também com outros museus de território. Uma forma de aprofundar o relacionamento com esses museus é participar ativamente das redes focadas em instituições com esse perfil. Ingressar na Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-RJ), por exemplo, pode ser um ponto de partida para o MUHCAB.
- Uma possibilidade para encaminhamento na direção da valorização dos componentes materiais e imateriais do território é a criação de um Observatório de Patrimônio Territorial da Pequena África. Acredita-se que este observatório pode fomentar discussões, pesquisas científicas e investigações das mais diferentes naturezas no território, com vistas a valorizar as expressões materiais e imateriais da Pequena África.

CAPÍTULO 7 – DIAGNÓSTICO DE EDUCAÇÃO

7.1. PANORAMA DO SETOR EDUCATIVO

Este capítulo foi desenvolvido a partir dos dados e informações fornecidos por Pituka Nirobe, ponto-focal do Setor Educativo do MUHCAB, a esta consultoria ao longo das Etapas 1 e 2 através da ferramenta aqui identificada como *escuta interna*, que inclui entrevista, consultas pontuais e reuniões.

O primeiro contato da Equipe de Planejamento com Pituka Nirobe foi no início do mês de junho de 2018, no início do contrato das consultoras, e foi focado no planejamento de um perfil específico de atividade educativa, a pedido da secretária municipal de cultura, Nilcemar Nogueira. A solicitação se resumia ao funcionamento de uma sala na sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio com atividades educativas a partir de julho de 2018. Nilcemar solicitou que o conteúdo destas atividades estivesse alinhado com o desenvolvimento das diretrizes do projeto-macro do MUHCAB. Solicitou também que, neste primeiro momento, estas atividades se inspirassem naquelas que são realizadas do International Slavery Museum parte integrante do complexo do National Museums Liverpool. Este museu localizado na Inglaterra é dedicado à história dos processos de

escravização da colonização inglesa e foi visitado pela secretária no segundo semestre de 2017. As atividades educativas em questão eram compostas por um conjunto de objetos reveladores das práticas do regime escravista inglês. Os objetos eram acompanhados por fichas descritivas que apresentavam o contexto de cada um, seguido de uma questão problematizadora. No International Slavery Museum essa atividade tem o principal objetivo de, através da mediação por sua equipe, ser um ponto de partida para reflexões e debates com o público.

Em paralelo, o processo de *escuta interna* foi iniciado na primeira semana da Etapa 1 do Planejamento Integrado do Projeto. Uma das primeiras informações recebidas por esta consultoria é que, dado o caráter recente de criação do Setor Educativo, ainda não se tinha elaborado nenhum documento especificamente pelo e para o setor. A partir desta informação, esta consultoria propôs a criação de uma planilha colaborativa e online para organização dos dados básicos referentes ao Setor Educativo. A planilha será apresentada e detalhada no terceiro tópico do presente capítulo. Justifica-se a proposta de organização dos dados do setor em uma planilha uma vez que a contribuição com a organização interna dos setores do MUHCAB está dentro do escopo de trabalho da Equipe de Planejamento.

Após algumas reuniões, os gestores e demais colaboradores do MUHCAB identificaram que, para que se conseguisse avançar com o planejamento do projeto-macro do museu, seria fundamental estruturar melhor as ações que já estavam em funcionamento na sede da Escola José Bonifácio. A postura de recuo foi uma decisão coletiva. Solicitou-se à secretária Nilcemar o adiamento das ações previstas para iniciar em julho de 2018 incluindo o Seminário Internacional e a atividade educativa que estava sendo desenvolvida inspirada no International Slavery Museum. O novo prazo para estas atividades passou a ser novembro do mesmo ano. Para o Setor Educativo, estabelecer o adiamento de datas foi fundamental, pois este fato permitiu que se olhasse atentamente para as suas necessidades internas quanto à estruturação.

Como resultado imediato à decisão coletiva, Pituka mencionou o início da elaboração de um documento que seria a base do setor, mas que até o final deste relatório não pôde ser concluído. Neste documento estariam registradas as atividades já realizadas, a justificativa das linhas norteadoras do setor e um esboço do planejamento das próximas atividades. Desde o momento citado esta

consultoria solicitou acesso ao documento e ofereceu apoio para a elaboração. No entanto, mesmo após solicitações realizadas ao longo da Etapa 2, o acesso a este documento não foi liberado até a finalização deste relatório. A intenção destas solicitações é que este documento fosse a base para coleta das informações para o presente diagnóstico, para evitar a divulgação de informações imprecisas e possíveis lacunas. Porém, diante disso, pode-se afirmar que desde o início do Planejamento Integrado do Projeto esta Consultoria de Museologia não teve acesso a nenhum documento elaborado pelo Setor Educativo.

Com o adiamento dos prazos iniciais que facilitou a estruturação interna do MUHCAB, a Equipe de Planejamento concluiu ser de fundamental importância valer-se desse momento para obter informações mais precisas sobre o que já está sendo realizado pelos setores do museu. Ainda assim algumas lacunas se fazem presentes até a finalização da Etapa 2 e, no entendimento desta consultoria, são resultado dos desafios que o Setor Educativo vem enfrentando.

7.2. EQUIPE

7.2.1. Cenário atual

Desde meados da Etapa 2, a equipe do Setor Educativo é composta apenas por Pituka, que além de ponto-focal do setor é também gestora do MUHCAB. Atualmente Pituka conta com a parceria da Biblioteca da Gamboa na figura de Josefa Moutinho e esta parceria viabiliza que o Setor Educativo continue em atividade. Josefa apoia Pituka pontualmente no contato com as escolas e na infraestrutura, uma vez que a biblioteca possui uma sala que fornece material para realização de atividades educativas com os públicos do MUHCAB.

No início da Etapa 1 do trabalho desta consultoria o Setor Educativo contava com a atuação da servidora Jurema Agostinho da Cruz e com o apoio de dois colaboradores contratados, Fábio e Naira. Neste mesmo período Pituka também teve à sua disposição a voluntária Sandra Lúcia, que será apresentada no próximo subtópico.

Jurema Agostinho da Cruz era a colaboradora mais antiga do prédio em atividade e se aposentou como servidora da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) no início de junho de 2018. Trabalhou durante muitos anos quando no prédio funcionava o Centro Cultural Municipal José Bonifácio (CCMJB). Até às vésperas de se aposentar, Jurema Agostinho da Cruz era a pessoa responsável por conduzir as visitas à sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio.

Os colaboradores que apoiavam o Setor Educativo, Fábio e Naira, encontram-se em férias forçadas desde a primeira quinzena do mês de agosto de 2018 até a finalização deste relatório. Ambos são terceirizados e encontram-se afastados por problemas financeiros internos da empresa responsável pelas suas contratações. Dentre outras atribuições na sede da Escola José Bonifácio, Fábio apoiava administrativamente as atividades educativas e Naira apoiava a divulgação, o contato e a articulação com as escolas da região. Em momentos pontuais em que Pituka não estava disponível, Fábio e Naira realizavam acolhimento de grupos espontâneos no saguão de entrada da sede do MUHCAB – Escola José Bonifácio. Por vezes, em algumas situações, conduziam visitas completas. Fábio e Naira também tem função fundamental na rotina da sede, pois atuavam nas questões práticas de gestão do espaço, como produção de eventos culturais.

7.2.2. Análise e sugestões

Esta consultoria percebeu durante a Etapa 2 que a necessidade atual mais urgente do Setor Educativo é a contratação de equipe. Pituka mencionou, em diferentes momentos da *escuta interna*, que precisa ao menos de *monitores* para que as atividades sejam colocadas em prática. Para além da equipe extremamente enxuta, Pituka continua atuando como gestora do MUHCAB e com esta função precisa atender às muitas demandas do espaço, até mesmo demandas administrativas, por falta de funcionários para realizá-las. O seu expediente na sede da Escola José Bonifácio é então atravessado pelas tarefas cotidianas do espaço, o que dificulta o pleno atendimento às demandas de estruturação e funcionamento do Setor Educativo.

Observando o cenário atual do setor e com o intuito de prevenir futuros transtornos com a estrutura da equipe, esta consultoria alerta para um fato

recorrente em outros museus e centros culturais no Rio de Janeiro: em geral, os setores educativos configuram o setor com o nível de rotatividade mais alto. Esta consultoria avalia que tal rotatividade pode ser fruto da forma de contratação de educadores/mediadores. É comum que estas equipes sejam majoritariamente compostas por estagiários e não por celetistas. A frequente rotatividade nos setores educativos dos museus atenta para que o MUHCAB tenha um “corpo sólido” na equipe do Setor Educativo, que pode vir a ser apoiado por estagiários, sejam eles voluntários ou remunerados.

Até meados do mês de julho de 2018 o Setor Educativo contou com a colaboração de Sandra Lúcia, graduanda em Filosofia e servidora aposentada da SMC. Sandra realizava suas atividades complementares no MUHCAB e chegou a mencionar que havia outros graduandos para indicar que têm interesse em fazer o mesmo. Este fato atenta para a possibilidade de o MUHCAB estruturar futuramente um Programa de Voluntários. Esta consultoria acredita que um Programa de Voluntários do MUHCAB poderia atrair estudantes de graduação se houver como contrapartida uma declaração com validade para contabilizar as horas de atividades complementares previstas nos currículos.

Outra possibilidade para o voluntariado seria firmar convênios com universidades públicas e privadas para realização de estágios curriculares para graduandos dos cursos de Museologia e Pedagogia e também para as licenciaturas em História, Ciências Sociais, Geografia, Artes e outras áreas. O estágio curricular também ofereceria contrapartida em forma de comprovação do cumprimento das horas exigidas pela universidade, o que poderia ser um atrativo para os estudantes. Justifica-se esta sugestão com base nas diretrizes da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) lançada em 2012⁴⁰, principalmente por dois motivos. Primeiro, porque a PNEM enaltece a interdisciplinaridade da educação museal. Segundo, porque no Eixo II da PNEM destaca-se a importância de “valorizar a troca de experiências por meio de parcerias nacionais e internacionais para a realização de estágios profissionais em educação museal”.

⁴⁰ A PNEM consultada está disponível no link: <https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Museal.pdf> – Acesso em 21/08/2018.

Acima de tudo, esta consultoria crê que no profundo potencial que o MUHCAB tem para contribuir com a aplicação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas também através do Programa de Voluntários. É certo que boa parte dos graduandos que venham a realizar estágio curricular no MUHCAB serão professores em escolas públicas e/ou privadas. A experiência do voluntariado no MUHCAB tem então competência para engajar professores na aplicação da Lei nº 10.639/2003. É importante destacar que o Programa de Voluntários não precisaria ser exclusivo do Setor Educativo, poderia se estender para outros setores do MUHCAB, como o Setor de Pesquisa. Esta consultoria ressalta que o voluntariado é entendido aqui em seu potencial de ser complementar aos setores, apoiando-os em seu funcionamento, não se sobrepondo às equipes contratadas para cada um.

Enquanto não é possível contratar uma equipe para o Setor Educativo, e antes da criação de um Programa de Voluntários, percebe-se que algumas estratégias precisam traçadas e adotadas o quanto antes. O cenário atual do MUHCAB apresenta grandes desafios para a estruturação e consolidação do Setor Educativo e, por enquanto, não é viável oferecer uma quantidade razoável de atividades educativas por mês. O fato de não existir uma equipe (para além do ponto-focal) também impacta na elaboração das atividades educativas em si, uma vez que uma equipe composta por pessoas de diversas áreas do conhecimento possibilita inúmeras trocas de saberes e experiências que enriquecem a elaboração de conteúdo para as diferentes formas de mediação.

Por fim, de acordo com o que foi mencionado no Capítulo IV sobre o Setor de Capacitação, cabe ressaltar a importância de o MUHCAB oferecer um processo inicial de formação/capacitação interna para a equipe que será contratada futuramente para o Setor Educativo. Esta consultoria compreende que o processo de formação/capacitação interna do setor deve ser contínuo, culminando em encontros mensais. Todos os estagiários, remunerados ou voluntários, também devem participar do ciclo de formação/capacitação, pois estes momentos também são importantes para integração da equipe. Acredita-se que estes ciclos podem se espalhar entre os demais setores do MUHCAB, em formatos adaptados para cada um, tendo o Setor Educativo como um ponto de apoio. Para estruturar o processo inicial de formação/capacitação, aponta-se aqui a possibilidade de contratação de consultorias que devem trabalhar junto

ao ponto-focal do Setor Educativo. É importante que os técnicos contratados sejam especializados em liderança de programas de educação museal e em pesquisas sobre questões raciais em museus. Considera-se ainda que estas consultorias devem ser complementares e, portanto, o ideal é que os consultores trabalhem juntos, atendendo às demandas do ponto-focal. Uma vez estruturado o processo de formação/capacitação, acredita-se que os ciclos seguintes podem ser conduzidos internamente pelo próprio Setor Educativo.

7.3. ATIVIDADES EDUCATIVAS

7.3.1. Informações coletadas a partir de *escuta interna*

No início de junho de 2018, na Etapa 1, esta consultoria entrevistou Pituka pela primeira vez com o intuito de desenvolver uma ferramenta que pudesse contribuir com a sistematização das informações das atividades já realizadas pelo Setor Educativo do MUHCAB. Inicialmente foram feitas as seguintes perguntas:

- Quais são as atividades realizadas pelo Setor Educativo do MUHCAB?
- Há parceiros envolvidos nestas atividades? Quais?
- Como se realizam essas atividades?

Foi possível obter um esboço do panorama das atividades consideradas como educativas realizadas no MUHCAB. Ainda com o intuito de contribuir com a organização do setor, esta consultoria propôs então a elaboração de uma planilha colaborativa e online⁴¹ sugerindo que Pituka, por ser o ponto-focal do Setor Educativo, liderasse o preenchimento dos campos e alterasse o que julgasse necessário, pois a estrutura da planilha se tratava de uma sugestão. Porém, algumas lacunas permaneceram nos campos que detalhavam as atividades, cujas perguntas seguem abaixo:

- A atividade já foi iniciada?
- Qual a data de início?
- Com que frequência é ou será realizada?

⁴¹ A planilha foi gerada na *nuvem* do Google Drive, plataforma adotada pelo MUHCAB para elaboração coletiva de documentos internos.

- Qual é o público-alvo?
- Qual é o número de pessoas atendidas?

Durante a Etapa 1 os dados fornecidos por Pituka foram então inicialmente organizados por esta consultoria na planilha a seguir:

PLANILHA COLABORATIVA ONLINE ELABORADA NA ETAPA 1 COM INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR PITUKA EM *ESCU TA INTERNA* DO SETOR EDUCATIVO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA PARCEERIA	PARCEIROS	ATIVIDADE INICIADA EM JUNHO?	DATA DO INÍCIO	COM QUE FREQUÊNCIA É OU SERÁ REALIZADA?	PÚBLICO-ALVO	Nº PESSOAS ATENDIDAS	ANÁLISE DO STATUS DA ATIVIDADE
1	Pituka	Escola Municipal Rivadávia Corrêa	Ainda não	Fevereiro de 2018	—	—	—	—
2	Pituka	Escola Municipal Darcy Vargas	Sim		—	—	—	—
3	Pituka	Fundação Darcy Vargas	Ainda não		—	—	—	—
4	Pituka	Escola Estadual Sarah Kubischek	Ainda não		—	—	—	—
5	Pituka	EDI Antonio Raposo Tavares	Sim		—	—	—	—
6	Pituka	Empoderamento Crespo	Sim	Março de 2018	Mensal aos sábados	—	70 a 160	—
7	Pituka e Wanda	Rádio Comunitária da Providência e Morro do Pinto	Não	—	Semanal	—	Indeterminado	—
8	Pituka	Mulheres Sabores do Porto	Não	—	Bimestral	—	—	—
9	Pituka	Clinica da Família Nélio de Oliveira (Teleférico Providência)	Sim	2016	—	—	—	—
10	Pituka	Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (Gamboa)	Sim	—	—	—	—	—

11	Oficina de Dança Afro	Pituka	Vila Olímpica da Gamboa	Não	—	—	—	—	—
12	Aulas	Pituka	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Não	—	—	—	—	—
13	Exposição Fotografia *	Pituka	Observatório de Favelas	Não	—	—	—	—	—
14	Visitas Mediadas ao território Agendadas	Pituka e Jurema Agostinho da Cruz	Instituto dos Pretos Novos	Sim	Janeiro de 2018	De acordo com os agendamentos do IPN	—	—	—
15	Encontros Literários	Pituka	Festival Literário das Unidades Periféricas (FLUP)	Sim	maio/2018	Anual	—	—	—
16	Sarau	Pituka	—	Sim	—	—	—	—	—

Criar uma planilha colaborativa e online com as informações coletadas através das ferramentas de *escuta interna* permitiu que os próprios colaboradores do MUHCAB atuantes durante a Etapa 1 visualizassem o cenário e refletissem sobre a linha tênue que separava os setores e as suas respectivas atividades. Notou-se que os limites que dividiam as atividades educativas das atividades de outras naturezas ainda não estavam muito nítidos na Etapa 1. Com a exceção das visitas mediadas, que estão marcadas em cinza (linhas de um a cinco e linha quatorze), as atividades elencadas na planilha acima não aconteciam, de fato, exclusivamente dentro do Setor Educativo.

A partir das reuniões e da observação atenta do funcionamento das atividades realizadas por todos os setores do MUHCAB no decorrer da Etapa 2, a Equipe de Planejamento foi compreendendo que algumas das atividades elencadas como educativas na Etapa 1 também poderiam corresponder a outros setores do MUHCAB. Com o diagnóstico do Setor de Capacitação, por exemplo, esta consultoria já pôde observar que as parcerias com a Clínica da Família Nélio de Oliveira e com Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (correspondentes às linhas nove e dez da planilha), embora tenham sido articuladas junto com Pituka, correspondem às atividades de capacitação dos projetos Identidades Abertas e Outros Comuns desenvolvidos pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No entanto, a definição acerca das atividades correspondentes a cada setor somente será possível a partir da decisão coletiva entre gestores e colaboradores do MUHCAB, que até a finalização deste Produto 2 ainda não se concretizou.

7.3.2. Conteúdos e abordagens

A partir da *escuta interna* e do acompanhamento de atividades durante as Etapas I e II foi possível concluir que **os conteúdos de todas as atividades do Setor Educativo são norteados pelo compromisso com a aplicação da Lei 10.639/2003**. Com isso a estrutura do setor se expressa basicamente a partir de duas abordagens:

- **Conexão com a ancestralidade negra** – com o objetivo de desenvolver atividades que valorizem saberes de matriz africana;
- **Empoderamento do corpo negro** – com o objetivo de desconstruir estereótipos racistas replicados pela mídia, pretende-se valorizar a beleza do corpo negro.

A *escuta interna* permitiu concluir na Etapa 2 que Pituka se dedica em alinhar as abordagens acima sobretudo com o calendário temático das escolas públicas municipais, conciliando também com as atividades demandadas pela SMC para a Biblioteca da Gamboa. Tal dedicação se justifica pelo fato de que os alunos das escolas municipais constituem o público mais expressivo do Setor Educativo, além de todas as atividades educativas terem ocorrido nas instalações da Biblioteca da Gamboa durante a Etapa 2.

Algumas informações coletadas através da *escuta interna* puderam ser ilustradas e completadas a partir do acompanhamento de duas atividades educativas abaixo descritas, nas primeiras etapas do Planejamento Integrado do Projeto.

ETAPA 1:

Junho de 2018. Visita mediada por Jurema Agostinho da Cruz exclusiva para as consultoras de Museologia e Produção Cultural, com ênfase nas memórias do edifício da sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio. Notou-se que a visita foi dividida em seis partes:

- Contextualização do território com breve histórico sobre a Rua Pedro Ernesto e a região da Pequena África;
- Contextualização sobre a política de construção de escolas nos moldes da Escola José Bonifácio;
- Instituições abrigadas no edifício após o fim das atividades da escola;
- Início das atividades de valorização de memória afro-brasileira, enquanto Centro de Memória e Documentação de Referência Afro-brasileira;
- Destaque de personalidades relacionadas ao edifício;

- Apresentação do nome das salas e pátios, com breve histórico.

ETAPA 2:

Setembro de 2018. Atividade educativa realizada por Pituka com os alunos do EDI Antônio Raposo Tavares (idade entre quatro e cinco anos), com ênfase na exposição temporária *Domingos de Sol* organizada pelo Observatório de Favelas em cartaz na sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio até a finalização deste Produto 2. Em relato posterior à visita, Pituka ressaltou que esta mesma turma é a que mais participou das atividades educativas no MUHCAB.

Notou-se que a atividade foi dividida em cinco partes:

- Introdução da atividade na Biblioteca da Gamboa com contação de história, mencionando a presença das praias na zona portuária que não existem mais;
- Atividade manual para confecção de barquinhos de papel;
- Momento musical e com caminhada até a sala da exposição *Domingos de Sol*;
- Chegada à exposição e interação com boa parte das fotografias e vídeos expostos.
- Retorno à Biblioteca da Gamboa e finalização da confecção dos barquinhos, que as crianças levaram consigo.

Poucos dias depois da visita mediada na Etapa 1 a aposentadoria de Jurema Agostinho da Cruz saiu em Diário Oficial do Município (DOM). Desde então um dos grandes desafios enfrentados pelo Setor Educativo do MUHCAB é encontrar alguém tão capacitado quanto Jurema Agostinho da Cruz para realizar as visitas sobre as memórias do edifício Escola José Bonifácio. Ao longo da Etapa 1 duas ideias emergiram coletivamente em reuniões com a equipe do MUHCAB, que podem vir a ser alternativas concretas no futuro. A primeira seria a recontração de Jurema Agostinho da Cruz para que continue realizando as visitas dentro do quadro de colaboradores do MUHCAB. A segunda seria a

contratação pontual dos seus serviços para vivências com a futura equipe do Setor Educativo, na programação inicial da formação/capacitação e/ou nos ciclos posteriores. Porém, vale dizer que esta consultoria não notou desenvolvimento destas ideias ao longo da Etapa 2.

7.3.3. Análise e sugestões

Na Etapa 2, dentre os desafios para realizar atividades educativas além das questões com a equipe, Pituka destacou:

- **Falta de transporte** – O MUHCAB não oferece transporte para os grupos. A maioria dos grupos, especialmente escolas públicas municipais, não podem arcar com os custos de um transporte para realizar a visita ao MUHCAB.
- **Falta de lanche** – O MUHCAB não oferece lanche para os grupos. Como muitos grupos são oriundos de regiões afastadas do centro, Pituka ressaltou a importância de haver um lanche quando oferecer atividade educativa. Afirmou que, por vezes, até água fica difícil de oferecer a todos, quando o grupo é grande.
- **Dificuldade de contatar as escolas** – Quando o professor que é o principal contato com o MUHCAB não está presente (está de férias ou licença), dificilmente há alguém que o substitua neste contato. Além disso, Pituka relatou que há o inconveniente de precisar realizar tanto o agendamento quanto a confirmação do agendamento presencialmente nas escolas, pois há muita dificuldade de fazer contato por telefone ou e-mail.
- **Cancelamentos em cima da hora** – É comum haver mudança de programação interna das escolas agendadas para atividades educativas no MUHCAB em cima da hora, o que acarreta no cancelamento da visita. Um exemplo foi a atividade que seria realizada no dia 22 de agosto de 2018 foi reagendada em cima da hora para a quinzena seguinte, a pedido da própria escola.

A *escuta interna* nas Etapas 1 e 2 revelou a esta consultoria algumas informações importantes sobre o Setor Educativo, a saber:

- Durante o mês de agosto de 2018 a sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio não recebeu grupos agendados pelo Setor Educativo. As únicas três atividades educativas realizadas neste mês foram externas, exclusivamente realizadas nas escolas municipais localizadas na zona oeste da cidade, por conta da atuação do Instituto Núcleo de Estudos Afro Comunitários (INEAC), que é considerado como a representação do MUHCAB nesta região. As três escolas municipais atendidas neste período eram parceiras do INEAC. Pituka relatou que diante de tantos desafios para o pleno funcionamento do setor, a estratégia adotada no momento é o fortalecimento da presença do MUHCAB na zona oeste, através do funcionamento do INEAC e de suas parcerias. Com isso, a partir do relato das ações extramuros bem-sucedidas na zona oeste, esta consultoria sugere que esta prática se faça presente o quanto antes também na região da Pequena África. Justifica-se esta sugestão com a necessidade de reconhecimento do MUHCAB enquanto instituição a serviço do território da Pequena África. Assim como algumas escolas vizinhas vão à sede do MUHCAB na Escola José Bonifácio por não necessitarem de transporte, o MUHCAB também poderia realizar suas atividades educativas nas instalações das escolas vizinhas, como uma estratégia de convite aos professores e alunos.
- O contato com os grupos escolares durante as Etapas I e II foi exclusivo para as escolas municipais. Pituka afirmou que para trabalhar com escolas particulares seria preciso apresentar um projeto detalhado em nome da SMC. Ressaltou ainda que apenas futuramente este tipo de contato será possível, mas que é algo muito importante porque, em geral, as escolas particulares possuem transporte. Esta consultoria atenta, portanto, que o fato de o Setor Educativo não possuir um documento institucional disponível, somado ao fato

de não haver um site oficial do próprio MUHCAB como um todo⁴², está impactando na quantidade e diversidade de público atendido pelo setor.

- Esta consultoria acredita que o cancelamento das atividades educativas em cima da hora por parte das escolas vizinhas aponta para um quadro importante da visão que estas escolas têm sobre o MUHCAB, que são avaliadas aqui como duas situações reversíveis e que estão correlacionadas:

I) **Falta de estímulo aos professores em levar alunos ao MUHCAB –**

Os professores das escolas municipais da região podem não ter percebido ainda o potencial que o MUHCAB tem de ser um grande parceiro em suas atividades. Sugere-se que o MUHCAB crie algumas estratégias para fortalecer as relações entre as escolas e o museu, para estimular o engajamento dos professores. Acredita-se que estas estratégias podem ser desenvolvidas junto à 1ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). O MUHCAB pode realizar, por exemplo, eventos/cursos exclusivos para os professores da 1ª CRE.

II) **Falta de compreensão das diretrizes educacionais do MUHCAB –**

Conforme ainda não há um documento institucional ou uma apresentação estruturada que vise a informar sobre a linha norteadora (aplicação da Lei nº 10.639/2003) e as duas abordagens de atuação do Setor Educativo (conexão com a ancestralidade negra e empoderamento do corpo negro) as escolas podem não estar compreendendo as diretrizes educacionais do MUHCAB. Com isso, os professores podem não estar conseguindo visualizar uma forma concreta de conectar a visita ao MUHCAB com o conteúdo das suas aulas nas escolas. Sugere-se então que a disponibilização de um documento produzido pelo Setor Educativo pode ser uma das chaves para estabelecer uma relação de confiança entre o museu e os professores das escolas vizinhas.

⁴² Para compreender melhor o cenário do Setor de Comunicação do MUHCAB, ver o Produto 2 da Consultoria de Produção Cultural.

7.4. REFERÊNCIAS DE AÇÕES EDUCATIVAS AFROCENTRADAS

Com o intuito de contribuir para a estruturação e consolidação do Setor Educativo do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, esta consultoria selecionou algumas práticas educativas afrocentradas, consideradas aqui como bem-sucedidas⁴³ e, portanto, inspiradoras e possíveis referências ou pontos de apoio. As práticas elencadas são desenvolvidas exclusivamente por profissionais negros em instituições públicas, majoritariamente municipais. É importante ressaltar que, antes que qualquer contato seja feito para possíveis consultas e parcerias, a equipe do MUHCAB precisa estar de acordo e manifestar interesse, sobretudo o Setor Educativo. As práticas mencionadas a seguir são focadas (no caso das escolas) ou inclusivas (no caso dos museus) para o público infanto-juvenil. Ressalta-se que este é um mapeamento ainda preliminar sobre as possibilidades de referência. Nas pesquisas para as próximas etapas, esta consultoria pretende incluir, por exemplo, referências de educação em quilombos.

⁴³ As práticas educativas em questão foram mapeadas por esta consultoria entre os anos de 2015 e 2018.

PRÁTICAS EDUCATIVAS AFROCENTRADAS EM MUSEUS PÚBLICOS DA ZONA PORTUÁRIA

INSTITUIÇÃO	ESPECIALISTA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Museu Histórico Nacional (MHN)	Educatora Santana Stephanie	Stephanie é historiadora e uma das fundadoras do “Bonde da História – O Negro no MHN”, uma visita mediada à exposição de longa duração do MHN com o objetivo de gerar reflexões acerca das formas de representação do negro no acervo do próprio museu. Destaca-se o trabalho de pesquisa e curadoria por parte da educadora com vistas a propor uma contra-narrativa ao próprio MHN, cuja narrativa oficial corrobora com a visão hegemônica em que o negro é subalternizado.
Museu de Arte do Rio (MAR)	Educatora Jéssica Hipólito	Jéssica é museóloga e doutoranda em memória social, com pesquisa acadêmica sobre a influência dos museus, sobretudo da educação museal, nas ações afirmativas para a população negra no Rio de Janeiro e em São Paulo. Suas práticas de mediação no Educativo do MAR provocam reflexões e debates acerca das questões raciais e da memória afro-brasileira na região. Destaca-se a sua atuação no desenvolvimento das atividades educativas da exposição “O Rio do SAMBA: resistência e reinvenção”.

<p>Museu do Amanhã (MdA)</p>	<p>Educador David Alfredo</p>	<p>David é historiador e participou da implantação do Programa de Educação do MdA. Suas práticas de mediação no museu, especialmente visitas educativas, provocam reflexões e debates acerca das questões raciais e da memória afro-brasileira na região. É um dos fundadores da Comissão de Matriz Africana, que desenvolve uma linha de atuação do MdA focada em ações afrocentradas, culminando em ciclos de eventos abertos ao público chamados Vivências no Tempo Matrizes Africanas.</p>
------------------------------	-------------------------------	--

PRÁTICAS EDUCATIVAS AFROCENTRADAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO

INSTITUIÇÃO	ESPECIALISTA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
<p>Creche Municipal Vovó Lucíola</p>	<p>Professora Patrícia Sodré</p>	<p>Patrícia leciona para crianças de 03 a 05 anos na Creche Municipal Vovó Lucíola, na Mangueira. Seu trabalho em sala de aula em prol das memórias afro-brasileiras e da imagem do negro se dá a partir das atividades relacionadas à valorização do corpo negro, com destaque para desconstrução de estereótipos e construção da autoestima das crianças negras. Suas atividades também são permeadas pelas experimentações de danças e cantos de manifestações culturais afro-brasileiras, como Jongo, Samba e Capoeira.</p>
<p>Escola Municipal Tia Ciata</p>	<p>Professora Elen Ferreira</p>	<p>Elen leciona para crianças do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) na Escola Municipal Tia Ciata, na Praça Onze. Seu trabalho em sala de aula é focado na valorização das memórias afro-brasileiras através da representatividade negra especialmente na literatura infanto-juvenil. A partir do trabalho com os livros estimula crianças negras a se enxergarem enquanto protagonistas de suas próprias histórias.</p>
<p>Escola Municipal Herbert Moses</p>	<p>Professor Luiz Rosa</p>	<p>Luiz leciona biologia para crianças do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) na Escola Municipal Herbert Moses, em Jardim América. Seu trabalho interdisciplinar afrocentrado teve início ao pesquisar sobre a <i>Revolta</i> do Quilombo de Vassouras. Desde então passou a cultivar um jardim com diferentes espécies de plantas para honrar a memória dos negros que morreram resistindo em Vassouras. No jardim, que é também sua sala de aula, trabalha a partir de um mosaico</p>

		com o mapa da África e com os nomes dos quilombolas que lutaram em Vassouras.
--	--	---

Por fim, esta consultoria reitera que permanece à disposição para contribuir com o desenvolvimento de ferramentas para a organização de dados e informações do Setor Educativo junto ao seu ponto-focal.

CAPÍTULO 8 – DESENVOLVIMENTO DA ETAPA 2

Esta consultoria deu prioridade na Etapa 2 para a realização dos diagnósticos de Acervos e de Educação, deixando para a Etapa 3 os diagnósticos de Pesquisa e Capacitação. A prioridade se deu pelos seguintes motivos:

- **Diagnóstico de Acervos** – O MUHCAB está em vias de aderir ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Acervos Museológicos (SISGAM). No entanto, desde a finalização dos trabalhos dos subgrupos do GT, em agosto de 2017, as *parcerias* e os *contatos* não foram continuados. Também se considerou importante analisar todo o material já levantado no âmbito do GT.
- **Diagnóstico do Educativo** – Durante o processo de *escuta interna* nas Etapas 1 e 2, o Setor Educativo do MUHCAB se apresentou como a maior preocupação coletiva entre os funcionários do MUHCAB. Por ser um setor que lida diretamente com os públicos do museu, sua estruturação se apresenta como uma urgência na instituição.

8.1. METAS ATINGIDAS

Acerca das metas estabelecidas para a Etapa 2 apresentadas no Produto 1, conclui-se que todas foram atingidas, especialmente através da relembando:

Nº	METAS DA CONSULTORIA DE MUSEOLOGIA ESTABELECIDAS PELO TR – 02/2018	LOCALIZAÇÃO DAS METAS NO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO PROJETO	AÇÕES PREVISTAS PELO PLANO INTEGRADO DO PROJETO QUE VISAM O CUMPRIMENTO DAS METAS (DESTAQUES)
2	Executar leitura de bibliografia, estudos de caso, documentos e relatórios prévios do Projeto de desenvolvimento do Museu de Território.	Etapas 1, 2 (Fatores Museológicos e Institucionais) e 3A (Planej. Conceitual e Instituc.)	E1) Levantamento de atividades MUHCAB-EJB E2.1) FATORES MUSEOLÓGICOS: Colaboração com os estudos de melhores práticas e parcerias (c/ Consult. de Planej. Territ.) E2.2) FATORES INSTITUCIONAIS: Colaboração para entendimento do arranjo instític. do MUHCAB (c/ Consult. de Planej. Territ.) E3A) PLANEJ. CONCEITUAL E INSTIT.: Revisar doc. e conceitos geradores
3	Desenvolver o diagnóstico participativo e a avaliação da instituição MUHCAB, criada em maio de 2017 e das ações e lugares criados no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em prol da preservação da memória da cultura de matriz africana na região portuária do Rio, como o Centro Cultural Municipal José Bonifácio – CCMJB, os conselhos existentes e outras representações da sociedade como o COMDEDINE, a SEPIR, etc.	Etapa 2 (Diagnóstico do Processo Participativo Preliminar)	E2) DIAGNÓSTICO DO PROC. PART. PRELIMINAR: Colaborar com o levantamento de consultas realizadas em 2017 (c/ Consult. de Prod. Cult.)
6	Identificar os públicos a quem se destina o trabalho do futuro Museu;	Etapa 2 (Fatores Mercadológicos)	E2) FATORES MERCADOLÓGICOS: Colaborar com a análise de público e mercado (c/ Consultoria. de Planej. Territ.)

Além disso, destaca-se também o cumprimento da meta 10 ao longo da Etapa 2: *Compatibilização de informações sobre os programas nos docs do Plano preliminar e final*, que está prevista por esta consultoria para ser repetida

em todas as etapas do Planejamento Integrado do Projeto. O tratamento e sistematização dos dados e informações relativos aos Acervos e ao Educativo do MUHCAB permitiram que a meta 10 fosse cumprida.

8.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, como conclusão desta Etapa 2, esta Consultoria de Museologia considera que a implantação do MUHCAB pode ser interpretada como uma política afirmativa de cultura para equidade racial no Rio de Janeiro; possui um profundo potencial para se consolidar como um **polo disseminador da valorização das memórias negras** nos demais museus do município do Rio de Janeiro, sejam de gestão municipal ou não. Com isso, o MUHCAB pode liderar um movimento para, junto com outros museus, **apontar a invisibilidade destas memórias, reconhecê-las, e abrir espaço para que suas narrativas sejam contadas pela voz de seus protagonistas.**

ETAPA 3 – PRODUTO 3

CAPÍTULO 9 – FATORES MUSEOLÓGICOS (CONTINUAÇÃO)

9.1. INTRODUÇÃO

Este documento é o produto final da Etapa 3 de trabalho elaborado pela consultora de Museologia contratada para realização do Projeto nº 914BRZ4022 – Gestão Compartilhada do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e concepção de Museu de Território.

O escopo da Etapa 3 para todas as consultorias envolvidas no Projeto nº 914BRZ4022 foi definido no Planejamento Integrado do Projeto como Planejamento Conceitual, Institucional e Territorial. Este **Produto 3**, específico da consultoria de Museologia, é o **Estudo de Públicos, Missão e Visão**, parte integrante do planejamento para elaboração do Plano Museológico do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), conforme a segunda etapa do TR – 02/2018 – Museologia. A descrição do Termo de Referência em questão segue abaixo.

NÚMERO DO TR – PERFIL	TR – 02/2018 – Museologia
TÍTULO	Desenvolvimento do Plano Museológico para o Museu de Território MUHCAB
ENQUADRAMENTO PRODOC 914BRZ4022	<p><u>Objetivo Imediato 2</u> – Promover a valorização e a conservação do conjunto de bens culturais do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e da sua área de amortecimento.</p> <p><u>Resultado 2.1</u> – Bases para a criação do Museu de Território, englobando sede principal onde se localizará o Centro de Referência do Valongo, sede administrativa e circuito de visitação, elaboradas.</p> <p><u>Atividade 2.1.1</u> – Desenvolver projeto museológico para o novo Museu de Território, considerando o planejamento institucional, Análise de públicos e Mercado, os programas e atividades e a estratégia para Desenvolvimento de Coleções para o Museu de Território.</p>

9.2. DIAGNÓSTICO DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO

O andamento dos trabalhos do Setor de Capacitação e do Setor de Pesquisa está registrado no *Relatório de realizações por eixo estratégico* elaborado pela Equipe do MUHCAB e entregue à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) na primeira semana de dezembro de 2018, como registro de atividades realizadas ao longo de todo ano no museu. No relatório mencionado consta que “inúmeros eventos nas linhas prioritárias de capacitação, educação e pesquisa foram realizados nas dependências da Escola José Bonifácio, atingindo um público total de mais de 5507 pessoas em 2018”. Abaixo, seguem os dados estruturados a partir do relatório.

9.2.1. Setor de Capacitação

As atividades de Capacitação ocorrem desde o início de 2018 com os grupos de parceiros do MUHCAB e são majoritariamente afrocentradas.

EVENTOS PONTUAIS		
Evento	Público total	Total de atividades
Seminário de Igualdade Racial no Ensino	58	1
III Seminário Internacional em Memória Social	151	1
Eventos do Coletivo Empoderamento Crespo	195	2
Evento O.C.U.P.A.R. – O rap é público / A Caneta é Preta	56	1
Lançamento do Livro “Lélia Gonzalez, uma primavera para Rosas Negras”	84	1
Palestra com o Professor Dr. Luiz Rufino	20	1
Escrevivência com Conceição Evaristo	63	1
Palestra com Deivison Nikosi e lançamento do livro Franz Fanon	68	1
Mesa de abertura do curso Matriarcado Africana	50	1
Palestra com Renato Nogueira	30	1
Palestra “A Agricultura do Matriarcado” com Juliana Barbosa	19	1
TOTAL	794	12

ATIVIDADES CONTINUADAS		
Evento ou Curso	Público total	Total de atividades
GPMS – Grupo Palco dos Mil Sonhos	974	26
Curso de Capacitação Agente Cultural	165	5
FLUP – Feira Literária das Periferias	717	15
Curso de mediação de Conflitos (MDH)	136	2
ICA – Inglês Cultural Afrocentrado	152	19
IPAM – Preparatório para o Mestrado	111	8
Matriarcado Afrikana	103	6
HGA – História Geral da África	81	7
ASILI – Aconselhamento	395	08
TOTAL	2834	96

9.2.2. Setor de Pesquisa

As atividades de Pesquisa estão pautadas na metodologia de história oral, visando a “valorização da contribuição da herança africana na formação de crianças, jovens e adultos da cidade do Rio de Janeiro”. Ao total, o Setor de Pesquisa realizou gravação de seis depoimentos com quatro militantes históricos do Movimentos Negros do Rio de Janeiro, totalizando mais de 11 (onze) horas de vídeo.

Evento	Total de depoimentos gravados
Rute Pinheiro	1
Adelia Azevedo	1
Ordenael da Silva	1
Vanda Ferreira	1
Luiz Carlos Ga	1
Luis Eduardo Negrogun	1
TOTAL	6

CAPÍTULO 10 – FATORES INSTITUCIONAIS

10.1. ANÁLISE SWOT

A Etapa 3 foi iniciada com workshops internos desenvolvidos e liderados pela consultora de Planejamento Territorial para realização da análise SWOT. O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

O objetivo dos workshops foi realizar uma profunda análise interna com toda Equipe MUHCAB. A base para tal análise foram os diagnósticos realizados na Etapa 2. Além disso, a análise SWOT foi um momento de integração de equipe e de autoavaliação institucional, momento bastante rico para ser realizado durante o Planejamento Integrado do Projeto. Os workshops seguiram a lógica da estrutura em subtópicos abaixo, onde estão transcritos todos os pontos levantados nas reuniões.

▪ Conceitos iniciais:

- Museu em rede
- Museu público
- Museu de baixo para cima
- Museu de território
- Museu em três sedes: DOCAS + Escola José Bonifácio + LAAU
- Uma de suas sedes é e continuará sendo na Escola José Bonifácio
- O museu trabalhará com aplicação da Lei 10.639
- Museu se desenvolve a partir do Cais do Valongo
- Museu de responsabilidade social

- Museu que pretende se articular com o entorno
 - Museu de luta antirracista
 - É e continuará sendo um museu gratuito
 - Se propõe a ser um museu de articulação e referência internacional
 - É um museu da voz ativa do negro (protagonismo)
- **Museu de característica híbrida:**
 - Museu de território
 - Museu histórico
 - Museu socialmente responsável (para impacto social)
 - Museologia social
- **Museu socialmente responsável:**
 - Construir permanentemente com as comunidades do museu
 - Educar, Capacitar e Empoderar
 - Ser Centro de Referência Afrocentrado
 - Contribuir para o bem-estar social
 - Servir suas comunidades
 - Combater o racismo
 - Fortalecer a rede de parceiros
 - Advogar causas afrocentradas
- **Pontos fortes:**
 - Primeiro museu público voltado para a questão do negro na cidade do RJ
 - Cais do Valongo + Pequena África: território simbólico da história negra no RJ
 - Protagonismo do negro: descolonizar a história negra do RJ
 - Revisar a historiografia oficial
 - Empoderamento do negro: educação, capacitação, reparação
 - Centro de referência afrocentrado
 - Educacional e científica sobre a história, memória, religiosidade e cultura afrobrasileira
 - Aplicação da Lei 10.639
 - Desenvolvimento de políticas públicas e projetos de lei para causas afrocentradas

- Laboratório da igualdade racial + Delegacia de Crimes Raciais
- Gestão participativa: Esfera pública + equipe + conselho + comunidade

▪ **Oportunidades:**

- Fortalecimento de todos os atores: pela atuação em rede
- “CASA” das causas afrocentradas
- Plataforma de encontro, escuta, discussões e reflexões das comunidades afrobrasileiras
- Estimular diálogos intergeracionais – entre jovens e pessoas mais velhas
- Refletir sobre a posição e a representação do negro na sociedade
- Banco de dados afrocentrado – linhas de pesquisa afrocentradas
- Apoio ao desenvolvimento socioeconômico – capacitação e apoio a mães e crianças da região
- Influenciar a criação de políticas públicas para inclusão dos negros, educação, ações afirmativas, para reparação, justiça transicional e acesso à justiça
- Trabalhar com a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil
- Confrontar racismo estrutural da sociedade

▪ **Abordagens:**

- A história do negro pelo viés da resistência
- Escravidão como ponto de partida para narrativa maior
- Trabalho voltado para reparação histórica, política, social, financeira
- Presença e protagonismo dos coletivos jovens do Movimentos Negros – empoderando as gerações mais jovens
- Construção de diálogos intergeracionais
- Gestão participativa: esfera pública + equipe + conselho + comunidade
- Pequena África como um símbolo nacional de resistência

10.2. DESENVOLVIMENTO DE MISSÃO E VISÃO

O exercício da análise SWOT mencionada no tópico anterior permitiu da Equipe MUHCAB emergirem propostas da *missão* e da *visão* do museu. Todos os resultados destes encontros foram apresentados na primeira reunião do Conselho Consultivo, para que todos os conselheiros pudessem opinar sobre o andamento da *missão* e *visão* do

museu. Abaixo estão transcritos alguns elementos que foram pontos de partida do desenvolvimento desses fatores institucionais.

- QUÊ?

- Transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil, através da garantia do direito de conhecer, preservar e disseminar sua história de resistência a partir do território físico e simbólico do Cais do Valongo e seu entorno

- COMO?

- De forma participativa
- Pelas vozes de seus protagonistas

- PARA QUÊ?

- Empoderar comunidades afro-brasileiras
- Propor uma revisão da historiografia oficial, valorizando a cultura africana como matriz cultural brasileira.

- PARA QUEM?

- Comunidade afro-brasileira
- Comunidade do território
- Sociedade como um todo

HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA como alternativa à HISTÓRIA DE ESCRAVIZAÇÃO

MISSÃO (EM DESENVOLVIMENTO)
“Transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil, empoderando as comunidades afro-brasileiras pela garantia do direito de conhecer, preservar e disseminar sua história de resistência a partir do território físico e simbólico do Cais do Valongo e seu entorno, contada de forma participativa, pelas vozes de seus protagonistas; e propor à sociedade uma revisão da historiografia oficial, valorizando a cultura africana como matriz cultural brasileira.”

Já a VISÃO foi desenvolvida a partir das potencialidades identificadas no MUHCAB em que é possível mensurar um prazo para concretização.

VISÃO (EM DESENVOLVIMENTO)

“Tornar-se referência mundial de serviço museal socialmente responsável, com impacto social para a população afro-brasileira e território de entorno, construído de baixo-para-cima e gerido com suas comunidades e parceiros.”

CAPÍTULO 11 – FATORES MERCADOLÓGICOS

11.1. ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO PRIMÁRIO

Construir um museu *para* um determinado grupo social significa tê-lo como seu público-alvo primário. Construir um museu *com* um determinado grupo social significa tê-lo não só como público-alvo primário do museu enquanto produto final, mas também como agente necessário a todo o processo de construção deste produto, garantindo que suas vozes sejam amplificadas e ouvidas interna e externamente. O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) vem investindo neste segundo perfil de público-alvo primário, composto por sujeitos com poder de agência na sua construção.

O público-alvo primário do MUHCAB é composto por dois agrupamentos: população negra que vive no município do Rio de Janeiro e população que vive na Região Portuária do mesmo município (comunidade da Pequena África). Ambos pretendem ser representativos de grupos amplos e ainda mais robustos, abrangendo as escalas estadual e nacional, que serão analisadas sob recortes específicos ao longo deste capítulo.



Compreende-se que garantir poder de agência ao próprio público-alvo primário significa mirar os pressupostos da Museologia Social, vertente que defende a construção de museus *a partir de* grupos sociais, como são os museus de base comunitária. Ainda que não seja viável o MUHCAB se descolar por completo de uma gestão pública vinculada ao município para ser unicamente de base comunitária, isso não impede que todos os seus esforços de gestão compartilhada sigam firmes na direção de uma plena horizontalidade.

A metodologia de pesquisa aplicada na Etapa 3 por esta consultoria limitou-se ao levantamento de dados disponíveis em plataformas online. Em geral, as plataformas pesquisadas foram das seguintes instituições públicas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Pereira Passos (IPP), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Universidade de São Paulo (USP), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) dentre outros.

Sobre a janela temporal desta análise, a maioria dos dados possui como base o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, mesmo que tenham sido coletados em sites e publicações de diferentes instituições. Portanto, foram considerados dados referentes ao período de 2010 a 2018.

O censo demográfico é realizado aproximadamente a cada dez anos. Por considerar que em oito anos (de 2010 a 2018) pode haver alterações significativas em alguns resultados, esta consultoria buscou, dentro das próprias publicações do IBGE e das outras instituições, pesquisas mais atuais para compor este capítulo, como é o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Embora os dados apresentados neste tópico tenham sido majoritariamente gerados pelo IBGE, todas as análises e interpretações emitidas adiante são de exclusiva responsabilidade desta consultoria, estando todas as fontes consultadas isentas de qualquer comprometimento sobre a presente leitura dos dados⁴⁴. Justifica-se que os diferentes estilos de gráficos, tabelas e mapas encontrados adiante são fruto da seguinte composição: material criado por esta consultoria para apuração de dados brutos junto com gráficos, tabelas e mapas retirados na íntegra direto de suas fontes, devidamente referenciadas.

⁴⁴ Esta consideração vale também para os próximos tópicos deste capítulo, que contam com dados coletados de um universo maior de instituições públicas.

Antes de prosseguir com os dados sobre o público-alvo primário, é importante atentar que o diagrama acima apresenta uma área de intersecção entre os dois agrupamentos. Entende-se que o subgrupo interseccional destacado deve ser uma prioridade dentro do público-alvo primário do MUHCAB. O que já se pode adiantar a partir de pesquisas anteriores, reuniões técnicas com a equipe do museu e participação em eventos internos e externos ao MUHCAB, é que o subgrupo interseccional em questão é composto, pelo menos, por cinco relevantes atores⁴⁵ já identificados na Etapa 2:

- Representante do Quilombo Pedra do Sal;
- Representante da Ordem de Remanescentes da Tia Ciata;
- Representante do Centro Cultural Pequena África;
- Representante do Instituto dos Pretos Novos;
- Representante das Religiões de Matriz Africana da Pequena África.

Esta consultoria recomenda que nas próximas etapas do Planejamento Integrado do Projeto sejam definidas estratégias junto às demais consultorias para identificar o perfil específico deste subgrupo interseccional, ação que não foi possível aprofundar ao longo da Etapa 3. Acredita-se que será necessário aplicar um novo método de coleta de dados, como a elaboração e realização de entrevistas com pelo menos os cinco atores já identificados.

Ainda sobre o subgrupo em questão, cabe a esta consultoria algumas indagações. As instituições oficiais de levantamento estatístico já dispõem de dados específicos sobre a população negra que vive atualmente na Região Portuária do Rio de Janeiro? Em caso positivo, qual a justificativa para ainda não estarem disponíveis online? Em caso negativo, qual a justificativa para ainda não ter o levantamento de dados a partir da variável racial em uma região, não à toa, historicamente denominada Pequena África?

Acredita-se que o trabalho da Equipe de Planejamento tem forte potencial para gerar e/ou divulgar esses dados, e análise crítica própria. Tal fato pode ser lida como uma oportunidade de consolidar o MUHCAB como pioneiro na apuração dados sobre a condição da população negra na Região Portuária. As evidências que resultarão desta ação serão cruciais para que o museu trace planos de combate ao racismo dentro do seu próprio território.

⁴⁵ Para uma melhor interpretação sobre o que são os atores considerados no Planejamento Integrado do Projeto, ver Produto 2 da consultoria de Produção Cultural.

11.1.1. GRUPO 1: População que vive na Região Portuária

a) Justificativa para o recorte geográfico

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira é um museu de território que está sendo construído na Região Portuária do município do Rio de Janeiro, região conhecida também como Pequena África. Todo museu de território possui uma estreita relação com a população moradora do entorno, que dá sentido à sua existência. Por integrar o público-alvo primário do MUHCAB, pressupõe-se que o grupo de moradores do território participe ativamente do seu processo de construção e gestão.

A intenção de um museu neste formato é um processo de retroalimentação; ao mesmo tempo que a comunidade do território constrói coletivamente o museu, o museu estimula o desenvolvimento local em prol de seus moradores. Para além, pode-se dizer que o MUHCAB tem potencial para transgredir o território físico e propor a construção de um território simbólico, que pode ser fruto do resultado da sua futura articulação em rede com outros museus afro-brasileiros.

É possível afirmar que ainda não há um consenso sobre o recorte geográfico exato a que corresponderá o território físico do MUHCAB⁴⁶; se será apenas o que corresponde à área denominada Pequena África (recorte menor) ou se será toda abrangência da Região Portuária (recorte maior). Para evitar que fique de fora da presente análise alguma área que possa vir a ser contemplada futuramente pelo museu de território, esta consultoria optou por trabalhar neste tópico com o recorte maior. Portanto, o recorte geográfico aqui abordado corresponde à delimitação da Região Portuária que é composta pelos bairros Centro, Gamboa (onde se encontra o Morro da Providência), Santo Cristo (onde se encontra o Morro do Pinto) e Saúde (onde se encontra o Morro da Conceição e o Quilombo da Pedra do Sal).

A Região Portuária passou por incontáveis transformações estruturais nos últimos anos e, conseqüentemente, também socioeconômicas. Empresários estão sendo estimulados a fincar seus negócios na área, seja restaurando prédios antigos ou construindo novos. As novidades também vêm atraindo turistas em busca de atividades culturais e de lazer na região, e pode-se dizer que o turismo nas ruas do porto do Rio de Janeiro foi estimulado com a inauguração dos dois museus municipais na Praça Mauá,

⁴⁶ Os desafios e riscos do projeto-macro acerca das questões territoriais faz parte do escopo de trabalho da Consultoria de Desenvolvimento Territorial.

o Museu de Arte do Rio (MAR) em 2013 e o Museu do Amanhã (MdA) em 2015. O ápice do estímulo ao turismo⁴⁷ na área foi logo depois, em 2016, com os Jogos Olímpicos.

b) Principais fontes de dados sobre a Região Portuária

As novas demandas na Região Portuária mobilizaram consultorias empresariais para diferentes setores para o estimular o desenvolvimento econômico. Prova disso é a presença do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que lançou o projeto SEBRAE no Porto, parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP). Pode-se dizer que os pilares do SEBRAE no Porto se relacionam com os interesses do MUHCAB e, por isso, esta consultoria considera que se aproximar do SEBRAE pode ser estratégico para consolidação deste museu de território. Destacam-se três dos quatro pilares do projeto que estão em consonância com o MUCAHB: infraestrutura, equipamentos culturais e mobilidade urbana.

Sebrae no Porto é uma iniciativa realizada pelo Sebrae Rio, especialmente voltada a novos empreendimentos e a pequenos negócios já instalados na Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua proposta é dar suporte aos empresários para que possam superar os desafios e aproveitar plenamente as oportunidades resultantes do processo de transformação local, promovido pelo projeto Porto Maravilha.⁴⁸

Para mapear as demandas da região em detalhes, o SEBRAE não só apurou um número expressivo de dados do censo de 2010 referente ao território como também realizou pesquisa própria com uma amostragem de 630 moradores entrevistados. As publicações lançadas pelo SEBRAE sobre o tema foram a principal fonte para elaboração deste tópico, com destaque para o *Boletim Semestral*⁴⁹, de agosto de 2015 de onde foram retirados os quadros ilustrativos com os dados censitários, apresentados no subtópico E, e a *Pesquisa de Percepção Turística da Região Portuária – Moradores*⁵⁰,

⁴⁷ Dados sobre o turismo serão apresentados no tópico sobre público-alvo secundário.

⁴⁸ Disponível no link: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/sebrae-no-porto,8e6b376d61af5410VgnVCM1000003b74010aRCRD> – Acesso em 21/11/2018.

⁴⁹ Disponível no link: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_CE_Agosto2015_OPortoMaravilha.pdf - Acesso em 21/11/2018.

⁵⁰ Disponível no link: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Percep%C3%A7%C3%A3o%20tur%C3%ADstica%20Regi%C3%A3o%20Portu%C3%A1ria%20Moradores.pdf> – Acesso em 21/11/2018.

de junho de 2016, de onde foram retiradas tabelas sobre o perfil dos moradores, no subtópico C, e o perfil das moradias com composição familiar da região, apresentadas no subtópico D.

Conforme já mencionado no subtópico A, não foi possível encontrar dados detalhados sobre a população negra residente no local. Ao longo da Etapa 3, apenas foi viável a esta consultoria produzir um gráfico geral acerca da composição racial da região, a partir dos dados censitários disponíveis na plataforma do Banco de Tabelas e Estatísticas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)⁵¹. O máximo de complexidade acerca dos dados de raça, foi o cruzamento destes com as variáveis de faixa etária e sexo na região, conforme é possível verificar no subtópico F.

Outra importante fonte de dados e informações para elaboração deste tópico foi a publicação de 2013 do Instituto Pereira Passos (IPP), intitulada *Favela X Não Favela*⁵², que faz parte da coleção Cadernos do Rio, onde foi possível obter as estatísticas acerca da população residente nas favelas da Região Portuária, descritos no subtópico G.

c) Moradores do território (SEBRAE – 2016)

O projeto SEBRAE no Porto abrange a Região Portuária do Rio de Janeiro, contemplando os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro (trecho entre as avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, rua Senador Pompeu e Central do Brasil), conforme é possível conferir no mapa abaixo desenvolvido pelo próprio SEBRAE⁵³.

⁵¹ Disponível no link: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado> – Acesso em 04/12/2018.

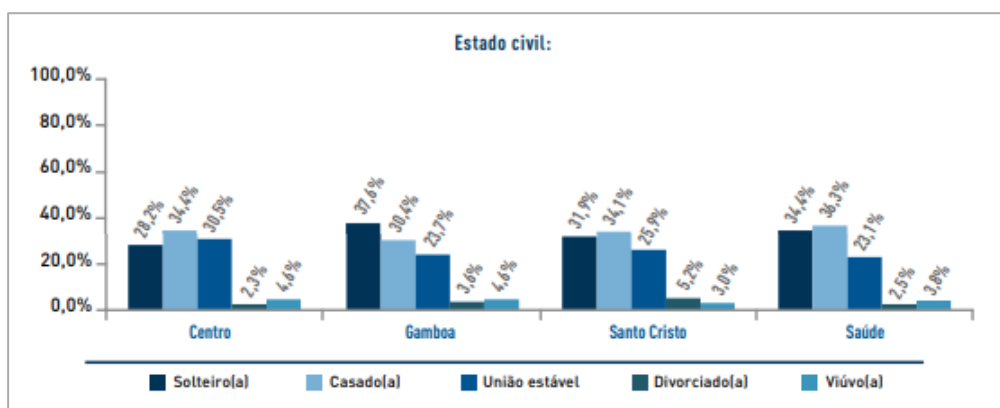
⁵² Disponível no link: <http://www.data.rio/datasets/90309e2b378c4c1ea030506eccd064be> – Acesso em 04/12/2018.

⁵³ Mapa retirado na íntegra da publicação sobre demanda turística na região, disponível no link: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Rela%C3%A7%C3%B5es%20das%20pesquisas-Final.pdf> – Acesso em 22/11/2018.



A amostragem da pesquisa em questão abrange um universo de 630 moradores, que dividida por sexo consiste em 308 homens (48,9%) e 322 mulheres (51,1%). Os dados da pesquisa apresentada estão divididos por temas, seguidos pela interpretação desta consultoria.

▪ **Análise por estado civil:**



Solteiros = 33,5% da Região Portuária

Maior índice de solteiros na Gamboa (37,6%)

Casados = 33,5% da Região Portuária

Maior índice de casados = Saúde (36,3%)

União estável = 25,5% da Região Portuária

Maior índice de união estável = Centro (30,5%)

Divorciados = 3,4% da Região Portuária

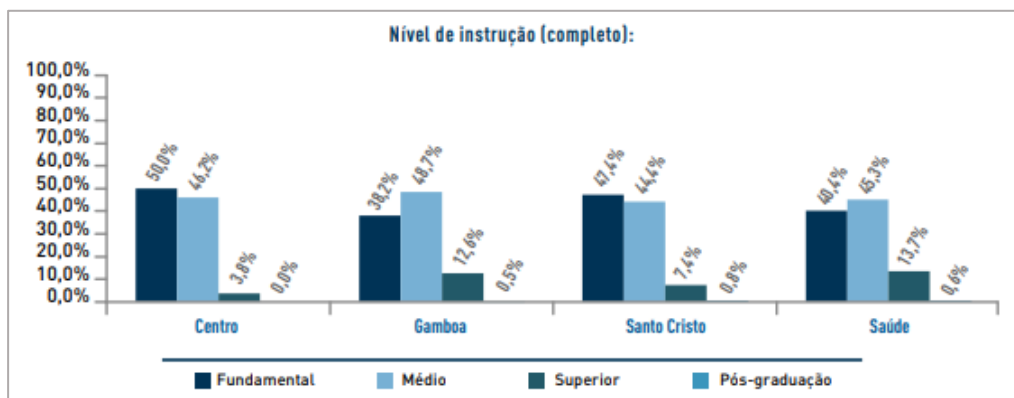
Maior índice de divorciados = Santo Cristo (5,2%)

Viúvos = 4% da Região Portuária

Maior índice de viúvos = Centro (4,6%) e Gamboa (4,6%)

Observação: No Centro, Santo Cristo e Saúde prevalecem os casados

▪ **Análise por nível de instrução:**



Fundamental completo = 43,2% da Região Portuária

A maioria vive no Centro (50%)

Médio completo = 46,6% da Região Portuária

A maioria vive na Gamboa (48,7%)

Superior completo = 10% da Região Portuária

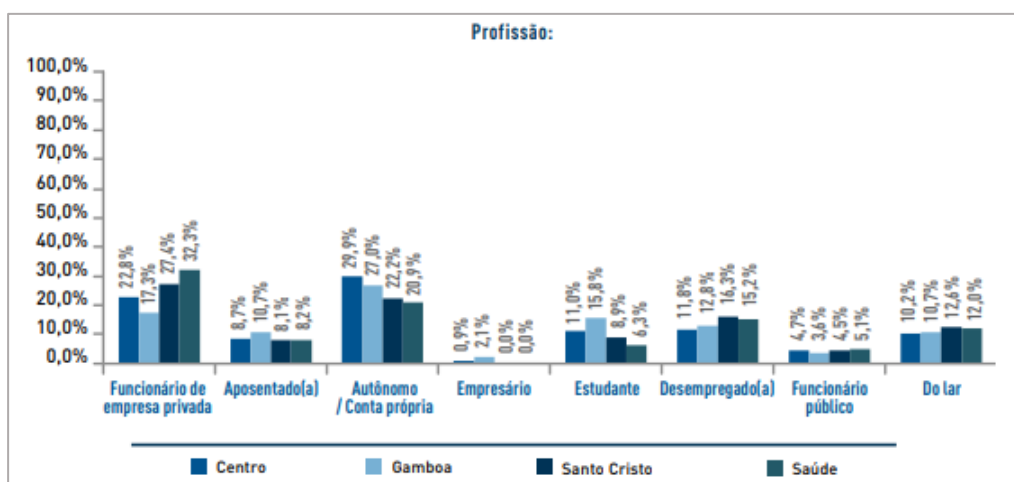
A maioria vive na Saúde (13,7%)

Pós-graduação completa = 0,5% da Região Portuária

A maioria vive na Saúde (0,6%)

Observação: Nenhum entrevistado do Centro possuía pós-graduação completa.

▪ **Análise por profissão:**



Autônomos = 25% da Região Portuária

A maioria vive no Centro (29,9%)

Funcionário empresa privada = 24,5% da Região Portuária

A maioria vive na Saúde (32,3%)

Desempregado = 14% da Região Portuária

A maioria vive no Santo Cristo (16,3%)

Do lar = 11,4% da Região Portuária

A maioria vive no Santo Cristo (12,6%)

Estudante = 10,9% da Região Portuária

A maioria vive na Gamboa (15,8%)

Aposentado = 9,1% da Região Portuária

A maioria vive na Gamboa (10,7%)

Funcionário público = 4,4% da Região Portuária

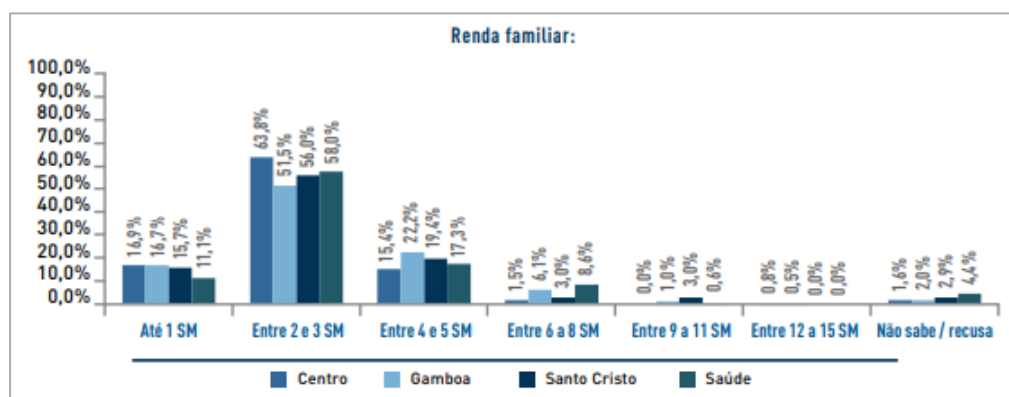
A maioria vive na Saúde (5,1%)

Empresário = 0,7% da Região Portuária

A maioria vive na Gamboa (2,1%)

Observação: Nenhum entrevistado do Santo Cristo e da Saúde era empresário.

▪ **Análise por renda familiar:**



Até 1 salário mínimo = 15% da Região Portuária

A maioria vive no Centro (16,9%)

De 2 a 3 salários mínimos = 56,7% da Região Portuária

A maioria vive no Centro (63,8%)

De 4 a 5 salários mínimos = 18,9% da Região Portuária

A maioria vive na Gamboa (22,2%)

A partir de 6 salários mínimos = 6,5% da Região Portuária

Na Saúde está a maior concentração que tem entre 6 e 8 salários mínimos (8,6%)

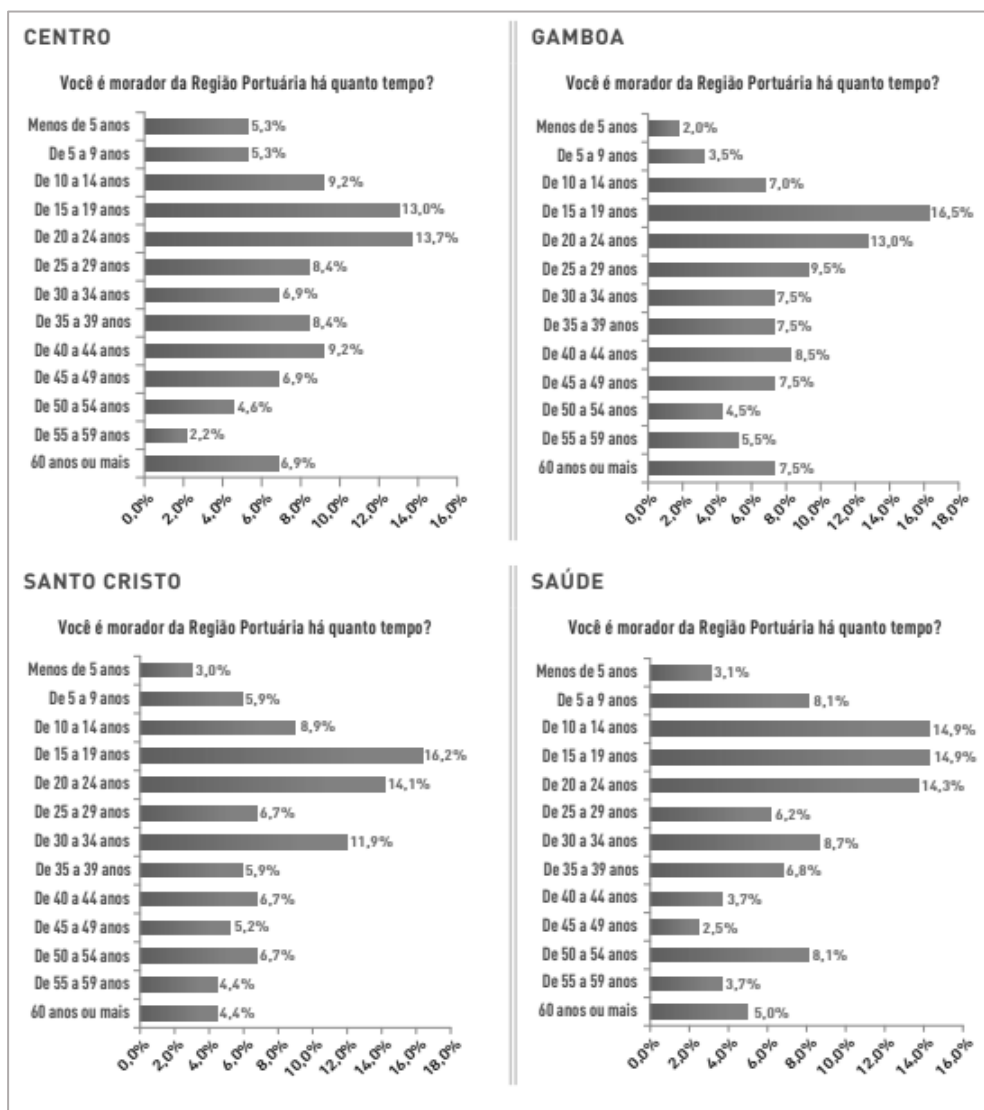
Observação: Nenhum entrevistado do Santo Cristo e da Saúde recebia mais de 12 salários.

d) Moradias do território (SEBRAE – 2016)

A amostragem da pesquisa em questão abrange um universo de 630 moradores, que dividida por bairros consiste em:

- Centro: 131 moradores (20,8%)
- Gamboa e Morro da Providência: 201 moradores (31,9%)
- Santo Cristo e Morro do Pinto: 135 moradores (21,4%)
- Saúde, Morro da Conceição e Quilombo da Pedra do Sal: 163 moradores (25,9%)

▪ Análise por tempo de moradia:



Residentes recentes = quase 19% residem há menos de 15 anos na Região Portuária.

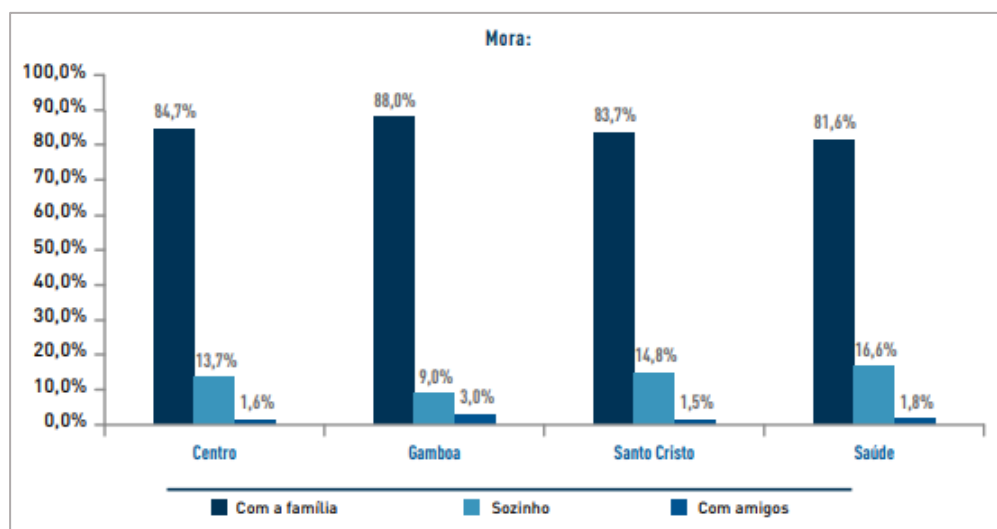
Residente mais recente mora há 2 anos na região.

Residentes antigos = no total 28,7% dos moradores residem há 40 anos ou mais, sendo especificamente: Centro: 28,8%; Gamboa: 33,5%; Santo Cristo: 27,4%; Saúde: 23%.

Residente mais antigo mora há 74 anos na região.

Observação: O bairro do Centro contempla o maior número de residentes que moram há menos de 5 anos.

▪ **Análise por composição familiar geral:**



Moram sozinhos = 13,2% da região Portuária

Maior índice na Saúde (16,6%)

Moram com família = 84,8% da Região Portuária

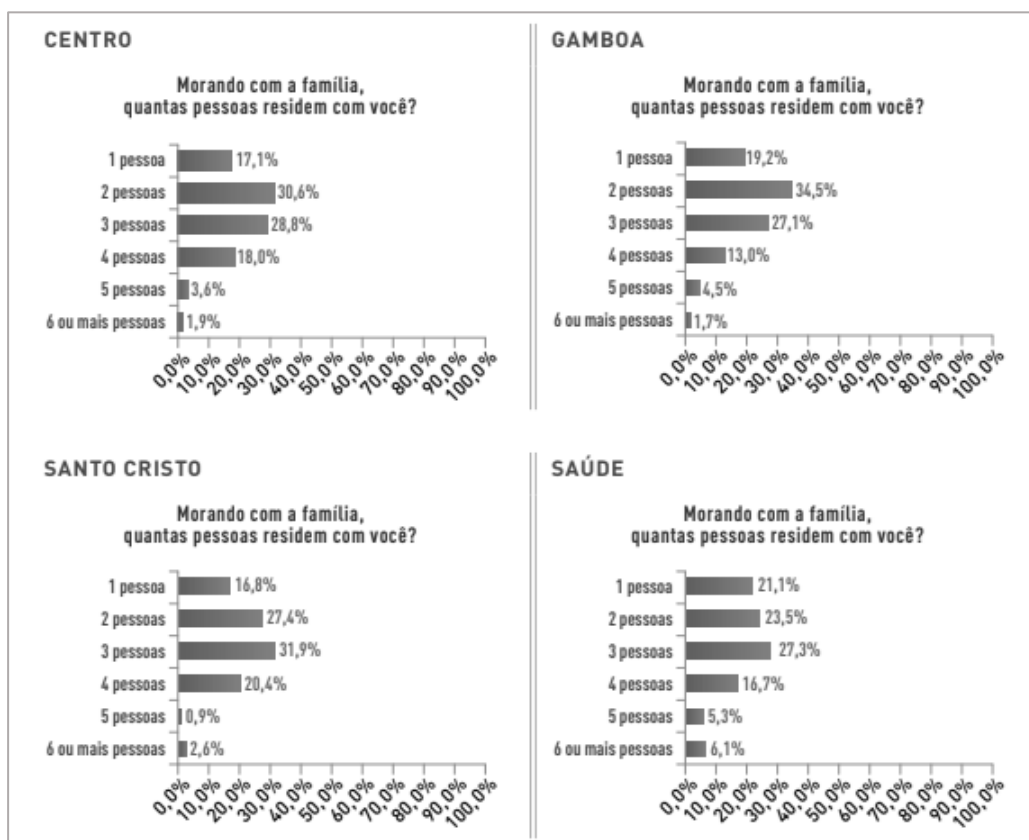
Maior índice na Gamboa (88%)

Moram com amigos = no total 2,0%

Maior índice na Gamboa (88%)

Observação: Dentre os que se enquadram no tempo de moradia de 40 anos ou mais, o percentual que mora com a família é especificamente: Centro: 84,7%; Gamboa: 88%; Santo Cristo: 83,7%; Saúde: 81,6%.

▪ **Composição familiar específica – moram com família:**



Moram com duas pessoas = Maior parte dos residentes (29,5%) da Região Portuária, sendo que o percentual que mora com a família é especificamente: Centro: 30,6%; Gamboa: 34,5%; Santo Cristo: 27,4%; Saúde: 23,5%

Moram com três pessoas = Segunda maior parte dos residentes (28,5%) da Região Portuária

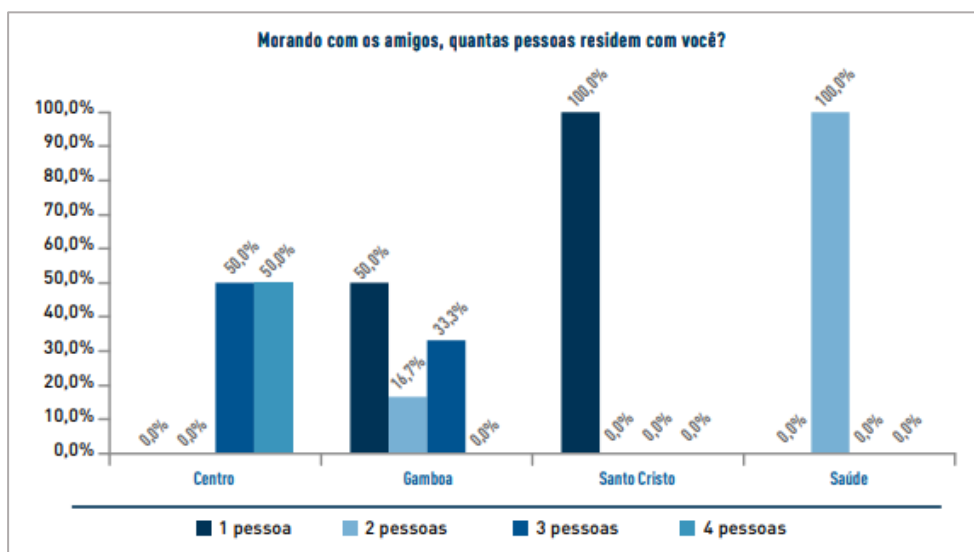
Moram com uma pessoa = Cerca de 19% da Região Portuária

Moram com quatro pessoas ou mais = Cerca de 23% da Região Portuária

Menor composição familiar = uma pessoa.

Maior composição familiar = sete pessoas.

▪ **Composição familiar específica – moram com amigos:**



Moram com um amigo = 38,5%, sendo que especificamente:

Santo Cristo: todos (100%) moram com apenas um amigo

Gamboa: a maioria (50%) mora com apenas um amigo

Moram com dois amigos = 30,8%, sendo que especificamente:

Saúde: todos (100%) moram com dois amigos

Moram com três amigos = 23,1% da Região Portuária

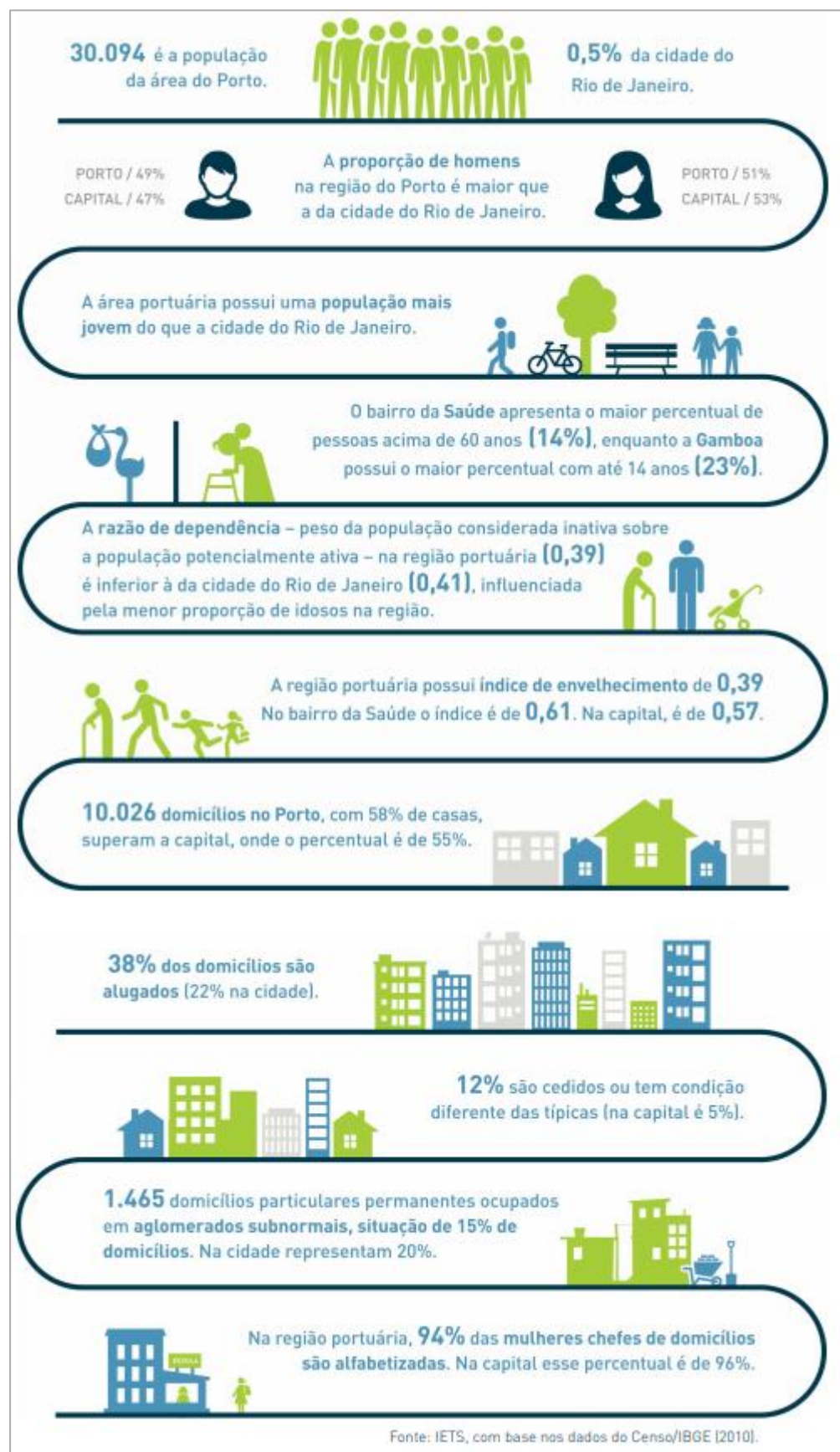
Moram com quatro amigos = 7,6% da região Portuária

Observação: os moradores do Centro residem com três ou quatro amigos, sendo 50% cada para caso.

e) Censo na Região Portuária (IBGE – 2010)

Para finalizar a apresentação dos dados sobre os moradores do entorno do MUHCAB, apresentam-se os dados levantados pelo censo de 2010 e apurados pelo SEBRAE em 2015.

▪ **Análise de dados socioeconômicos:**



Frequência à creche ou escola das crianças de 0 a 6 anos superior à média da capital. A partir dos 15 anos, as taxas de frequência à escola no Porto e no Caju são inferiores às da capital.



Maior taxa de analfabetismo entre a população de 25 anos ou mais (7,2%). Na capital, é de 3,3%.

Os trabalhadores residentes na área do Porto recebiam, em média, **R\$843** em 2010, enquanto a média carioca era de R\$1.965.



Entre as mulheres da região portuária, a renda média era de **R\$675** em 2010, enquanto a dos homens era de R\$978.

No Porto e no Caju, **39,7%** dos domicílios possuem computador. Na capital, 59,1%.



O rendimento médio do domicílio, em 2010, no Porto e Caju era de **R\$1.716**, enquanto na capital era de R\$4.290.

O percentual de jovens entre 18 e 24 anos que somente trabalham é maior na região portuária (**49%**) do que na média da cidade do Rio (40%).



26% dos residentes do Porto e do Caju não são naturais do ERJ, percentagem superior à da capital (17%).



Os trabalhadores por conta própria contam 15% na região portuária e 19% na cidade do Rio de Janeiro.

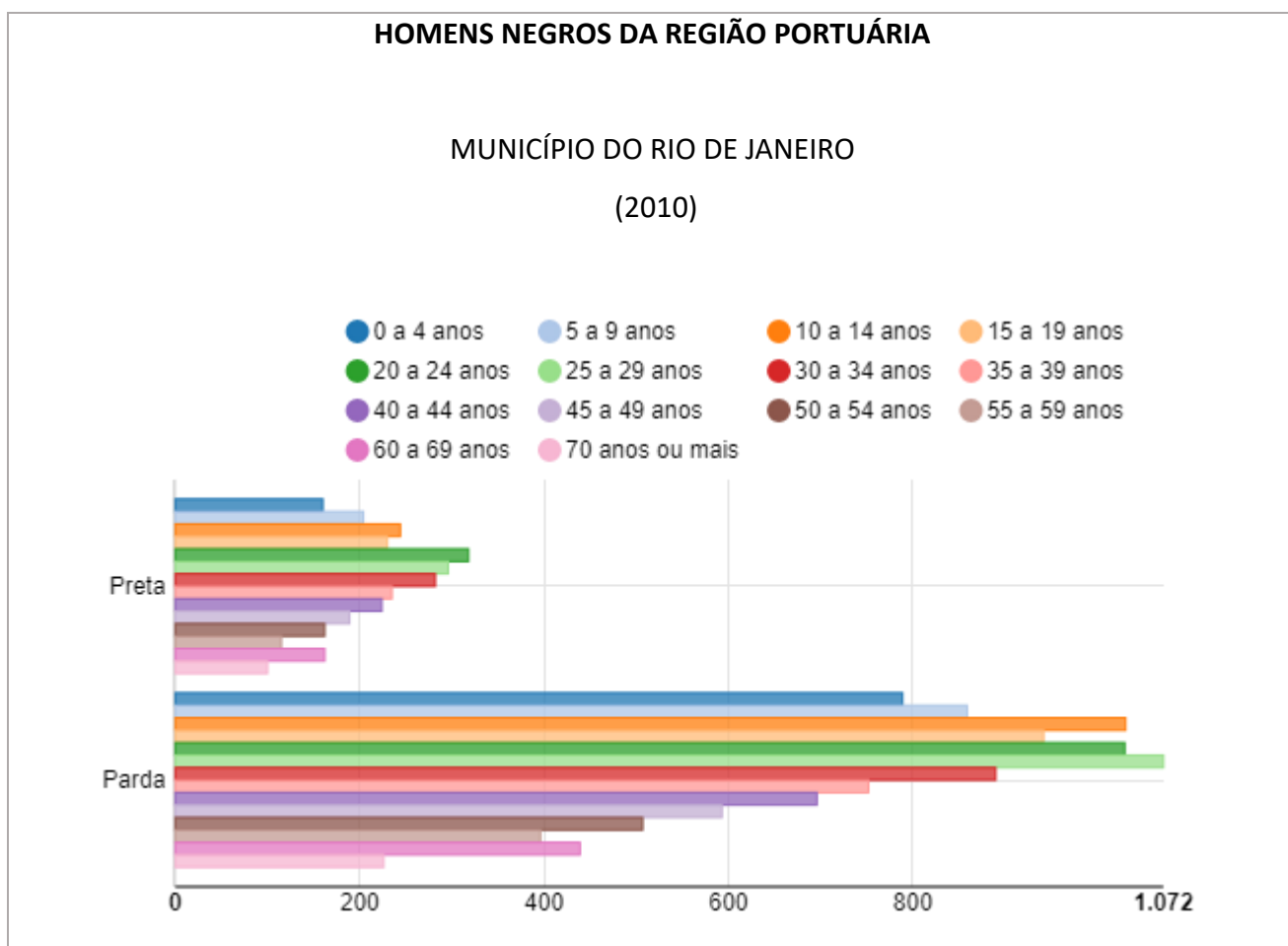
Os empregados com carteira assinada somam 66% no Porto e no Caju, já na capital o percentual é de 56%.



Fonte: IETS, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).

f) Composição Racial da região Portuária (IBGE – 2010)

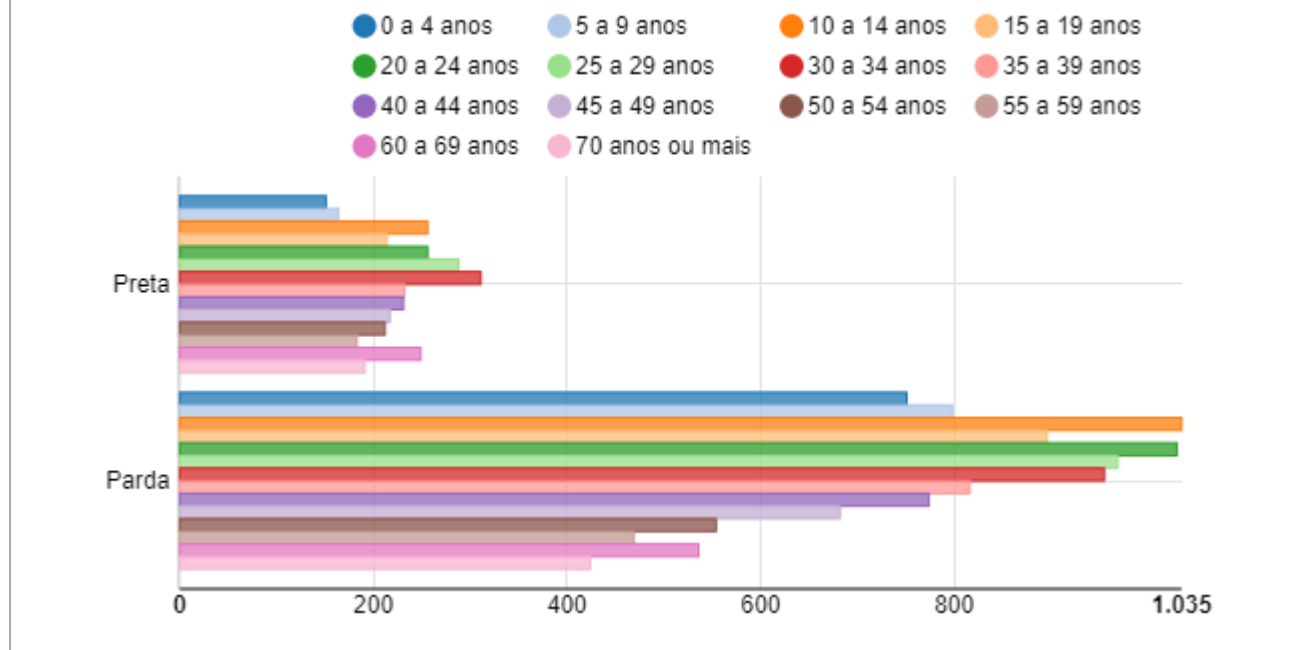
Sobre a composição racial da região, não foram encontrados dados específicos e, portanto, os gráficos precisaram ser gerados por esta consultoria na plataforma SIDRA do IBGE. A análise a partir da variável de raça servirá de base para futuros estudos sobre a intersecção dos dois grupos de público-alvo primário: pessoas negras que vivem na Região Portuária do Rio de Janeiro.



MULHERES NEGRAS DA REGIÃO PORTUÁRIA

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

(2010)



g) Favelas da Região Portuária (IPP – 2012)

Entretanto, vale realçar que os dados específicos sobre os moradores das favelas da Região Portuária não foram encontrados nem na publicação do SEBRAE e nem na plataforma SIDRA do IBGE. Esta consultoria encontrou os números referentes às favelas na publicação de 2012 do Instituto Pereira Passos (IPP) intitulada *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*, de onde foi retirada a tabela a seguir. As mais expressivas favelas do território são Morro da Providência (Gamboa) e Morro do Pinto (Santo Cristo).

Regiões Administrativas	População Residente	
	Favelas	Proporção
Total	1.443.773	100,0%
Jacarepaguá	177.837	12,3%
Bangu	95.518	6,6%
Pavuna	95.065	6,6%
Complexo da Maré	75.720	5,2%
Rocinha	69.356	4,8%
Ilha do Governador	67.084	4,6%
Campo Grande	65.404	4,5%
Complexo do Alemão	60.500	4,2%
Santa Cruz	54.853	3,8%
Méier	54.831	3,8%
Barra da Tijuca	54.401	3,8%
Ramos	53.236	3,7%
Madureira	50.133	3,5%
Penha	47.710	3,3%
Vigário Geral	40.783	2,8%
São Cristóvão	40.250	2,8%
Jacarezinho	33.836	2,3%
Vila Isabel	30.695	2,1%
Guaratiba	30.387	2,1%
Irajá	29.527	2,0%
Realengo	28.577	2,0%
Rio Comprido	28.021	1,9%
Tijuca	28.004	1,9%
Anchieta	25.080	1,7%
Inhaúma	21.250	1,5%
Portuária	21.168	1,5%
Lagoa	19.002	1,3%
Botafogo	14.998	1,0%
Santa Teresa	12.841	0,9%
Copacabana	12.094	0,8%
Cidade de Deus	4.596	0,3%
Paqueta	908	0,1%
Centro	108	0,01%

Fonte - Estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

O total de moradores em favelas da Região Portuária em 2010 era de 21.168 pessoas. De acordo com a tabela acima⁵⁴ grifada por esta consultoria, é possível identificar a proporção de pessoas que vivem em favelas da Região Portuária diante do total da população residente: juntas, as favelas da Região Portuária contam com 1,5% do total de moradores das favelas no município do Rio de Janeiro.

⁵⁴ (IPP, 2012, p. 10) - Disponível no link: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF - Acesso em 21/11/2018.

À título de atualização, elencam-se abaixo alguns dados apurados em 2016 e disponíveis no aplicativo *Bairros Cariocas*⁵⁵, desenvolvido pelo IPP. A busca no aplicativo foi realizada a partir do filtro *Região Administrativa Portuária*. É importante pontuar que, para o IPP, a Região Portuária inclui o bairro do Caju (que ainda não tinha sido considerado nas análises anteriores), além dos bairros já mencionados Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Importante também apontar que não aparece o bairro Centro, como na análise do SEBRAE. As limitações encontradas por esta consultoria na coleta de dados durante a Etapa 3 devem ser levadas em conta quanto à sua interpretação.

FAVELAS
Quantidade (2015): 13
População (2010): 31.092
Domicílios (2010): 9.800

PRODUÇÃO HABITACIONAL – MORAR CARIOCA
Empreendimentos (2017): 2
Unidades habitacionais (2017): 118

GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS
Urbanizada - Quantidade (2016): 8
Urbanizada - População (2016): 18.684
Urbanizada - Domicílios (2016): 5.886
Em processo de urbanização - Quantidade (2016): 1
Em processo de urbanização - População (2016): 326
Em processo de urbanização - Domicílios (2016): 89
Parcialmente urbanizada - Quantidade (2016): 0
Parcialmente urbanizada - População (2016): 0
Parcialmente urbanizada - Domicílios (2016): 0
Não urbanizada - Quantidade (2016): 4
Não urbanizada - População (2016): 1.996
Não urbanizada - Domicílios (2016): 612
Parcialmente reassentada - Quantidade (2016): 0
Parcialmente reassentada - População (2016): 0
Parcialmente reassentada - Domicílios (2016): 0

O cruzamento de dados sobre a urbanização das favelas com os demais permitiu a esta consultoria concluir que:

- Mais da metade das favelas (61,5%) da Região Portuária são consideradas urbanizadas.
- Do total de favelas da região, mesmo seja minoria, ainda há um expressivo percentual de favelas não urbanizadas (38,5%).

h) Dados específicos mais recentes com base no aplicativo do IPP

⁵⁵ Disponível no link: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76> – Acesso em 23/11/2018.

Abaixo estão transcritos na íntegra os dados sobre a saúde da população residente na Região Portuária, com destaque para aqueles referentes à natalidade.

NASCIMENTOS SEGUNDO A IDADE DA MÃE
De 10 a 14 anos (2015): 9
de 15 a 19 anos (2015): 157
de 20 a 24 anos (2015): 227
de 25 a 29 anos (2015): 261
de 30 a 34 anos (2015): 152
de 35 a 39 anos (2015): 71
de 40 a 44 anos (2015): 22
de 45 a 49 anos (2015): 0
de 50 anos e mais (2015): 0
Ignorado (2015): 0

NASCIMENTOS SEGUNDO A RAÇA OU COR DA MÃE
Branca (2015): 286
Preta (2015): 79
Amarela (2015): 5
Parda (2015): 519
Indígena (2015): 0
Não informado (2015): 0
Ignorado (2015): 10
Total (2015): 899

NASCIMENTOS SEGUNDO A ESCOLARIDADE DA MÃE
Nenhuma (2015): 1
De 1 a 3 anos de estudo (2015): 16
De 4 a 7 anos de estudo (2015): 204
De 8 a 11 anos de estudo (2015): 576
De 12 anos de estudo e mais (2015): 96
Não informado (2015): 0
Ignorado (2015): 6

NASCIMENTOS POR CONSULTAS DE PRÉ-NATAL
Nenhuma (2015): 21
De 1 a 3 consultas (2015): 44
De 4 a 6 consultas (2015): 165
De 7 consultas e mais (2015): 659
Ignorado (2015): 10

ÓBITOS
Total (2015): 463

ÓBITOS POR CAUSA EPIDEMIOLÓGICA
Dengue (2015): 0
Doença Meningocócica (2015): 0
Hepatite Viral (2015): 0
Leptopirose (2015): 0
Rubéola (2015): 0

Abaixo estão transcritos na íntegra os dados sobre a economia da população residente na Região Portuária, com destaque para a fonte de renda dos moradores.

POSTOS DE TRABALHO
Total (2016): 108.607
Extrativa mineral (2016): 388
Indústria de transformação (2016): 2.020
Serviços industriais de utilidade pública (2016): 27
Construção civil (2016): 994
Comércio (2016): 3.269
Serviços (2016): 14.399
Administração pública direta e autárquica (2016): 87.493
Agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal (2016): 17

AMBULANTES DE PONTO FIXO
Autorizações concedidas (2016): 209

Abaixo estão transcritos na íntegra os dados sobre a educação da população residente na Região Portuária. O número de matrículas limita-se apenas às instituições de ensino públicas municipais. Os dados mais recentes sobre a taxa de alfabetização dos moradores são de 2010.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Total (2015): 2.204
Creche (2015): 1.237
Pré-escola (2015): 967

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
Total (2015): 4.662
1º ao 5º ano (2015): 2.817
6º ao 9º ano (2015): 1.845

PESSOAS ALFABETIZADAS POR SEXO
Mulheres (2010): 22.140
Homens (2010): 20.400

PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS POR SEXO
Mulheres (2010): 1.410
Homens (2010): 1.304

PESSOAS ALFABETIZADAS POR IDADE
De 5 a 9 anos (2010): 2.774
De 10 a 14 anos (2010): 4.088
De 15 a 17 anos (2010): 2.238
De 18 a 19 anos (2010): 1.501
De 20 a 24 anos (2010): 4.579
De 25 a 29 anos (2010): 4.499
De 30 a 34 anos (2010): 4.131
De 35 a 39 anos (2010): 3.519
De 40 a 44 anos (2010): 3.211
De 45 a 49 anos (2010): 2.856
De 50 a 54 anos (2010): 2.457
De 55 a 59 anos (2010): 2.060
De 60 a 64 anos (2010): 1.511
De 65 a 69 anos (2010): 1.002
De 70 a 74 anos (2010): 796
De 75 a 79 anos (2010): 595
De 80 anos ou mais (2010): 723

PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS POR IDADE
De 5 a 9 anos (2010): 801
De 10 a 14 anos (2010): 94
De 15 a 17 anos (2010): 28
De 18 a 19 anos (2010): 28
De 20 a 24 anos (2010): 60
De 25 a 29 anos (2010): 90
De 30 a 34 anos (2010): 130
De 35 a 39 anos (2010): 154
De 40 a 44 anos (2010): 154
De 45 a 49 anos (2010): 158
De 50 a 54 anos (2010): 194
De 55 a 59 anos (2010): 171
De 60 a 64 anos (2010): 158
De 65 a 69 anos (2010): 136
De 70 a 74 anos (2010): 132
De 75 a 79 anos (2010): 98
De 80 anos ou mais (2010): 128

Abaixo estão transcritos na íntegra os dados sobre a composição dos domicílios, sobretudo com os detalhes da estrutura física. Os dados abaixo são gerais e contemplam toda a Região Portuária, incluindo suas 13 favelas. No total, há 17.368 domicílios, que corresponde ao universo da amostragem a seguir.

Espécie de Domicílios
Particular (2010): 17.320
Coletivo (2010): 48

Pessoas Residentes por espécie de domicílio
Particulares permanentes (2010): 45.524
Particulares improvisados (2010): 346
Coletivos (2010): 203

Particular Permanente por Tipo
Casa (2010): 10.959
Casa de vila ou em condomínio (2010): 894
Apartamento (2010): 2.990

Particular Permanente por Condição de Ocupação
Próprio (2010): 9.616
Alugado (2010): 4.568
Cedido (2010): 775
Outra condição de ocupação (2010): 708

Particular Permanente por tipo de abastecimento de água

Rede geral de distribuição (2010): 15.625
Poço ou nascente na propriedade (2010): 3
Água da chuva armazenada em cisterna (2010): 2
Outra forma de abastecimento de água (2010): 37

Particular Permanente por tipo de esgotamento sanitário

Rede geral de esgoto ou pluvial (2010): 15.519
Fossa séptica (2010): 68
Fossa rudimentar (2010): 4
Vala (2010): 11
Rio, lago ou mar (2010): 1
Outro escoadouro (2010): 24
Sem banheiro de uso exclusivo e nem sanitário (2010): 40

Particular Permanente por número de banheiros

1 banheiro (2010): 12.608
2 banheiros (2010): 1.842
3 banheiros (2010): 239
4 banheiros (2010): 51
5 banheiros (2010): 16
6 banheiros (2010): 7
7 banheiros (2010): 4
8 banheiros (2010): 0
9 banheiros ou mais (2010): 1
sem banheiro de uso exclusivo dos moradores (2010): 899

Particular Permanente por tipo de destino do lixo domiciliar

Coletado direto por serviço de limpeza (2010): 11.341
Colocado em caçamba de serviço de limpeza (2010): 4.240
Enterrado (na propriedade) (2010): 0
Jogado em rio, lago ou mar (2010): 0

Jogado em terreno baldio ou logradouro (2010): 77
Queimado (na propriedade) (2010): 0
Tem outro destino (2010): 9

Particular Permanente por número de moradores

1 morador (2010): 2.656
2 moradores (2010): 3.749
3 moradores (2010): 3.886
4 moradores (2010): 2.912
5 moradores (2010): 1.332
6 moradores (2010): 597
7 moradores (2010): 278
8 moradores (2010): 126
9 moradores (2010): 53
10 ou mais moradores (2010): 78

Entrevistado segundo relação com o responsável pelo domicílio

Agregado(a) (2010): 217
Avô ou avó (2010): 72
Bisneto(a) (2010): 89
Cônjuges ou companheiros(as) de sexo diferente e do mesmo sexo (2010): 8.611
Convivente (2010): 676
Empregado(a) doméstico(a) (2010): 5
Enteado(a) (2010): 790
Filho(a) do responsável e do cônjuge (2010): 8.914
Filho(a) somente do responsável (2010): 6.704
Genro ou nora (2010): 486
Individual em domicílio coletivo (2010): 215
Irmão ou irmã (2010): 1.309
Neto(a) (2010): 2.342
Outro parente (2010): 1.354
Pai, mãe, padrasto ou madrasta (2010): 873
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a) (2010): 0
Pensionista (2010): 60
Pessoa responsável pelo domicílio (2010): 15.771
Sogro(a) (2010): 171

11.1.2. GRUPO 2: População negra que vive no município do Rio de Janeiro

a) Justificativa para o recorte geográfico

O museu de território Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) está sendo construído de forma colaborativa internamente entre sua equipe e externamente entre equipe e grupos da sociedade civil, especialmente os vinculados ao Movimentos Negros. Por pretender ser um museu que mudará a imagem e a posição que o negro ocupa na narrativa oficial da memória nacional, é crucial compreender a necessidade de *agir com* e não *agir para* esses grupos.

Desde as suas primeiras ações, o MUHCAB já tem a intenção de ser um museu com representatividade de toda população negra a nível nacional, comumente denominada afro-brasileira. No entanto, *fazer com* torna-se um método desafiador quando se trata de um território nacional inteiro, quanto mais em um país de dimensões continentais como o Brasil. Acredita-se que se tal metodologia fosse adotada em todo país o processo de construção do MUHCAB levaria muitos anos a mais para ser concluído. Como já apontado na Etapa 1⁵⁶, o tempo para construção do MUHCAB é um dos seus riscos de implantação; está previsto para inaugurar em 2020, finalizando a gestão da Secretária de Cultura do Rio de Janeiro, Nilcemar Nogueira.

Se compararmos com o National Museum of African American History and Culture (NMAAHC), museu do Smithsonian Institution, localizado em Washington (EUA), veremos que construir em quatro anos (2017-2020) um museu tão complexo em tema e em magnitude como o MUHCAB é um grande desafio. O NMAAHC contou com mais de uma década de construção colaborativa antes de inaugurar (2003-2016)⁵⁷.

Portanto, as limitações de tempo e de alcance da gestão, apresentaram os limites que precisava ter o MUHCAB quanto ao seu público-alvo primário que,

⁵⁶ Os riscos do projeto-macro de construção do MUHCAB podem ser conferidos no Produto 1 da consultoria de Desenvolvimento Territorial.

⁵⁷ Esta consultoria não desconsidera que há diferenças entre os tipos de gestão do NMAAHC e o MUHCAB, bem como entre os contextos sociais dos dois países. O objetivo ao realizar esta comparação é demonstrar a complexidade de se trabalhar com memórias antes silenciadas e construir coletivamente um museu que seja representativo para os grupos afetados por esse silenciamento.

como visto, é também agente do processo de construção do próprio museu. O alcance da gestão do museu é municipal; foi criado pela Secretaria Municipal de Cultura, que tem ingerência direta apenas na cidade do Rio de Janeiro. Diante das limitações impostas pelas condições da estrutura do MUHCAB e da sua proposta de gestão participativa, a equipe definiu em discussões internas que lidar diretamente com a população negra apenas do município é o que se apresenta como possível nestas condições. O caráter prático de tal decisão não inviabiliza a intenção inicial do projeto-macro do MUHCAB de impacto social a nível nacional, conforme será apontado mais adiante no público-alvo terciário.

Optar pela delimitação geográfica no município do Rio de Janeiro não implica em reducionismo do tema, tampouco minimiza a potência do museu enquanto ferramenta de transformação social. Justifica-se, portanto, que este recorte está em consonância com as evidências históricas de grande concentração de pessoas negras durante o período escravista no país; esta cidade foi o destino da maior parte de africanos sequestrados para serem escravizados no Brasil. Rio de Janeiro foi também a capital do país por quase dois séculos (1763-1960), sendo a sede de todo o império português a partir da chegada da corte portuguesa (1808-1822). Por conta da expressiva presença negra, a Região Portuária da cidade era considerada Pequena África.

b) Dados sobre os negros cariocas

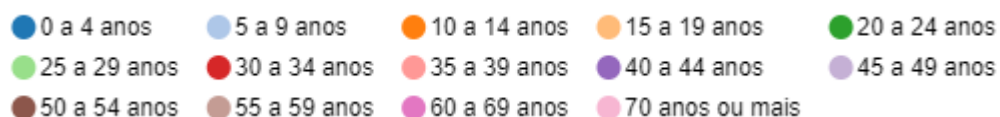
O museu de território MUHCAB parte da premissa de que será desenvolvido e gerido *com* a sociedade civil, definida por sua própria equipe basicamente por dois grupos. A seguir apresenta-se o detalhamento do primeiro grupo, composto pela a população negra que vive no município do Rio de Janeiro.

Para detalhar quem são os negros cariocas esta consultoria elaborou gráficos para cruzar os dados a partir das variáveis de raça, sexo e faixa etária. A plataforma utilizada para gerar o material foi o Banco de Tabelas e Estatísticas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Para obter o universo de pessoas negras foi preciso somar os dados a partir do que o IBGE classifica como cor preta e cor parda. Os gráficos apontam o quantitativo de negros cariocas distribuídos em 14 grupos de idade seguidos de uma tabela com as porcentagens.

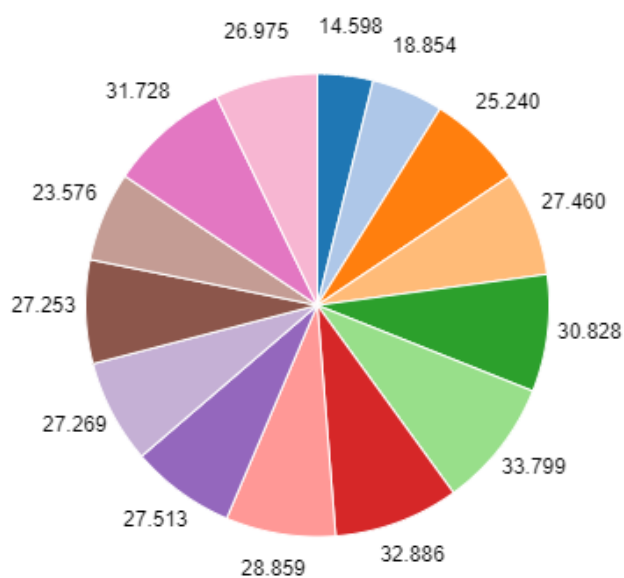
MULHERES NEGRAS

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

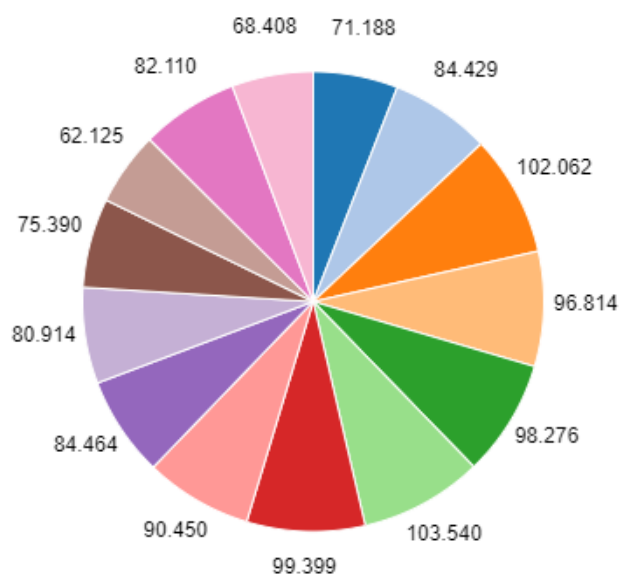
(2010)



PRETAS



PARDAS

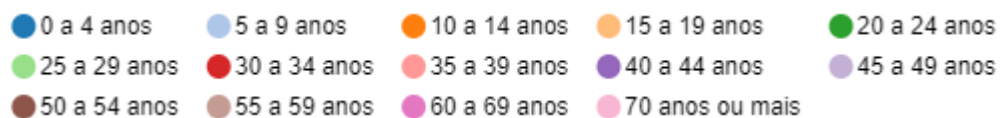


A seguir, apresentam-se os índices em porcentagem de mulheres negras cariocas, pretas e pardas, sobre o total da população que vive no município do Rio de Janeiro.

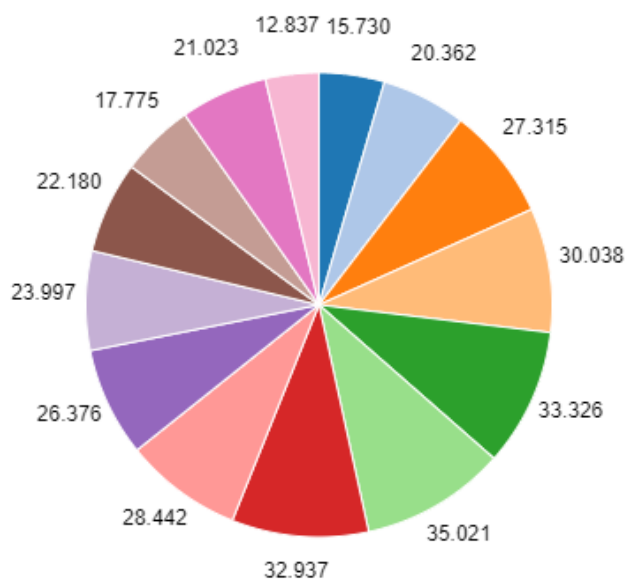
	MAIOR ÍNDICE		MENOR ÍNDICE	
	IDADE	%	IDADE	%
PRETAS	25 a 29 anos	0,53	0 a 4 anos	0,23
PARDAS	25 a 29 anos	1,64	55 a 59 anos	0,98

HOMENS NEGROS

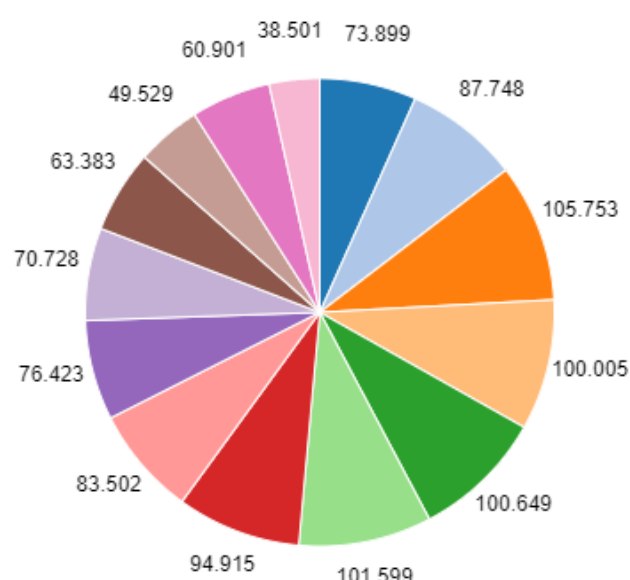
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
(2010)



PRETOS



PARDOS



A seguir, apresentam-se os índices em porcentagem de homens negros cariocas, pretos e pardos, sobre o total da população que vive no município do Rio de Janeiro.

	MAIOR ÍNDICE		MENOR ÍNDICE	
	IDADE	%	IDADE	%
PRETOS	25 a 29 anos	0,55	70 anos ou mais	0,2
PARDOS	10 a 14 anos	1,67	70 anos ou mais	0,61

c) Considerações gerais sobre autodeclaração

Observa-se que a partir da faixa etária de 0 a 4 anos até a faixa etária de 25 a 29 anos, intervalo que soma seis grupos de idade (0-4; 5-9; 10-14; 15-19; 20-24; 25-29), cresce progressivamente o índice de mulheres e de homens pretos no município do Rio de Janeiro. A constatação desse crescimento abre espaço para refletir sobre um fenômeno observado nos últimos anos no Brasil: o notável aumento da autodeclaração de negros (pretos e pardos) entre 2012 e 2016, fenômeno que será analisado mais adiante. Uma possível interpretação é considerar que tal crescimento é fruto do longo processo de reconhecimento e de consolidação da identidade a partir dos aspectos raciais, especialmente entre adolescentes e jovens.

Esta consultoria lembra que neste capítulo o que se classifica como negro é resultado da soma das classificações preto e pardo conforme propõe o IBGE. Cabe aqui a ponderação de que pesquisas contemporâneas acerca das questões raciais no Brasil contestam essa forma de classificação. No entanto, esta consultoria justifica a adesão à classificação do IBGE pelo fato de que é o IBGE a maior fonte de dados sobre o tema e, portanto, foi através dos levantamentos deste instituto que grande parte do presente relatório pôde se estruturar.

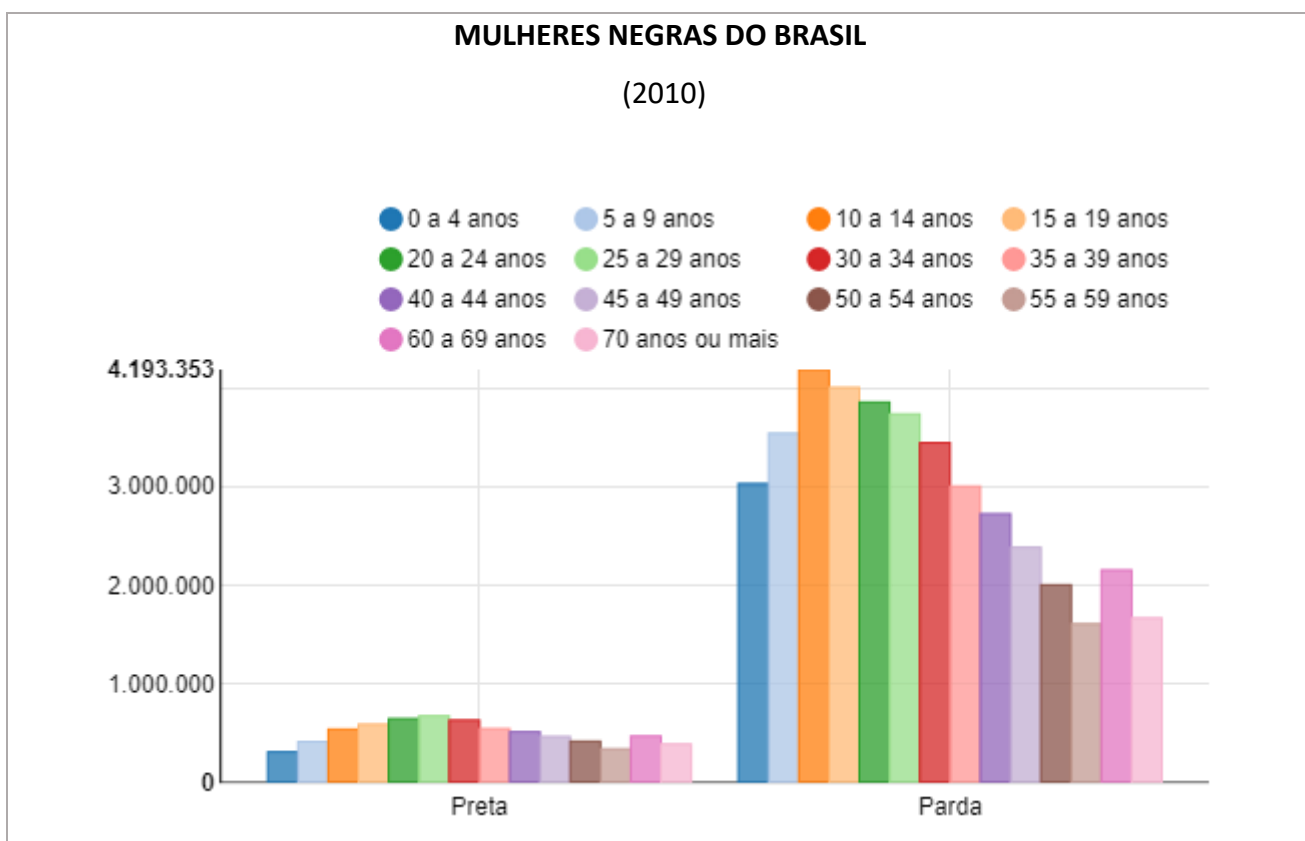
Conforme o processo de classificação por raça se dá através de autodeclaração e grande parte das estruturas sociais estão contaminadas pelo racismo, o movimento de reconhecer e aceitar a própria imagem pode levar anos para se manifestar. Há um bombardeio de informações que estigmatizam pessoas retintas na mídia e nos meios de comunicação e os danos causados nas meninas e nos meninos pretos, que absorvem essa percepção sobre si desde muito pequenos, levam anos para serem desconstruídos. Portanto, a leitura adotada por esta consultoria para o aumento progressivo de mulheres e homens pretos de acordo com a faixa etária explicitado nos gráficos acima é que este cenário é fruto de um processo de autoaceitação por estímulos diversos (positivos ou negativos), que acabam por se reconhecer e se afirmar socialmente como pretos. Conforme se observa, esse processo pode levar até três décadas para acontecer.

Para além, vale apontar que o índice de pretas e pretos entre 0 e 4 anos é nitidamente inferior ao índice de pardas e pardos do mesmo grupo de idade.

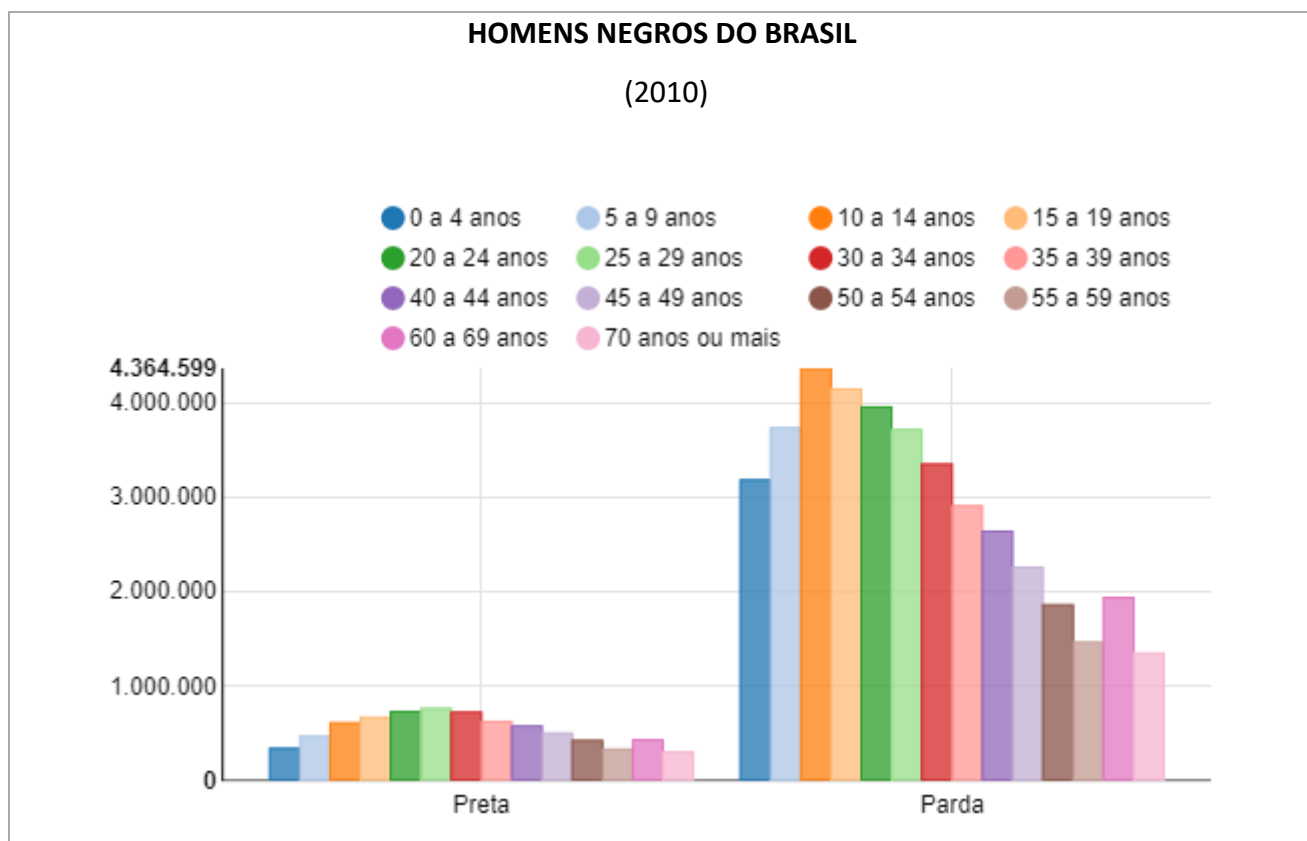
Comparando os gráficos de pretas com pardas e de pretos com pardos nota-se que a partir da faixa etária de 15 a 19 anos os índices se aproximam e ficam proporcionais em praticamente todas as idades seguintes, para ambos os sexos. Esta consultoria faz a leitura de que o explícito índice reduzido de pretos e pretas com idade entre 0 e 4 anos pode estar vinculado à classificação de raça/cor realizada quando do nascimento dos bebês. A classificação é consolidada pelo oficial de registro civil, que não raro comete equívocos ao classificar como parda uma pessoa que na idade adulta se autodeclara preta, por exemplo.

Ainda que o grupo específico de negros que compõem o público-alvo primário do MUHCAB seja de negros cariocas, não se pode desconsiderar a realidade macro em que este grupo se encontra. A seguir, serão abordados aspectos da população negra do estado do Rio de Janeiro e também do Brasil, grupos que pretendem estar, de alguma forma, contemplados no MUHCAB a partir dos negros cariocas.

Para detalhar quem são os afro-brasileiros esta consultoria elaborou gráficos para cruzar os dados a partir das variáveis de raça, sexo e faixa etária. A plataforma utilizada para gerar o material foi o mesmo Banco de Tabelas e Estatísticas do SIDRA.

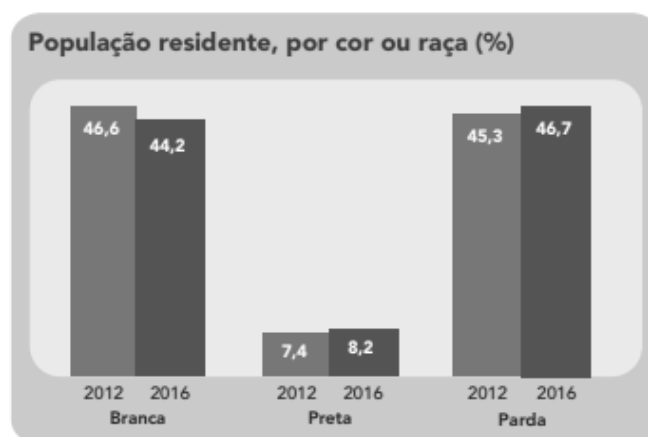


De acordo com o gráfico a seguir, observa-se que o total de homens negros é maior do que o de mulheres negras do país. Em 2010 havia mais afro-brasileiros homens que mulheres.



Ao analisar os gráficos acima, nota-se o mesmo fenômeno constatado nos gráficos das mesmas variáveis a nível municipal: cresce progressivamente o índice de mulheres e de homens pretos no país de acordo com a faixa etária. Esta observação fortalece a interpretação de que tal crescimento pode ser fruto do lento processo de reconhecimento de si quanto aos aspectos raciais.

É importante ressaltar que os dados em questão se referem a 2010, sendo que em 2017 foram divulgados novos dados sobre a população negra no Brasil; notou-se o aumento do número de pessoas autodeclaradas pretas e pardas entre 2012 e 2016, a nível nacional. Esta consultoria acredita que tal fato se deve ao mesmo motivo da análise mencionada anteriormente: o aumento do número de pessoas que passaram a se reconhecer e declarar negras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2016.

Ao consultar a publicação⁵⁸ *Características Gerais dos Moradores 2012-2016* realizada pelo IBGE a partir da PNAD Contínua, foi possível identificar que o número de pessoas declaradas pretas e pardas aumentou nos últimos anos, ao passo que o número de pessoas declaradas brancas diminuiu, conforme se verifica na tabela acima. Sobre o quantitativo, lê-se na terceira página dessa publicação que a “(...) população declarada branca, em 2016, era de 90,9 milhões de pessoas e registrou redução de 1,8% quando comparada com a de 2012. Em contrapartida, as populações preta e parda cresceram 14,9% e 6,6%, respectivamente, no período”.

d) Considerações sobre o Conselho Consultivo do MUHCAB

Ainda que a participação ativa da população negra a nível municipal seja mais viável que a nível nacional para a construção e a gestão do MUHCAB, vale ressaltar que lidar com o quantitativo de negros cariocas é também um desafio para a consolidação do museu de território até 2020. Por este motivo, a equipe do MUHCAB, junto à secretária municipal de cultura Nilcemar Nogueira, convidou 30 representantes de diversas organizações da sociedade civil, sobretudo do Movimentos Negros, para formar o Conselho Consultivo⁵⁹ do museu de território.

⁵⁸ Disponível no link: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101377_informativo.pdf - Acesso em 04/12/2018. O gráfico acima foi retirado desta mesma publicação.

⁵⁹ Para maiores informações sobre o Conselho Consultivo do MUHCAB, ver Produto 3 da consultoria de Produção Cultural.

Cada conselheiro indicou um suplente e, ao total, o conselho está formado por 60 pessoas, sendo 30 titulares e 30 suplentes. Acima de tudo os conselheiros são representantes da população negra do Rio de Janeiro, que levam a opinião e pautas urgentes das suas organizações para dentro do MUHCAB, assim como compartilham o processo de criação do MUHCAB com seus grupos.

Todos os 60 conselheiros já foram empossados e sua atuação já pode ser notada com a mudança do nome do museu de território, que deixou de se chamar Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e para adotar o nome eleito por votação do próprio Conselho Consultivo: Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB).

e) Os negros cariocas e o direito à cidade

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

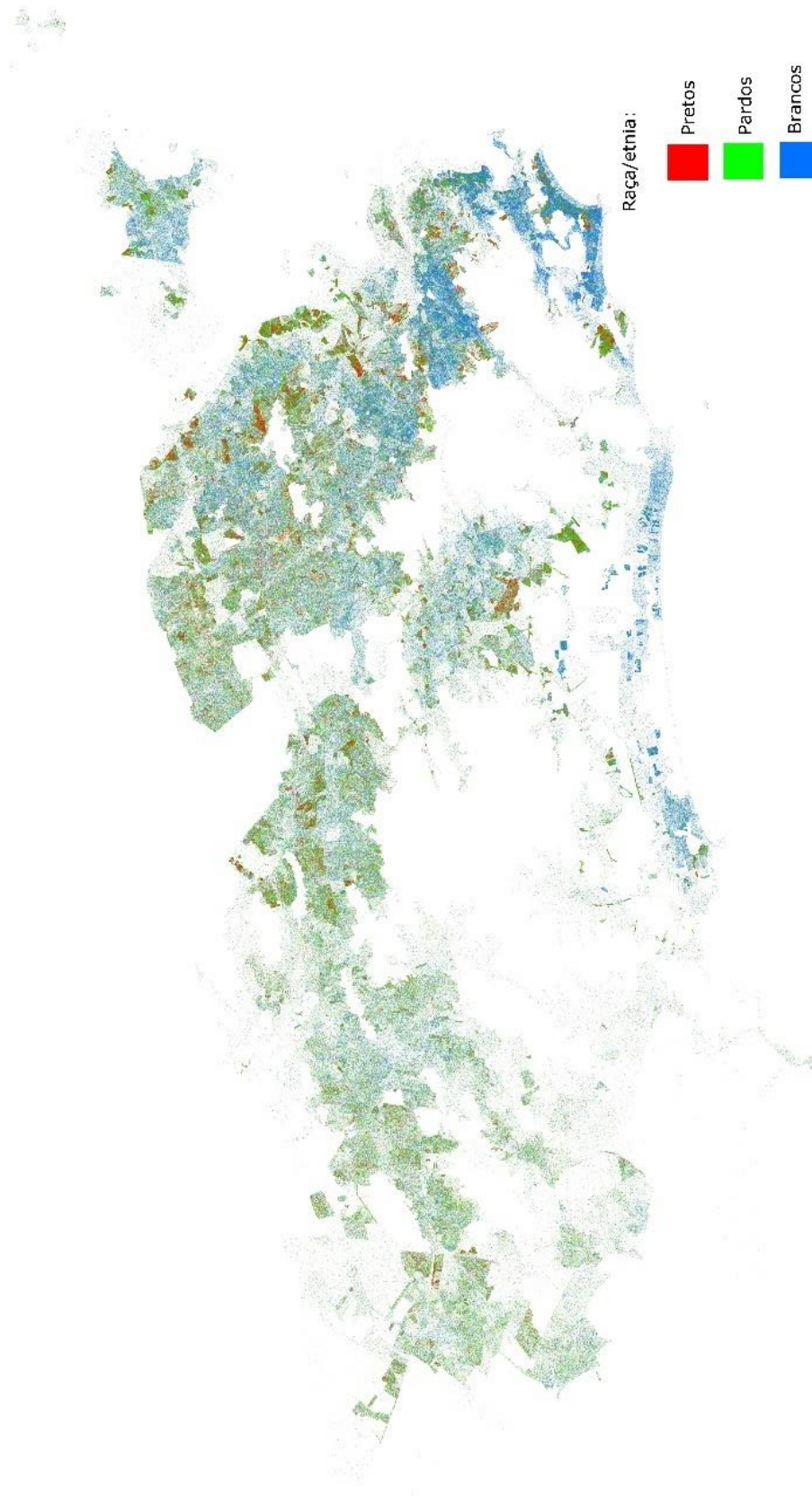
Lélia Gonzalez – “Lugar de negro”⁶⁰

Para compreender a distribuição dos negros cariocas em sua própria cidade, apresentam-se a seguir alguns dos mapas raciais da cidade do Rio de Janeiro, resultantes do trabalho sobre desigualdades espaciais realizado pelo geógrafo e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Hugo Gusmão. Os mapas apresentados a seguir foram criados no modelo de mapa de pontos, onde cada ponto equivale a uma pessoa. Todos os mapas de pontos apresentados são de autoria de Gusmão e foram retirados do site⁶¹ onde estão disponíveis informações sobre sua pesquisa.

⁶⁰ Citação retirada do link: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com> – Acesso em 09/12/2018.

⁶¹ Publicações sobre a pesquisa de desigualdades espaciais estão disponíveis no mesmo link acima.

Mapa Racial de Pontos: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil



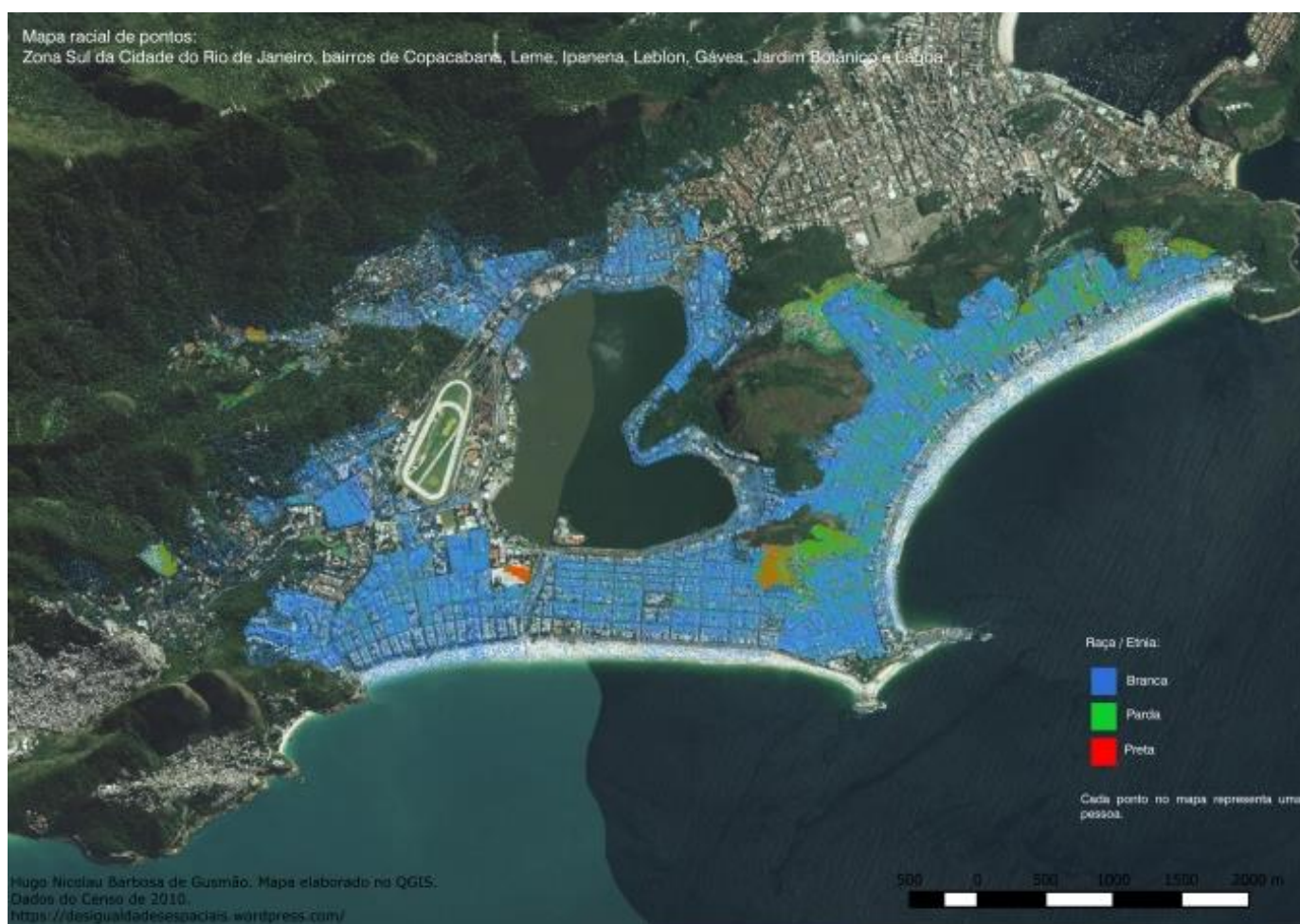
Raça/etnia:

- Pretos
- Pardos
- Brancos

Cada ponto representa uma pessoa.

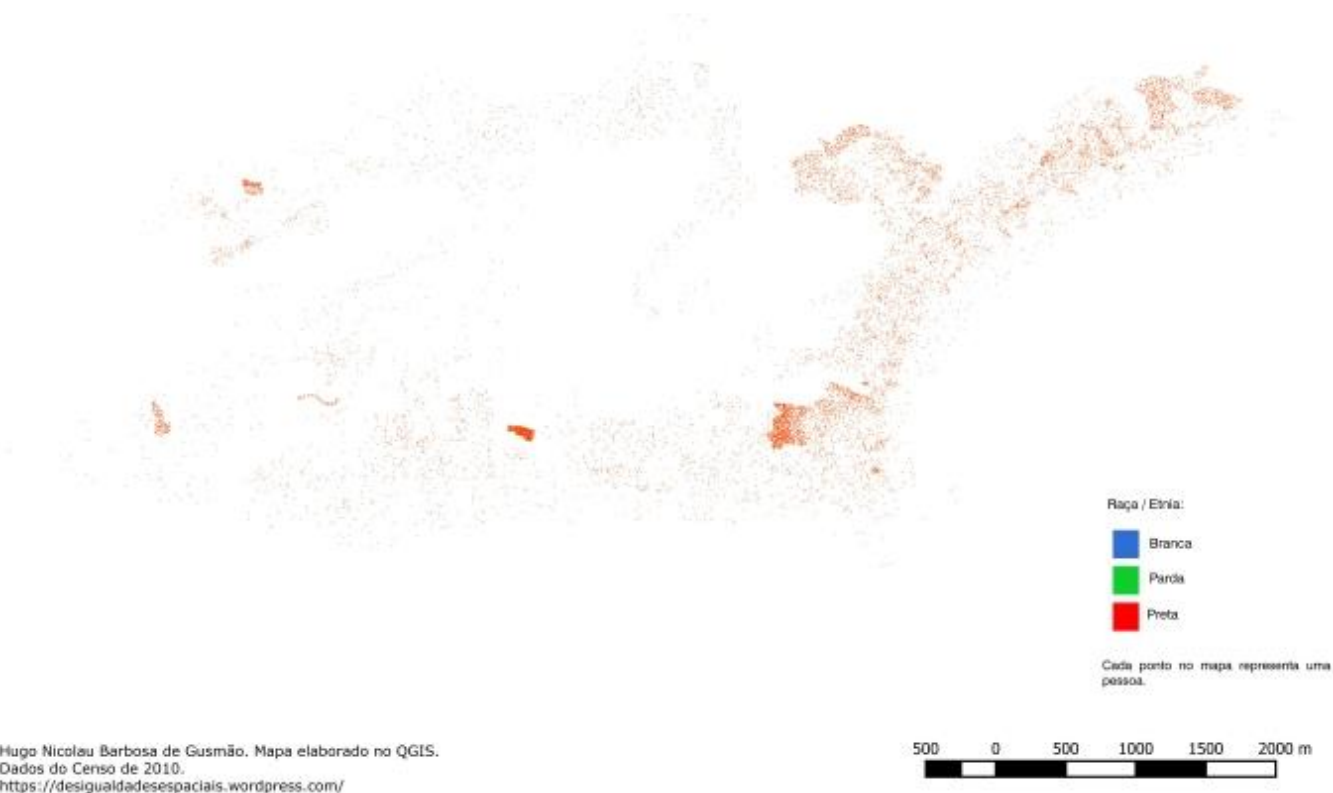


Esta consultoria concorda com a tese de Hugo Gusmão de que uma das vias para compreender como se apresentam as desigualdades espaciais no município do Rio de Janeiro a partir do recorte racial é verificar que quanto mais caro o metro quadrado, menor é a concentração de pessoas negras (pretas e pardas) moradoras na região. Gusmão afirma que é possível apontar como a Zona Sul, especialmente os distritos de Copacabana e Lagoa, é um nítido retrato da *segregação racial* e das diferentes condições de vida em um mesmo território. A seguir, tem-se um mapa de pontos dos distritos mencionados a partir da imagem de satélite, onde se verifica que a concentração de pretos e pardos está nas favelas da região, notadamente os morros do Pavão-Pavãozinho, Tabajaras, Cantagalo, Babilônia e outros.

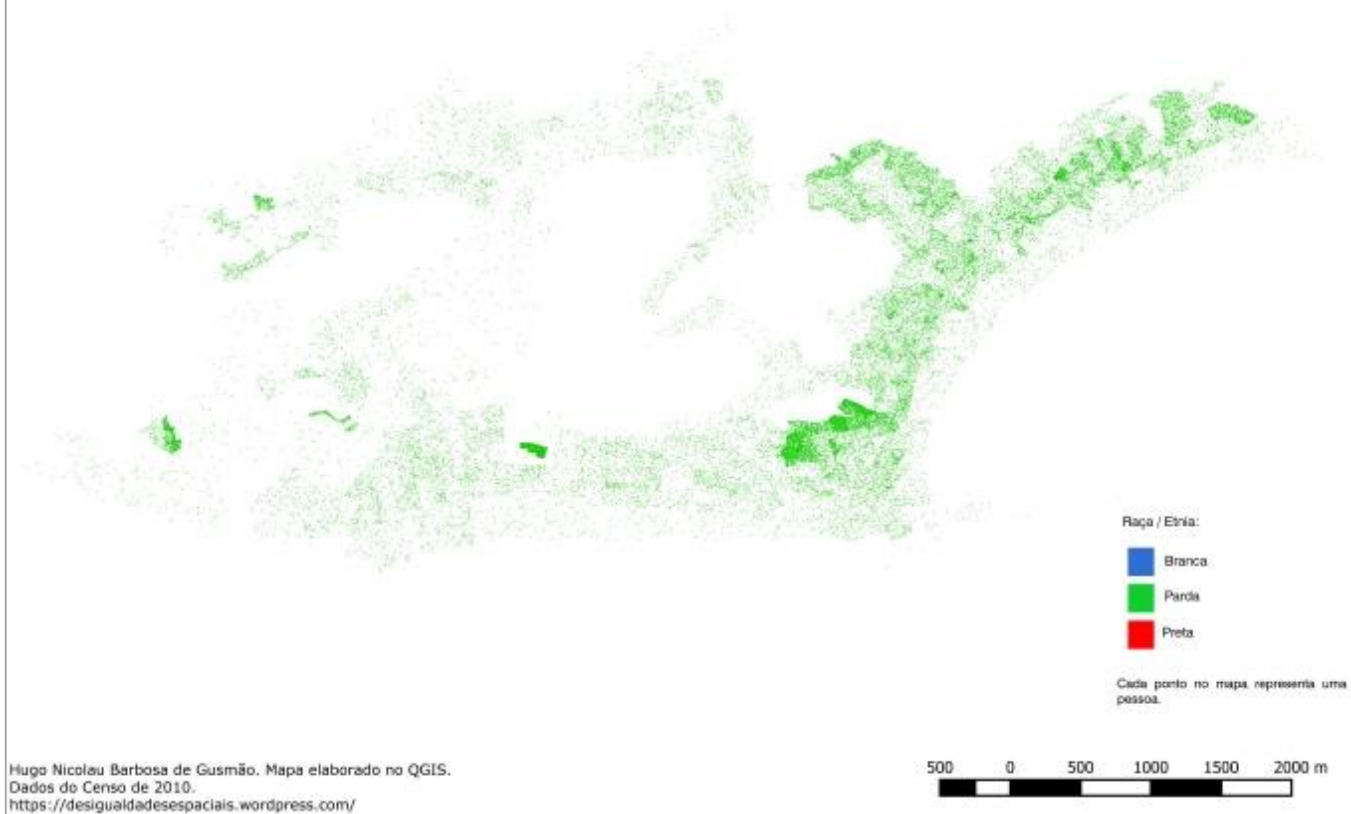


Os três mapas a seguir confirmam que pretos e pardos estão concentrados em pequenas áreas, em sua maioria favelas, enquanto distribuição dos brancos é uniforme e ocupa todo o território selecionado.

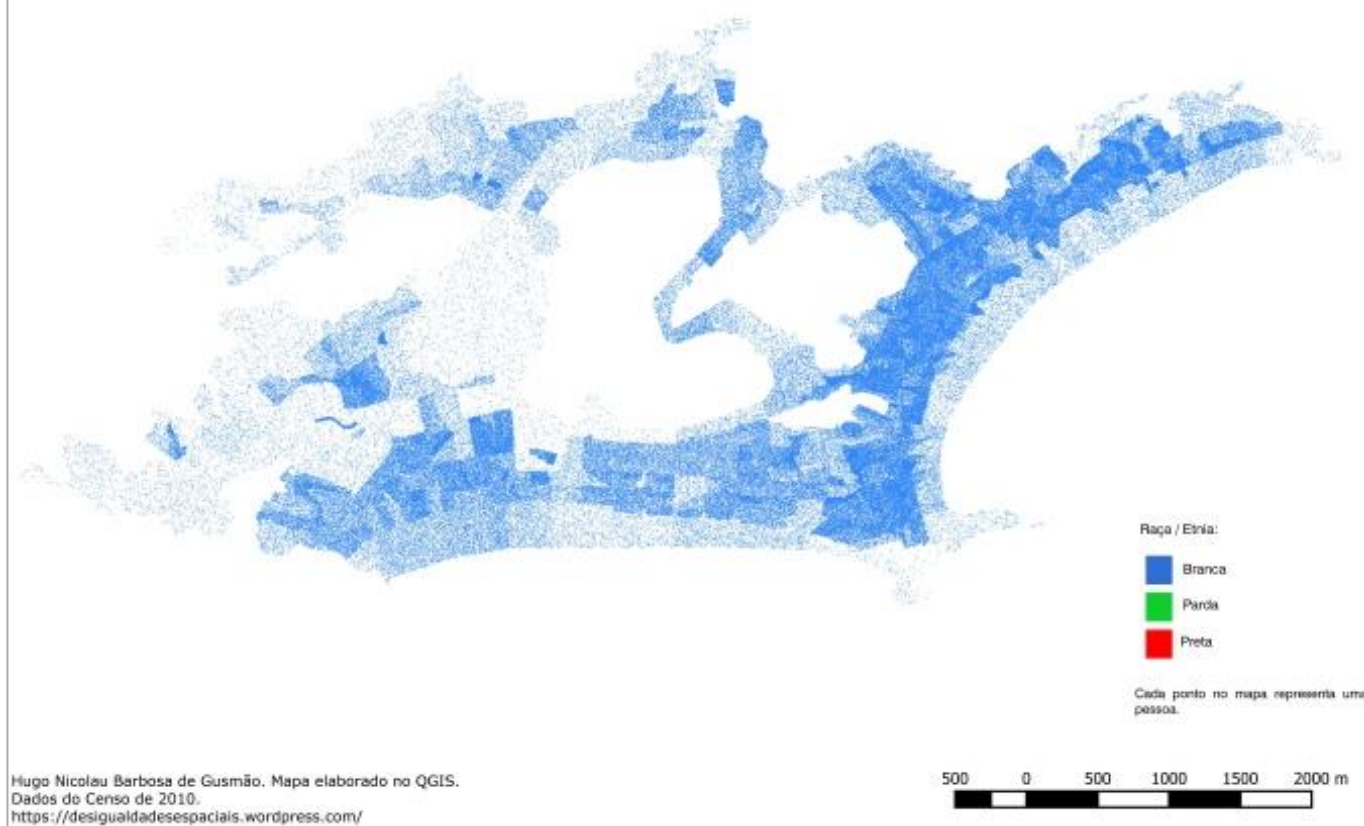
Mapa racial de pontos:
Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa



Mapa racial de pontos:
Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa



Mapa racial de pontos:
Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa



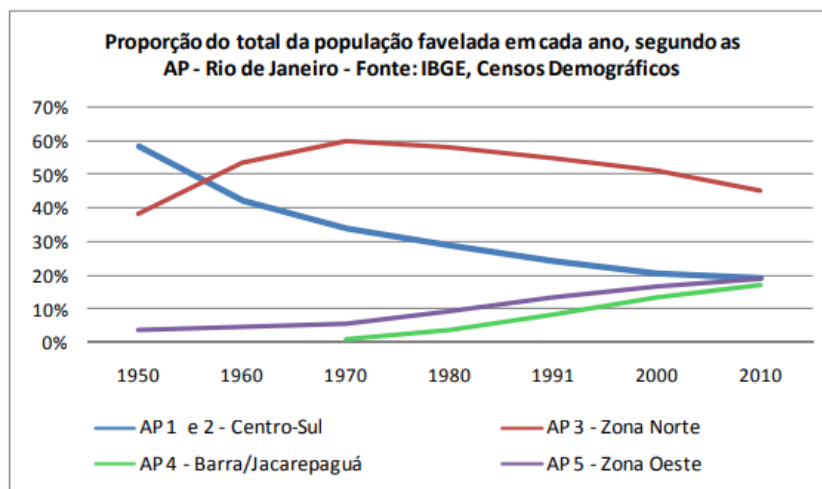
Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa são os bairros compreendidos nos distritos mencionados e possuem o metro quadrado mais caro do país, superando inclusive os bairros de luxo da cidade de São Paulo⁶².

A especulação imobiliária ganhou forças nas décadas de 1960 e 1970, quando o poder público organizou remoções nesta região⁶³. Favelas como do Parque Proletário da Gávea, da Catacumba e da Praia do Pinto foram completamente removidas para as Zonas Norte e Oeste da cidade para dar lugar às novas construções. Para além de uma mudança estrutural, esta foi uma medida extrema de *segregação* em massa de negros e pobres que moravam na região e que reverbera de forma visível ainda hoje na dinâmica da cidade. Para compreender melhor o impacto das remoções, destaca-se a publicação do

⁶² Informação retirada do link: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/10/23/um-olhar-atraves-de-mapas-na-politica-que-barranegros-e-pobres-na-cidade-do-rio-de-janeiro-2/> - Acesso em 06/12/2018.

⁶³ O documentário brasileiro *Remoção* (2013), de Anderson Quack e Luiz Antonio Pilar, ilustra com detalhes este processo.

Instituto Pereira Passos (IPP) *Favela X Não Favela* (2013)⁶⁴, da Série Cadernos do Rio (Estudo: 3288). O documento comprova o movimento da população residente nas favelas do município ao longo dos anos, desde 1950, conforme é possível constatar com a citação e com o gráfico a seguir:

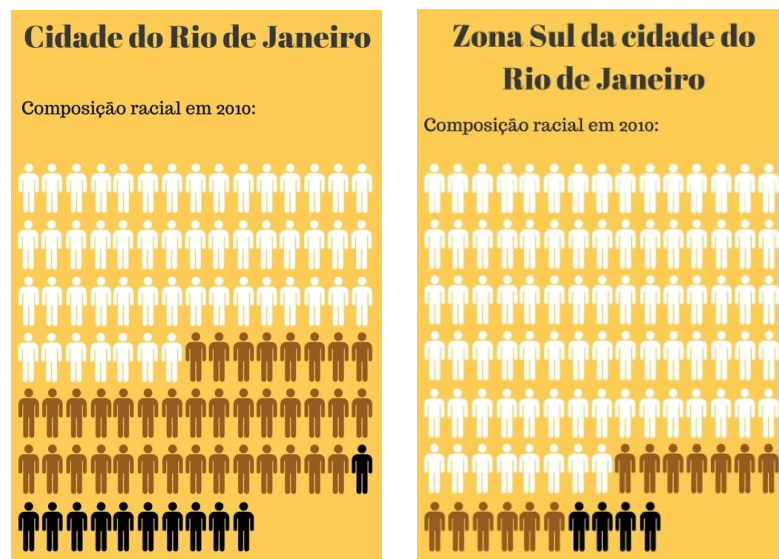


Fatores ligados ao processo histórico de ocupação (...) vêm, ao longo do tempo, condicionando o surgimento e a consolidação desse tipo de assentamento habitacional. Observa-se uma forte dinâmica de mudança de localização das favelas, nos últimos 50 anos, dirigindo-se das áreas mais centrais, na porção leste da cidade, para as mais periféricas, na porção oeste. (IPP, 2013, p.07)

Cabe refletir por que atualmente a presença dos negros cariocas nos bairros da Zona Sul é inferior diante do total de população negra no município. A ausência da condição de vida permanente (como as moradias) e o reduzido nível de circulação temporária no espaço (como usufruto dos espaços públicos) são evidências compreendidas aqui como um *esforço* no investimento da interdição da circulação de pessoas negras nesses territórios, privando-as do direito à cidade; boa parte da população negra residente de outras partes da cidade não considera desfrutar de lugares considerados o cartão-postal da cidade localizados na Zona Sul, seja por falta de transportes, falta de condições para consumo no local, falta de representatividade e demais interditos.

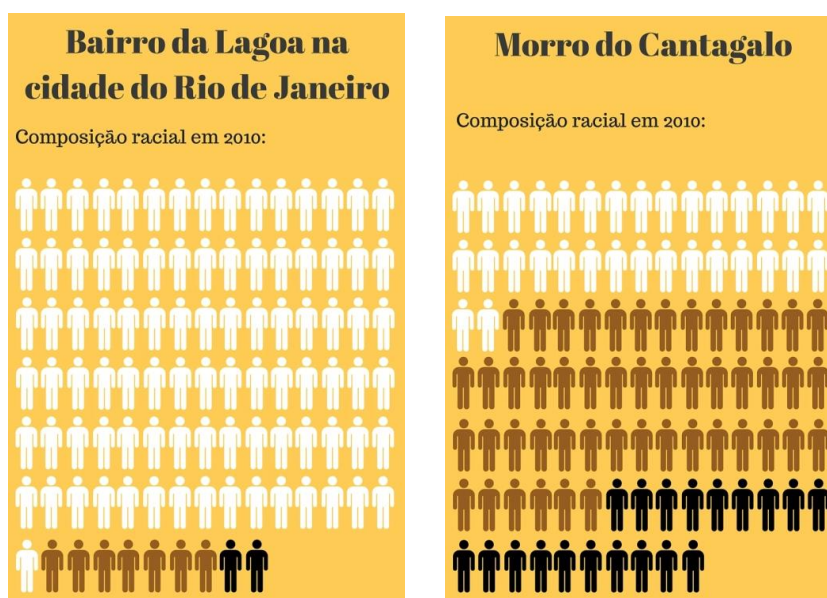
⁶⁴ Disponível no link: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF – Acesso em 07/12/2018.

Com base no censo de 2010, Hugo Gusmão elaborou quatro infográficos⁶⁵ para explicar a porcentagem da composição racial e as desigualdades espaciais da cidade em diferentes escalas. Cada infográfico representa o universo de 100 pessoas e cada uma equivale a 1%.



Gusmão afirma que “(...) a quantidade de pretos e pardos é bem inferior na zona sul do que a média da cidade do Rio de Janeiro, já quando olhamos para o Morro do Cantagalo, a quantidade de pretos e pardos fica bem acima da média da cidade do Rio de Janeiro”. Abaixo tem-se a comprovação do que se defende aqui como uma *segregação racial*: discrepância entre a população residente quase no mesmo bairro, sendo uma parte no asfalto e outra parte na favela.

⁶⁵ Disponíveis no link: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/10/23/um-olhar-atraves-de-mapas-na-politica-que-barranegros-e-pobres-na-cidade-do-rio-de-janeiro-2/> - Acesso em 05/12/2018.



O pesquisador aponta, por fim, que “(...) no bairro da Lagoa quase não há pretos e pardos, os brancos são 91% da população, isso numa cidade onde a média de brancos é 50%, é evidente a segregação racial que os pretos e pardos sofrem na cidade no Rio de Janeiro”.

f) **Negros cariocas e as evidências de uma *segregação racial contemporânea***

Esta consultoria não vê o uso do termo *segregação racial* para o cenário atual de desigualdade espacial do Rio de Janeiro como um anacronismo. A escolha pelo termo está embasada no cruzamento de dados realizado por Hugo Gusmão em sua pesquisa, comparando a composição racial da Zona Sul com a renda familiar per capita. Gusmão comprova com seus mapas a afirmação de que há uma estreita relação entre raça, renda e local de moradia. Segundo ele “(...) os negros ocupam em sua maioria as periferias, as favelas e os conjuntos habitacionais, mesmo nos bairros ricos quando há concentração de negros eles estão restritos as favelas ou aos conjuntos habitacionais”.⁶⁶

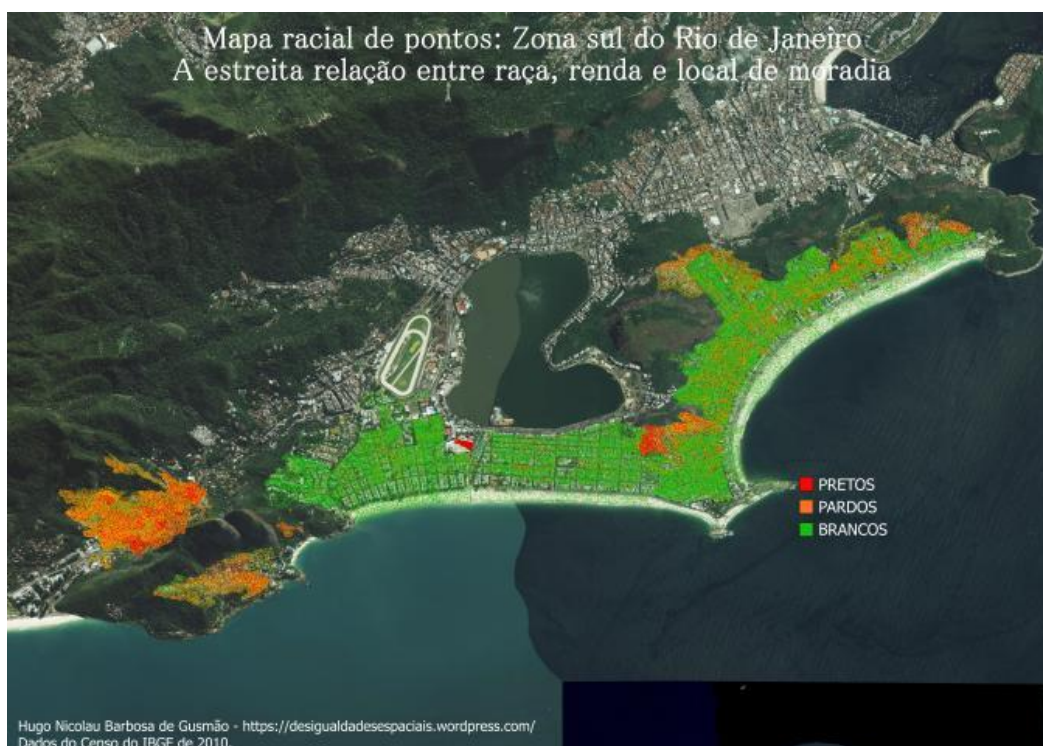
Os mapas a seguir pretendem “(...) responder se os negros além de morarem em locais mais precários que os brancos, ainda tem condições

⁶⁶ Disponível no link: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/tag/segregacao-racial/> - Acesso em 06/12/2018.

econômicas piores que eles”⁶⁷. Para melhor compreensão dos mapas adiante, consideram-se as seguintes classificações com base na definição do IBGE em 2010, quando o salário mínimo era R\$ 510,00.

CLASSE	RENDA
A	Maior que 10 salários mínimos
B	De 5 a 10 salários mínimos
C	De 2 a 5 salários mínimos
D	De 1 a 2 salários mínimos
E	De 1/8 a 1 salário mínimo

- **Mapa exibindo pretos, pardos e brancos:**



⁶⁷ Idem.

▪ **Mapa exibindo as classes A e B:**



▪ **Mapa exibindo as classes D e E:**



- **Mapa exibindo as classes A e B versus D e E:**



A seguir, destaca-se a análise de Hugo Gusmão sobre os mapas acima a partir do cruzamento dos dados de raça, renda e local de moradia na Zona Sul da cidade:

A partir dos mapas acima vemos que os negros e as classes D e E se concentram nas mesmas regiões da zona sul, regiões estas que são favelas em sua maioria. Olhando a imagem que exibe apenas as classes A e B vemos que existe um “vazio” no mapa, esse “vazio” é onde se concentram as classes D e E, que é o mesmo espaço ocupados pelos negros na zona sul do Rio de Janeiro, os morros. Já quando fazemos o exercício inverso e olhamos o mapa que exibe apenas a classes D e E, o “vazio” é agora na praia, em Copacabana e Ipanema, esses locais são ocupados pelas classes A e B, que é majoritariamente branca.

Sobre a composição racial e a disparidade econômica identificada na região em questão, cabe ainda mais uma camada de reflexão e análise crítica dos dados. Ainda que os interditos de moradia e, de alguma forma, de circulação sejam notáveis, há um lugar a ser ocupado pelos negros cariocas na Zona Sul sem causar estranhamento, onde não há interditos: o lugar do trabalho. Há

muitos trabalhadores negros na região corroborando a leitura social já naturalizada e entranhada na memória escravista da cidade, sobretudo no período em que foi capital do país: pessoas negras trabalhando para pessoas não-negras.

A fim de comprovar a concentração de maior oferta de trabalho nos bairros da Zona Sul (e também nos bairros da Zona Norte mais próximos ao centro da cidade), destaca-se o seguinte trecho da publicação do IBGE *Aglomerados Subnormais: Primeiros Resultados* (2010, p. 34):

No Rio de Janeiro, as ocupações mais antigas situam-se na área central e nos bairros das zonas sul e norte mais próximos ao centro da cidade, onde se concentra a maior oferta de trabalho. A Rocinha e o Vidigal, por exemplo, cresceram em paralelo com áreas dos bairros do Leblon, de Ipanema, da Gávea e de São Conrado. Ambos são aglomerados subnormais de grande porte, ocupando encostas deixadas de lado pela urbanização formal, e possuem elevada densidade domiciliar e acessibilidade precária, através de vielas e becos.⁶⁸

g) Os negros cariocas moradores de favelas

A manifestação da *segregação racial* contemporânea na cidade do Rio de Janeiro mencionada no tópico anterior ocorre basicamente na diferenciação entre moradores de favelas e de não favelas. Conforme já apontado, a população residente em favelas é majoritariamente negra. Contudo, antes de prosseguir com dados referentes aos negros cariocas das favelas é importante definir o que são estes territórios, oficialmente denominados pelo IBGE como *aglomerados subnormais*.

Segundo a declaração⁶⁹ *O que é favela, afinal?* Publicada em 2009 pelo Observatório de Favelas (OF), as especificidades das favelas estão definidas em seus diferentes aspectos sociopolítico, socioeconômico, sociourbanístico e sociocultural, encontrando neste último o indicativo da sua composição racial. O objetivo de desenvolver uma declaração própria é, para o OF “(...) contribuir para a formulação de um conceito de favela que abrigue a complexidade e a

⁶⁸ Disponível no link: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf - Acesso em 07/12/2018.

⁶⁹ Disponível no link: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf> - Acesso em 06/12/2018.

diversidade desse território no espaço urbano contemporâneo”. (OF, 2009, p. 97). Algumas informações presentes na declaração foram transcritas e organizadas por esta consultoria na tabela a seguir.

	PERFIL SOCIOPOLÍTICO	PERFIL SOCIOECONÔMICO	PERFIL SOCIOURBANÍSTICO	PERFIL SOCIOCULTURAL
DESTAQUE	<i>A favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes.</i>	<i>A favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços.</i>	<i>A favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado.</i>	<i>A favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica.</i>
CONCLUSÃO	<i>Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores.</i>	<i>Há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espaço particular às favelas e o das condições presentes na cidade como um todo.</i>	<i>A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade.</i>	<i>Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.</i>

No que tange ao quantitativo de moradores das favelas do município, aponta-se a população total das dez maiores favelas da cidade, segundo estimativa do IPP a partir dos dados do censo de 2010 disponível na publicação *Favela X Não Favela* (2013, p. 14)⁷⁰.

As dez maiores favelas, em número de moradores em 2010, totalizavam quase 400 mil habitantes, ou um terço do total da população favelada. Com exceção da Rocinha, a maior de todas tanto no Rio quanto no Brasil (ver próxima caixa de texto), situada na AP 2 – Zona Sul – todas as demais estão agrupadas em complexos, segundo a nova metodologia de classificação, adotada a partir do Programa Morar Carioca, lançado em 2010 pela Prefeitura do Rio.

⁷⁰ Disponível no link: <http://www.data.rio/datasets/90309e2b378c4c1ea030506eccd064be> - Acesso em 08/12/2018.

Favelas	Regiões Administrativas	Áreas de Planejamento	População IPP 2010
Rocinha	Rocinha	2	69.161
Complexo da Maré	Complexo da Maré	3	64.094
Complexo de Rio das Pedras	Jacarepaguá	4	63.484
Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	3	60.583
Complexo da Fazenda Coqueiro	Bangu	5	45.415
Complexo da Penha (Vila Cruzeiro)	Penha	3	36.862
Complexo do Jacarezinho	Jacarezinho	3	34.603
Complexo de Acari	Pavuna	3	21.999
Complexo de Vigário/ Lucas	Vigário Geral	3	20.570
Complexo do Bairro da Pedreira	Pavuna	3	20.515

Fonte - Estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Para uma análise socioeconômica a partir da variável de raça, destaca-se a afirmação de Jailson de Souza Silva (diretor do Observatório de Favelas em 2013) na mesma publicação do IPP abordada acima, de que o caminho do trabalho é o mais presente entre os jovens das favelas, em detrimento do caminho dos estudos. Sobre o tema, o professor de Sociologia da PUC-Rio Marcelo Baumann Burgos atenta que em favelas da Zona Sul a preferência pelo caminho do trabalho se dá não só pela necessidade de garantir renda, mas sobretudo pela maior oferta de empregos na região.

Em suma: ainda que isso esteja mudando, o trabalho – e não a educação – ainda é, segundo Jailson de Souza e Silva, o caminho preferencial dos habitantes das favelas para garantir sua renda. O professor Marcelo Burgos também chama a atenção para a questão da evasão escolar, principalmente nas favelas da Zona Sul, as quais ele vem pesquisando: “Com o acesso mais fácil ao mercado de trabalho, o emprego, muitas vezes, passa a ser mais atrativo que se manter na escola.” (IPP, 2013, p. 14).

A análise das questões de raça no comparativo entre população de favela e de não favela sinaliza que em todas as favelas do município do Rio de Janeiro mais da metade dos moradores são negros, excedendo a média municipal de população negra. “Em nenhuma das áreas de favela das Regiões de Planejamento, o percentual de negros é menor que 50%; nas RPs do Méier, Santa Cruz e Tijuca, a proporção chega a mais de 70%.” (IPP, 2013, p. 14).

A leitura que esta consultoria faz sobre esses dados é que, conseqüentemente, os negros cariocas moradores de favelas são menos escolarizados que a população do município. O cruzamento dos dados de

crianças moradoras de favela segundo as variáveis de raça e taxa de alfabetização exibe que o índice de crianças negras analfabetas em favelas (3,5%) é quase quatro vezes maior do que o de crianças brancas residente em bairros formais (1,0%) do município.

As diferenças nas taxas de analfabetismo refletem tanto o aspecto favela quanto cor. O percentual de negros entre 10-14 anos analfabetos nas favelas é de 3,5%. Entre as crianças brancas nessa faixa etária, cai para 2,9%. Nas áreas formais, se entre os negros de 10-14 anos o analfabetismo é de 1,9%; o índice cai entre os brancos, onde a taxa é de 1%. (IPP, 2013, p. 14)

Para detalhar a diferença de escolaridade entre crianças brancas e negras de 10 a 14 anos esta consultoria elaborou gráficos para cruzar os dados a partir das variáveis de raça, índice de analfabetismo e local de moradia. A plataforma de coleta de dados para gerar o material foi o DATA.RIO Informações Sobre a Cidade, elaborado pelo Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB)⁷¹, onde está hospedada a publicação *Favela X Não Favela*.

⁷¹ Disponível no link: <http://www.data.rio/datasets/90309e2b378c4c1ea030506eccd064be> – Acesso em 04/12/2018.

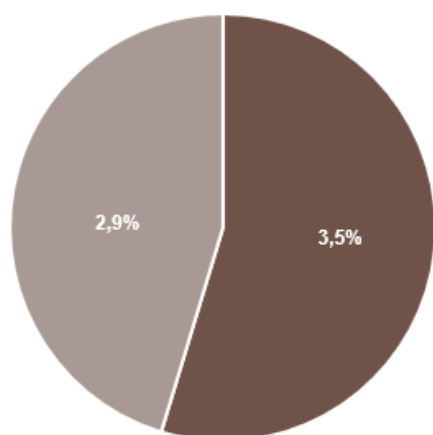
ANALFABETISMO

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

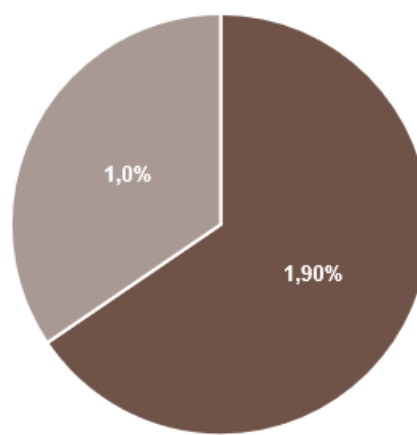
(2010)

- Crianças NEGRAS de 10 a 14 anos
- Crianças BRANCAS de 10 a 14 anos

EM FAVELAS



EM ÁREAS FORMAIS



Segundo Jailson de Souza Silva o trabalho ainda é a estratégia básica de reprodução social dos grupos sociais populares, em detrimento da longa escolarização como estratégia de mobilidade social, conforme é possível detectar no seguinte trecho:

“As condições educacionais são mais precárias nas favelas. Isso é fruto de um processo histórico, considerando nossa urbanização recente e a falta de incorporação, por amplos setores da população, da longa escolarização como estratégia de mobilidade social. O trabalho ainda é a estratégia básica de reprodução social dos grupos sociais populares, até diante das dificuldades em apostar em investimentos de longo prazo como a Educação. Os dados revelam, felizmente, que o processo de incorporação da educação como uma atividade central na vida urbana contemporânea vem se universalizando”, afirma o diretor do Observatório de Favelas. (IPP, 2013, p. 14)

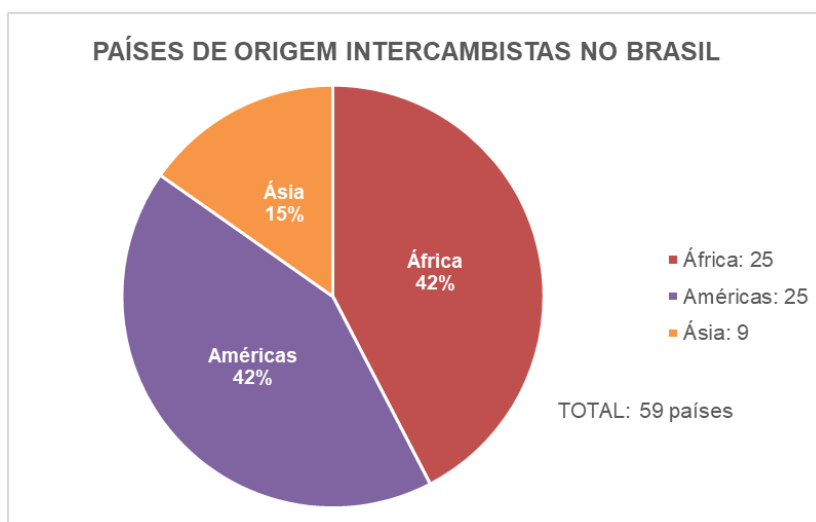
11.1.3. Africanos que atualmente vivem no Brasil

Ampliando o olhar acerca da população negra que vive hoje no Brasil, nota-se também a presença de pessoas oriundas de países do continente africano. Embora não sejam diretamente um público-alvo do MUHCAB, os africanos que moram no Brasil, por serem negros em quase sua totalidade, estão suscetíveis a se deparar com os desafios que os negros afro-brasileiros enfrentam. No entanto, o grau de vulnerabilidade do negro africano residente no Brasil hoje varia de acordo com a sua condição de entrada no país. A pesquisa para elaborar o presente relatório permitiu identificar principalmente duas condições: estudantes intercambistas universitários e pessoas em refúgio, sendo que nesta última há pessoas que somam à sua condição de refúgio a questão de gênero.

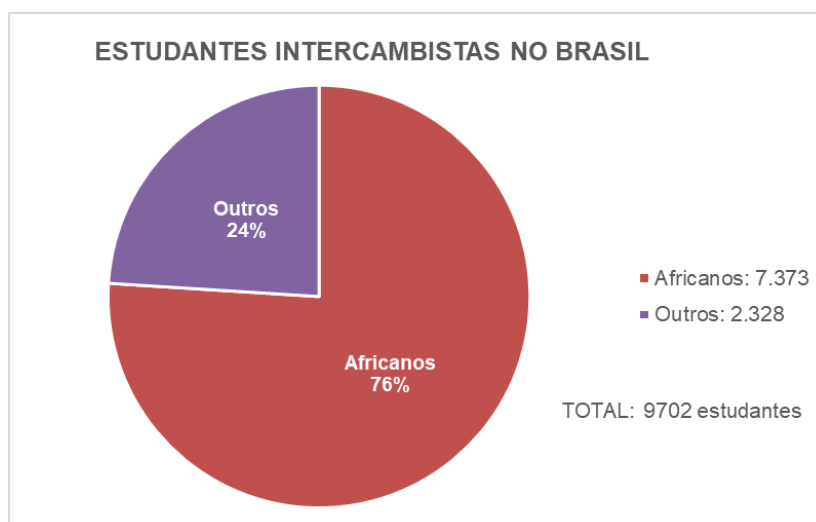
a) Estudantes africanos intercambistas universitários

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) teve início em 2000 e atualmente atende a 59 países. Consiste em um programa que permite que estudantes estrangeiros ingressem em universidades públicas brasileiras. Para ilustrar o percentual de países africanos que enviam estudantes universitários para o Brasil e o quantitativo total destes estudantes desde 2000, apresentam-se os gráficos a seguir, elaborados a partir dos dados coletados no site oficial do PEC-G⁷².

⁷² Site oficial do PEC-G disponível no link: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php> - Acesso em 01/12/2018.



Observa-se que, ao todo, 25 países africanos já enviaram estudantes para as universidades do Brasil. Ainda que este número seja igual ao número de países do continente americano, o volume de estudantes africanos se destaca diante de todos os outros 34 países participantes da PEC-G, pois 76% dos estudantes estrangeiros em universidades brasileiras que ingressaram através do programa são africanos.



De acordo com o site oficial do PEC-G, os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. As universidades públicas que recebem os estudantes estrangeiros Entre as nações africanas participantes, destacam-se Cabo Verde,

Guiné-Bissau e Angola. A seguir, tem-se o total de estudantes enviados por cada um dos 25 países, organizado por ano. A tabela foi retirada na do site oficial do PEC-G.



PEC-G - Selecionados - África - 2000 a 2017

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
África do Sul																		1	1
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	739
Argélia																2			2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	350
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	3059
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	47
C. do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	34
Gabão		11		2	1	1	3	4						3	4	3	2		34
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	209
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	1358
Marrocos																		1	1
Mali							2												2
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	219
Namíbia	1	1														6	65		73
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	172
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	88
R. D. Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	490
Rep. Congo													4	6	4	2	4	6	26
S. Tomé e P.			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	379
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	50
Togo												4	11	8	3	6	6	2	40
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	7373

b) Africanos em situação de refúgio

Nos últimos anos houve um expressivo aumento do fluxo de pessoas em refúgio no mundo, oriundas de diversas nacionalidades, em decorrência de conflitos ou perseguições. Segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), há quase 26 milhões de pessoas em refúgio no mundo. No Brasil, elas têm legalmente os mesmos direitos que qualquer cidadão estrangeiro legalizado no país, mas podem enfrentar dificuldades.

O refugiado dispõe da proteção do governo brasileiro e pode, portanto, obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos que qualquer cidadão estrangeiro legalizado no país. O Brasil é internacionalmente reconhecido como um país acolhedor. Entretanto,

aqui, pessoas refugiadas também encontram dificuldades para se integrar à sociedade brasileira.⁷³

Dentre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que buscam imigrar para o Brasil, no caso de africanos há dificuldade de aprovação dos próprios pedidos de refúgio. Uma pesquisa realizada pelo geógrafo da USP Allan Rodrigo de Campos Silva revelou que os pedidos de refúgio de africanos enfrentam lentidão no processo de avaliação e, quando os processos são finalizados, a maioria dos pedidos acaba por ser negada.

Em 2016, por exemplo, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão ligado ao Ministério da Justiça, recebeu cerca 35 mil solicitações de refúgio, sendo 2.281 de Angola, 2.185 da República Democrática do Congo e 7.206 do Senegal. Destes, foram contemplados 1.420 de Angola, 986 do Congo e sete do Senegal (ver gráfico abaixo). Outra observação foi a lentidão dos processos. Em 2017, por exemplo, havia 25 mil pedidos sem avaliação, esperando parecer do CONARE.

Allan Silva acompanhou angolanos, senegaleses e congolezes que não encontram alternativas viáveis para se legalizar no Brasil e acabam empurrados ao Estatuto do Refugiado como única forma de estabelecer uma vida no país. Para esta consultoria tais entraves são também uma face do racismo enfrentado pela população negra do país em quase sua totalidade. “Existe um processo social de convencimento desse tipo de imigrante, entendido pela sociedade brasileira como um indesejável, a pleitear essa categoria de refugiado”, afirmou o pesquisador em entrevista para o Jornal da USP⁷⁴, em agosto de 2018, de onde também foi retirado o conjunto de gráficos⁷⁵ abaixo.

⁷³ Disponível no link: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/> - Acesso em 01/12/2018.

⁷⁴ Disponível no link: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/legislacao-brasileira-dificulta-acolhida-de-refugiados-africanos/> - Acesso em 02/12/2018.

⁷⁵ Créditos: Ricardo Freire – Serviço de Comunicação Social FFLCH/USP.

NÚMERO DE PEDIDOS DE REFÚGIO NO BRASIL POR NACIONALIDADE



c) Africanos LGBTI em situação de refúgio

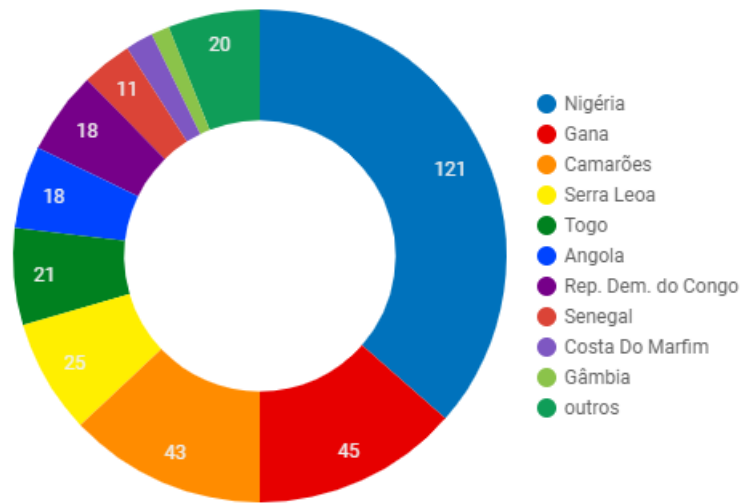
Uma das perseguições que faz com que africanos busquem refúgio no Brasil está relacionada à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (OSIG). Segundo a ACNUR, das 369 solicitações de refúgio LGBTI realizados entre 2010 e 2016, praticamente 90% foram realizadas por pessoas oriundas do continente africano. Segundo o site oficial da seção do ACNUR para Refúgio LGBTI⁷⁶, os principais países de origem são aqueles com legislações que criminalizam a homossexualidade e as pessoas trans, ou que possuem contextos sociais que não garantem a proteção de pessoas LGBTI, ou percebidas como tal, contra violência e abuso de direitos.

Para se ter um panorama sobre este perfil específico de pessoas africanas em refúgio no Brasil foram retirados, na íntegra, alguns gráficos da plataforma denominada *Perfil das solicitações de refúgio relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (OSIG)* do site do ACNUR⁷⁷ para Refúgio LGBTI.

⁷⁶ Disponível no link: <https://www.acnur.org/portugues/refugiogbti/> - Acesso em 02/12/2018.

⁷⁷ Plataforma disponível no link: https://datastudio.google.com/reporting/11eabzin2AXUDzK6_BMRmo-bAIL&rrYcY/page/1KIU

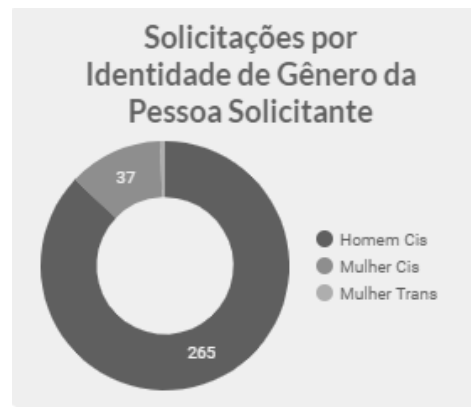
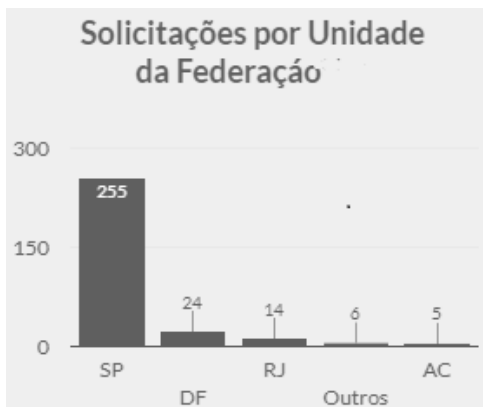
Solicitações por País de Origem



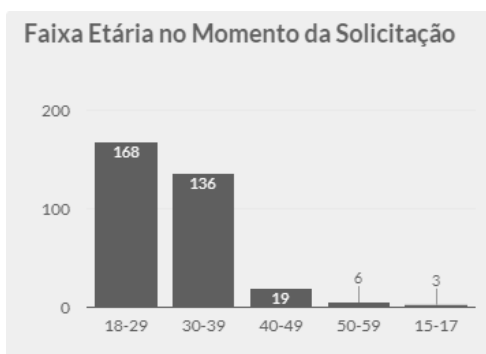
É importante salientar que o mapeamento realizado pelo ACNUR e disponível na plataforma mencionada possui uma margem de erro resultado da complexidade do tema em questão. Dentre as ressalvas apontadas na própria plataforma, destaca-se que o número de refugiados LGBTI no Brasil é maior do que o total de casos apresentados neste mapeamento.

Estão incluídos casos que se referem à perseguição de pessoas com OSIG diversas, incluindo pessoas LGBTI, além de pessoas percebidas enquanto LGBTI, o que inclui, por exemplo, pessoas cisgênero heterossexuais que por seu ativismo político em prol dos direitos humanos das pessoas LGBTI são percebidas enquanto membros desse grupo social. Este perfil não se trata, portanto, de um perfil das pessoas LGBTI solicitantes e refugiadas no Brasil mas sim um mapeamento dos casos relacionados ao tema. Cabe ressaltar que o número de refugiados LGBTI no Brasil é maior do que o total de casos aqui apresentados, uma vez que a maior parte das pessoas não revelam sua identidade de gênero e/ou orientação sexual no âmbito de procedimentos de reconhecimento da condição de refugiado.

Em linhas gerais, o Rio de Janeiro foi o terceiro estado mais procurado para refúgio LGBTI no Brasil (7,5%), sendo São Paulo o estado com maior procura (77,5%). As solicitações foram realizadas em sua maioria por pessoas jovens, na faixa etária entre 18 e 29 anos.



Por fim, apresenta-se o mapeamento realizado pelo ACNUR das solicitações realizadas por OSIG, dentre os quais é possível afirmar que a maioria dos solicitantes se identificam como homens cis e gays.



11.1.4. Vulnerabilidade dos negros cariocas e dos afro-brasileiros

Os dados apresentados a seguir são de fundamental importância para compreender as especificidades para além dos negros cariocas, abrangendo os afro-brasileiros. Com base em diferentes fontes, esta consultoria analisou diversos dados referentes à vulnerabilidade da população brasileira (e, quando possível, carioca) a partir da variável de raça. Em linhas gerais, entende-se como racismo o alto nível de vulnerabilidade a que estão expostos especificamente os cidadãos negros. Os temas que permitem identificar tal vulnerabilidade são: segurança, educação e trabalho. Ao final, serão destacadas algumas manifestações da luta antirracista, sobretudo a nível nacional, justificando a importância das instituições multiplicarem estas ações.

a) Dados sobre segurança

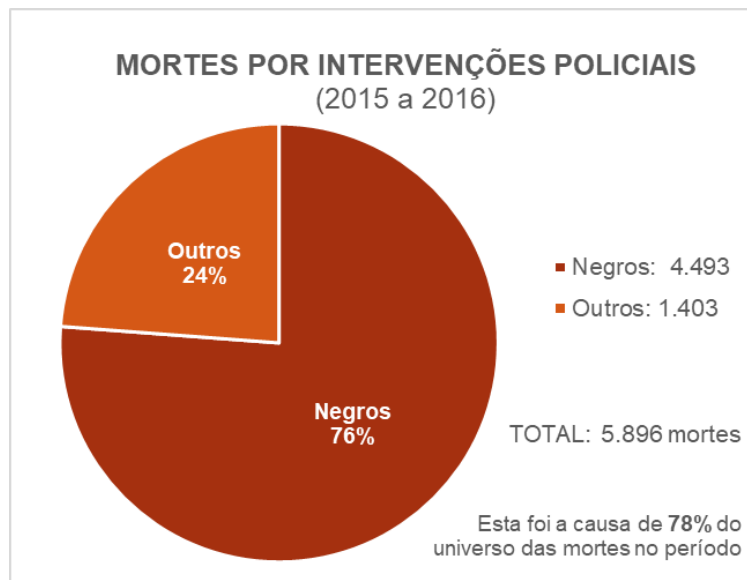
A principal fonte de dados para análise a seguir sobre o tema segurança para a população negra é o Atlas da Violência⁷⁸ (2018), publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Segundo a publicação, uma das maiores evidências da desigualdade racial no Brasil é o alto índice de homicídios contra população negra. Os dados explicitados a seguir, quando não especificados, se referem ao total nacional.

	TAXA DE HOMICÍDIOS	
2010 a 2016	Em negros: cresceu 23,1%	Em não negros: reduziu 6,8%
	Total de mulheres negras: 71%	Total de mulheres não negras: 29%
2015	2,7 vezes maior em negros que em brancos	
2016	2,5 vezes maior que em não negros	

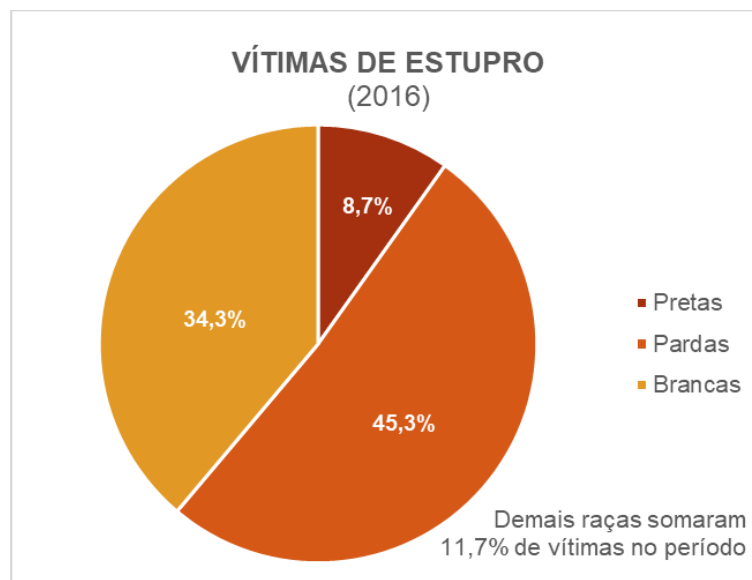
- Quanto à violência letal, é como se negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas) vivessem em países diferentes. (p. 41)
- A desigualdade das mortes violentas por raça veio se acentuando nos últimos dez anos. (p. 03)
- Pode-se dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas. (p. 03)

Segundo o IPEA e o FBSP, a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança (p. 41). Negros são as principais vítimas da ação letal das polícias no Brasil. A proporção de mortes de pessoas negras pelo Estado através das intervenções policiais é quase o triplo da proporção de pessoas brancas.

⁷⁸ Disponível no link: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf - Acesso em 15/11/2018.



Outro índice relevante sobre a violência em relação à raça/cor das vítimas, é a proporção de casos de estupro. Em vítimas declaradas brancas houve redução de 3,4% de 2011 até 2014, sendo que de 2014 a 2016 a taxa permaneceu constante em 34,3%. Entre as vítimas declaradas pardas, os casos cresceram em uma variação de 4,5% entre 2011 e 2016, finalizando em 45,3% dos casos. Entre as vítimas declaradas pretas a taxa permaneceu constante em 8,7%, sem variação durante todo o período.



Após analisar os dados apresentados pelo Atlas da Violência (2018) foi possível chegar às seguintes conclusões:

- Homens jovens negros são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros.
- Negros são predominantes na população prisional do Brasil.
- É com base em evidências como essas que políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil. (p. 41)
- A publicação destaca que o início do ano de 2018 foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco na região central da cidade do Rio de Janeiro; mulher, negra, mãe e moradora da favela da Maré, morta no dia 14 de março em um atentado. "A comoção pública e a transformação de seu nome em símbolo de resistência são sinais de que a violência contra a mulher está deixando de ser naturalizada." (p. 42)
- Esta consultoria considera que o assassinato de Marielle Franco vem reverberando e contribuindo, ainda de forma dolorosa para grande parte da população, para gerar reflexões e debates públicos acerca da violência contra mulheres, sobretudo as mulheres negras.

Há ainda outras formas de violência aplicadas aos negros no país, identificadas como crime de racismo e casos de injúria racial. No Rio de Janeiro, houve aumento de 238% de denúncias de casos de injúria racial em quatro anos: foram 327 em 2013 e passaram a ser 1.108 em 2017. Em entrevista para o jornal O Dia em julho de 2018, o promotor Luís Otávio Figueira, que atua contra as infrações na rede, afirmou que muitos dos casos acontecem na internet e o aumento decorre da conscientização quanto à gravidade das condutas: "Nos crimes praticados pela internet, há produção de provas"⁷⁹.

Diante do expressivo aumento de denúncias de manifestações racistas, esta consultoria atenta a importância de se estimular a criação de delegacias especializadas para esta demanda específica. Em agosto de 2018, foi criada no município do Rio de Janeiro a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)⁸⁰, na estrutura da Polícia Civil do estado, com

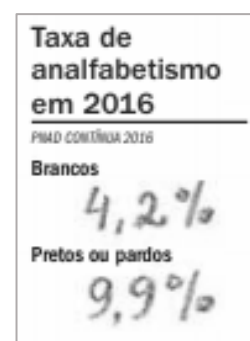
⁷⁹ Disponível no link: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5559588-ofensas-raciais-explodem-na-justica.html#foto=2> – Acesso em 25/11/2018.

⁸⁰ Disponível no link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/com-articulacao-do-mdh-delegacia-de-crimes-raciais-e-criada-no-rio-de-janeiro> – Acesso em 25/11/2018.

inauguração prevista para dezembro do mesmo ano. No entanto, cabe refletir que a garantia de atendimento especializado à população negra e pessoas de religiões de matriz africana vítimas de racismo e intolerância apenas se concretiza no Rio de Janeiro em forma de delegacia 130 anos após a abolição, lembrando que esta mesma cidade foi a porta de entrada da maioria de pessoas negras que chegaram para serem escravizadas no país.

b) Dados sobre educação

Conforme já visto anteriormente, o índice de crianças negras analfabetas é quase o dobro de brancas analfabetas no município do Rio de Janeiro. Tal quadro faz parte de um cenário ainda maior; em 2016 a taxa de analfabetismo no Brasil foi mais que o dobro entre pessoas declaradas negras em relação às pessoas declaradas brancas. O dado coletado pela PNAD Contínua de 2016 está comprovado na Revista Retratos (2018) do IBGE intitulada *Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas?*⁸¹, de onde foi retirado o quadro ao lado com detalhes da porcentagem.



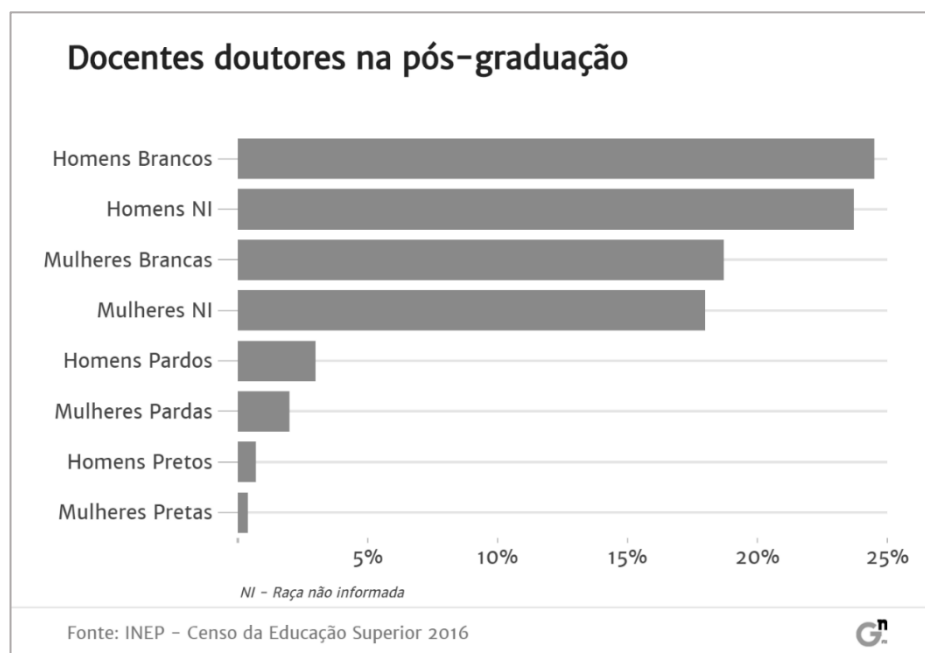
Os reflexos dessa realidade, somados a outros fatores socioeconômicos, afetam toda a trilha educacional afro-brasileira impactando em um ínfimo número de doutores negros docentes em universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas. Os dados apontados a seguir foram divulgados em junho de 2018 pela revista online *Gênero e Número (GN)*⁸²; o Censo da Educação Superior pediu a autodeclaração dos professores via questionário enviado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação.

Quando submetidos à variável de gênero, os dados revelam que mulheres negras com doutorado compõem menos que 3% do total de docentes em pós-graduação no país, sendo apenas 0,4% declaradas pretas. Em contrapartida, os homens brancos com doutorado somam 24% do total nacional, totalizando 13.198, e mulheres brancas com doutorado somam pouco mais de 10.000, ou

⁸¹ Disponível no link: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf - Acesso em 25/11/2018.

⁸² Disponível no link: - <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> - Acesso em 26/11/2018.

seja, 19% do total nacional. A revista GN divulgou em seu site, na mesma reportagem, os dados em forma de gráficos, que seguem abaixo na íntegra.

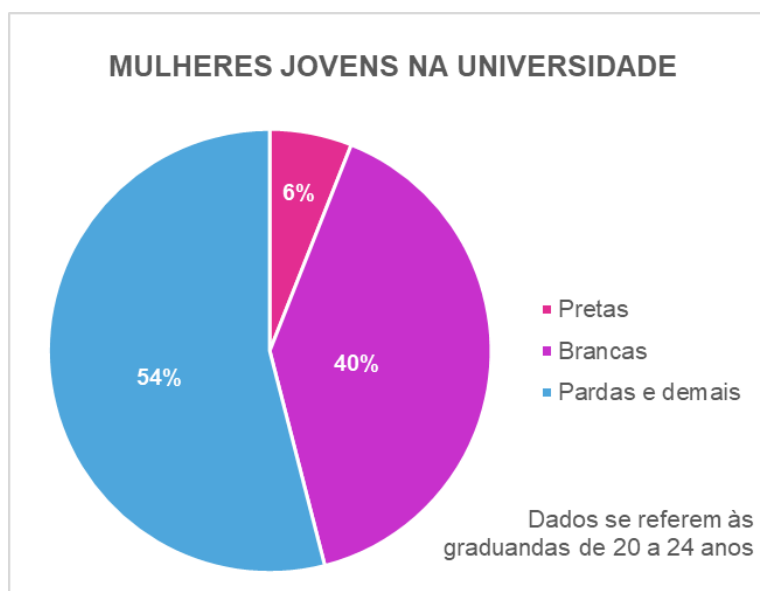


Segundo o último Censo de Educação Superior, ao adicionar a variável geográfica dos estados brasileiros sobre o número total de doutoras docentes pretas, constatou-se que há três unidades da federação que não possuem nenhuma doutora docente preta: Acre, Amapá e Sergipe, que no total têm seis instituições de ensino superior públicas com pós-graduação *stricto sensu*. O Rio

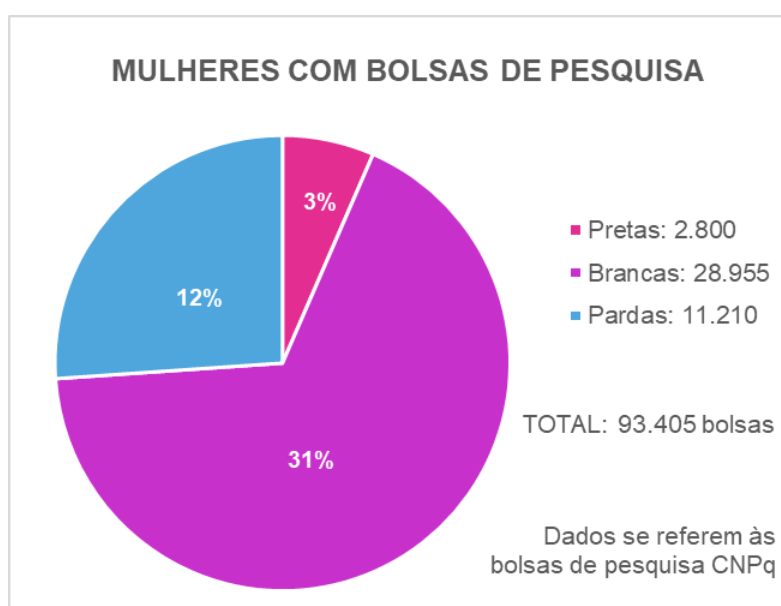


de Janeiro é o terceiro estado com o maior número de doutoras docentes pretas em cursos de pós-graduação, com o total de 18.

Acredita-se que a situação é agravada no início da carreira acadêmica. É alarmante o contraste entre mulheres declaradas brancas e pretas quanto à presença nos cursos de graduação, sendo o número de jovens brancas quase sete vezes superior ao número de jovens pretas.



O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), concede anualmente bolsas para alunos de graduação e pós-graduação e para pesquisadores de instituições de ensino de todo o país.

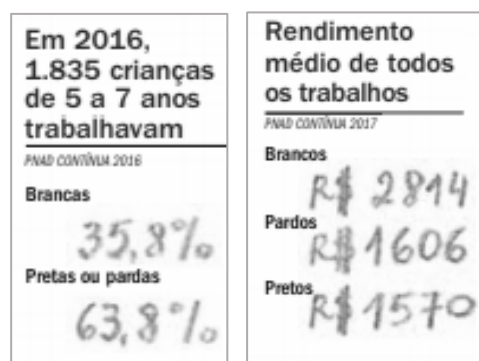


Segundo o site da revista GN, "(...) em 2017 o grupo com a maior fatia das bolsas do CNPq foi o de mulheres brancas, com 31%. As mulheres pretas foram 3% do total de 93.405 bolsistas contemplados. As mulheres pardas receberam 12% das bolsas." A título de comparação, vale salientar que os homens brancos foram 28% dos bolsistas CNPq.

c) Dados sobre trabalho

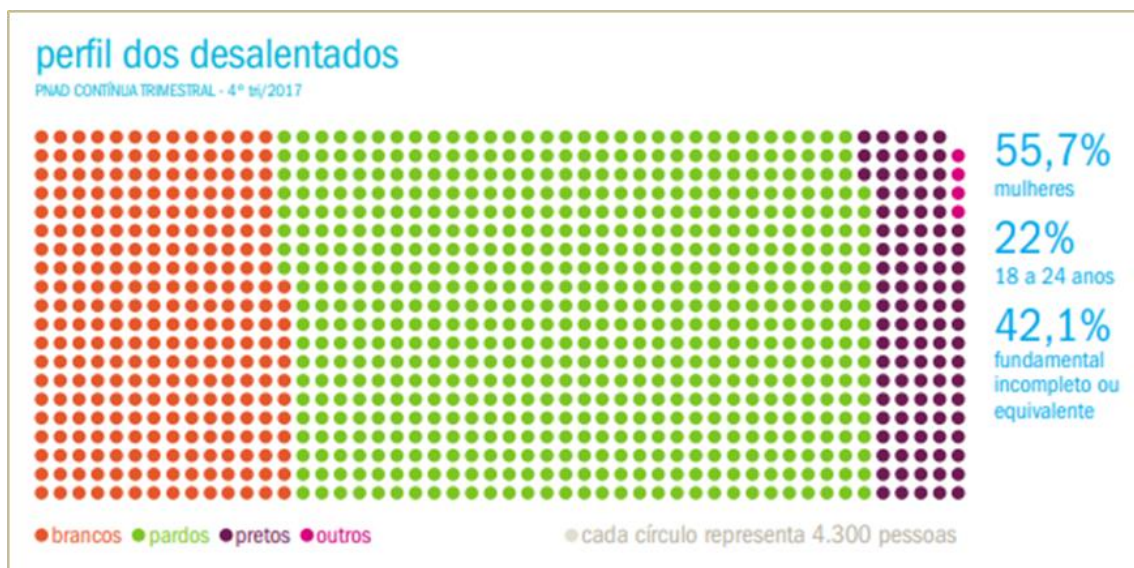
Os dados já mencionados no presente relatório como fatores da realidade afro-brasileira são, majoritariamente, evidências das vulnerabilidades às quais a população negra se encontra exposta no país. Esta consultoria considera que tanto os dados sobre segurança quanto os dados sobre educação afetam diretamente o potencial de rendimento afro-brasileiro.

Sobre os aspectos acerca do trabalho, apresentam-se a seguir (e ao lado) os dados coletados pela PNAD Contínua de 2016, retirados da Revista Retratos (2018) do IBGE intitulada *Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas?*⁸³. Tanto os quadros, quanto o gráfico a seguir foram retirados na íntegra da publicação.



Para além do índice de analfabetismo ser maior entre crianças negras, estas também enfrentam mais um agravante: das crianças que trabalham, mais da metade são pretas ou pardas. A aproximação precoce com o trabalho afasta as crianças negras das escolas, desdobrando-se em dificuldades futuras de qualificação da sua força de trabalho. Para além, há também a questão da subutilização da força de trabalho, que abrange as categorias de pessoas em idade economicamente ativa: desempregadas, desocupadas e desalentadas.

⁸³ Disponível no link: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf - Acesso em 25/11/2018.



Estas três categorias configuram força de trabalho potencial não aproveitada, cujas taxas são muito altas para a realidade afro-brasileira, de onde se vê um abismo diante das mesmas taxas para as pessoas brancas. São identificadas pelo IBGE como desocupadas as pessoas que procuraram emprego e não encontraram e, como desalentadas, pessoas desempregadas que desistiram de procurar emprego.



A esta consultoria chamou a atenção o expressivo crescimento do total de desalentados no país nos últimos anos. Ao pesquisar dados sobre esta categoria, foi possível constatar pelos dados da PNAD Contínua divulgados no site oficial da imprensa governamental⁸⁴, o segundo trimestre de 2018 atingiu 4,83 milhões contabilizados no segundo trimestre, o maior percentual da série histórica.

11.1.5. A importância do fomento à luta antirracista

Depois de interpretar tantos dados coletados em fontes oficiais, à esta consultoria não resta dúvidas sobre a discrepância entre a realidade das pessoas negras contra a realidade das pessoas não negras, especialmente às declaradas brancas. Conforme comprovado através da análise dos dados neste tópico, a desigualdade racial no Brasil é nítida quanto aos aspectos básicos a uma vida

⁸⁴ Disponível no link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/desemprego-e-maior-entre-nordestinos-mulheres-e-negros-divulga-ibge> - Acesso em 05/12/2018.

digna, como moradia, segurança, educação e trabalho. Compreende-se, portanto, que tais aspectos traduzem as múltiplas faces do racismo, que de certa forma assume uma condição estrutural da sociedade brasileira de hoje.

Em um país cuja maioria de seus habitantes são declarados pretos ou pardos, o que se vê é um vasto e complexo grupo de pessoas comumente classificado como minoria, em razão da falta de acesso a direitos básicos. Por considerar que as desigualdades identificadas hoje são fruto da memória latente de um sistema escravista que subalternizava a população negra, é crucial apontar que a luta antirracista é responsabilidade de todos os cidadãos, não apenas os negros. Por esse motivo esta consultoria afirma a importância multiplicação de ações antirracistas em instituições de diferentes naturezas. Reconhecer que a desigualdade racial é uma realidade no Brasil contemporâneo é o primeiro passo na direção de combate ao racismo na prática.

Acredita-se que os museus, enquanto lugares de memória, especialmente aqueles que se deparam com a memória do processo de escravização no Brasil, são responsáveis por estimular reflexões críticas em seus visitantes. Portanto, os museus não só não devem reproduzir atitudes e discursos discriminatórios, como também devem incentivar que seus visitantes não os reproduzam.

Por ser um museu socialmente responsável e pretender prestar serviços (como apoio jurídico e psicológico às vítimas de crimes raciais), esta consultoria reitera a capacidade que o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) tem de movimentar o cenário museal brasileiro a partir de ações públicas sobre questões raciais. Ao lado dos demais museus afro-brasileiros, tem potencial para estimular ações antirracistas na sociedade como um todo. Para isso, recomenda-se que o MUHCAB busque parcerias com campanhas de organizações sociais em prol da luta antirracista, como algumas das indicadas abaixo:

- Jovem Negro Vivo - Anistia Internacional
- Vidas Negras - Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR)
- Década Internacional do Afrodescendente - Organização das Nações Unidas (ONU)

Outra forma de ampliar o alcance de suas ações, é estreitar laços com instituições públicas específicas atuantes e as não específicas a favor da causa. É nessa esfera que acontecem eventos de onde saem importantes diretrizes para as conquistas da luta em questão. Dentre as ações mais recentes, merece

destaque a IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que ocorreu de 27 a 30 de maio de 2018. O Relatório de Comunicação Social do evento está acessível no site oficial da SEPPIR⁸⁵ e aponta mais de 100 propostas visando a promoção da igualdade racial foram aprovadas na plenária final. Abaixo seguem transcritas algumas das propostas aprovadas:

- 1 Adoção de medidas de atenção e reparação, inclusive financeira, em favor das vítimas de racismos, discriminação e injúria racial, xenofobia e qualquer tipo de intolerância;
- 2 Criação de cotas na legislação eleitoral para assegurar candidaturas e representação de indígenas, negros, quilombolas e demais povos de comunidade tradicionais e LGBTs, bem como a ampliação para 50% da cota para mulheres candidatas a cargo eletivo em todos os níveis;
- 3 Garantia do cumprimento das legislações antirracistas já existentes e implantação de novas políticas, programas, projetos e campanhas de conscientização sobre igualdade racial e combate ao racismo;
- 4 Criação, onde ainda não existam, de conselhos municipais, estaduais e regionais de Promoção da Igualdade Racial, bem como fortalecer os conselhos já existentes, assegurando orçamento próprio e caráter deliberativo;
- 5 Garantia da participação dos conselhos nacionais, estaduais e municipais de Promoção da Igualdade Racial em conselhos e demais estruturas de Segurança Pública, Educação, Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Cultura e outros congêneres;
- 6 Criar, nos Tribunais de Justiça e nos Ministérios Públicos de todo o país, varas, juízos e promotorias especializadas em crimes raciais e de racismo religioso, violências territoriais, extermínio da juventude negra, quilombolas, LGBTfobia e outros crimes, e com reserva de 50% das cotas raciais no preenchimento dessas vagas para as mulheres;
- 7 Ampliação e fortalecimento das políticas públicas para a reinserção social e econômica de adolescentes e jovens egressos das instituições de medidas socioeducativas e/ou do sistema prisional;
- 8 Fortalecimento e garantia das condições técnicas e materiais para que estados e municípios façam a adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir);

⁸⁵ Disponível no link: <http://www.seppir.gov.br/IVCONAPIR/manual> - Acesso em 05/12/2018.

- 9 Implementação de uma Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas, com o objetivo de enfrentar as ameaças a esses territórios e promover seu desenvolvimento sustentável;
 - 10 Garantia e incentivo à produção de materiais didáticos e paradidáticos que enfatizem as diversidades étnico-raciais, sexuais e de gênero e a história e cultura africana e afrobrasileira, indígena, quilombola e cigana.
 - 11 Garantia da inclusão de jovens negras e negros, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais por meio de cotas raciais nos programas de estágio e jovem aprendiz, garantida a formação profissional e o incentivo aos estudos regulares, formação continuada e pós-graduação.
- (SEPPIR, 2018, p. 11-12)

Por fim, vale ressaltar que a única fonte pesquisada que mencionou a importância de se cruzar dados vinculados à raça com questões LGBTI foi o site do Núcleo de Estudos da Saúde Pública (NESP) da Universidade de Brasília (UnB) ao relatar sobre o Grupo de Trabalho LGBTI da CONAPIR.

O palestrante Washington Luiz Dias, do Conselho Nacional LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, falou da importância da IV CONAPIR dar conta de todas as especificidades da população negra. “Esperamos que tudo aquilo que foi debatido aqui, do ponto de vista interseccional, seja levado em consideração. A população negra não é um só corpo, uníssono, em que o homem heterossexual é universal”, declarou Dias.

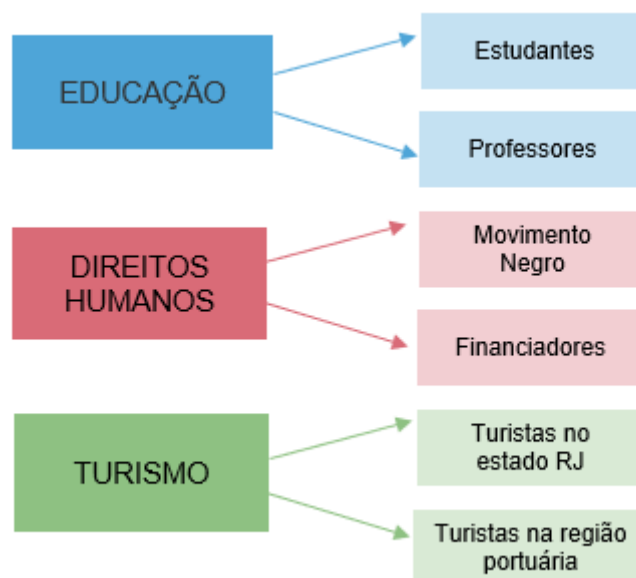
86

Recomenda-se então que o MUHCAB acompanhe o andamento dos trabalhos do GT LGBTI da CONAPIR e busque outras fontes de dados que abordem aspectos da interseccionalidade.

11.2. ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO SECUNDÁRIO

No Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) o público-alvo secundário é entendido por três agrupamentos básicos:

⁸⁶ Disponível no link: <http://www.nesp.unb.br/index.php/noticias/425-saude-e-direitos-da-populacao-negra-e-lgbt-sao-destaques-durante-iv-conapir> - Acesso em 05/12/2018.



Em geral, as plataformas pesquisadas foram das seguintes instituições públicas: IBGE, INEP, Ministério do Turismo, SEBRAE e alguns jornais de alcance nacional. Sobre a janela temporal da pesquisa realizada para a elaboração deste tópico, foram considerados apenas os dados mais recentes. Por este motivo, por exemplo, uma análise aprofundada sobre os turistas nacionais no estado do Rio de Janeiro não foi possível, uma vez que os dados mais atuais divulgados pelo Ministério do Turismo com este recorte datam de 2012. Como nos últimos seis anos muitas mudanças econômicas foram presenciadas no Brasil, considerou-se adequado incluir apenas os dados mais gerais do turismo doméstico no estado. Por outro lado, os dados referentes ao turismo específico na Região Portuária coletados pelo SEBRAE, partem de uma amostragem majoritariamente composta por turistas nacionais.

11.2.1. GRUPO 1: Estudantes e professores em geral

a) Justificativa para o recorte temático

O MUHCAB tem enorme potencial para movimentar a prática educativa incentivando debates sobre questões raciais, sobretudo nas escolas. O investimento em capacitar professores para trabalhar em sala de aula a história e a cultura afro-brasileira, nos moldes do que exige a Lei nº 10.639/2003, passa a ser um convite para que estes mesmos professores levem seus alunos a visitar o museu e incentivem outros professores da escola a fazer o mesmo. Para os

que não tiverem a disponibilidade de estar presencialmente, o MUHCAB pode oferecer materiais disponíveis para download e exposições virtuais em seu site oficial. Acima de tudo, estudantes e professores, tanto do ensino básico, quanto do ensino superior, são entendidos por esta consultoria como multiplicadores e parceiros fundamentais para a transformação social pretendida.

b) Perfil dos estudantes de ensino básico e superior

A partir de pesquisa na plataforma Cidades IBGE⁸⁷ apresentam-se os seguintes dados sobre a educação básica.

Número de escolas em 2017

	Nível Pré-escolar	Nível Fundamental	Nível Médio
Brasil	105.200	131.606	28.558
Estado RJ	6.486	7.680	2.269
Município RJ	2.140	2.285	761

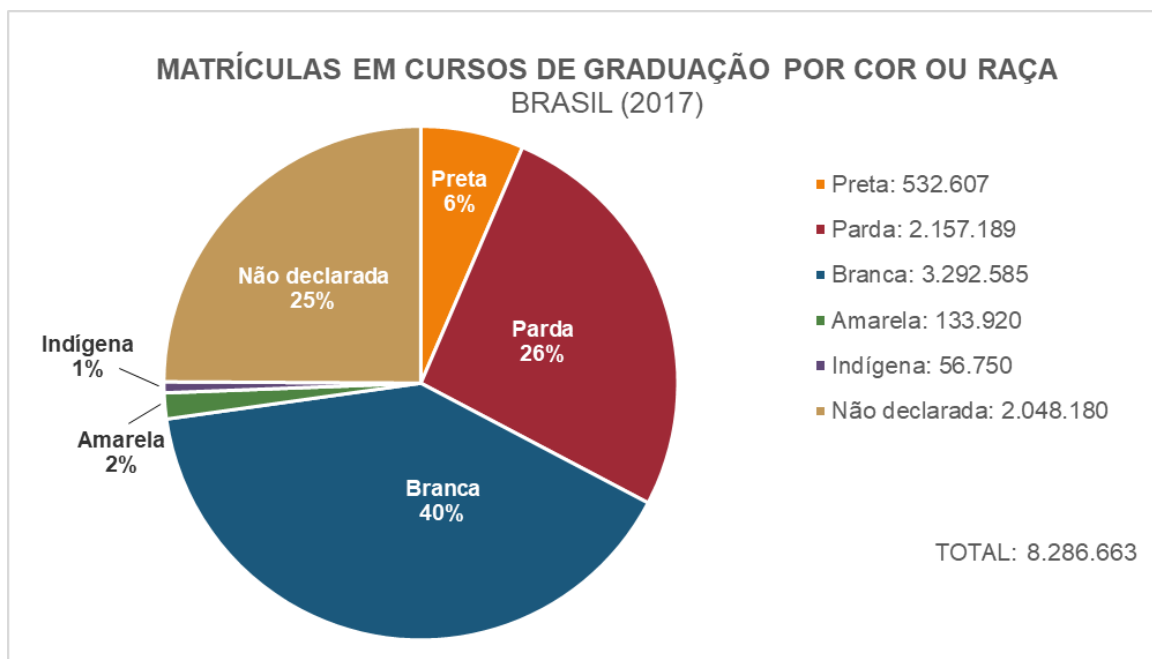
Número de matrículas em 2017

	Nível Pré-escolar	Nível Fundamental	Nível Médio
Brasil	5.101.935	27.348.080	7.930.384
Estado RJ	363.638	2.019.459	573.300
Município RJ	141.598	738.722	220.147

Os dados gerais sobre a educação superior foram coletados diretamente do site do INEP⁸⁸.

⁸⁷ IBGE aponta que os dados desta plataforma têm como fonte o Censo Educacional do INEP de 2017. Plataforma disponível no link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/13/5908?indicador=5903&localidade1=330455&localidade2=Q> – Acesso em 10/12/2018.

⁸⁸ <http://portal.inep.gov.br/web/quest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>



Após analisá-los, constata-se que atualmente no Brasil um em cada quatro estudantes de nível superior prefere não declarar a sua cor ou raça e só 32% se declaram negros (pretos ou pardos). Quando são analisados os dados sobre aqueles que concluíram o ensino superior, observa-se que “a chance de ter um diploma de graduação aumentou quase quatro vezes para a população negra nas últimas décadas no Brasil.(...) desde as primeiras experiências de ações afirmativas no ensino superior, o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação cresceu de 2,2%, em 2000, para 9,3% em 2017”⁸⁹.

Após pouco mais de 15 anos, nota-se uma expressiva mudança no perfil do estudante universitário brasileiro. O cenário acadêmico, tradicionalmente eurocêntrico, também vem mudando o seu perfil de produção e temas de pesquisa. A movimentação provocada pelas ações afirmativas nas universidades vem questionando o racismo institucional e aos poucos abrindo portas para os debates acerca das questões raciais no Brasil na academia. Vê-se um crescente número de universitários com pesquisas afrocentradas e interesse em debater o tema.

Desde 2009 está em andamento a pesquisa sobre doutoras professoras negras, intitulada *Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais*, que apontam para um ciclo do racismo institucional, que impede a

⁸⁹ Cotas foram revolução silenciosa no Brasil. Disponível no link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista> - Acesso em 02/12/2018.

ascensão de docentes negras. A responsável pela pesquisa é Joselina da Silva, doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e orientadora de alunos dos programas de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nas áreas de Sociologia e Educação, por exemplo, Joselina da Silva afirma que “(...) o racismo institucional se apresenta na falta de reconhecimento da instituição sobre a validade científica de discutir temas como gênero e raça”⁹⁰.

A esta consultoria cabe ressaltar que a resistência ao racismo institucional na academia vem crescendo nos últimos anos. Em maio de 2014, por exemplo, foi publicado no site da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como as políticas públicas de ações afirmativas (como as cotas) tem movimentado as pesquisas acadêmicas, manifestando-se em um aumento de publicações de artigos sobre o tema.

O professor e membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade de Brasília (UNB), Nelson Inocencio, que está engajado nas causas raciais desde 1978 e estuda o tema desde os anos 1980, conta que os estudos sobre relações raciais já existem na academia desde os anos 1950. (...) Como consequência, pesquisas acadêmicas voltadas ao campo racial passaram a receber um incentivo maior do governo, servindo também de estímulo para que pesquisadores se interessassem no tema. Inocencio acredita que as pesquisas nos temas raciais continuarão crescendo também nos trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado. “No passado, quem pesquisava o assunto tinha perfil de ativista. Hoje, não necessariamente é assim. É importante que brancos também leiam e participem da discussão, porque o racismo não é um problema do negro, mas da sociedade brasileira”⁹¹

⁹⁰ Disponível no link: - <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> - Acesso em 26/11/2018.

⁹¹ Disponível no link: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/05/14/temas-raciais-ganham-folego-nas-universidades-brasileiras/> - Acesso em 26/11/2018.

c) Perfil dos professores no ensino básico

Na definição do público-alvo primário do MUHCAB, na análise sobre a realidade da educação para a população negra, já foram delineados alguns aspectos sobre a composição racial dos professores no ensino superior. Com o objetivo de obter um panorama acerca do perfil dos professores do ensino básico, realizou-se pesquisa na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Plataforma de Indicadores Educacionais⁹². Não foram encontrados dados acerca da composição racial dos docentes do ensino básico a partir dos dados apurados pelo INEP. Nesse caso, a esta consultoria somente foi possível obter o total absoluto nas esferas municipal, estadual e nacional.

Número de docentes em 2017

	Nível Pré-escolar ao Fundamental	Nível Médio (técnico, regular, normalista)
Brasil	320.321	509.814
Estado RJ	23.579	45.483
Município RJ	8.513	16.298

Considerou-se relevante mapear o percentual de professores com diploma universitário atuantes no estado do Rio de Janeiro. Lembrando o diagnóstico realizado na Etapa 2 por esta consultoria, é recomendado que o MUHCAB desenvolva convênios com universidades para atuação voluntária no Setor Educativo de estudantes de cursos de Pedagogia e demais áreas que demandam licenciatura. Lembrando que essa possibilidade responsabiliza o MUHCAB a acompanhar e avaliar os voluntários para que sua atuação integre a carga horária de estágio curricular obrigatório.

⁹² Disponível no link: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/indicadores-educacionais> - Acesso em 26/11/2018.

Percentual de docentes com curso superior que lecionam no estado do Rio de Janeiro em relação à média nacional (2017)

Educação Infantil = 44,4% (nacional: 67,8%)
Ensino Fundamental = 76,3% (nacional: 82,1%)
Ensino Médio = 96,2% (nacional: 93,8%)
Educação Profissional = 78,5% (nacional: 90,1%)
Educação de Jovens e Adultos = 94,8% (nacional: 85,5%)
Educação Especial = 76,6% (nacional: 88,7%)

É possível afirmar que no estado do Rio de Janeiro há proporcionalmente mais docentes do Ensino Médio com curso superior do que a média nacional. Esse dado aponta para um enorme potencial que o MUHCAB tem de mobilizar jovens do Ensino Médio a partir da capacitação de formandos em licenciatura de diversas áreas do conhecimento, pois em breve serão professores devidamente preparados para abordar questões raciais nas salas de aula.

Seguindo a mesma lógica de repercussão, outro dado que contribui para que o MUHCAB potencialize a ressonância de suas ações através das escolas, é o expressivo número de professores com curso superior que lecionam para jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro (94,8%). Muitos dos jovens e adultos que frequentam a escola já lideram famílias e podem compartilhar os aprendizados da sala de aula com sua família em casa.

Por fim, o percentual de professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Profissional e Educação Especial com curso superior lecionando no estado do Rio de Janeiro é menor que a média nacional. Esse dado aponta que a melhor estratégia para alcançar os professores da educação básica pode ser realizar ações diretamente com as escolas ou promovendo capacitação com os níveis centrais das secretarias de educação do município e do estado.

11.2.2. GRUPO 2: Movimentos Negros e Financiadores

a) Justificativa para o recorte temático

Os direitos humanos sempre ocuparam um grande espaço na pauta dos movimentos sociais e, recentemente, vem ganhando espaço também entre

organizações de notável influência econômica. Há novos investidores em causas que antes não eram debatidas no setor privado, incluindo temas vinculados às questões raciais especialmente focadas em contribuir com a igualdade racial no Brasil.

b) Organizações do Movimentos Negros

Durante a Etapa 2, a consultoria de Produção Cultural realizou diagnóstico de *stakeholders* do MUHCAB e mapeou diversos atores com os quais o museu pretende estreitar laços. De todos os atores, consideram-se público-alvo secundário aqueles vinculados ao Movimentos Negros e que ainda não aparecem contemplados no Conselho Consultivo.

Além de todos os atores mencionados, destacam-se aqui as organizações da população negra que atuam diretamente com o acompanhamento da Lei nº 10.639/2003, que tem poder de fiscalizar a sua aplicação. Segundo o *Guia de Atuação Ministerial do Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação*, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e Ação Educativa⁹³, o Movimentos Negros brasileiro reúne importantes acúmulos em exigibilidade jurídica junto ao sistema de Justiça, que vem contribuindo para a superação do racismo, exemplificadas pelas três organizações descritas a seguir:

ORGANIZAÇÃO	DESCRIÇÃO ⁹⁴
CEERT – CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES	<i>É uma organização não governamental, criada em 1990, que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. Seus principais projetos estão nas áreas de acesso da população negra à Justiça, ao direito de igualdade racial, à liberdade de crença, de implementação de políticas públicas, de educação, saúde e relações de trabalho. Acerca de processos de exigibilidade jurídica da Lei 10.639/2003, cumpre destacar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal e onze</i>

⁹³ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E AÇÃO EDUCATIVA. *Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003*. Brasília: 2015, 1ª edição. Disponível no link: http://www.cnpm.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/LIVRO_Guia_Ministerial_Igualdade_racial_WEB.pdf - Acesso em 02/12/2018.

⁹⁴ (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E AÇÃO EDUCATIVA, 2015, p. 39-40)

	<p><i>municípios do interior de São Paulo, em 2011, garantindo a introdução do ensino de História e Cultura Afro-brasileira no sistema curricular das escolas municipais, por meio do apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal de São Carlos. Cada município da região de São Carlos assumiu o compromisso legal de elaborar uma diretriz educacional específica para cumprimento do termo, conforme proposto nos referenciais 1.1 deste Guia, com base na Lei 10.639/2003 e no artigo 11 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010). Além disso, cada município deve criar um núcleo, no âmbito da administração pública, para auxiliar e fiscalizar a implantação da política. (www.ceert.org.br)</i></p>
<p>IARA – INSTITUTO DE ADVOCACIA RACIAL E AMBIENTAL</p>	<p><i>Criado em 2003, é atuante nas áreas de Direito Racial e Ambiental, tendo uma atuação de destaque em ações jurídicas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial em diferentes áreas. Em 2005, o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, em conjunto com outras organizações não governamentais e representantes do movimento negro, ingressaram junto ao Ministério Público Federal com uma Representação alegando a ausência da implementação da Lei 10.639/03. A denúncia foi distribuída em todo País solicitando a instauração de inquéritos civis públicos no âmbito dos ministérios públicos estaduais e federais de todo o País e requeria intimação dos diretores de escolas públicas e privadas em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro, por meio da abertura de Inquérito Civil Público. Depois dessa iniciativa foram iniciados inquéritos civis para apuração do cumprimento da Lei em vários estados. O IARA também é responsável pela propositura de ações para exibição de documentos, solicitando que as escolas públicas e privadas apresentassem seus currículos para verificação sobre a inclusão da disciplina de História e cultura afro-brasileira. Também propôs um mandado de segurança, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, solicitando que sejam contextualizadas obras didáticas que apresentem preconceitos, estereótipos ou discriminações de qualquer ordem. (www.iara.org.br)</i></p>
<p>GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA</p>	<p><i>O Instituto de Mulher Negra foi fundado em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Posiciona-se também contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização da plena</i></p>

<i>cidadania, tais como: a lesbofobia, a homofobia, os preconceitos regionais, o credo, a opinião e a classe social. No campo da exigibilidade jurídica, Geledés criou o SOS Racismo – Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial, representando vítimas junto ao Sistema de Justiça e às Instâncias Internacionais de Direitos Humanos, com o objetivo de contribuir para a realização da igualdade de direitos no País. (www.geledes.org.br)</i>
--

Por fim, considera-se que o perfil deste tópico precisa se expandir e recomenda-se que o MUHCAB conte com o apoio do Conselho Consultivo para mapear novos grupos do Movimentos Negros para alcançar.

c) Organizações financiadoras

Nos últimos anos vem crescendo a adesão de ações afirmativas em organizações e empresas, sobretudo nas grandes capitais do Brasil. O ano de 2018 está sendo considerado pela mídia como um marco no incentivo a mulheres negras a se tornarem lideranças políticas. Em abril, as fundações se uniram e doaram R\$ 33 milhões para programa que trabalha por equidade racial. Segundo o jornal Folha de São Paulo, a inspiração para a iniciativa é a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em março deste ano.

As fundações Ford, Open Society e Ibirapitanga vão doar US\$ 3 milhões (equivalente a R\$ 10 milhões) ao Fundo Baobá, que atua buscando equidade racial no Brasil. A Fundação Kellogg, que já trabalha com o Baobá, doará outros US\$ 7 milhões, de modo que o montante destinado ao programa será de US\$ 10 milhões (equivalente a R\$ 33 milhões).⁹⁵

A mesma reportagem aponta a justificativa para este investimento a partir do significado do assassinato de Marielle Franco na declaração do diretor de uma das fundações.

“Marielle representava a possibilidade de uma mulher negra, da favela, bissexual chegar em espaços de poder. Seu assassinato brutal foi uma tentativa de dizer que essa possibilidade não existe. É fundamental que anunciemos para o mundo que o Brasil produzirá novas Marielles. Que mulheres negras das periferias ocuparão espaços de poder e que esse

⁹⁵ *Fundações se uniram para criar um programa que pretende incentivar mulheres negras a se tornarem lideranças políticas.* Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/fundacoes-criam-programa-de-incentivo-a-novas-marielles.shtml> - Acesso em 23/11/2018.

caminho não tem volta”, justifica Pedro Abramovay, diretor da Open Society Foundations para a América Latina.

Tais organizações compõem o público-alvo secundário do MUHCAB, pois já se mostram sensíveis aos impactos da desigualdade racial no Brasil e, portanto, podem vir a ser aliados e financiadores das ações do museu.

11.2.3. GRUPO 3: Turistas no estado e no território

a) Justificativa para recorte temático

O Rio de Janeiro é considerado a capital turística do Brasil e nos últimos anos experimentou dois grandes eventos que movimentou a economia local a partir do turismo: a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Este último movimentou especialmente a Região Portuária do município do Rio, que teve sua infraestrutura amplamente modificada para sediar a transmissão ao vivo de diversas competições, com telões na Praça Mauá, além de apresentações de shows e diversas outras atividades de cultura e lazer.

O MUHCAB considerar os turistas como parte de seu público-alvo secundário significa poder contar também com um potente público consumidor dos serviços que pretende vender. Os afro-empresendedores que pretendem estar presentes nas feiras organizadas neste museu de território podem se beneficiar a partir do investimento que o MUHCAB fará neste público. Além disso, os turistas internacionais podem ser fortes aliados para fazer reverberar as ações do museu em outros países e continentes.

b) Turismo internacional no estado do Rio de Janeiro

A pesquisa sobre o turismo no estado do Rio de Janeiro foi pautada no estudo realizado pelo Ministério do Turismo (MTur) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) intitulado *Estudo da Demanda Turística Internacional 2013-2017*⁹⁶ de onde foram transcritos os dados abaixo.

⁹⁶ Disponível no link: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html> – Acesso em 15/11/2018.

CARACTERÍSTICA DA VIAGEM					
	2013	2014	2015	2016	2017
PAÍS DE RESIDÊNCIA	(%)				
Argentina	24,7	25,4	26,3	25,6	33,2
Chile	7,7	6,7	7,9	9,0	11,1
Estados Unidos	11,5	11,4	11,5	12,2	7,9
França	5,7	6,1	6,5	6,0	5,6
Reino Unido	4,5	5,5	5,5	5,5	5,2
Alemanha	3,9	4,0	3,9	3,6	3,3
Uruguai	1,9	2,0	3,0	2,6	2,7
Portugal	2,5	2,3	2,6	2,1	2,4
Colômbia	2,8	2,8	2,0	2,2	2,4
Espanha	2,3	2,1	2,3	2,0	2,0
MOTIVO DA VIAGEM	(%)				
Lazer	55,3	69,9	67,1	67,6	70,1
Negócios, eventos e convenções	19,4	16,3	16,1	17,4	13,0
Outros motivos	25,3	13,8	16,8	15,0	16,9
MOTIVAÇÃO DA VIAGEM A LAZER	(%)				
Sol e praia	60,4	37,8	59,7	55,4	60,6
Natureza, ecoturismo ou aventura	19,2	11,2	16,1	18,5	19,0
Cultura	17,2	14,3	21,6	15,9	18,2
Esportes	1,1	1,5	1,1	1,1	1,1
Diversão noturna	1,1	0,4	0,6	0,5	0,6
Viagem de incentivo	0,4	0,3	0,4	0,2	0,2
Outros	0,6	34,5	0,5	8,4	0,3
<i>Lazer relacionado a grandes eventos</i>	--	34,3	--	8,2	--
<i>Outras motivações de lazer</i>	0,6	0,2	0,5	0,2	0,3
COMPOSIÇÃO DO GRUPO TURÍSTICO	(%)				
Família	15,3	14,6	18,6	19,4	21,5
Sozinho	32,7	33,0	32,7	31,6	28,6
Casal sem filhos	23,5	19,9	27,4	25,8	29,0
Amigos	20,3	25,9	15,8	16,7	16,8
Outros	8,2	6,6	5,5	6,5	4,1
GASTO MÉDIO PER CAPITA DIA NO BRASIL	(US\$)				
Lazer	91,52	107,91	84,92	83,13	76,48

Negócios, eventos e convenções	103,68	83,74	86,13	82,13	91,38
Outros motivos	54,11	49,56	44,07	48,10	44,22
Total	80,72	89,24	73,62	74,16	68,55
PERMANÊNCIA MÉDIA NO BRASIL	(pernoites)				
Lazer	11,5	12,9	11,0	10,7	11,0
Negócios, eventos e convenções	17,6	22,0	15,4	16,5	13,3
Outros motivos	22,6	30,9	23,3	22,7	25,2
Total	15,0	16,5	13,5	13,2	13,5
PERMANÊNCIA MÉDIA NO RJ	(pernoites)				
Lazer	7,1	8,2	7,0	7,1	7,3
Negócios, eventos e convenções	9,8	11,9	10,0	12,2	9,1
Outros motivos	12,7	16,6	12,6	13,7	14,2
Total	9,2	10,7	8,7	9,2	9,1

ORGANIZAÇÃO DA VIAGEM					
	2013	2014	2015	2016	2017
FONTE DE INFORMAÇÃO	(%)				
Internet	44,7	50,9	55,1	57,0	61,0
Amigos e parentes	22,2	22,2	21,2	20,4	21,0
Viagem corporativa	11,5	11,0	8,9	9,1	6,7
Agência de viagens	10,1	6,9	7,8	6,9	6,7
Guias turísticos impressos	5,9	6,1	4,9	4,6	2,8
Feiras, eventos e congressos	1,8	0,7	1,3	0,8	1,2
Folders e brochuras	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1
Outros	-	1,9	0,6	1,0	0,5

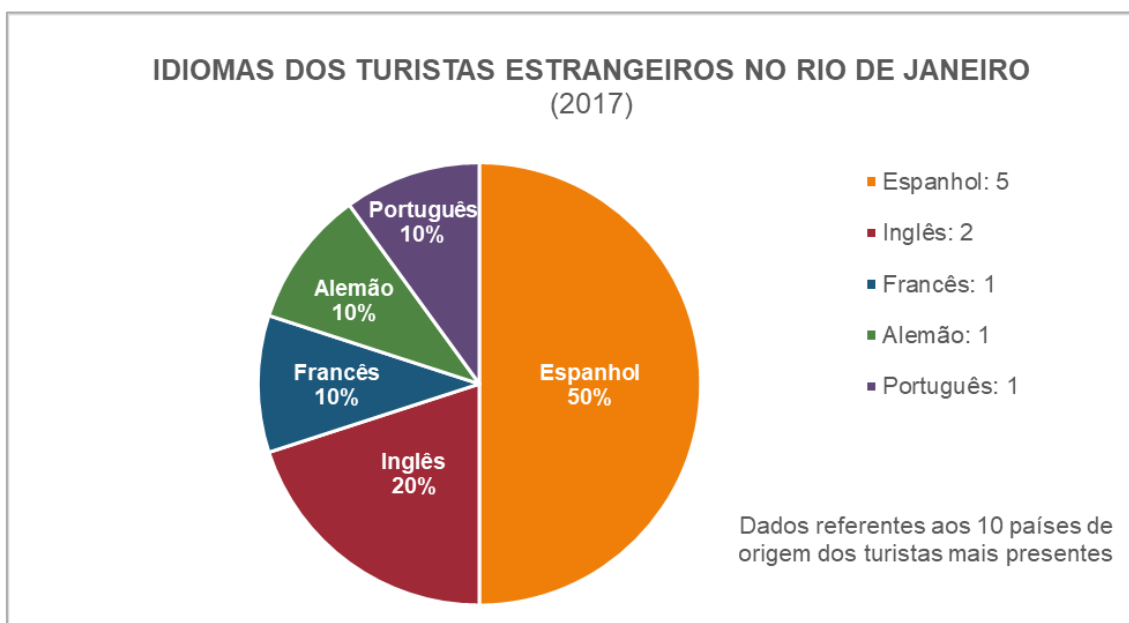
FIDELIZAÇÃO AO DESTINO					
	2013	2014	2015	2016	2017
FREQUÊNCIA DE VISITA AO BRASIL	(%)				
Primeira vez	49,3	50,9	47,0	49,3	45,3
Outras vezes	50,7	49,1	53,0	50,7	54,7
INTENÇÃO DE RETORNO AO BRASIL	(%)				
Sim	94,1	94,2	94,4	92,6	93,6
Não	5,9	5,8	5,6	7,4	6,4

PERFIL SOCIOECONÔMICO					
	2013	2014	2015	2016	2017
GÊNERO	(%)				
Masculino	59,1	68,9	59,1	60,6	58,2
Feminino	40,9	31,1	40,9	39,4	41,8
GRUPO DE IDADE	(%)				
18 a 24 anos	15,0	14,4	12,6	12,6	12,7
25 a 31 anos	24,9	29,6	25,5	26,5	24,8
32 a 40 anos	22,6	24,0	24,2	22,2	21,8
41 a 50 anos	17,6	15,5	18,4	17,4	17,5
51 a 59 anos	10,7	9,4	10,9	11,7	13,1
60 anos ou mais	9,2	7,1	8,4	9,6	10,1
GRAU DE INSTRUÇÃO	(%)				
Sem educação formal	-	0,0	0,1	0,1	0,0
Fundamental	1,5	1,5	1,3	1,3	1,6
Médio	21,8	23,7	23,1	22,2	24,0
Superior	45,6	48,8	48,2	48,0	45,2
Pós-graduação	31,1	26,0	27,3	28,4	29,2
RENDA MÉDIA MENSAL	(US\$)				
Familiar	4.566,50	4.851,57	4.247,88	4.027,38	3.863,86
Individual	3.470,59	3.580,14	3.059,28	2.609,62	2.481,52

Segundo os dados acima, o Rio de Janeiro é o principal destino do Brasil para turistas estrangeiros que viajam a lazer, mobilizados primeiramente pelas praias (pouco mais de 60%), sendo os atrativos culturais a terceira motivação (quase 20%). Para além, vale ressaltar que, do total de estrangeiros que viajaram ao Rio de Janeiro em 2017, mais de 70% foi a lazer. Por este motivo a maior parte da leitura sobre a demanda turística a seguir terá como base este perfil de turistas.

Os argentinos são os estrangeiros que em disparado realizam viagens ao estado do Rio de Janeiro a lazer, totalizando 33,2% dos turistas internacionais no último ano, mais que o dobro dos chilenos (11,1%), que ocupam o segundo

lugar nesta procura. A fim de obter um panorama dos idiomas mais falados pelos turistas internacionais, organizou-se o ranking dos dez países de origem mais expressivos nos últimos anos no seguinte gráfico:



Ampliando ainda mais a análise sobre a origem dos turistas internacionais no estado do Rio de Janeiro, foi gerada também a seguinte tabela na Base de Dados⁹⁷ do Ministério do Turismo, onde é possível verificar o quantitativo de turistas de cada continente nos últimos três anos.

Continentes	Unidade da Federação	2015	2016	2017
África	Rio de Janeiro	19.805	16.713	17.725
América Central e Caribe	Rio de Janeiro	12.110	13.815	11.950
América do Norte	Rio de Janeiro	230.802	256.904	158.575
América do Sul	Rio de Janeiro	540.441	597.780	684.881
Ásia	Rio de Janeiro	50.142	70.788	48.067
Europa	Rio de Janeiro	504.991	499.184	418.624
Oceania	Rio de Janeiro	17.867	24.922	15.794
Continentes não especificado	Rio de Janeiro	20	15	0

O público masculino é geralmente mais atraído para o Rio de Janeiro do que o feminino, sendo quase 60% do total. Sobre a composição familiar, os casais sem filhos foram os mais presentes em 2017 (29%), logo seguidos dos que viajaram sozinhos (28,6%).

⁹⁷ Disponível no link: <http://basededados.turismo.gov.br/> - Acesso em 02/12/2018.

Quase metade de todos os estrangeiros turistas no estado do Rio de Janeiro tem entre 25 e 40 anos e possuem curso superior completo. Sobre o grau de instrução, destaca-se também o índice de pessoas com pós-graduação completa, que em 2017 foi praticamente 30% de todos os estrangeiros, seja viajando a lazer ou não. No geral os turistas aproveitam o lazer no Rio de Janeiro por uma semana inteira (sete pernoites) e gastam quase 77 dólares por dia. Nos últimos cinco anos, o Rio de Janeiro atraiu estrangeiros com renda mensal média individual de três mil dólares.

Destaca-se também o método de organização da viagem de quem não vive no Brasil. De todos os estrangeiros que visitaram o Rio de Janeiro em 2017, 61% planejou sua viagem buscando informações na internet. Apenas 6,7% obteve informações com agências de viagens e os guias turísticos impressos serviram de fonte para a organização de apenas 2,8% dos turistas.

Esta consultoria considera de extrema relevância o Setor de Comunicação do MUHCAB estar atento a essas informações, especialmente sobre o tipo da fonte de informações que os estrangeiros buscam. Quando pretender atrair turistas internacionais, sobretudo em alta temporada, é recomendado que o MUHCAB invista em divulgação na internet, buscando inclusive constar em divulgação dos hotéis. É importante que o MUHCAB esteja atento às avaliações que os internautas fazem sobre as suas atividades, serviços e instalações. No entanto, como 21% dos estrangeiros organizam sua viagem com base na informação cedida por amigos e parentes e, por isso, recomenda-se investir também na experiência do visitante internacional do MUHCAB, que tem grandes chances de atrair ainda mais visitantes de fora do país para suas instalações. Outro ponto importante é museu investir na diversidade de atividades para este público. Mais da metade dos estrangeiros (quase 55%) já visitou o Brasil outras vezes, sendo que, do total, é praticamente unânime o desejo de retornar (quase 94%).

c) Turismo na Região Portuária do município do Rio de Janeiro

Este tópico utilizou como fonte de dados o levantamento realizado pelo SEBRAE em 2016 para traçar o perfil turístico da Região Portuária, com estudos setorizados no período de baixa temporada, alta temporada e olimpíadas, denominadas *Pesquisa de Percepção Turística da Região Portuária*, dentro do

escopo do Projeto SEBRAE no Porto. A publicação específica utilizada foi um cruzamento dos dados de toda a pesquisa: *Relação das Pesquisas de Percepção Turística da Região Portuária*⁹⁸.

O conjunto formado pelas três pesquisas reuniu opiniões dos usuários, permitindo a obtenção de informações importantes sobre o que necessitam para uma estadia agradável. A realização de abordagem em três momentos permite um olhar pragmático e prolongado sobre o turismo na Região Portuária, reforçando a importância de sua execução e possibilitando traçar os diferentes perfis de público ao longo do ano.

Deve-se ressaltar que a pesquisa aqui apresentada é focada na análise dos entrevistados com relação à infraestrutura local, o comércio e aos serviços de apoio à visitação, passando pela absorção do conceito de turismo de experiência pelo novo perfil de turista, o qual procura uma interação com o ambiente e a vivência com a comunidade local. (SEBRAE, 2016, p. 6)

Quanto à metodologia, o SEBRAE realizou a pesquisa de acordo com entrevistas por meio de um questionário formatado e aplicado por equipe de entrevistadores. “Como forma de os entrevistados identificarem melhor os atrativos da Região Portuária, foi utilizado um cartão de variáveis.” (SEBRAE, 2016, p. 8)

A delimitação temporal refere-se aos seguintes meses, com as respectivas amostragens:

- **Fevereiro** = alta temporada = 444 turistas, sendo 349 nacionais e 95 estrangeiros.
- **Junho** = baixa temporada = 277 turistas, sendo 270 nacionais e 7 estrangeiros.
- **Agosto** = durante a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 = 643 turistas, sendo 610 nacionais e 33 estrangeiros.

Abaixo seguem partes da pesquisa do SEBRAE com dados comparativos entre as temporadas alta (fevereiro), baixa (junho) e olímpica (agosto). Logo em

⁹⁸ Disponível no link: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Rela%C3%A7%C3%B5es%20das%20pesquisas-Final.pdf> – Acesso em 22/11/2018.

seguida apresenta-se a leitura que esta consultoria fez sobre estes dados, dividida em tópicos.



Fidelização dos turistas que retornam - Um expressivo número de turistas (quase 90%) da alta temporada já havia visitado a Região Portuária antes. Diante dos dados apontados, acredita-se que os turistas da alta temporada são os que tem o maior índice de retorno. Recomenda-se então que o MUHCAB desenvolva atividades inéditas e atraentes para a época, visando fidelizar os turistas a partir de experiências marcantes. Para além, ao cruzar os dados sobre a frequência com os dados sobre o tempo de permanência na região, conclui-se que é também na alta temporada que os turistas permanecem menos tempo na Região Portuária; mais de 80% permanece apenas um dia. Considerando que no mesmo território há outros três atrativos culturais de grande porte (Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio e, atualmente, o AquaRio), uma estratégia possível é então realizar atividades integradas com os equipamentos do entorno, especialmente com os museus, que também são geridos pela Secretaria Municipal de Cultura.

Relação com municípios vizinhos - No período de baixa temporada, o local de procedência de maior índice dos turistas nacionais (universo de 277 pessoas) é o estado do Rio de Janeiro (21,4%). É também nesse período que a maioria dos turistas (quase 60%) nunca havia visitado a Região Portuária. Tal informação é relevante para que o MUHCAB intensifique parceria com outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Acredita-se que investir em narrativas que unam as memórias do território com as memórias de todo o estado pode ser estratégico para o MUHCAB durante o período, bem como investir na divulgação intraestadual nos demais períodos, para alimentar o interesse de turistas de municípios vizinhos. Tais investimentos se justificam também pelo fato de ser na baixa temporada que os turistas permanecem na Região Portuária por mais de um dia.

Excelência no atendimento sob alta demanda – Conforme já apontado em tópicos anteriores, as recentes transformações estruturais da Região Portuária, junto aos investimentos que vem atraindo, alçaram a região a uma alta demanda turística. A partir dos dados coletados pelo SEBRAE, a avaliação do atendimento dos empreendimentos culturais e de lazer em

período de alta temporada é majoritariamente classificado como *bom*, com uma expressiva variação de 40 pontos percentuais entre *bom* e *muito bom*. Entende-se que essa avaliação correspondeu sobretudo ao atendimento oferecido pelo Museu de Arte do Rio e pelo Museu do Amanhã. Esta consultoria considera que, dentre as possíveis interpretações para mais de 60% dos turistas em alta temporada não avaliarem tal atendimento como *muito bom*, há a leitura de que o interesse pelos museus para o período superou as expectativas das suas respectivas gestões, que haviam se preparado para uma demanda inferior à realidade. O resultado foi um visível gargalo no atendimento, com um grande número de filas. Avalia-se que a experiência de muitos visitantes foi prejudicada já na sua chegada aos museus. Com a finalidade de não colar a imagem do atendimento do MUHCAB ao cenário experienciado pelos turistas em fevereiro de 2016 na Praça Mauá, recomenda-se que o MUHCAB já crie estratégias para garantir a excelência no atendimento mesmo sob alta demanda. Recomenda-se a contratação de funcionários temporários especialmente para atender ao grande volume de turistas na região durante alta temporada, não apenas dentro das Equipes de Educação e Recepção, mas também para todos os serviços que pretende oferecer.

Modais de transporte e acessibilidade – Os dados comparativos entre o uso do metrô e o uso de ônibus como meio de transporte para acessar à Região Portuária apontam que o metrô é o mais utilizado em todos os períodos. O MUHCAB pode aproveitar esta informação para propor parcerias com o Metrô Rio para divulgação das suas atividades ao longo das estações e dos trens. Também pode propor a integração das passagens de metrô com o veículo leve sobre trilhos (VLT) para acesso direto ao MUHCAB. Outra questão relevante ao acesso ao museu são também as condições de acessibilidade do território que, segundo os turistas, ainda pode melhorar.

Segurança - Quando questionados sobre a segurança da Região Portuária, mais da metade dos turistas da alta temporada (53,4%) classificou o local como *muito seguro*. No entanto, durante a baixa

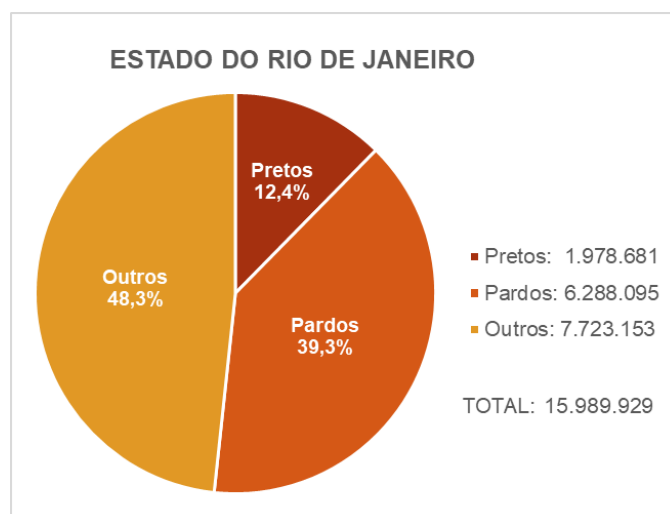
temporada essa classificação despencou para apenas 20,5%, chamando a atenção para a diferença de quase 40 pontos percentuais a menos em relação aos turistas que no mesmo período consideram a região apenas como *segura* (59,8%). A questão da segurança é um desafio para alguns museus de território, por conta da sua abrangência. É importante que o MUHCAB crie estratégias para garantir a segurança de todos os seus públicos-alvo (primário, secundário, terciário) durante a sua experiência de visita, sobretudo no período de baixa temporada. A contratação de consultoria especializada pode auxiliar nesse aspecto, inclusive para desenvolver um plano que contemple o sentimento de *sentir-se seguro* na experiência do visitante.

11.3. ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO TERCIÁRIO

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira está sendo construído para ser um museu de impacto social de máximo alcance. Envolver e mobilizar seu público-alvo primário permitirá afetar seu público-alvo secundário e gerar ressonâncias.

Para possibilitar a interpretação dos dados estaduais e nacionais relacionados à população negra, esta consultoria organizou em gráficos no SIDRA a composição racial do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. De acordo com o IBGE, em 2010 a população do estado totalizou quase 16 milhões de pessoas, sendo 51,7% de negros.

11.3.1. No estado do Rio de Janeiro

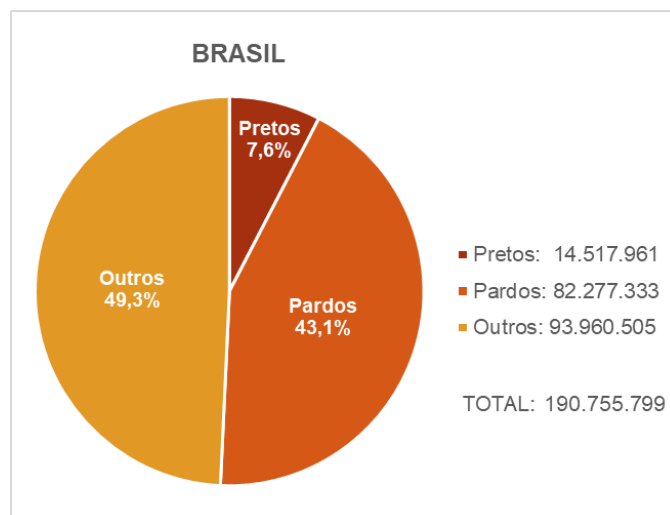


Inserindo sobre este total de pessoas negras do estado do Rio de Janeiro a variável de sexo, temos as seguintes porcentagens resultantes dos cruzamentos dos dados:

	PRETOS	PARDOS	= NEGROS
MULHERES	3,7%	21,7%	25,4%
HOMENS	3,9%	21,4%	25,3%

11.3.2. No Brasil

Sobre o contexto nacional, de acordo com o IBGE, em 2010 a população brasileira totalizou pouco mais de 190 milhões de pessoas, sendo 50,7% composta por negros, revelando que atualmente há pelo menos 96.795.294 brasileiros negros, ou seja, quase 100 milhões pessoas.



Para além da população negra do município do Rio de Janeiro, pretende-se alcançar os cariocas de modo geral, todos os afro-brasileiros e, em última instância, a todos os brasileiros. O público-alvo terciário é, portanto, bastante amplo e pode se ampliar ainda mais. Considerando que o MUHCAB pretende ser um museu em constante desenvolvimento, acredita-se que, quanto mais consolidado estiver, maior será o seu poder de ressonância, não havendo limites para sua expansão.

